

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP

Alfredo Moreno Leitão

Lutar é preciso: exílios, resistências e tensões.
Portugueses antissalazaristas em São Paulo (1945-1974)

Doutorado em História

São Paulo
2019

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP

Alfredo Moreno Leitão

Lutar é preciso: exílios, resistências e tensões.
Portugueses antissalazaristas em São Paulo (1945-1974)

Doutorado em História

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria Izilda Santos de Matos.

São Paulo
2019

Banca Examinadora

*Dedico esta tese à memória de meus avós,
Alfredo Leitão Filho e Aracy da Costa Leitão*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Nº do Processo: 88887.149660/2017-00

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CAPES-PUC) pela bolsa concedida, sem ela não seria possível desenvolver o trabalho de investigação e produção desta tese.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Izilda Santos de Matos, pessoa excepcional que, além de orientar, foi sempre atenciosa e paciente nos meus momentos de insegurança. Através dos nossos diálogos estou sempre ampliando meus conhecimentos. Com respeito e carinho agradeço, muito obrigado!

À banca de qualificação, que, numa leitura atenta, salientou os pontos positivos e negativos deste trabalho. Agradeço à Professora Doutora Yvone Dias Avelino, sempre muito gentil, chamou-me a atenção para a escrita do texto, para que deixasse as minhas ideias o mais claras possível para o leitor. Ao Professor Doutor Paulo César Gonçalves, agradeço pelas sugestões bibliográficas, que me foram muito úteis para a melhoria e o desenvolvimento da tese.

A todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em História: as Professoras Doutoras Maria Antonieta Antonacci e Denise Bernuzzi de Sant'Anna, e ao Professor Doutor Amaílton Magno Azevedo. A todos a minha sincera gratidão.

Ao secretário Willian, que auxiliou e se mostrou sempre prestativo.

Aos colegas do curso de doutorado, dos quais alguns, infelizmente, eu não recorro os nomes, mas cujas conversas e sugestões foram muito positivas.

Um agradecimento aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde estive (diversas vezes) para pesquisar nos arquivos do DEOPS-SP, em especial ao Tarso, um dos responsáveis pelo setor de consulto, sempre muito atencioso, funcionário do Arquivo há muitos anos, desde o tempo em que eu lá trabalhei.

Aos meus colegas, professores e estudantes, da Escola Estadual Professora Sylvania Ramos Esquivel (antiga Senador Filinto Müller), pelo apoio e incentivo, com especial atenção à dona Clélia Silotto Rocha de Sales, ex-diretora, que sempre me apoiou.

Aos amigos Filipe, Karla, Jaelson, Bete, Renata, Sônia, Regina, que deram sugestões e me ajudaram no desenvolvimento deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer, do fundo do meu coração, aos meus familiares, aos meus pais, José Alfredo e Ana Maria, à minha irmã, Tatiana, e à minha sogra, Márcia, que me incentivaram.

Por fim, à minha esposa, Débora, e aos meus filhos, João Alberto e Ana Luiza, o tripé que me manteve firme durante toda essa jornada, cada um à sua maneira foi um pouco responsável pela conclusão desta tese. Um beijo a todos.

Nenhuma liberdade estará jamais segura, em qualquer parte, enquanto uma igreja, um partido ou um grupo de cidadãos hipersensíveis possa ter o direito de governar a vida privada de alguém.

Jorge de Sena¹

Quando a ditadura é um facto, a revolução é um dever [...]²

¹ SENA, Jorge de. **Poesia II**. Lisboa: Edições 70, 1988, p.21.

² Bille August (Dir.). **Trem noturno para Lisboa**. Filme - 1h50min. Alemanha, 2013.

RESUMO

LEITÃO, Alfredo Moreno. **Lutar é preciso:** exílios, resistências e tensões. Portugueses antissalazaristas em São Paulo (1945-1974). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2019.

Esta tese tem como objetivo estudar a presença e participação de exilados antissalazaristas portugueses na organização da resistência ao salazarismo em São Paulo, entre 1945 e 1974. Esse grupo divergia em diversas questões, como sobre as ideias e os mecanismos de luta contra o salazarismo, assim como o destino a dar às colônias portuguesas da África e da Ásia. Busca-se analisar não só a convivência entre eles, mas como se deu a relação dos exilados com o restante dos portugueses residentes em São Paulo, um contato dificultado pela pressão feita pelo salazarismo e pelos salazaristas dentro da colônia portuguesa. Também conhecer como se desenvolveram as relações entre esses exilados e a opinião pública brasileira, que se mostrou em parte simpática à causa antissalazarista. Esse grupo estudado nesta tese era formado na sua maioria por pessoas oriundas dos meios acadêmicos, científicos e culturais, e entre suas principais preocupações estavam a censura, a falta de liberdade de expressão e o autoritarismo, que prejudicavam não só eles próprios, mas toda uma parcela da sociedade portuguesa que se negava a compactuar com os ditames do salazarismo, e por isso foi vítima de perseguições, prisões e torturas. Para alcançar os objetivos propostos são utilizados documentos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), memórias escritas e publicadas, assim como artigos produzidos pelos exilados e por simpatizantes brasileiros em diversos periódicos, em especial no jornal *Portugal Democrático*, principal veículo de comunicação antissalazarista não só em São Paulo e no Brasil, mas também em âmbito internacional, criado por alguns exilados, em 1956, com atuação quase que ininterrupta por praticamente 19 anos (até 1975), findando somente alguns meses após a Revolução dos Cravos, que derrubou o salazarismo, em abril de 1974.

Palavras-chave: resistência antissalazarista, exílio, intelectualidade, jornal *Portugal Democrático*, memórias, Brasil-Portugal.

ABSTRACT

LEITÃO, Alfredo Moreno. **Fighting is necessary**: exiles, resistances and tensions. Anti-Salazar Portuguese in São Paulo (1945-1974). Thesis (Doctorate in History), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (Pontifical Catholic University of São Paulo), São Paulo, 2019.

This thesis aims to study the presence and participation of exiles Portuguese anti-Salazar in the organization of the resistance to Salazar in São Paulo between 1945 and 1974. This group differed on several issues, such as ideas and mechanisms to fight against the Salazar government, as well as what should be the fate of the Portuguese colonies of Africa and Asia. The study seeks to analyze not only the coexistence between them but also the relationship of the exiles with the rest of the Portuguese residents in São Paulo, a contact made difficult by the pressure exercised from by the *Salazarismo* (Salazar regime) and the *Salazaristas* (Salazar supporters) inside the Portuguese colony. Another objective is to know how the relations between these exiles and the Brazilian public opinion were developed, a public that showed to be in part sympathetic to the anti-Salazar cause. This group studied in this thesis was formed mostly by people from academic, scientific and cultural backgrounds, and among its main concerns were censorship, lack of freedom of expression and authoritarianism, which harmed not only themselves but a whole a part of the Portuguese society that refused to conform to the dictates of Salazar, and therefore was victim of persecution, imprisonment and torture. In order to achieve the proposed objectives, it were used documents of the Department of Political and Social Order of São Paulo (Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo - DEOPS-SP), written and published memoirs, as well as articles produced by exiles and Brazilian sympathizers in various periodicals, especially in the newspaper *Portugal Democrático* (Portugal Democratic), the main vehicle of anti-Salazar communication not only in São Paulo and in Brazil, but also in the international sphere. The newspaper was created by some exiles in 1956 and ran almost uninterruptedly for almost 19 years (until 1975), ending only a few months after the Carnations Revolution (Revolução dos Cravos), which overthrew the Salazar regime in April 1974.

Key words: anti-Salazar resistance, exile, intellectuality, newspaper *Portugal Democrático* (Portugal Democratic), memoirs, Brazil-Portugal.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
CAPÍTULO I – CONTRA QUEM SE LUTAVA	20
1.1 A INSTÁVEL PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA (1910-1926).....	20
1.2 O GOLPE MILITAR E O ESTADO NOVO PORTUGUÊS (1926-1974).....	27
1.2.1 Os militares no poder.....	27
1.2.2 O longo Governo Salazarista.....	33
1.3 A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E O FIM DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS....	53
1.3.1 O início do fim: os últimos anos de Salazar.....	53
1.3.2 O governo de Marcelo Caetano: a derrocada do império.....	60
CAPÍTULO II – EXÍLIO: LEVAS E RESISTÊNCIAS	66
2.1 BRASIL, TERRA DE IMIGRANTES.....	66
2.2 GOVERNO DE VARGAS: PRIMEIROS EXILADOS (1930-40).....	71
2.3 PERÍODO DEMOCRÁTICO: AUMENTO DO FLUXO (1950).....	82
2.4 GOVERNO MILITAR: VIGILÂNCIA INTENSIFICADA (1960-70).....	94
CAPÍTULO III – EXILADOS: HETEROGENEIDADE E TENSÕES	113
3.1 ORIGENS E REDES.....	113
3.1.1 O grupo da “Seara Nova”	113
3.1.2 O Reviranhismo.....	117
3.2 PRIMEIRO EXÍLIO: ESPANHA E FRANÇA.....	120
3.3 SEGUNDO EXÍLIO: BRASIL.....	125
3.3.1 A esquerda antissalazarista.....	132
3.3.2 Os republicanos antissalazaristas.....	140
3.3.3 Os “rachas” da oposição.....	158
CAPÍTULO IV – RESISTÊNCIAS ANTISSALAZARISTAS: ORGANIZAÇÃO, CONFRONTOS E AÇÕES	162
4.1 ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA: IMPRENSA E COMITÊS.....	162
4.2 POSIÇÃO BRASILEIRA: SALAZARISTAS X ANTISSALAZARISTAS.....	171

4.3 INTELLECTUALIDADE EXILADA: LUTA PELA LIBERDADE DE PENSAMENTO.....	191
4.4 COLÔNIA PORTUGUESA EM SÃO PAULO: TENSÕES.....	200
4.5 ANTISSALARISMO E OS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS DA ÁFRICA E DA ÁSIA: POSIÇÕES.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	220

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CADC	Centro Acadêmico da Democracia Cristã
CCP	Centro Católico Português
CONC	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
DEOPS-SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DGS	Direção Geral de Segurança
DRIL	Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação
FAPLE	Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GRAE	Governo da República de Angola no Exílio
LP	Legião Portuguesa
LUAR	Liga de Unidade e Ação Revolucionária
MC	Movimento dos Capitães
MFA	Movimento das Forças Armadas
MNI	Movimento Nacional Independente
MNS	Movimento Nacional-Sindicalista
MP	Mocidade Portuguesa
MPF	Mocidade Portuguesa Feminina
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD	Movimento de Unidade Democrática
MUNAF	Movimento de Unidade Nacional Antifascista
OIR	Organização Internacional para Refugiados
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIGC	Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCP	Partido Comunista Português
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PRP	Partido Republicano Português
PSP	Partido Socialista Português
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SNI	Secretariado Nacional de Informação (de Portugal)
UDP	União Democrática Portuguesa
ULR	União Liberal Republicana
UN	União Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (em português)

APRESENTAÇÃO

Contam que meu tataravô, Anacleto Augusto Leitão, emigrou de Portugal quando contava 16 anos, em 1845. Veio acompanhando seus pais e irmãos, e a decisão de deixarem a terra natal teria sido por “problemas políticos”. Nunca se soube ao certo quais eram esses “problemas políticos”, supunha-se que fossem contrários à monarquia e defendessem a república. Como a história foi contada oralmente de geração a geração, os detalhes foram se perdendo com o passar do tempo.

Anacleto e sua família foram uma minoria dentro da massa de imigrantes que entraram e se fixaram no Brasil. A maioria dos estrangeiros chegava aqui fugindo da miséria, da fome, do desemprego, ou mesmo à procura de uma possibilidade de enriquecimento e de ascensão social, os chamados imigrantes econômicos. A partir do final do século XVIII, tornou-se mais perceptível a presença desses “imigrantes políticos” em várias partes do mundo. “Se a história das diásporas do início da Era Moderna foi dominada por exílios provocados pela religião, a história desde 1789 fala, em grande medida, de exilados políticos e de vítimas de limpeza étnica.”³

O estudo dessa minoria é o objetivo da presente tese, que se concentra no grupo de portugueses antissalazaristas que se fixaram ou estiveram por algum tempo em São Paulo, formando uma rede de auxílio e resistência, em torno da segunda metade do século XX.

A utilização de um termo para definir esses e outros estrangeiros não é algo fácil. Segundo Peter Burke, pode variar de um país para outro, de uma época para outra e até mesmo dependendo de como esses estrangeiros se autodenominam.⁴ Ainda assim, para Burke, é possível dividi-los, genericamente, em dois grupos: os exilados, aqueles que são expulsos ou pressionados para sair de seu país; e os expatriados, que são atraídos ou convidados por outro país a deixar a sua pátria.⁵

A esses portugueses focalizados neste estudo será atribuída a denominação “exilado”, já que foram direta ou indiretamente pressionados ou perseguidos por um governo a que se opunham (salazarismo/ Estado Novo português) e buscaram refúgio em outro país onde pudessem agir e pensar com liberdade. Isso não quer dizer, entretanto, que em alguns casos, que serão tratados neste trabalho, não tenha ocorrido convite do governo brasileiro, de instituições públicas ou privadas ou até mesmo de grupos de apoio de brasileiros e/ou de

³ BURKE, Peter. **Perdas e ganhos:** exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas (1500-2000). São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.173.

⁴ Ibidem, p.15-17.

⁵ Ibidem, p.7.

outros portugueses aqui residentes, as redes que auxiliaram esses exilados. Porém, na escolha de vir para o Brasil, a pressão do governo português pesou mais, a acolhida facilitou a decisão.

O Estado Novo português foi um governo autoritário de longa duração – permaneceu em vigor por mais de 40 anos –, precedido por um governo militar, que chegou ao poder através de um golpe em 1926, e foi substituído, em 1932, por Antonio de Oliveira Salazar, ex-ministro das Finanças, elevado ao posto de Presidente do Conselho de Ministros. Foi Salazar que idealizou e pôs em prática o Estado Novo. A sua política, o salazarismo, perdurou, com algumas modificações, até a queda do Estado Novo, com a Revolução dos Cravos, em 1974, mesmo ele tendo deixado o governo em 1968, sendo substituído por Marcelo Caetano.

O governo de Salazar se caracterizou por ser antiliberal, antidemocrático, conservador e profundamente tradicionalista. Essa postura conservadora e tradicionalista teve reflexos nos meios científicos e acadêmicos, cerceando a liberdade de pesquisa, de estudo e de discussão de ideias toda vez que tais atividades fugissem dos parâmetros determinados pelo Estado.

Essa política foi prejudicial a Portugal, levou a uma estagnação não só nas áreas científicas e acadêmicas, mas também em setores da sociedade, da economia, da educação e das artes. Muitos desses indivíduos que se opunham a essa política foram afastados, demitidos ou “reformados” (aposentados) compulsoriamente, sem contar os que foram presos ou sofreram alguma punição física (tortura ou morte). Alguns deixaram o país, quando foi possível; outros, destituídos de seus postos, viram-se obrigados a exercer atividades inferiores às suas capacidades para sobreviver.

O acadêmico de História Joaquim Barradas de Carvalho, ele mesmo um exilado no Brasil, denunciou as arbitrariedades do governo português no artigo “Os quadros universitários”, na sua coluna “O obscurantismo salazarista”, publicada no jornal de resistência antissalazarista em São Paulo, *Portugal Democrático*, em agosto de 1964:

Uma das principais vítimas do obscurantismo salazarista têm sido a Universidade, e um dos principais meios de acção desse obscurantismo tem sido as “limpezas” sucessivas a que ela tem sido submetida. Às demissões isoladas sucederam-se as demissões coletivas e a estas sucedeu um apertado policiamento na admissão de professores. A PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) passou a desempenhar papel mais do que importante, porque mesmo decisivo, na admissão ou não admissão de professores nos quadros docentes das Universidades.

[...] Muitos – a grande maioria – dos demitidos ficaram em Portugal, entregues a actividades privadas que lhes permitissem sobreviver.

Assim se liquidaram – uns mais outros menos – quadros científicos e docentes, muitos deles excepcionais, e de que tanto o país precisou e precisa. Uma minoria, normalmente os menos sobrecarregados por encargos familiares, e mais dispostos a enfrentar as incertezas do exílio, saiu para o estrangeiro. E daí poder dizer-se, com uma ironia repassada de melancolia, que Portugal “exporta” quadros científicos.⁶

Nesse mesmo artigo, Barradas de Carvalho elaborou uma longa lista de intelectuais das diversas áreas do conhecimento, das ciências humanas, biológicas e exatas, que foram expulsos. Não se poupou ninguém. “Entre os professores universitários demitidos pelo regime de Salazar encontramos-los todos os credos políticos e religiosos, não faltando nem mesmo no amplo naipe os monarquistas e os católicos.”⁷

Para estudar a trajetória desses exilados portugueses, a tese se utilizará de material produzido pelos próprios, como o jornal *Portugal Democrático*, periódico criado por um grupo de antissalazaristas na década de 1950, em São Paulo, e que por 19 anos serviu como veículo de combate e denúncia das atividades do governo salazarista, tendo grande penetração interna e externamente. Assim como se valerá de memórias⁸ escritas e textos produzidos antes ou depois da Revolução dos Cravos. Além dessa documentação ligada diretamente aos exilados, será examinada também a documentação produzida e armazenada pela polícia política de São Paulo, o DEOPS-SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo), órgão que funcionou de 1924 a 1983 e tinha entre suas atribuições vigiar e punir todos aqueles que agissem ou pusessem em perigo a ordem pública e a segurança nacional.

Para a análise desses documentos foram tomados cuidados relevantes. Primeiro, o cuidado em não “heroicizar” os combatentes antissalazaristas exilados em São Paulo, pois muitas vezes, no trato com as fontes, pode surgir certa empatia entre o pesquisador e o objeto pesquisado, correndo-se o risco de enfatizar os fatos positivos em detrimento dos negativos, principalmente quando se está lidando com a história de indivíduos vítimas de injustiças. Como salienta Heloisa Paulo,

O problema deste tipo de narrativa não é a afirmação do “herói”, mas sim a sua sublimação, de forma a apresentar sua trajetória de vida como uma marca linear dedicada ao “sacrifício pela Pátria”. No que tange aos combatentes de regimes ditatoriais, mais do que nunca o

⁶ CARVALHO, Joaquim Barradas de. **O obscurantismo português**. Lisboa: Seara Nova, 1974, p.13-14.

⁷ Ibidem, p.14.

⁸ “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.419.

questionamento do sentido hagiográfico deve estar na base da elaboração do trabalho feito pelo historiador.⁹

Um segundo ponto é o cuidado com as fontes e suas particularidades. No caso da documentação do DEOPS, por se tratar de um órgão policial, as narrativas transmitem algumas vezes uma ideia de dúvida, de suspeita e suposição, nessas se procurou encontrar indícios de atividades que fugissem à ordem estabelecida. Entre os relatórios dos investigadores era comum que os exilados fossem identificados como “comunistas” ou praticantes de “atividades comunistas”. Isso era uma noção deturpada, baseada na visão dos agentes da polícia política, os quais consideravam que a oposição a um governo de direita só poderia ser feita por comunistas. Corroborava essa percepção de engano a postura de alguns antissalazaristas declaradamente contrários ao comunismo.¹⁰

Sobre as memórias, também demandaram cuidados. Muitas vezes, fatos ocorridos muitos anos atrás se tornam nebulosos e imprecisos ou, em outros casos, são narrados de maneira tendenciosa, querendo-se aumentar ou diminuir a sua relevância. Mesmo quando isso ocorreu, tais relatos não foram descartados.

[...] na eventualidade da existência de “memórias” ou “fontes orais”, é necessário retomar velhas regras de verificação das fontes, atribuindo a cada uma delas o peso relativo e a necessidade de averiguação adequada. [...] Mas, sobretudo, é preciso considerar que o relato apresentado é uma das versões possíveis do acontecimento, um ângulo de um momento que deve encerrar uma infinidade de olhares. Mesmo que não possa ser “averiguado”, representa uma “memória” construída em torno do passado, restando ao historiador analisar o processo que deu origem a tal construção.¹¹

[...] A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está *no que foi lembrado*, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.¹²

Quando possível, para diminuir as lacunas, foram comparados relatos de pessoas diferentes sobre um mesmo fato; a ideia era juntar memórias individuais (dos exilados) para construir memórias coletivas¹³ (da luta antissalazarista). Para esses indivíduos aqui estudados, a resistência ao autoritarismo português não foi, nem poderia ser, uma prática solitária, nem

⁹ PAULO, Heloisa. Exílio: uma história em três dimensões. **História**. São Paulo, v. 33, n. 1, jan.-jun./2014, p.52.

¹⁰ A esse respeito vide: GALVÃO, Henrique. **Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal**. São Paulo: FAPLE, 1965.

¹¹ PAULO, op. cit., p.59.

¹² BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.37.

¹³ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.467.

mesmo quando certos personagens adquiriram uma posição de protagonista. Mesmo porque a causa não teria tido a atenção da sociedade de acolhimento se não fosse o trabalho de um grupo organizado. Sobre a questão, afirmou Maurice Halbwachs:

Assim, para confirmar ou recordar uma lembrança, as testemunhas, no sentido comum do termo, isto é, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível, não são necessárias.

Elas não seriam, todavia, suficientes. Acontece, com efeito, que uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstruir toda a sequência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo. [...] Todavia, ainda que esse fato possa ser localizado no tempo e no espaço, mesmo que parentes ou amigos disso me fizessem uma descrição exata, acho-me em presença de um dado abstrato, para o qual me é impossível fazer corresponder qualquer recordação viva: não me lembro de nada. [...] Contudo, as testemunhas estão lá.¹⁴

Portanto, a partir da reunião e análise desse material documental, construiu-se a tese da seguinte maneira:

O primeiro capítulo – “Contra quem se lutava” – faz um apanhado da Primeira República (1910-1926) até a queda do Estado Novo português (1974), analisando, a princípio, o contexto em que se deu o nascimento da Primeira República, e o seu desenvolvimento em meio a crises, revoltas, disputas internas e externas ao governo, que gestaram o golpe militar e, em seguida, o Estado Novo, liderado por Antonio de Oliveira Salazar. Busca-se ainda conhecer a trajetória e as características do Estado Novo, um governo autoritário que comandou Portugal por mais de 40 anos. A partir dessas informações, o intuito é entender contra quem se lutou e por que se formou uma oposição democrática.

No segundo capítulo – “Exílio: levadas e resistências” – verifica-se que o Brasil, como um país que recebeu e recebe ainda muitos estrangeiros, foi uma das escolhas preferenciais dos portugueses antissalazaristas que procuraram refúgio fora de Portugal. Os primeiros exilados chegaram aqui ainda no ano de 1927, logo após o golpe militar. Esse fluxo foi constante, e aumentou a partir do pós-guerra, indo até a década de 1960. Por corresponder a um período de mais de 40 anos, o exílio antissalazarista atravessou vários momentos da história brasileira – o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o período democrático (1945-1964) e o governo militar (1964-1985). Portanto, nesse capítulo se procura mostrar como se deu a recepção e relação dos exilados nesses diversos momentos.

¹⁴ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p.27.

No terceiro capítulo – “Exilados: heterogeneidade e tensões” – o foco são os sujeitos que se opunham ao governo salazarista, indivíduos de diversas tendências (monarquistas, integralistas, nacional-sindicalistas, democratas, comunistas, socialistas etc.) que ora se uniam, ora se afastavam, o que levou a uma oscilação na luta de oposição. Faz-se um retrospecto das suas origens, das redes de aliança e auxílio e se analisam as divergências entre os diversos grupos.

Por fim, o quarto capítulo – “Resistências antissalazaristas: organização, confrontos e ações” – mostra que, no Brasil, a oposição antissalazarista criou diversos mecanismos de resistência, com o objetivo de esclarecer o público em geral sobre as mazelas praticadas pelo governo de Salazar e buscar apoio à sua causa entre os brasileiros e portugueses aqui residentes. Entre esses mecanismos foi criado o jornal *Portugal Democrático*, que abordou diversos temas em suas páginas. Nesse último capítulo se analisam alguns desses temas e a posição dos exilados a esse respeito.

CAPÍTULO I – CONTRA QUEM SE LUTAVA

O Salazarismo – governo criado e dirigido durante muitos anos por António de Oliveira Salazar – foi um dos mais longos regimes autoritários, que teve a sua origem a partir do Golpe Militar de 1926, com apoio de vários setores conservadores da sociedade. Contra esse autoritarismo organizaram-se grupos de resistência que lutaram dentro e fora de Portugal.

Para se entender a origem e o percurso do Salazarismo, este capítulo pretende fazer um retrospecto da Primeira República Portuguesa (1910-1926) à queda do Estado Novo Português (1932-1974).

1.1 A INSTÁVEL PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA (1910-1926)

O movimento republicano em Portugal teve sua origem em meados do século XIX, incentivado pelo ideal revolucionário de 1848, que, partindo da França, espalhou-se por toda a Europa. Passou, porém, por um curto período de refluxo, devido a uma onda de prosperidade que pôde ser notada no aumento do crescimento demográfico, garantido através do combate de algumas doenças, e na modernização dos meios de produção, principalmente na mecanização da agricultura.

Essas questões, num período de 20 anos, reverteram-se em problemas para a monarquia: a agricultura mecanizada precisou menos de mão de obra, isso, somado ao crescimento demográfico, levou ao aumento do desemprego. Sem incentivo ou investimento na ampliação dos setores comerciais e industriais com o objetivo de criar novas ofertas de emprego, o Estado se deparou com um crescente número de revoltas sociais, emergindo a emigração como uma das poucas vias de escape.¹⁵

A partir da década de 1870, diante do panorama que se vislumbrava, o movimento republicano ressurgiu com força denunciando as mazelas da monarquia, e defendendo a república como única via de acesso a melhorias e ao progresso de Portugal. Em 25 de março de 1876 foi fundado o Partido Republicano Português.

Em 1890, ocorreu um fato que muito ajudou a causa republicana: o Ultimatum Inglês. Visando ampliar seus domínios na África, o governo português iniciou, durante a década de 1880, um projeto que tinha como objetivo unir os territórios de Angola e

¹⁵ PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru, SP: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2002, p.20-21. PASCAL, Maria Aparecida Macedo. **Portugueses em São Paulo: a face feminina da imigração**. São Paulo: Expressão e Arte, 2005, p.51-53.

Moçambique através de uma longa faixa de terra (o chamado “Mapa Cor-de-Rosa”). Em 1883, Portugal organizou as chamadas Campanhas de Conquistas e Pacificações, e ocupou regiões próximas ao Rio Congo. Isso desagradaria outras nações hegemônicas, principalmente a Grã-Bretanha, que se negara a reconhecer os territórios ocupados. Em 11 de janeiro de 1890, o governo inglês exigiu (“Ultimatum”) a retirada das forças militares portuguesas dos territórios compreendidos entre Angola e Moçambique (atual Zimbábue). Sem impor nenhuma resistência, Portugal abandonou as suas pretensões: a expansão colonial africana terminou.¹⁶

Os republicanos acusaram a monarquia de incapaz de gerir suas colônias e de perder algumas, o caso do Ultimatum Inglês era tido como uma prova disso.¹⁷

A inevitável claudicação da monarquia perante a oposição britânica aos projectos expansionistas em África converteria o partido republicano em porta-voz do sentimento pátrio ferido. Anglofobia e nacionalismo fanático, antigo património dos começos do liberalismo, passarão a integrar (salientando-se) uma grande parte da carga emocional do republicanismo [...].¹⁸

Dentro do contexto da crise colonial, os republicanos promoveram uma revolta no Porto, em 1891, que foi rapidamente sufocada, era a primeira tentativa de tomar o poder.

Mesmo diante de tantos problemas, o PRP (Partido Republicano Português) não conseguiu conquistar através do voto cargos nas Cortes. A política portuguesa durante a monarquia era dominada pelos partidos Regenerador e Progressista, que se alternavam no poder. As eleições, apesar de livres, eram manipuladas por ambos os partidos, que possuíam nas províncias indivíduos “influentes” que controlavam os eleitores.

A lei eleitoral, de base censitária, e a perversão sistemática do sufrágio tornavam aliás o voto uma farsa que foi tema obrigatório de quantos caricaturistas, jornalistas e até romancistas trataram desse tema, denunciando, com justa pertinácia, ao longo de toda a segunda metade do século XIX e na primeira década da centúria seguinte, a mentira eleitoral, as mais diversas formas de caciquismo e a constante desvirtuação do voto “livre” no Portugal constitucional [...] Os partidos não passavam de pequenos grupos fixados em Lisboa. Com a sua clientela certa e os seus caciques na província – os “influentes” – que serviam às suas clientelas pagas o consabido “carneiro com

¹⁶ TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. **Análise Social**. Lisboa, v. XXIII (4º), n. 98, 1987, p.687-719.

¹⁷ MATOS, Luís Salgado de. A Primeira República Portuguesa entre a instituição Estado e a *ordem* povo. **História Constitucional**. Lisboa, n. 13, 2012, p.623. Disponível em: <<http://www.historiaconstitucional.com>>.

¹⁸ GÓMEZ, Hipólito de la Torre. **Na encruzilhada da Grande Guerra**: Portugal - Espanha (1913-1919). Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p.21.

batatas” das “chapeladas” eleitorais, fabricando as maiorias necessárias para quem fora chamado a formar governo [...].¹⁹

A monarquia dos Bragança, desmoralizada e afundada em uma crise política, social e econômica, apelou a uma atitude extrema: implantou um governo autoritário organizado por João Franco, então Presidente do Conselho de Ministros, em 1906, que visava “vencer a crise, ou seja, sanear as finanças, expulsar os partidos do sistema, quebrar a espinha ao republicanismo que ameaçara tudo subverter desde 1891 com a falhada revolta portuense”²⁰. Mas essa tentativa, que se revelou infrutífera, teve uma vida curta e um fim tenso, com o assassinato do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro Luiz Filipe, em 1908.

Diante de tal panorama, era a oportunidade dos republicanos. Mesmo com a coroação de D. Manuel II, ainda em 1908, a monarquia estava com seus dias contados. Em um congresso realizado em Setúbal, em 1909, o PRP resolveu organizar uma revolta armada para tomar o poder pela força. Coordenada pela Carbonária Portuguesa – organização secreta de influência maçônica – e apoiada por civis, de proletários às camadas médias da sociedade, e pelas Forças Armadas, após dois dias de luta, de 4 a 5 de outubro de 1910, foi deposto D. Manuel II, um rei sem expressão, encerando o período monárquico em Portugal.²¹

A Primeira República, assim chamado o curto período que vai de 5 de outubro de 1910 a 28 de maio de 1926, foi um momento conturbado que não respondeu plenamente às expectativas daqueles que haviam lutado por ela. Em quase 16 anos de existência, a Primeira República teve oito presidentes e 45 governos.²² Combateu diversas revoltas, lideradas e/ou apoiadas por monarquistas, pelas Forças Armadas, por setores católicos, pelo operariado e outros, e até mesmo entre os próprios aliados republicanos, sem contar a desgastante participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Para se garantirem no poder contra os vários grupos de oposição, os republicanos criaram leis mais repressivas, militarizaram a justiça penal para casos específicos e fizeram uma ampla reorganização policial, criando uma polícia de segurança do Estado.²³ Ao mesmo

¹⁹ MEDINA, João. A democracia frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p.298.

²⁰ Ibidem, p.300.

²¹ Ibidem, p.301.

²² WHEELER, Douglas L. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise Social**. Lisboa, v. XIV (4º), n. 56, 1978, p.865.

²³ A instituição de uma polícia “política e social” se dá com a criação da Polícia de Segurança do Estado (Decreto nº 5.367, de 7 de Abril de 1919), no ano seguinte passa a denominar-se Polícia de Defesa Social (Decreto nº 8.013, de 4 de Fevereiro 1920). Em 1922 é criada a Polícia Preventiva de Segurança do Estado (Decreto nº 8.435, de 21 de Outubro). Foram as precursoras da PVDE e da PIDE, as polícias políticas do Estado

tempo, em oposição a uma postura severa, e muitas vezes contraditória, os vários governos da Primeira República concederam anistia contra aqueles que atentavam contra eles. “As amnistias abrangeram, por assim dizer, quase toda a criminalidade política, as reuniões criminosas, a desobediência, armas proibidas, greves, delitos de imprensa, desertores etc.”²⁴

Externamente, a nova República sofreu hostilidade de algumas nações europeias. Isolada entre monarquias – somente a França e a Suíça eram também repúblicas –, os primeiros países a reconhecerem o novo regime foram as repúblicas sul-americanas, Brasil, Argentina, Nicarágua e Uruguai, ainda em outubro de 1910. A vizinha Espanha, que já havia passado por uma experiência republicana, via com preocupação a república portuguesa, e chegou a dar refúgio a muitos monarquistas e incentivá-los a se revoltarem contra o novo governo.²⁵

A Inglaterra, tradicional aliada, manteve uma postura defensiva e relutante, atitude essa que foi seguida pela Alemanha, Áustria, Itália e, até mesmo, pela República Francesa. Tal situação se alterou quando, com o fim do governo provisório, a nova Constituição foi promulgada e o Presidente da República eleito, em 25 de agosto de 1911. Em 11 de setembro, a Inglaterra, seguida de Espanha, Alemanha, Áustria e Itália (a França já havia feito o reconhecimento no dia da eleição presidencial), reconheceu oficialmente a república portuguesa.²⁶

Os republicanos se depararam com um país “arcaico”, onde o poder político e econômico estava nas mãos principalmente dos proprietários de terras, que tiravam seus lucros diretamente da exploração agrícola e pecuária, ou do arrendamento a terceiros. Acomodados e satisfeitos, esses proprietários rurais não viam, na sua maioria, atrativo em investir seus dividendos em setores da indústria, salvo as já tradicionais da cortiça, da vinícola e da louçaria. Mesmo as tentativas por parte do governo republicano de mudar a estrutura agrária do país sofriam boicotes por parte de seus opositores.

Um projeto de reforma agrária, do então Ministro da Agricultura, Ezequiel de Campos, em 1924, propunha duas leis: a Lei da Imediata Eletrificação do Norte de Portugal e a Lei da Rega e das Terras. Esta última visava a execução dos planos de irrigação do Ribatejo e Alentejo, e a divisão dessas terras irrigadas entre a população camponesa. O projeto deveria

Novo. BARREIROS, José António. Criminalização política e defesa do Estado. *Análise Social*. Lisboa, v. XVIII (3º, 4º, 5º), n. 72, 73, 74, 1982, p.820-821.

²⁴ Ibidem, p.819.

²⁵ MEDINA, João. A democracia frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p.304.

²⁶ GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *Na encruzilhada da Grande Guerra: Portugal - Espanha (1913-1919)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p.28.

ser apresentado ao Parlamento para apreciação. Houve oposição e críticas de diversos setores. Segundo Sarmento Pimentel, então chefe de gabinete do Ministério da Agricultura:

A imprensa de mentalidade burguesa, reaccionária, comedora, berrou alterada, os partidos, mesmo o do próprio governo (o Democrático) torceram o nariz, e os ousados projetos do Ministro da Agricultura adormeceram na gaveta do Presidente da Mesa da Câmara como se fora barata tonta ali entrada pelo buraco da fechadura.²⁷

A República, logo nos primeiros dias, tomou uma posição defensiva contra a Igreja Católica. Igreja e o Estado monárquico estavam unidos, há séculos, em Portugal. Com a deposição do último rei, a Igreja, aliada da monarquia e instituição que detinha influência sobre a quase totalidade da população – principalmente das vilas e aldeias –, passou a ser vista com desconfiança pelos políticos republicanos, muitos dos quais ligados à maçonaria.

A ideia era laicizar a vida dos portugueses. Como primeira medida, foi promulgada a Lei de Separação, de 20 de abril de 1911, que visava separar a Igreja da participação nas questões de Estado. Não bastasse isso, o governo passou a controlar as atividades dos religiosos. Em 1912, por decreto do Ministro da Justiça, alguns bispos foram suspensos ou desterrados. Todas essas medidas levaram à quebra das relações diplomáticas com o Vaticano. Para Afonso Costa, um dos líderes do movimento republicano, o catolicismo estaria eliminado de Portugal em duas gerações.²⁸

As atitudes do governo, ao invés de angariar apoios, criaram uma vala entre republicanos e católicos. Em um país católico, onde a religião era o esteio da população, principalmente a mais pobre, o radicalismo não levou a nada. As medidas repressivas contra as “aparições” de Fátima (1917) não impediram que centenas ou milhares de pessoas fossem em peregrinação louvar a Virgem Maria.²⁹

Essa questão com a Igreja melhorou a partir do governo ditatorial presidencialista de Sidónio Pais (1917-1918), quando se decidiu deixar de controlar e punir religiosos e se iniciaram as tratativas para reatar as relações diplomáticas com a Santa Sé. Como ato que marca a volta às boas relações entre Estado e Igreja, Sidónio Pais foi o primeiro governante republicano a participar, em uma igreja católica, de uma cerimônia em memória dos combatentes mortos durante a Guerra. Todavia, o mal-estar vivido pela Igreja em Portugal

²⁷ PIMENTEL, João Sarmento. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Nova, 1974, p.205-207.

²⁸ MEDINA, João. A democracia frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p.307.

²⁹ *Ibidem*, p.308.

não foi esquecido por parte do clero e por grupos católicos, que fizeram parte da base de oposição que levou à queda da Primeira República.

A Primeira Guerra Mundial foi outro incidente que deixou marcas profundas em Portugal. Querendo proteger suas colônias na África da cobiça da Alemanha – embora a Inglaterra “discretamente” também as cobiçasse³⁰ –, o governo português declarou guerra aos países da Aliança. O governo republicano conseguiu mobilizar um número considerável de soldados, que foram enviados para duas frentes de batalha: para a África (1914-1918), onde lutaram ao lado dos soldados bôeres; e para Flandres (1916-1918), aliada da Entente.³¹

Portugal não tinha condições financeiras nem tecnológicas de enfrentar uma guerra dessas proporções. A respeito da carência de recursos, contou em suas memórias o capitão João Sarmento Pimentel, que combateu nas duas frentes, onde narra sua viagem para a África no navio Cabo Verde:

A Companhia já o tinha vendido como sucata aos italianos dos estaleiros de Génova, mas, vinda a guerra, anulou-se o negócio e o “Cabo Verde” recuperou a efectividade. Na improvisação das aperturas da mobilização de todos os transportes marítimos, deram-no por apto para levar os solípedes da “Expedição do Sul de Angola”.

[...]

Como ali encafuaram 400 cabeças de animais de tiro e sela e 200 militares além de meia dúzia de marinheiros da guarnição do navio, ainda estou para ver e acreditar!

Mas, como o velho barco, máquina a partir-se aos pedaços, sem médico, marcha de cágado, e a balbúrdia e o fedor e o enjoo geral, acossado por violenta tempestade, não naufragou, é que pode dizer-se milagre da Senhora dos Navegantes.³²

Os gastos com a Guerra, somados às dívidas herdadas da monarquia, fizeram aumentar a dívida externa, acarretando um crescimento inflacionário que atingiu principalmente as classes baixas e médias da população. A classe operária, que vinha crescendo desde o final do século XIX, e viu na República uma possibilidade de melhoria da sua condição de vida, decepcionou-se. O direito a greve que fora prometido pelo governo não foi respeitado, e grevistas eram reprimidos pela polícia. A criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em 1916, foi um avanço da Primeira República na conquista dos direitos

³⁰ HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios** (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.439.

³¹ WHEELER, Douglas L. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise Social**. Lisboa, v. XIV (4º), n. 56, 1978, p.868.

³² PIMENTEL, João Sarmento. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Nova, 1974, p.145-146.

dos trabalhadores, mas tinha como objetivo incentivar os operários a participarem como soldados na Guerra. O ministério foi extinto em 1925.³³

Durante quase toda a Primeira República, várias manifestações sindicais e de trabalhadores em geral, criticando as atitudes dos governantes, tiveram consequências negativas, como prisões, deportações, o fechamento da União Operária Nacional (1912) etc. Era um importante aliado que a República estava perdendo.³⁴ Os monarquistas, nos primeiros anos da República, não tiveram direito a representação ou organização. Muitos, com medo de perder posições e cargos adquiridos durante a vigência da monarquia, mudaram rapidamente de lado e passaram a apoiar a República, era o chamado fenômeno da Adesivagem.

[...] os “aderentes” ou “adesivos” eram aqueles que tendo servido à Monarquia em lugares de destaque ou mesmo em funções manifestadamente repressivas (guarda municipal, polícia, exército), se passavam para o novo regime [...] com uma fulminante rapidez, suscitando assim a indignação compreensível dos poucos monárquicos que se mantinham fiéis à bandeira azul e branca, assim como dos velhos republicanos “históricos”, que viam entrar de roldão nos arraiais da República aqueles mesmos que, ainda ontem, os perseguiram, discriminavam, espadeiravam ou espingardeavam.³⁵

Outros, convictos dos seus ideais, promoveram manifestações contrárias à República, sendo a mais significativa, ocorrida em 1919, a chamada “Monarquia do Norte”, onde algumas cidades como Porto, Viana, Guimarães, Bragança, Braga, Lamego, Viseu e Vila Real proclamaram a monarquia. Um mês depois, em fevereiro, os republicanos venceram, pondo fim à tentativa de restauração. O governo republicano, posteriormente, procurou uma aproximação com os monarquistas, concedendo algumas anistias e permitindo a criação de um partido com representação parlamentar em 1921.³⁶

Por fim, a Primeira República perdeu o seu principal sustentáculo: as Forças Armadas. O braço armado que dava proteção contra os opositores foi se sentindo menosprezado, na medida em que o governo pouco investiu na sua modernização técnico-estrutural. A participação na Primeira Guerra Mundial foi uma prova humilhante da carência bélica de Portugal.

³³ MATOS, Luís Salgado de. A Primeira República Portuguesa entre a instituição Estado e a *ordem* povo. **História Constitucional**. Lisboa, n. 13, 2012, p.621. Disponível em: <<http://www.historiaconstitucional.com>>.

³⁴ MEDINA, João. A democracia frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p.306-307.

³⁵ *Ibidem*, p.304.

³⁶ WHEELER, Douglas L. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise Social**. Lisboa, v. XIV (4º), n. 56, 1978, p.871.

As dificuldades vividas pelo novo regime nos campos político, social e econômico que os sucessivos governos – alguns de vida efêmera –, com avanços e retrocessos, não conseguiram resolver levaram grupos de oposição, tanto de esquerda como de direita, a buscarem no Exército a força necessária para pôr fim à instável Primeira República, e implantar um governo forte e centralizador.

1.2 O GOLPE MILITAR E O ESTADO NOVO PORTUGUÊS (1926-1974)

1.2.1 Os militares no poder

Diante da crise vivida pela Primeira República, o Exército foi invocado pelos vários grupos de oposição – do movimento operário à extrema direita fascizante –, como salvador da pátria. A ideia da adoção de um governo autoritário que pusesse fim ao caos e ao desgoverno de uma república demoliberal era vista “em parte” como solução.³⁷ O que se buscava, ainda tateando, era salvar a República.

A 28 de maio de 1926, o Exército, imbuído da sua missão, preparou várias tropas em diversos pontos do país, divididas em facções, cada uma delas com um comandante, com o objetivo de organizar um levante para derrubar o governo civil republicano. A liderança foi entregue ao Comandante Mendes Cabeçada, militar renomado e figura de destaque na implantação da República em 1910. O Exército cercou o palácio do governo e o Presidente Bernardino Machado renunciou, passando suas atribuições a Mendes Cabeçada, a 31 de maio.

Mendes Cabeçada era um militar que fazia parte de uma direita moderada. Havia se filiado à União Liberal Republicana, criada em 1926 por Cunha Leal, que, caso o levante militar fosse vitorioso, ambicionava a chefia do governo.

No controle das chefias de Governo e de Estado, Mendes Cabeçada atraiu boa parte da oposição republicana, liberais, a esquerda democrática, seareiros³⁸ etc. Essas alianças incomodaram a ala mais conservadora do movimento, chefiada pelo General Sinel de Cordes,

³⁷ MEDINA, João. A democracia frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p.309.

³⁸ Grupo de intelectuais ligados à revista Seara Nova, fundada em 1921. Republicanos de esquerda, muitos de seus membros se destacaram na luta contra o salazarismo, como Jaime Cortezão, António Sérgio, Sarmiento Pimentel, entre outros. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p.890-893.

que temia a volta a uma política anterior ao 28 de maio. Era necessário impedir o retrocesso – se é que isso ocorreria –, apagar o passado e começar logo a reforma da nação.³⁹

Sinel de Cordes, um militar que por muito tempo defendeu a monarquia, organizou seus aliados e preparou um golpe contra Mendes Cabeçada. Para tanto, os sinelianos foram buscar para ser “líder” do movimento um velho general combatente de Primeira Guerra Mundial, Gomes da Costa.

A operação ocorreu de maneira sigilosa, deixando Cabeçada e seus aliados surpresos, a maioria das divisões militares sob ordem de Gomes da Costa marchou sobre Lisboa, a 31 de maio – no mesmo dia da posse de Mendes Cabeçada. Nesse dia, juntou-se aos revoltosos, comandando a 4ª Divisão da região do Alentejo, o cauteloso General Oscar Carmona, que futuramente exerceria o cargo de Presidente da República por quatro mandatos. Mendes Cabeçada tentou resistir, mas o fantasma da Primeira República enfraqueceu suas bases. Ele tentou manter-se no poder mais através de acordos do que da utilização da força de que dispunha, que não resultaram em nada, dando à oposição o ânimo necessário para avançar.

Pressionado, nomeou um novo governo – é a primeira aparição de Salazar, responsável pela pasta das Finanças. Essa atitude afastou em definitivo a esquerda democrática e os seareiros, que passaram a atacá-lo. Era o fim de Cabeçada, acusado de barrar o avanço da Revolução.

Gomes da Costa entrou triunfante em Lisboa, e impôs um novo programa de governo, um projeto presidencialista autoritário. Mendes Cabeçada se recusou a aceitar tal proposta. Diante da recusa, tendo apoio das tropas e da extrema direita, o General Gomes da Costa intimou a renúncia do presidente em 17 de junho. Sem lutar, Mendes Cabeçada, no dia seguinte, apresentou a sua demissão, empossando, no dia 19, Gomes da Costa Presidente do Ministério.

A 26 de junho, por decreto, o General Gomes da Costa acumulou os cargos de Presidente da República e Chefe de Governo. A sua permanência na presidência, como define Fernando Rosa, foi um “breve interlúdio de surrealismo político”⁴⁰. Durante seu governo, recebeu todos que o procuravam, concordando com tudo que era falado ou proposto, sem filtro ou bom senso; fez discursos desconexos e muitas vezes constrangedores. O grupo

³⁹ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.156.

⁴⁰ *Ibidem*, p.162.

conservador que o colocou na presidência e o apoiava – muitos dos quais fizeram parte do seu ministério – começou a perceber que ele não era o homem certo.⁴¹

A situação se agravou quando ocorreu um incidente entre o Ministro da Justiça, Manuel Rodrigues, e o padre Peres, figura que tinha ascensão sobre Gomes da Costa para questões eclesiásticas. O referido padre exigia que o presidente revogasse um decreto do Ministro da Justiça que “reconhecia personalidade jurídica às associações religiosas, sem a estender, ainda, à Igreja, e mantinha as comissões jurisdicionais dos bens das igrejas”⁴², que iam contra os interesses do episcopado.

Gomes da Costa, em reunião ministerial, pressionou o Ministro da Justiça a mudar o decreto conforme a vontade da Igreja. Diante da situação humilhante, um grupo de ministros se opôs ao presidente, solidarizando-se com Manuel Rodrigues. Contrariado, o presidente demitiu-os. O Exército então se levantou contra Gomes da Costa, exigindo que renunciasse ao cargo de Presidente do Ministério, permanecendo somente como Presidente da República. Gomes da Costa negou, e procurou apoio entre os militares, sem encontrar.

No dia 9 de julho de 1926, foi demitido de suas funções, saindo preso do Palácio de Belém, sede do governo, e depois se exilaria em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, nos Açores. Findava mais um governo que, como o de Mendes Cabeçada, não conseguiu completar nem um mês de existência. Tal constatação demonstrava uma desorganização das forças revolucionárias que derrubaram a Primeira República.

Ainda no mesmo dia 9, foi escolhido o General Oscar Carmona para Presidente do Ministério. Carmona era um militar sem ambições políticas, mas soube ser cauteloso e hábil – o que lhe garantiria a permanência na Presidência da República por quatro mandatos consecutivos – para administrar os vários grupos que orbitavam em torno do governo. Foi com ele que a ala militar conservadora se consolidou no poder e, principalmente, foi ele que abriu o caminho que fez o governo militar se subordinar ao poder civil salazarista.

Um dos objetivos de Carmona foi a busca de um diálogo com as oposições partidárias, o Partido Republicano Português e a União Liberal Republicana, visando a criação de um bipartidarismo. A União Liberal Republicana candidatou-se a partido da situação, e o Partido Republicano Português, a partido de oposição. Seria o início do lento retorno das liberdades cerceadas.

⁴¹ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.162.

⁴² Ibidem, p.163.

Em 25 de março de 1928, Oscar Carmona foi eleito Presidente da República e, como sinal de sua política reformista, escolheu como Presidente do Ministério o General Vicente de Freitas, um conhecido representante da ala liberal das Forças Armadas. Em 27 de abril desse ano convidou-se, e fez parte desse ministério, o civil e catedrático de Coimbra António de Oliveira Salazar, que assumiu a pasta das Finanças. Começava aí a sua ascensão ao poder.

Para os militares, faltava um plano claro e preciso de governo. Os ministérios se ocupavam de assuntos rotineiros, sem a elaboração de projetos de melhorias para a nação. Grande parte dos problemas vivenciados eram os herdados da Primeira República, e até mesmo da monarquia.

Um fato marcante dessa ingerência do governo foi a política econômica exercida pelo Ministro das Finanças Sinel de Cordes entre julho de 1926 e abril de 1928, antecessor de Salazar. Sinel de Cordes era ligado aos setores financeiros e industriais, e forneceu do erário público elevada soma de dinheiro a esses grupos – um valor em torno de 100.000 contos –, sem uma vigilância do governo, ou garantias firmadas de reembolso. Somaram-se os altos gastos dos militares para deter as revoltas contra o governo, que se iniciaram em fevereiro de 1927. Diante de tal situação, o ministro foi pedir um empréstimo aos bancos londrinos, que foi negado. A instabilidade econômica e política de Portugal e as pressões de alguns opositores exilados fizeram os banqueiros ingleses recuarem.

Como última saída, Sinel de Cordes apelou à Liga das Nações, que impôs pesadas condições para conceder seu apoio. A imprensa e os críticos contrários à sua política pressionaram o governo, que demitiu Sinel de Cordes, e nomeou Ivens Ferraz interinamente durante as negociações. Na impossibilidade de honrar tal acordo, o Governo Militar se encontrava sem perspectivas. Frente a tal cenário, foi buscar um “doutor”, fora das fileiras das Forças Armadas, um civil que não estava vinculado com o governo, António de Oliveira Salazar.

Salazar, a princípio, mostrou-se cauteloso em aceitar o convite para participar do novo ministério chefiado por Vicente de Freitas. Impôs condições drásticas e severas, o que foi chamado de “Ditadura Financeira”. O governo aceitou sem discutir, não se encontrava em condições; o momento era crítico e não havia outras possibilidades.

Em seu discurso de posse, a 27 de abril de 1928, intitulado “Condições da Reforma Financeira”, objetivamente expôs as suas regras:

[...] cada ministério se comprometa a limitar e a organizar os seus serviços dentro da verba global que lhes seja atribuída pelo Ministério das Finanças; - que as medidas tomadas pelos vários ministérios, com repercussão directa nas receitas ou despesas do Estado, serão previamente discutidas e ajustadas com o Ministério das Finanças; - que o Ministério das Finanças pode opor o seu veto a todos os aumentos de despesas correntes ou ordinárias, e às despesas de fomento para que se não realizem as operações de crédito indispensáveis; - que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes ministérios nas medidas relativas a reduções de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possam organizar tanto quanto possível, segundo critérios uniformes [...].⁴³

Essas regras tinham como meta equilibrar as finanças a todo custo; concentrar nas mãos do Estado o poder financeiro; canalizar esse poder para os serviços públicos. Limitavam, como se pode notar, a autonomia dos ministérios, cujos planos e atividades passavam a sofrer o crivo do Ministério das Finanças ou, mais especificamente, do Ministro Salazar. Reações contrárias não tardaram.

Em junho de 1928, em um pronunciamento a um grupo de militares, Salazar aproveitou para rebater as críticas. Cobrou uma postura austera e sacrifícios de todos:

[...] para lembrar que as reduções de serviços e despesas implicam restrições na vida privada, sofrimentos, portanto, que se traduziriam, entre outros, por diminuições de vencimentos, aumento de impostos e, eventualmente, numa primeira fase, carestia de vida [...].⁴⁴

Os resultados não demoraram a aparecer. Em relatório do biênio 1928-1929, feito por Salazar, houve um aumento significativo das receitas do Estado. Esses resultados foram conseguidos, como determinava o Ministro das Finanças, com muito sacrifício, principalmente da população urbana, que foi a mais atingida. Nesse período ocorreu também uma estagnação no desenvolvimento das atividades econômicas, fruto dessa política de retenção de gastos do governo e da crise internacional de 1929.⁴⁵ A “Ditadura Econômica” vigorou até a posse de Salazar como Presidente do Conselho, em julho de 1932.

O êxito de suas medidas fez de Salazar uma figura de destaque na política portuguesa, com influência sobre o Presidente da República Oscar Carmona. O então Ministro das Finanças marcou suas posições afirmando que a estabilidade e o fortalecimento do

⁴³ SALAZAR, Oliveira. Condições da Reforma Financeira. Discursos. Coimbra, v. I - 1928-1934, 1948, p.4-5. Apud: ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.271.

⁴⁴ ROSAS, BRITO, op. cit., p.272

⁴⁵ Ibidem, p.273.

governo só seriam possíveis através de uma postura antiliberal e antidemocrática. Essa postura se opunha ao ideário da ala mais liberal dos militares, que acreditava ser necessária uma aproximação com os republicanos do Partido Republicano Português.

A oposição tentou afastar Salazar do governo, mas ele resistiu. Isso se tornou claro quando do caso da “portaria dos sinos” – portaria publicada pelo Ministro da Justiça, Mário de Figueiredo, amigo de Salazar, liberando o horário dos toques dos sinos das igrejas, contrariando a disposição da lei de separação do Estado e das igrejas –, que foi revogada pelo governo. Em represália, Salazar se demitiu, afirmando que sua atitude não se limitava à questão dos “sinos”, envolvia a necessidade do governo de tomar posições, uma crítica à tolerância do Presidente Carmona com a oposição. O Presidente do Ministério, Vicente de Freitas, demitiu-se, caindo o seu governo em 5 de julho de 1929. Outro governo foi organizado, tendo como presidente Ivens Ferraz, sem a participação de Salazar, mas a sua permanência foi curta – Carmona não aceitava nenhum governo de que Salazar não fizesse parte. Em janeiro de 1930, caiu o governo de Ivens Ferraz, e foi nomeado Domingos de Oliveira, com Salazar no Ministério das Finanças novamente. A partir desse momento Salazar estava consolidado no poder.⁴⁶

Os militares republicanos conservadores passaram a uma posição defensiva em relação a Salazar. Ainda detinham postos importantes no exército, e ainda eram ouvidos pelo Presidente Carmona. Esses militares, junto com a oposição republicana, defendiam a realização de eleições como via de constitucionalização do regime. O Presidente da República chegou a permitir a organização de um grupo de partidos de oposição, a Aliança Republicana e Socialista, para concorrer com a União Nacional, partido do governo criado em 30 de julho de 1930. As negociações entre o governo e a Aliança Republicana se estenderam até 1931, mas um incidente, a Revolta Reviralhista de 26 de agosto⁴⁷, ocorrida em Lisboa, contra o governo, pôs fim aos projetos eleitorais.

Salazar, líder do grupo contrário à convocação dessas eleições, alertava os setores antiliberais do perigo da vitória dos antigos republicanos e das possíveis consequências para a “ditadura”. A revolta de 26 de agosto deu razão a Salazar e seus aliados, afastando a possibilidade de uma República pluralista e liberal, e fortalecendo o plano de governo salazarista.

⁴⁶ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.190-193.

⁴⁷ A Revolta de 26 de Agosto foi a última promovida pela oposição democrática antes da implantação do salazarismo. A esse respeito vide: FARINHA, Luís. **O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.171-200.

Em fins do ano de 1931, o nome de Salazar foi cogitado para assumir a Presidência do Conselho de Ministros. Fato que se efetivou em 5 de julho de 1932, dando início ao Estado Novo português.

1.2.2 O longo Governo Salazarista

O período que se iniciou em 1932, e teve seu término em 25 de abril de 1974, com um golpe militar, foi denominado Estado Novo. Foi uma continuação do governo militar iniciado em 1926, mas que se destacou como um período em que o poder esteve sob o controle absoluto da pessoa de António de Oliveira Salazar, que exerceu o cargo de Presidente do Ministério (algo como um primeiro-ministro), entre 1932 e 1968, quando foi afastado por problemas de saúde, sendo substituído por Marcelo Caetano.

Essa fração da história de Portugal foi também comumente denominada Governo Salazarista – um dos mais longos regimes autoritários –, por ter sido António de Oliveira Salazar seu mentor e condutor. Mesmo para o período sob a presidência de Marcelo Caetano não é estranha, na análise de alguns estudiosos, a manutenção da mesma denominação, sintetizada numa famosa frase a respeito do governo de Caetano: “O Salazarismo sem Salazar”.

António de Oliveira Salazar era natural do Vimieiro, aldeia do Concelho de Santa Comba Dão, nascido em 28 de abril de 1889. Filho caçula de cinco irmãos, era o único homem. Vinha de uma ascendência rural e muito modesta: o pai, António de Oliveira, era feitor na propriedade rural da família Perestrelos, uma das mais influentes da região⁴⁸; a mãe, Maria do Resgate Salazar, quando da construção da estrada de ferro da Beira Alta, abriu na região uma pequena cantina para fornecer alimentação aos trabalhadores da estrada e viajantes.

Iniciou seus estudos na sua terra natal, indo em seguida, por indicação do pároco da aldeia, para o Seminário Diocesano de Viseu. Aos 10 anos de idade, sua dedicação e disciplina nos estudos chamaram a atenção do diretor do Seminário, o Dr. José Frutuoso da Costa, homem tradicionalista e monarquista que muito influenciou Salazar. Permaneceu oito anos no seminário, onde, além das matérias comuns, frequentou o curso de Teologia, ponto de partida para a formação da sua personalidade e sua liderança nos setores conservadores e

⁴⁸ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.861.

católicos de Viseu.⁴⁹ Quando se formou, em 1908, passou a defender e propagandar o antirrepublicanismo, contrapondo-se ao crescente movimento republicano e ao seu caráter fortemente anticlerical.⁵⁰

Em 1910, matriculou-se na Faculdade de Direito de Coimbra. Foi nesse período que Salazar teve contato com textos de católicos conservadores e monarquistas, como Maurras, António Correia de Oliveira, Malheiros Dias, entre outros. Foi essa bagagem cultural que transformou Salazar em um prodigioso doutrinador e político defensor de uma postura conservadora e católica. Passou a fazer parte do Centro Acadêmico da Democracia Cristã (CADC).

Como membro do CADC, começou a proferir discursos defendendo a importância da Igreja nas questões sociais e políticas. Esses discursos estavam embasados na Doutrina Social da Igreja, idealizada pelo Papa Leão XIII, em sua encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, momento em que “os problemas sociais e econômicos mais graves giram em torno dos abusos provocados pelo interesse pessoal excessivamente voltado – num sistema econômico liberal – apenas para a busca do lucro”⁵¹. A encíclica combatia a exploração do trabalhador, assim como a luta de classe, o liberalismo e o marxismo, acreditando que a religião poderia ser um elemento de reforma e de justiça social.⁵² Era claramente uma busca por impedir o avanço do comunismo e a sua proliferação entre as classes trabalhadoras.

Segundo Leão XIII, era necessário ainda que os governos, dentro de uma visão cristã, defendessem e protegessem com autoridade as leis e as instituições.

A intervenção do Estado é aprovada toda vez que a liberdade concedida às relações naturais ponha em risco a realização da justiça. O Estado deve representar a “Providência para o trabalhador”, a este título zelando por que o operário receba, em troca de seu trabalho, um “salário justo”, ou seja, uma remuneração suficiente para garantir-lhe a si e à sua família uma subsistência digna. Este salário deve ser proporcional ao valor de seu trabalho.⁵³

⁴⁹ Foi membro da Congregação da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem, onde chegou a ser presidente. Concluiu o curso Teologia, no qual recebeu as ordens menores, mas não quis prosseguir os estudos e se ordenar padre. ASSAC, J. Ploncard d'. **Salazar: A vida e a obra**. Lisboa: Editorial Verbo, 1989, p.17.

⁵⁰ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.861.

⁵¹ HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Editorial Atlas, 1962, p.350.

⁵² GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012, p.165.

⁵³ HUGON, op. cit., p.351.

A ideia de autoridade, para certos elementos antiliberais, anticomunistas, alguns monarquistas, promoveu o surgimento de movimentos e doutrinas reacionárias.⁵⁴ Como, no caso de Portugal, o Integralismo Português, de formação monarquista, católico e defensor de uma política autoritária.

Em 1914, Salazar concluiu o curso de Direito, e dois anos depois passou a dar aulas, provisoriamente, de Economia e Finanças. Em 1918, já como professor efetivo de Ciências Econômicas, recebeu o grau de Doutor pela Universidade de Coimbra.

A primeira tentativa de se eleger a um cargo político se deu em 1919, quando, filiado ao Centro Católico Português⁵⁵, apresentou a sua candidatura a deputado; não foi eleito. Em 1921, uma nova tentativa alcançaria êxito, mas, em consequência das diversas crises por que passava a Primeira República, mais uma vez o Congresso foi fechado, perdendo Salazar o seu mandato. As suas atividades como crítico dos governos da Primeira República não cessaram, continuou discursando, tornando-se cada vez mais uma figura em evidência nos meios oposicionistas, e atraindo muitos seguidores.

Em 1925, como chefe do Centro Católico, correspondeu-se com vários correligionários, escreveu em vários jornais oposicionistas e foi convidado a participar de eventos e congressos. Pode-se dizer que foi nesse momento que António de Oliveira Salazar deu início à sua escalada ao poder.

Após o Golpe Militar, a 28 de maio de 1926, o primeiro governo que assumiu, o de Mendes Cabeçadas, chamou Salazar e mais dois catedráticos de Coimbra, Mendes dos Remédios e Manuel Rodrigues, para fazer parte do seu ministério. Salazar relutou, mas, incentivado por amigos e aliados, acabou por aceitar assumir a pasta das Finanças. Seus temores tinham fundamento, cinco dias depois o governo de Cabeçadas foi deposto. O novo governo queria que ele permanecesse, porém Salazar, assim como os outros dois catedráticos, preferiu se demitir.

Retornou a Coimbra, mas não se afastou totalmente do governo: passou a auxiliar Sinel de Cordes, o novo Ministro das Finanças. A ele sugeriu um plano de reformas, com o qual o ministro discordou. Rompeu com Sinel de Cordes, passando a criticar a sua política. Sinel de Cordes não conseguiu resolver a crise econômica, envolvendo-se em tentativas

⁵⁴ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português.** Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012, p.172.

⁵⁵ O Centro Católico Português era um partido religioso, não clerical, fundado em 1917, composto por leigos e religiosos. Em seu programa inscreviam-se não apenas objetivos religiosos, mas também político-sociais. Tinha uma visão conservadora de inspiração monarquista. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo.** Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.141-142.

desesperadas de obtenção de empréstimos, que se revelaram ineficazes. Sem outra saída, o governo demitiu o ministro.

Salazar, em 1928, como dito anteriormente, foi novamente convidado a integrar o novo ministério, agora sob o governo presidido por Oscar Carmona. Impôs várias condições para aceitar tal incumbência, com as quais o governo, diante da situação crítica que se estava vivenciando, concordou prontamente. O novo ministro, com a autoridade que lhe foi concedida, fez diversas reformas e alterações que atingiram seus objetivos. A partir daí, o prestígio e o poder de Oliveira Salazar só tenderam a crescer e se consolidar, e o levaram, dentro de um plano construído por ele mesmo, à Presidência do Conselho de Ministros, em 1932, onde permaneceu ininterruptamente por 36 anos, sobrevivendo a crises e a diversas tentativas de tirá-lo do poder, fosse pela via legal, eleitoral, fosse através de revoltas ou de golpes que falharam.

Muitos pesquisadores⁵⁶ se debruçaram sobre o salazarismo, tentando classificá-lo dentro do perfil dos diversos exemplos de governos autoritários contemporâneos surgidos na Europa. O que se pode dizer – e se tornou consenso entre os diversos investigadores do assunto – é que o governo de Salazar se caracterizava por ser antiliberal, antidemocrático e anticomunista. Surgiu, assim como o fascismo e o nazismo, como uma resposta à crise que o mundo, de maneira geral, estava vivendo no entreguerras: desemprego, inflação, crise econômica, o crescimento de uma esquerda mais militante, motivada pela vitória da revolução bolchevique na Rússia. Tais problemas não estavam sendo barrados ou resolvidos – pelo menos na visão das oposições – pelos governos democráticos e liberais, vistos como “fracos” e “incompetentes”.

Essas oposições de direita pregavam uma política rígida que diminuísse as liberdades e aumentasse os mecanismos de controle, através de governos autoritários que se fizessem presentes em todos os setores da sociedade. Assim foi o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal, e em outras nações, como a Espanha, a Áustria, o Brasil etc.

Por essas e outras características semelhantes, alguns estudiosos tendem a classificar o governo autoritário português idealizado e dirigido por António de Oliveira Salazar (e depois por Marcelo Caetano, entre 1968 e 1974) como um tipo de “fascismo”. Para Manuel de

⁵⁶ Entre muitos que têm se dedicado ao estudo do salazarismo, podemos destacar alguns que possuem posições divergentes, como Manuel de Lucena, Antonio Costa Pinto, Luís Reis Torgal, Fernando Rosas, Manuel Braga da Cruz, entre outros.

Lucena⁵⁷, o salazarismo era um “fascismo sem movimento fascista”, na medida em que as características que o aproximavam do modelo italiano se davam no nível de Estado, no qual se teve a criação de um partido único, de uma polícia política, de um predomínio do chefe de Governo sobre o de Estado etc., e não de um movimento que envolvesse a população, como ocorrido na Itália e na Alemanha. Na visão de Lucena, isso seria suficiente para ver o salazarismo com um exemplo de fascismo.

Outros, por sua vez, discordam da ideia de um “fascismo à moda portuguesa”, dando relevo a outros grupos mais significativos na formação do Estado Novo. António Costa Pinto, ao analisar a formação do consulado de Salazar, diz o seguinte a respeito da importância dos fascistas no governo:

Os fascistas foram, nesse processo, uma “quantidade negligenciáveis”. A existência de uma direita autoritária, escorada em instituições poderosas como a Igreja, o fundamental da hierarquia das Forças Armadas e de alguns grupos de interesses dos proprietários agrícolas e industriais, bloqueou espaço e função a esse pólo radical e mobilizador.

[...] No caso português, portanto, quer em nível interno, quer em nível externo, nenhum factor potenciou o papel dos fascistas, já que nenhuma variável internacional condicionou a espontânea decisão das elites governamentais de eliminarem um contestatário movimento fascista nativo [...].⁵⁸

Há elementos muito próprios do regime salazarista que o marcaram durante toda a sua vigência: o plano conservador e tradicionalista que Salazar incutiu na sociedade, que teve reflexos principalmente na economia, uma quase que total estagnação, sem grandes interesses em investimentos tecnológicos ou financeiros, em particular nos primeiros 20 anos do Estado Novo. O que se valorizava era a imagem de um país que procurava preservar costumes e hábitos. O ideal era a vida do campo, das pequenas aldeias: simples, pacata e ordeira, sem pretensões e discreta. Aliás, o próprio Salazar personificava essa imagem, era um homem que evitava, quando possível, falar e aparecer em público; governava de seu gabinete; durante os

⁵⁷ LUCENA, Manuel de. Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica - I. **Análise Social**. Lisboa, v. XX (4º), n. 83, 1984, p.423-451.

⁵⁸ PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos P.; PINTO, Antonio Costa (Orgs.). **O Corporativismo em Português**: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.23-24. Este trabalho acompanha a posição do professor Antonio Costa Pinto, que afirma que o salazarismo não é um exemplo de governo fascista.

36 anos que governou, fez somente uma viagem internacional, à Espanha, a convite de Franco.⁵⁹

O fascismo e o nazismo, por sua vez, buscaram o apoio das massas, tinham um discurso e uma prática de exaltação do engrandecimento e da modernização da pátria, e a exploração da imagem de um líder carismático sempre presente.⁶⁰ O nazismo, por exemplo, sempre incentivou a filiação dos cidadãos ao partido, através de todo um aparato que buscava seduzir as pessoas.

Suas reuniões, em salas de aluguel ou cervejarias, atraíam o público, especialmente os jovens, pelo espetáculo dos uniformes, das bandeiras, de todo um ritual. No dia de uma manifestação, os membros das seções de assalto chegavam das vizinhanças em caminhões ou em pequenos grupos a pé, suscitando a curiosidade num raio de alguns quilômetros. Lançavam panfletos à sua passagem, pintando cruces gamadas nas calçadas, entoavam em coro cânticos de ritmo arrebatador.⁶¹

Já o salazarismo nunca se preocupou com isso, a União Nacional, partido único do governo, não era um partido que se preocupava ou se interessava por angariar seguidores.

Salazar não negava algumas posições em acordo com o fascismo, buscava sempre balizá-las:

A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no caráter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços ou obstáculos.⁶²

Salazar descrevia o governo português como que regido dentro de uma “moral”⁶³, respeitador das liberdades individuais e seguidor das leis – liberdades essas, salienta-se, muito

⁵⁹ PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos P.; PINTO, Antonio Costa (Orgs.). **O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.29.

⁶⁰ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 121.

⁶¹ RICHARD, Lionel. **A República de Weimar - 1919-1933**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.129.

⁶² FERRO, A. **Salazar**. O homem e sua obra. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p.74. Apud: TORRAL, Luís Reis. O Estado Novo. Fascismo, Salazarismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2000, p.314.

⁶³ TORRAL, op. cit., p.314.

limitadas pelas leis. Um governo constitucional, fortemente burocratizado⁶⁴, oficializado pela promulgação da Constituição do Estado Novo em 1933.

O elemento mais importante que diferenciou o salazarismo dos principais governos autoritários foi a influência católica. Não se pode esquecer, como já foi dito aqui, que Salazar teve uma formação embasada nos princípios católicos da época. Sua vida acadêmica e política se iniciou dentro de grupos católicos: o Centro Acadêmico da Democracia Cristã e o Centro Católico. Influência que se fazia também muito presente entre as elites acadêmicas e políticas, que cercaram e apoiaram o salazarismo.⁶⁵

Para Salazar, os governos fascistas se pautavam por uma visão laica e anticristã, que não se concebia dentro dos seus preceitos morais e éticos.⁶⁶ Portanto, conclui-se que a posição de Costa Pinto é mais acertada, já que Salazar, apesar de ter concordado e apoiado governos fascistas, nunca quis copiá-los ou mesmo se enquadrar em seus modelos. O salazarismo, por sua postura conservadora e católica, aproximava-se mais da Action Française de Charles Maurras – Salazar, aliás, sempre afirmou a influência do maurrasianismo em seu modo de pensar⁶⁷ –, um movimento conservador católico e monarquista.

O pensamento de Maurras incentivou o surgimento do Integralismo Lusitano, que se desenvolveu nos meios acadêmicos mais reacionários da Universidade de Coimbra, atuando entre 1914 e 1922, mas cuja influência permaneceu ainda por muito tempo.⁶⁸ O Integralismo Lusitano agregou uma parcela dos católicos e monarquistas. Aqueles que se exilaram na França, quando da proclamação da república, tiveram contato com a Action Française; com a anistia de 1914, os retornados introduziram o pensamento de Maurras em Portugal.

Foi na Action Française que as doutrinas revolucionárias, em torno de um pensamento nacionalista de cunho conservador, buscaram elementos de inspiração em diversos movimentos políticos do século XX. Ao analisar as origens e a existência dos movimentos fascistas na Europa, estudos estabelecem fundamentações para a compreensão do fascismo pelo movimento francês.⁶⁹

⁶⁴ PAYNE, Stanley G. Salazarism: “fascism” or “bureaucratic authoritarianism”? In: **Estudos de História de Portugal**. Vol. II Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

⁶⁵ CRUZ, Manuel Braga da. Notas para uma caracterização política do salazarismo. **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII (3º, 4º, 5º), n. 72, 73, 74, 1982, p.774.

⁶⁶ *Ibidem*, p.774-775.

⁶⁷ PINTO, Antonio Costa. O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas? **Análise Social**. Lisboa, v. XXV (4º, 5º), n. 108, 109, 1990, p.707.

⁶⁸ *Idem*. A formação do integralismo lusitano (1907-1917). **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII (3º, 4º, 5º), n. 72, 73, 74, 1982, p.1409. CRUZ, Manuel Braga da. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII (1º), n. 70, 1982, p.137.

⁶⁹ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012, p.177-178.

Nesse período, Salazar era catedrático na Universidade de Coimbra. Ele nunca foi um integralista – embora um dos núcleos donde saíram alguns integralistas tenha sido o Centro Acadêmico da Democracia Cristã⁷⁰, do qual Salazar fazia parte –, mas o contato e o aproveitamento dessas ideias são inegáveis, segundo suas próprias afirmações.

Em 1932, surgiu um novo movimento, o nacional-sindicalismo, originário de uma dissidência do Integralismo Lusitano e estruturado aos moldes do fascismo italiano. Entre seus membros se encontravam estudantes, o baixo oficialato, intelectuais e profissionais liberais; a maioria de seus integrantes estava na média dos 30 anos, e entre seus líderes nenhum ultrapassara os 50 anos.⁷¹ Foi também utilizado por Salazar na consolidação de seu governo, porém, por não corresponder aos ideais do Movimento Nacional-Sindicalista, e principalmente de seu líder, Rolão Preto, que criticava o partido único, a União Nacional, como pouco dinâmico e conservador, e o próprio Salazar como um líder sem carisma, opôs-se ao Salazarismo, tentando mesmo um golpe de Estado em 1935. O golpe foi reprimido, levando ao fim do Movimento e ao exílio de seus principais membros.⁷²

O mesmo ocorreu com os integralistas no momento em que Salazar, já no comando do governo, afirmou a inviabilidade da restauração da monarquia, passaram então à oposição.⁷³

No discurso na Sala do Conselho de Estado proferido em 23 de Novembro de 1932, Salazar, já então presidindo quer a UD quer o Governo, convidou os monárquicos a colaborar com a União Nacional e a subalternizar a intenção monárquica restauracionista à reconstrução nacionalista do País, avisando-os claramente da inconveniência e improbabilidade de repor a Monarquia a curto prazo. [...]

Efectivamente, uma grande parte dos monárquicos aderiram ao Estado Novo. Muitos mesmos entraram a fazer parte dos quadros activos e até dirigentes da União Nacional. Só os integralistas [...] se quedaram na oposição, denunciando os “desertores”.⁷⁴

O que cabe ressaltar é que, mesmo assim, muitos membros do Movimento Nacional-Sindicalista e do Integralismo Lusitano, principalmente as alas mais jovens, convidadas por

⁷⁰ PINTO, Antonio Costa. A formação do integralismo lusitano (1907-17). **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII (3º, 4º, 5º), n. 72, 73, 74, 1982, p.1412.

⁷¹ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.175.

⁷² ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.345-346.

⁷³ CRUZ, Manuel Braga da. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII, (1º), n. 70, 1982, p.175.

⁷⁴ Ibidem, p.174.

Salazar, integraram-se ao governo, moldando-se ao ideário do salazarismo. Entre os que faziam parte do governo estava o integralista Marcelo Caetano, figura de destaque que exerceu vários cargos durante o Estado Novo, sendo o sucessor de Salazar como Presidente do Conselho de Ministros, em 1968.

Com o objetivo de se fortalecer, de criar as bases de seu governo, Salazar foi se utilizando tanto dos integralistas como dos nacional-sindicalistas através de manobras políticas. Quando o governo, a partir de 1932-1933, consolidou-se, e as tensões se intensificaram – como no caso dos nacional-sindicalistas –, Salazar reprimiu com violência e neutralizou os opositores. Com as elites católicas⁷⁵, na sua maioria, até aproximadamente o início da década de 1950, a relação com o salazarismo foi oposta: uma relação que o fortalecia, o caracterizava e, principalmente, o diferenciava do fascismo e do nazismo.

Com o advento do Estado Novo, muitos elementos das elites católicas viram com esperança, e com certo entusiasmo, ter na Presidência do Ministério um católico tradicionalista como António de Oliveira Salazar. Os embates ocorridos durante a Primeira República entre católicos e o governo, seja em questões religiosas, seja em questões sociais, seriam agora resolvidos (ou assim se esperava). “Para já, significava o fim das perseguições, das espoliações e a possibilidade de recuperação do antigo prestígio e influência.”⁷⁶

O apoio a Salazar não foi unânime, alguns membros das elites católicas procuraram manter certa autonomia em relação ao governo, não se incorporando, por exemplo, à União Nacional. Era uma minoria, muitos se cercaram do salazarismo com o objetivo de garantir seus interesses, auxiliando na organização das instituições do regime.

Buscando então garantir seus interesses e defender o Estado Novo, as elites católicas passaram a atacar francamente o nacional-sindicalismo, e a propaganda nazifascista, condenando o laicismo e o paganismo dos governos da Alemanha e da Itália, bem como os atritos com o Vaticano. Essas críticas se faziam sem restrições tanto na imprensa católica como na imprensa política do regime. Muito do que se dizia vinha ao encontro do que pensava Salazar.

⁷⁵ Utiliza-se neste trabalho da mesma definição de “elites católicas” feita por Manuel Braga da Cruz: “Por ‘elites católicas’ queremos significar as elites ‘organizadas’ da Igreja Católica em Portugal, tal como se apresentavam nos começos do regime. Referimo-nos quer à elite hierárquica, integrada pelos bispos e pelo alto clero, quer também ao conjunto de leigos católicos que agiam na vida pública antepondo a outras identificações (profissionais, políticas ou culturais) a sua condição de católicos, e o faziam em estreita ligação e obediência às diretrizes das autoridades eclesiásticas.” CRUZ, Manuel Braga da. *As elites católicas nos primórdios do salazarismo. Análise Social*. Lisboa, v. XXVII (2º, 3º), n. 116, 117, 1992, p.547.

⁷⁶ REZOLA, Maria Inácia. *A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo*. In: MARTINHO, Francisco Carlos P.; PINTO, Antonio Costa (Orgs.). **O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.250-251.

[...] cedo começaram a denunciar as “insolências” e “incoerências” do *duce*. [...] Denunciavam o seu culto pagão da supremacia do Estado, o culto excessivo da chefia, a pretensão do enquadramento militar da juventude e da sua educação exclusiva, a excessiva concentração de poderes nas mãos de Mussolini, o seu nacionalismo exacerbado e expansionista, que deturpava o equilíbrio europeu [...].⁷⁷

Manifestações em público contra o fascismo, o nazismo e também outro perigo, o comunismo, foram frequentes por parte do clero, dos bispos e do próprio Cardeal Manuel Cerejeira, Cardeal-patriarca de Lisboa e amigo íntimo de Salazar. Campanhas foram feitas por parte da Igreja com o objetivo de combater o avanço dessas ideias tidas como perniciosas. Seguindo as críticas feitas pelo Papa Pio XI, em 1937, o episcopado, em uma pastoral *Sobre o comunismo e alguns problemas de hora presente*, denunciou o comunismo como o perigo mais sério, porém não o único, “se denuncia também a ‘vaga do paganismo’ que idolatra a classe, a raça, a nação, o Estado...”⁷⁸

Outra maneira de combate ao nazifascismo e ao comunismo foi a oficialização do culto da Virgem de Fátima. Combatido durante a Primeira República, dentro de uma política anticlerical do governo, passou a ser valorizado pelo governo militar, e organizado e estruturado pelo Estado Novo. Em momentos importantes, como os festejos da “aparição” de Nossa Senhora na Cova da Iria, havia a participação de autoridades do governo, ou em momentos de tensão, como durante as guerras coloniais, peregrinações eram promovidas pedindo a proteção de Fátima aos soldados portugueses. Havia mesmo a ideia, defendida por parte do clero português, interpretando os anúncios feitos por Nossa Senhora aos três pastores, de que Salazar e o seu governo já eram previstos como os “salvadores” da nação portuguesa.⁷⁹

Haja vista a liberdade de atuação que até certo ponto desfrutavam os católicos, tem-se a criação da Acção Católica Portuguesa, órgão do episcopado criado em 1933, que manteve uma autonomia, colaborando com o regime, preocupada com as questões sociais e ideológicas, não interferindo nas questões políticas. Essas instituições católicas, mesmo com algumas dissidências no pós-guerra, tiveram importância na contenção de tensões contra o salazarismo, e na doutrinação e vigilância das massas populares.⁸⁰

⁷⁷ CRUZ, Manuel Braga da. As elites católicas nos primórdios do salazarismo. *Análise Social*. Lisboa, v. XXVII (2º, 3º), n. 116, 117, 1992, p.552-553.

⁷⁸ *Ibidem*, p.556.

⁷⁹ RAMPINELLI, Waldir José. Fátima, o salazarismo e o colonialismo. *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 25/26, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011, p.61-62, 64 e 67.

⁸⁰ PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos P.; PINTO, Antonio Costa (Orgs.). *O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.35.

Cabe deixar claro que Salazar, apesar da proximidade entre o governo e as elites católicas, sempre manteve separados os assuntos de Estado e os da Igreja. A Igreja Católica em Portugal foi durante grande parte do Estado Novo um dos pilares do regime, mas isso nunca lhe deu o direito de interferir nas decisões tomadas pelo governo.

Ficou conhecida para a história o episódio entre Salazar e o seu íntimo amigo e companheiro de juventude, chefe da Igreja Católica portuguesa durante o “Estado Novo”, o cardeal Cerejeira, quando este último lhe escreveu, lembrando-lhe que ele era primeiro-ministro, porque “emissário dos amigos da Deus”, respondendo-lhe Salazar, num discurso, que ele estava ali “por nomeação legal do Presidente da República”. Por outro lado, Salazar, quando criou o seu partido único, apelou de imediato à dissolução do seu próprio partido do centro católico, o que provocou alguma tensão interna.⁸¹

Pode-se afirmar, por fim, que a aliança entre a Igreja Católica em Portugal e o Estado Novo foi benéfica para ambos os lados: Salazar restituiu os direitos que a Igreja havia perdido durante a Primeira República, e em troca a Igreja deu apoio ao salazarismo.

Desde logo o Estado Novo dá à Igreja a possibilidade de se reconstruir e recuperar a sua posição de religião “dominante”. Uma vez que para Salazar a participação dos católicos na “nova ordem” era fundamental, além de soberania no domínio religioso, é integrada no espírito da “Revolução Nacional” [...]

A Igreja, por seu lado, confere ampla credibilidade ao regime, sobretudo nos sectores rurais menos politizados. Com os seus movimentos e organizações, a Igreja contribui ainda para a socialização, enquadramento e mobilização de largos sectores da população portuguesa. [...] Assim, se a Igreja beneficia amplamente do seu “pacto” com o regime, a verdade é que, como observa Manuel Lucena, o salazarismo foi também muito devedor da acção e do apoio político da Igreja.⁸²

António de Oliveira Salazar, com apoio de vários setores da sociedade⁸³ – os grupos conservadores principalmente, entre eles a elite rural, setores da Igreja, parte do empresariado

⁸¹ PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos P.; PINTO, Antonio Costa (Orgs.). **O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.34-35.

⁸² REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. In: MARTINHO, Francisco Carlos P.; PINTO, Antonio Costa (Orgs.). **O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.252-253.

⁸³ Denise Rollemberg e Samantha Quadrat discutem que os governos autoritários e as ditaduras surgem com o apoio de setores da sociedade, e, portanto, são um produto social, não são algo que surge independente ou alheio aos interesses desses setores. Salazar, mesmo não sendo um líder carismático que buscasse o apoio das massas, construiu seu governo atendendo a reivindicações de grupos que lhe deram sustentação. ROLLEMBERG, Denise; QUANDRT, Samantha Viz. **A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

urbano e parte do Exército –, e ausência quase que total das camadas média e pobre da população, assumiu por indicação do Presidente da República, em 1932, sem praticamente nenhuma oposição naquele momento, o posto de Presidente do Conselho de Ministros, com liberdades que lhe permitiram a adoção de uma política antiliberal, anticomunista e antidemocrática.

Preocupado em dar uma imagem legalista ao seu governo, Salazar, entre as primeiras medidas tomadas, promulgou uma nova Constituição, em 1933, que deu início e institucionalizou o Estado Novo, um governo autoritário que perdurou por 41 anos. Para manter esse governo autoritário, o Estado teve a necessidade de criar estruturas e mecanismos de controle, vigilância e repressão. Para a defesa do Estado foi criada uma polícia política, a PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, em 1933. Substituída, em 1945, pela PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado, que no final, já na administração de Marcelo Caetano, em 1969, passou a denominar-se DGS - Direção Geral de Segurança. Os nomes foram alterados, mas as funções se mantiveram as mesmas, o que se notou foi uma ampliação e reestruturação do órgão.⁸⁴

Subordinada ao Ministério do Interior, que na prática se dirigia diretamente à Presidência do Conselho de Ministros, ou seja, ao próprio Salazar⁸⁵, tal polícia atuava em âmbito nacional, dispondo de dois poderes fundamentais: o poder de prender e o poder de instrução processual. Este último garantia à polícia política portuguesa uma ampliação das suas atribuições policiais.

[...] ainda que legalmente partilhados com o Tribunal Militar Especial, incumbido do julgamento dos crimes políticos até 1945, eram na realidade, quase soberanos, eximindo-se a qualquer fiscalização. O mesmo organismo que prendia, procedia depois às diligências tendentes à incriminação, limitando-se, em geral, o julgamento a ratificar as conclusões policiais, obtidas sobretudo com base no interrogatório dos arguidos, com o recurso sistemático à coacção e à tortura.⁸⁶

A PVDE/PIDE ainda fornecia informações de natureza política a vários órgãos e autoridades públicas, auxiliava os serviços de censura, violava correspondências e montava escutas telefônicas. Tinha a função também de vigilância às fronteiras e aos estrangeiros. A

⁸⁴ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.747.

⁸⁵ HECKER, Frederico Alexandre de Moraes. Políticas e polícias autoritárias, tanto lá como cá. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Deslocamentos e Histórias: os portugueses**. Bauru, SP: Edusc, 2008, p.387.

⁸⁶ ROSAS, BRITO, op. cit., p.747-748.

partir de 1945, já como PIDE, foi autorizada a sugerir e adotar práticas de controle dos elementos de oposição, como a dilatação das prisões preventivas sem prova de crime de três para até seis meses, sem nenhuma intervenção judicial.

A violência era prática frequente da polícia política como mecanismo de controle e repressão aos opositores do Estado. Torturas físicas e psicológicas, e mesmo assassinatos, marcaram todo o período do Estado Novo, como o caso, de repercussão internacional, do assassinato do General Humberto Delgado, candidato à Presidência da República em 1958, morto pela PIDE na Espanha, em 1965.

Os opositores que fossem julgados e condenados pelos Tribunais Especiais eram internados nos presídios políticos criados ou adaptados pelo Estado Novo. Deve-se salientar, entretanto, que nem todos os prisioneiros políticos passaram pelos tribunais, alguns tiveram pena decretada pela PVDE/PIDE, como já foi dito anteriormente. Cabe notar ainda que a trajetória da PVDE/PIDE foi semelhante à de outras polícias políticas criadas na mesma época e nas mesmas circunstâncias em várias partes do mundo.⁸⁷

Foram cinco os presídios políticos existentes durante o Estado Novo: o Forte de Peniche, o Forte de D. Luís I, a Cadeia de Aljube, o Forte de São João Baptista e o Campo de Concentração do Tarrafal. O Forte de Peniche, localizado na cidade de Peniche, no distrito de Leiria, edificado no século XVI, durante o período da união ibérica, tinha a princípio uma função militar de proteção. Em 1934 foi adaptado para servir como presídio.

O Forte de D. Luís I (ou Forte-Prisão de Caxias), estabelecimento militar localizado na cidade de Caxias, distrito de Oeiras, foi construído em 1901. Em 1935, teve uma de suas alas transformada para receber prisioneiros políticos. Por sua vez, a Cadeia de Aljube, localizada em Lisboa, foi um estabelecimento prisional criado no século VIII durante o domínio muçulmano na Península Ibérica. Posteriormente, funcionou como prisão eclesiástica, até meados do século XIX, em seguida como prisão feminina, até os anos de 1920. Em 1928, foi transformada em prisão política. Com a criação da PVDE, em 1934, passou a ser uma de suas prisões onde se realizavam interrogatórios e torturas. Fechada em 1965, após protestos de estudantes, familiares de presos e populares, além de pressões internacionais.

⁸⁷ Pode-se tomar como comparação o DEOPS paulista (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo). Criado em 1924, em um momento tumultuado da política brasileira, veio para dar apoio ao Estado. A princípio uma pequena delegacia, que foi se ampliando e se dividindo para melhor vigiar, controlar e punir todos aqueles que, aos olhos do Estado, pusessem em risco a ordem nacional. LEITÃO, Alfredo Moreno; SILVA, Débora Cristina Santos da. Um histórico do fundo DEOPS-SP. **Quadrilátero**. Brasília, v. 1, n. 1, mar./ago. 1998.

O Forte de São João Baptista foi um dos dois presídios construídos fora do continente. Localizado na Ilha Terceira, nos Açores, esse forte militar remonta ao século XVII. Durante a Primeira Guerra Mundial, foi usado como campo de concentração para os súditos alemães e austro-húngaros residentes em Portugal e nas colônias, além das tripulações dos navios desses países que se encontravam nos portos portugueses durante a guerra.⁸⁸ A partir de 1933, passou a ser utilizado pelo Estado Novo.

Por fim, o Campo de Concentração do Tarrafal, construído também fora do continente, na Ilha de Santiago, no Arquipélago do Cabo Verde, África, na época um dos domínios coloniais portugueses. Criado pelo Decreto-lei nº 26.539, de 23 de abril de 1936⁸⁹, veio em resposta ao aumento de presos políticos, dos quais as outras prisões já não davam conta. Além disso, a ideia da criação de um presídio no ultramar:

[...] destinar-se-á a presos por crime político que devam cumprir a pena de desterro ou que, tendo estado internados em outros estabelecimentos prisionais, se mostrem refractários à disciplina deste estabelecimento ou elemento pernicioso para outros reclusos [...].⁹⁰

O Campo do Tarrafal foi descrito por muitos dos ex-presos como o pior presídio do Estado Novo, onde o calor, os maus-tratos, os trabalhos forçados e as péssimas condições de higiene e alimentação levavam a um alto número de óbitos. Não era por acaso que o Tarrafal era conhecido como o *Campo da Morte Lenta*.⁹¹ Funcionou em dois períodos, primeiro de 1936 a 1954⁹², quando foi fechado; e depois de 1961 a 1974⁹³, período em que, com o início das guerras coloniais, recebeu prisioneiros de guerra.

⁸⁸ REZENDES, Sérgio. **A Grande Guerra nos Açores**: memória histórica e patrimônio militar. Dissertação (Mestrado em História), Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2008, p.91-97.

⁸⁹ DIÁRIO DO GOVERNO - Presidência do Conselho. Lisboa, 23/04/1936.

⁹⁰ Decreto-Lei nº 26.539, artigo 2º. DIÁRIO DO GOVERNO - Presidência do Conselho. Lisboa, 23/04/1936.

⁹¹ SOUSA, Franco de (Coord.). **Tarrafal** – Testemunhos. Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

⁹² Pelo Decreto-Lei nº 40.675, artigo 7º: “É extinta a Colônia Penal de Cabo Verde, criada pelo Decreto-Lei nº 26.539, de 23 de Abril de 1936.” No mesmo decreto é criada a Colônia Penal de Bié (Angola), que tinha como destino o “internamento de delinquentes comuns de difícil correcção condenados pelos tribunais metropolitanos” (artigo 2º). Mas, segundo seu parágrafo único: “Poderá o Ministro da Justiça, com acordo do Ministro do Ultramar, determinar que sejam internados na Colônia condenados não compreendidos no corpo do artigo.” Entretanto, não foi encontrada nenhuma referência a presos políticos no Campo de Bié. O mobiliário e os funcionários do Tarrafal foram transferidos para Angola, como determinava esse mesmo decreto. DIÁRIO DO GOVERNO - Ministério da Justiça. Lisboa, 07/07/1956.

⁹³ O Campo do Tarrafal foi fechado oficialmente em 1956, embora suas atividades tenham se encerrado dois anos antes. Recriado em 1961, com o nome de Campo de Trabalho de Chão Bom. A nova nomenclatura – “campo de trabalho”, e não “campo de concentração” – apenas visava mascarar os objetivos do presídio, que na verdade eram os mesmos de antes. BARROS, Victor. **Campos de Concentração em Cabo Verde**: as ilhas como espaço de deportação e prisão no Estado Novo. Coimbra: Imprensa de Universidade de Coimbra, 2009, p.107-108.

Para se conhecer um pouco das práticas do Campo de Concentração no período de 1936 a 1954, foram utilizados dados constantes no livro “*Tarrafal – Testemunhos*”, no qual são contabilizados 364 presos.⁹⁴ Só no primeiro ano deram entrada 151 indivíduos. O tempo de permanência variava, em geral, de quatro a cinco anos, mas houve indivíduos que permaneceram mais de 17 anos. Nem todos foram postos em liberdade após esse período, 17 presos foram transferidos para outros presídios (dois para o Forte de S. João Baptista, nos Açores). Outros ainda saíram e retornaram (11). O que se percebe é que o tempo de pena era maior do que consta nos dados, e que havia uma rotatividade de presos.

Apesar de ter sido criado especificamente como presídio político, o Campo do Tarrafal recebeu outros tipos de presos, entre os listados como “preso comum” constam 11 indivíduos, além de seis não portugueses (um polonês, um lituano, dois alemães, um espanhol e um italiano). Não há informações sobre se eram presos políticos ou não, o que se pode suspeitar é que se tratasse de “prisioneiros de guerra”, pois todos foram presos entre 1940 e 1942. Por fim, desses 364 presos, 32 vieram a falecer vítimas provavelmente dos maus-tratos e do ambiente insalubre do Campo, sendo aí enterrados, sem contar os que sobreviveram, mas ficaram com sequelas físicas e psicológicas.

A oposição, principalmente a que se encontrava fora de Portugal, onde tinha uma maior liberdade, denunciava as arbitrariedades ocorridas em Tarrafal:

Seis horas da manhã. Silêncio no campo. Um guarda ergue um ferro e faz soar estridentemente um pedaço de carril dependurado dum arame, à entrada do portão. Era o sinal de levantar. Só ficavam deitados os muitos doentes e que para isso estavam autorizados pelo médico. Todos os demais até às 6 e meia tinham de se levantar [...] Os presos formavam em duas longas filas [...] Então entrava o chefe dos guardas, o célebre Seixas, ex-guarda pessoal do velho Carmona, muito importante na sua encadernação de chefe fumando sempre... um latagão de dois metros de altura, com mais força que um boi.
[...] Então corria os olhos de ponta a ponta da dupla fila e o carcereiro voltava a falar incisivo: - “Brigada Brava”. Os presos escalados para a Brigada Brava saíam da forma e formavam diante do Seixas. Um guarda indicado para nos vigiar e atormentar encabeçava o pelotão. Estes, armados de carros de mão, pás, picaretas e enchadas, lá seguiam seu destino para, durante 4 horas, ao sol, ao vento, suando e alguns dos seus componentes muitas vezes com 38 e 40 graus de febre, andarem fazendo covas e tapando covas. Era um trabalho que ninguém aproveitava, mas comprazia a maldade do diretor. O guarda, sempre vigilante, tinha ordens para não deixar descansar, sobre pretexto algum, nenhum dos presos.
[...]

⁹⁴ SOUSA, Franco de (Coord.). **Tarrafal – Testemunhos**. Lisboa: Editorial Caminho, 1978, p.281-292.

- Posso urinar senhor guarda...?
 - Agora não pode... – respondia o anjo da guarda de dentes arreganhados e olhar turvo, pistolão à cinta e vergalho na mão.
 - Posso urinar senhor guarda...?
 - Agora pode... – e assim, sempre. Só lá quando ao vigilante patriota apetecia é que o bicho bradava: - Alto... podem urinar... – e aí desse que não urinasse... o guarda zangava-se. Vezes houve em que algum dos presos que andava a trabalhar com febre, ao ser-lhe dada a ordem para urinar – como se essa e outras necessidades se pudessem fazer por ordem da vontade de um estranho – urinava sangue... Era a biliosa declarada... Era o segundo passo a caminho do cemitério do Tarrafal.⁹⁵

Outros dois organismos de controle e repressão foram criados pelo Estado Novo português: a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa. A Legião Portuguesa foi um órgão de caráter miliciano criado em 1936. Surgiu influenciada pelo fascismo, e pelo medo da Guerra Civil Espanhola – da possível derrota dos falangistas e vitória da esquerda –, com prováveis consequências para Portugal. Tal preocupação era real, pois o governo português chegou a enviar legionários para lutar na Espanha.⁹⁶

Subordinada aos Ministérios da Guerra e do Interior, a Legião Portuguesa agiu como auxiliar do Exército, congregando entre seus membros indivíduos das alas mais radicais da direita portuguesa, notadamente monarquistas e antigos filiados do nacional-sindicalismo. A partir de 1944, passou a auxiliar também a PIDE com um Serviço de Informação. Os anos de 1950 marcaram um aprimoramento das suas atividades, com ataques a manifestações e detenção de opositores, uma verdadeira tropa de choque, que só foi extinta com o fim do Estado Novo.⁹⁷

Ainda em 1936 foi criada a Mocidade Portuguesa, dentro do projeto de reorganização do Ministério da Instrução Pública. Tinha como objetivo enquadrar a juventude nos parâmetros ideológicos do salazarismo. Dividida por faixas etárias entre 7 e 17 anos, sua filiação era obrigatória, e visava principalmente a juventude urbana e estudantil que tinha mais facilidade de acesso a ideias contrárias ao governo.⁹⁸ Seguiu uma rígida disciplina militar, com hasteamento de bandeira e utilização de fardamento, inspirada na juventude hitherista, com a qual, nos primeiros anos, fizeram-se intercâmbios culturais.

⁹⁵ MENDES, Doria. Tarrafal por quem lá esteve. Portugal Democrático. São Paulo, jan. 1957. Apud: PINTO, Armando (et al.). **Salazar Visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962, p.16-17.

⁹⁶ PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, Antonio Costa (Orgs.). **O Corporativismo em Português**: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.33.

⁹⁷ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p.510-512.

⁹⁸ PINTO, op. cit., p. 33.

Preocupada com essa roupagem “fascista” da MP, a Igreja Católica passou a criticar a administração do órgão, levando à substituição do comissário nacional, o germanófilo Nobre Guedes, pelo ex-integralista Marcelo Caetano, em 1940. Caetano reestruturou a MP, deixando-a menos militarizada e mais próxima dos ideais pedagógicos e doutrinários da Igreja.

Em 1937 foi criada a versão feminina da MP, a Mocidade Portuguesa Feminina. Apesar de semelhantes, não havia subordinação de uma sobre a outra. Obrigatória e estratificada como sua versão masculina, tinha como objetivo primordial

[...] a formação do caráter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção do serviço social no amor de Deus, da Pátria e da Família. Através da educação moral, cívica, física e social pretendia formar, desde a infância, a “nova mulher”, boa católica e portuguesa, futura mãe “prolífica” e esposa obediente.⁹⁹

A MPF se inseria no projeto do Estado Novo de valorização da família. Uma família constituída, logicamente, dentro de regras predeterminadas. A apologia do “retorno da mulher ao lar”, da “maternidade”, da “feminilidade” proferida por governos autoritários e pela Igreja Católica da época. Cujo discurso, contraditório, retratava a mulher como uma figura possuidora de uma natureza inferior, subalterna, em contraposição ao protagonismo do homem; ao mesmo tempo, exaltava essa mulher como a viga mestra da família, sendo responsável pelo bom andamento da casa e pela formação moral dos filhos, futuros cidadãos dessa sociedade idealizada.¹⁰⁰ Tanto a MPF como sua versão masculina foram extintas ao fim do salazarismo, já sem a mesma importância que haviam adquirido nos primeiros anos de formação.

Pode-se tomar a questão de como a mulher e a família eram tratadas durante o Estado Novo como exemplo do conservadorismo e do retrocesso que vivia Portugal nesse período. Uma importante questão era a permanência ou não da lei do divórcio que fora promulgada na Primeira República. A postura conservadora do salazarismo, somada às pressões da Igreja, levou à proibição do divórcio em 1940.¹⁰¹ Medida essa que procurava controlar e limitar as liberdades individuais, desejando, como já foi dito, garantir a estrutura familiar tradicional

⁹⁹ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.609.

¹⁰⁰ COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa. **Penélope**. Lisboa, n. 17, 1997, p.71-72.

¹⁰¹ *Ibidem*, p.74.

como base social estadonovista. Tal atitude, leva a crer, tinha o objetivo de transmitir uma imagem de harmonia que o governo de Salazar queria passar interna e externamente.

A mulher trabalhadora, mesmo contrariando a política do “retorno ao lar”, correspondia a uma parcela importante da mão de obra nacional, principalmente em algumas zonas agrícolas onde havia carência de homens para o trabalho, motivada pelo alto número de emigrados e, a partir de 1960, também de soldados que foram lutar nas guerras coloniais.

As leis trabalhistas do Estado Novo procuraram inovar trazendo alguns benefícios ao trabalhador, de certa maneira como mecanismo de controle das tensões sociais – o Estado passou a ser o mediador entre empregados e patrões.¹⁰² Porém, tais leis falharam ou se omitiram em alguns quesitos no que diz respeito aos direitos dessas mulheres trabalhadoras. A licença de parto, por exemplo, foi reduzida de dois para apenas um mês. E, segundo a lei nº 1.952 de 10 de março de 1937, durante a licença a mulher poderia receber um subsídio que era optativo, cabendo ao empregador avaliar se a funcionária seria ou não merecedora de tal benefício.¹⁰³

Essa intervenção do Estado nas relações entre patrões e empregados foi outra importante característica da política salazarista. A partir de 1930, houve uma preocupação do governo em organizar empregadores e empregados dentro de uma estrutura corporativista.

A ideia do corporativismo, adotada por diversos governos, foi defendida tanto pelos grupos conservadores católicos e monarquistas (corporativismo tradicional) como pelo fascismo (corporativismo dirigista). Para católicos e monarquistas, o corporativismo deveria ter uma autonomia em relação ao Estado, na medida em que caberia às corporações proteger os interesses de seus associados; para os fascistas, o corporativismo foi uma prática do Estado, as corporações, não se negava, deveriam se preocupar com os seus membros, mas direcionando seus objetivos para o bem nacional¹⁰⁴ do ponto de vista social e econômico.

O corporativismo português, que na Constituição de 1933 e no Estatuto do Trabalho Nacional tinha ali descritas as suas bases, foi uma mescla tanto do corporativismo tradicional como do dirigista. Por um lado, ele se apropriou, em parte, do que pregava a Doutrina Social da Igreja Católica, que defendia uma maior assistência aos trabalhadores, protegendo-os das explorações do capitalismo – e com isso dificultaria o avanço do comunismo –, procurando

¹⁰² MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUANDRT, Samantha Viz. **A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.290.

¹⁰³ COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa. **Penélope.** Lisboa, n. 17, 1997, p.74-76.

¹⁰⁴ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Vol. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998, p.289.

regular as tensões, mantendo, por diversos meios, certa estabilidade social.¹⁰⁵ Por outro, pressionou a criação de corporações e a obrigatoriedade de filiação das várias categorias profissionais a elas, sustentando uma vigilância e regulando suas atividades. Já no início do Estado Novo, foi proposto, através de vários decretos, que todos os funcionários do comércio e da indústria se organizassem em sindicatos nacionais. Com isso a intervenção corporativista acabava com a liberdade sindical dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, limitando a liberdade das associações patronais, dividindo-as por setores e regiões. O objetivo era diminuir a pressão do empresariado.¹⁰⁶

Esse controle era feito pelo Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, por intermédio do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Tinham esses órgão os poderes de:

[...] aprovação dos estatutos e das convenções colectivas de trabalho, no reconhecimento das direcções eleitas ou até na sua designação [...]. Dissolução, suspensão temporária das actividades e destituição dos dirigentes eram outros mecanismos de controlo que se encontravam previstos e, não raras vezes, foram aplicados.¹⁰⁷

Para muitos dos defensores do corporativismo, a intervenção do Estado, após a estruturação do sistema de corporações, deveria paulatinamente atenuar-se, deixando a organização e a direcção da economia aos cuidados dos seus próprios produtores, cabendo ao poder público apenas a fiscalização. Essa autodireção, defendida por Marcelo Caetano, não foi atingida plenamente, primeiro porque uma parcela do empresariado urbano e dos produtores rurais se acomodou com o apoio do Estado; segundo porque o próprio Salazar via com certa desconfiança esses grupos.¹⁰⁸

Nesse regime corporativo idealizado por Oliveira Salazar estava prevista a criação da Câmara Corporativa, que trabalharia em conjunto com a Assembleia Nacional. Quando entrou em vigor, em 1935, nas suas primeiras reuniões, seus membros buscaram discutir quais

¹⁰⁵ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.216.

¹⁰⁶ MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUANDRT, Samantha Viz. **A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.289. ROSAS, Fernando. **O Estado Novo nos Anos Trinta**. Elementos para o estudo da natureza econômica e social do salazarismo (1928-1938). Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p.270.

¹⁰⁷ FERREIRA, Nuno Estevão. O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945). In: MARTINHO, Francisco Carlos Polomanes; PINTO, Antonio Costa (Orgs.). **O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.165-166.

¹⁰⁸ ROSAS, BRITO, op. cit., p.217-218. ROSAS, op. cit., p.269.

seriam as suas atribuições. Havia aqueles que defendiam uma maior atuação nas corporações e nas decisões do Estado. Outros, por sua vez, acreditavam que deveria ter uma função técnica de auxílio ao poder legislativo. Essa segunda ideia foi a vencedora, a que seguia o plano original de Salazar.

De acordo com a Constituição de 1933, competia à Câmara Corporativa dar parecer por escrito sobre todas as propostas ou projectos de lei, consoante fossem iniciativa do governo ou dos deputados que fossem presentes à Assembleia Nacional, antes de ser iniciada a discussão. Se durante o decorrer da discussão no órgão legislativo fossem apresentadas emendas, substituições ou aditamentos que alterassem substancialmente a economia da proposta ou o seu texto, era facultativo à Câmara o envio de resumidas considerações para a Mesa da Assembleia. Ainda durante a discussão, o presidente da Assembleia Nacional poderia requerer o parecer da Câmara sobre quaisquer propostas de alteração.¹⁰⁹

A Câmara possuía uma presidência e, abaixo dela, representantes dos diversos segmentos assim divididos: autarquias locais, corporações de carácter “moral, cultural e económico” e de setores de “interesses sociais de ordem administrativa”. A nomeação desses indivíduos era feita pelo governo.¹¹⁰

Deve-se destacar que a política corporativista teve muitos críticos, mesmo entre os membros do Estado Novo. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, muitos políticos e empresários que passaram a defender um maior incentivo à industrialização começaram a discordar das práticas do corporativismo. Tal política se pautava por uma visão tradicionalista que valorizava, prioritariamente, a economia agrícola e colonial. À medida que esses grupos defensores da industrialização foram quebrando barreiras e ganhando espaços, iniciou-se o enfraquecimento da organização corporativa.¹¹¹

¹⁰⁹ FERREIRA, Nuno Estevão. O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945). In: MARTINHO, Francisco Carlos Polomanes; PINTO, Antonio Costa (Orgs.). **O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.170.

¹¹⁰ Ibidem, p.172.

¹¹¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998, p.289.

1.3 A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E O FIM DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS

1.3.1 O início do fim: os últimos anos de Salazar

O Estado Novo foi um dos mais longos governos autoritários. Essa longevidade de mais de 40 anos – sem contar os seis anos de ditadura militar que o antecederam – não transcorreu tranquilamente e em paz, como a imagem que Salazar sempre quis passar.

Diversos movimentos de oposição logo se formaram após o golpe militar de 28 de maio de 1926. Compostos por elementos que defendiam propostas diferentes, como o comunismo, o socialismo, o liberalismo e até mesmo o fascismo, organizados ora por civis, ora por militares, ou ainda todos reunidos, tentaram derrubar primeiro o Governo Militar, e depois o Estado Novo, algumas vezes através de golpe armado, outras através do voto nas eleições. Todos deixaram marcas no governo e, principalmente a partir do Estado Novo, fizeram com que o aparato repressivo fosse cada vez mais se enrijecendo.

Esses movimentos, sobretudo em torno dos primeiros 20 anos de autoritarismo em Portugal, não lograram êxito nem tiveram repercussão significativa interna ou externamente: não atraíram a atenção de governos e/ou grupos internacionais, assim como em Portugal não conquistaram para as suas causas um número significativo de partidários.

A situação em Portugal começou a sofrer alterações mais preocupantes a partir da década de 1950, em função de dois fatos importantes. Primeiro, a derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial, com a vitória das democracias e a proliferação de discursos que condenavam o autoritarismo, as ditaduras e suas práticas. Com o fim dos governos de Mussolini e Hitler – e a morte de ambos –, Salazar perdeu apoio e referência para seu governo. Concomitantemente, passou a receber cada vez mais críticas à sua política. Segundo, o processo de descolonização da África e da Ásia, que se iniciou ainda no final da década de 1940 e se prolongou pelas décadas seguintes. Em Portugal, só a ideia da descolonização (que em seus territórios ainda não tinha sido iniciada) atemorizou o governo e o próprio Salazar, visto que o que era produzido nas colônias portuguesas estava na base da economia metropolitana. Mesmo com o acirramento dos movimentos de independência, o governo português relutou em procurar uma saída para a sua dependência das colônias.

Internamente, Salazar também sentia pressões de dentro do governo de alguns antigos aliados, que se concentravam à parte defendendo mudanças na administração salazarista, visando uma renovação e certa abertura política e econômica – que fique claro que essa ala “renovadora” não queria a implantação de uma república democrática e liberal,

semelhante à que existia anteriormente ao ano de 1926, ou à que era defendida no pós-1945, mas ainda a manutenção de um governo autoritário. Entre os líderes dessa dissidência estava o ex-ministro Marcelo Caetano, que desde 1951, com a morte do Presidente Carmona¹¹², almejava a Presidência do Conselho de Ministros, cargo que era ocupado por António de Oliveira Salazar. Chegou mesmo a insistir com Salazar que ocupasse a vaga deixada por Carmona, e com isso haveria a possibilidade – numa dança das cadeiras – de ele ocupar a Presidência do Conselho.¹¹³ Salazar não mostrou interesse, mesmo conhecendo a competência de Caetano, desejou permanecer no posto que havia décadas tinha conquistado. Como solução ao cargo vacante de presidente, preferiu antecipar a eleição presidencial para 1951.

O novo presidente, o General Francisco Higinio Craveiro Lopes (1951-1958), aos poucos se aproximou de Marcelo Caetano. Essa aproximação tinha como objetivo a possível substituição de Salazar por Caetano na Presidência do Conselho, num pensado segundo mandato, caso Craveiro Lopes saísse candidato e fosse reeleito.¹¹⁴ Essa aliança entre Caetano e Craveiro Lopes tinha o apoio da ala marcelista do governo e de setores progressistas do empresariado industrial e agrícola. Por outro lado, Salazar e a ala mais conservadora, os ultramontanos, encabeçada por Santos Costa, Ministro da Defesa, preocupavam-se com essa aliança, antevendo prováveis problemas. A Constituição de 1933 garantia entre os poucos poderes atribuídos ao Presidente da República o de nomear e destituir o Presidente do Conselho de Ministros.

Em 1º de maio de 1958, depois de ouvir as principais lideranças do governo sobre a escolha do candidato à Presidência da República para o pleito a realizar-se nesse mesmo ano, Salazar decidiu indicar o Almirante Américo Tomás, um militar sem expressão. Essa escolha foi adiada o máximo possível para evitar qualquer reação de Craveiro Lopes e de seus aliados.¹¹⁵ O presidente, desprevenido, foi avisado por carta de que não seria candidato a reeleição. Acirram-se as divergências da ala reformista do governo e de alguns militares ao governo de Salazar, os ânimos estavam se exaltando.

¹¹² O presidente António Óscar de Fragoso Carmona (1869-1951) foi eleito a primeira vez em 1928, e reeleito sucessivamente, sem oposição, nos pleitos de 1935, 1942 e 1949, não tendo concluído seu último mandato, que seria em 1956. Salazar foi muito ligado a ele, nutrindo grande respeito e admiração. A morte de Carmona pôs fim a uma fase do Estado Novo. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.123-125.

¹¹³ AUGUSTO, Claudio de Farias. **A Revolução Portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.58.

¹¹⁴ ROSAS, BRITO, op. cit., p.111.

¹¹⁵ Salazar, muito maquiavélico, em 26 de abril, informou a Craveiro Lopes que havia uma oposição à sua candidatura a reeleição, não sendo essa a sua posição, dependeria do que fosse decidido pela comissão central da União Nacional. Ingenuamente, o Presidente da República acreditou que com o apoio de Salazar sua candidatura estaria garantida. ROSAS, Fernando (Coord.). **O Estado Novo (1926-1974)**. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.524.

As consequências em torno da eleição de 1958 não se resumiram somente aos problemas internos do governo. Os grupos de oposição ao salazarismo – liberais e comunistas principalmente –, depois de idas e vindas, entraram num consenso e apoiaram um mesmo candidato à Presidência para concorrer com o candidato do governo, Américo Tomás. Esse candidato seria o General Humberto da Silva Delgado.

O General Delgado era um dissidente do salazarismo. Pode-se dizer que ele foi forjado dentro dos parâmetros do salazarismo: em 1925, forma-se na Escola do Exército; em 1928, opta pela aeronáutica, tornando-se piloto aviador; em 1942, participa das negociações para a cedência de bases nos Açores ao exército britânico; é nomeado, em 1952, adido militar na embaixada de Washington e membro do comitê dos representantes militares da OTAN.¹¹⁶ A vivência na sociedade norte-americana – o exemplo de “democracia” dos Estados Unidos – fez com que se desenvolvesse em Delgado uma visão crítica a respeito da política conservadora e autoritária de Salazar. As suas constantes declarações contra o governo levaram a oposição a escolhê-lo, acreditando ser um candidato forte para derrubar, através das urnas, o salazarismo.

Delgado era um homem articulado, carismático, chegando mesmo a ser exagerado em suas declarações, que, durante sua campanha presidencial, nos comícios, nos discursos, no contato pessoal, atraíram muita gente e tiveram um apelo popular.

Rapidamente, sua campanha ganhou o apoio popular, caracterizando-se pelo contato direto com o eleitorado, nas vilas e cidades, nas ruas, nos palanques; marcado pelo seu carisma e entusiasmo. Ao contrário do que recomendavam seus aliados civis, ele promoveu uma oposição aberta e direta, atacando publicamente o regime e dando a sua campanha um caráter original, o que surpreendia e preocupava o regime, porque não se acreditava, a princípio, em seu potencial.¹¹⁷

Essa participação popular, durante uma campanha eleitoral, não se via desde a instituição do Estado Novo. O “terremoto delgadista” preocupou todas as alas do governo – renovadores e ultramontanos – com o destino do regime, sobre o qual o próprio Delgado nunca fez segredo, tanto que numa entrevista dada a um jornalista durante sua campanha, quando perguntado que destino daria a Salazar se fosse eleito, respondeu prontamente

¹¹⁶ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.252.

¹¹⁷ LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico**. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.408-409.

“Obviamente, demito-o”¹¹⁸. Humberto Delgado acreditava que alcançando a presidência, com apoio dos militares, poderia fazer uma transição para um novo governo em que seriam restituídas as liberdades, as eleições realmente livres e a reorganização dos partidos.¹¹⁹

A campanha de Delgado, que contou com significativa participação popular, ao ponto de a PIDE, em algumas ocasiões, intervir severamente reprimindo tais manifestações, levou a crer que a vitória era certa; isso não ocorreu. O governo provavelmente fraudou os votos, segundo denúncias da oposição, garantindo a vitória de seu candidato. E logo em seguida, nas discussões sobre a reforma constitucional a realizar-se no ano seguinte, Salazar propôs a substituição do voto direto para Presidente da República pelo voto indireto nos próximos pleitos, haja vista o perigo das manifestações populares ocorridas durante a última eleição.¹²⁰

Os acontecimentos que envolveram a eleição presidencial de 1958, apesar da censura e da repressão por parte das autoridades, mostraram uma reação ativa contra o governo por uma parte da população. Essas manifestações não amornaram após a derrota, elas foram ganhando força à medida que o tempo passava. Delgado, apesar de vencido, não parou de se manifestar contra o governo, participando de eventos que procuravam aproveitar sua popularidade e atrair mais pessoas para a causa da oposição.

O governo, temeroso, para punir o General Delgado, em 8 de janeiro de 1959, retirou-lhe a imunidade como oficial das Forças Armadas. Tal atitude permitiu à PIDE, que o andava vigiando, tomar uma atitude mais drástica: planejar um atentado contra sua pessoa, no qual seria assassinado no meio de uma aparente manifestação contrária ao governo. Descoberto o plano com antecedência, Delgado saiu ileso, porém, preocupado com a situação e receoso de que algo pudesse ocorrer com sua família, pediu asilo político à Embaixada do Brasil.¹²¹

Aqui no Brasil, aproximou-se de vários refugiados antissalazaristas e participou de atividades que visavam denunciar aos brasileiros e estrangeiros (os portugueses residentes no

¹¹⁸ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.252.

¹¹⁹ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.527.

¹²⁰ Ibidem, p.528-529.

¹²¹ Humberto Delgado entrou na Embaixada do Brasil em 12 de janeiro, permanecendo por dois meses. Essa demora se deu pela indecisão do governo brasileiro em lhe conceder asilo, já que o nosso governo não queria criar nenhum atrito com o governo português, com quem mantinha boas relações. Por fim, após várias tratativas, tudo foi resolvido, tendo Delgado embarcado para o Brasil em 20 de abril de 1959. LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.410-415.

país, principalmente) as mazelas do governo salazarista, e com isso buscar o apoio da opinião pública.¹²² Em uma tentativa de organizar um levante contra o governo português a partir da Espanha, onde entrara ilegalmente, foi morto por agentes da PIDE, em 1965.

No ano de 1958, a PIDE havia endurecido as suas atividades, intensificando sua ofensiva contra os comunistas, quando dezenas de militantes e simpatizantes foram presos, julgados, muitos torturados e outros mortos. Foi o momento também do enfraquecimento do apoio dos grupos católicos, um dos principais sustentáculos do regime salazarista. Nesse mesmo ano, o bispo do Porto, D. Antonio Ferreira Gomes, por ocasião das eleições, dirigiu uma carta a Salazar com pesadas críticas ao seu governo. Diante da tensão criada, o bispo foi aconselhado a deixar Portugal, fato que ocorreu em julho de 1959; em represália, o governo negaria o seu retorno. Esse “exílio” durou dez anos, só sendo revogado na gestão de Marcelo Caetano.¹²³ Na mesma época, um grupo de católicos foi processado por assinar uma carta aberta denunciando as violências praticadas pela PIDE.

A década de 1960 foi marcada por importantes acontecimentos que influenciaram o fim do salazarismo. Primeiramente, em janeiro de 1961, o “Assalto do Santa Maria”, sequestro do paquete português Santa Maria por um grupo de resistência ao autoritarismo ibérico, o Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), liderado pelo Capitão Henrique Galvão, português que havia se exilado na Venezuela, e acompanhado por outros portugueses e espanhóis. O plano chamado de “Operação Dulcineia” tinha como objetivo levar o paquete, que estava no mar das Caraíbas, com todos os seus passageiros e tripulação até a África – a princípio a Ilha de Fernando Pó e depois Luanda (Angola). Ao chegarem a Angola, pretendiam implantar um governo provisório, e de lá atacar o governo de Salazar. Mas um incidente que levou à morte de um oficial do navio e ao ferimento de outros fez o grupo mudar de ideia procurando um local para desembarcar os feridos.

O governo português, ao ter conhecimento do assalto, pediu o auxílio da marinha norte-americana, alegando que Galvão e seu grupo estavam praticando um ato de “pirataria”. Ao abordar o paquete, o oficial da marinha norte-americana constatou não se tratar de pirataria, mas sim de um ato político, negando-se a prender os revoltosos. Contrariando o pedido de Salazar, o paquete Santa Maria, que se encontrava nessa altura próximo do litoral

¹²² LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico**. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.415-419.

¹²³ Mesmo antes do “caso do Bispo do Porto”, de 1958, D. Antonio Ferreira Gomes, em outras ocasiões, já tinha manifestado suas preocupações com as questões sociais, sendo um dos principais defensores da doutrina social cristã em Portugal. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.384. ROSAS, Fernando (Coord.). **O Estado Novo (1926-1974)**. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.530.

brasileiro, foi levado com auxílio dos norte-americanos até o porto de Recife (Pernambuco), onde o recém-empossado Presidente Jânio Quadros permitiu que desembarcassem, concedendo asilo a Henrique Galvão e seu grupo, em 2 de fevereiro do mesmo ano. Mesmo tendo sido infrutífero o sequestro do paquete Santa Maria, esse acontecimento mostrou que o governo de Salazar estava perdendo apoio internacional, não só dos Estados Unidos e do Brasil, mas de outros países – como França, Holanda e até mesmo da Grã-Bretanha – a que Portugal recorreu para auxiliar nesse caso, e que se negaram.¹²⁴

Ainda na década de 1960, tivemos o início dos movimentos de emancipação colonial na África, que começaram em 4 de fevereiro de 1961, com uma revolta em Luanda, capital da Angola, que levaram às guerras que foram se deflagrando em diversos pontos das colônias portuguesas. Essas guerras, que se prolongaram por mais de dez anos (1961-1974), mostraram-se onerosas, desgastantes, com a perda de numerosas vidas, de ambos os lados, e não evitaram o fim do “Império Português”. A relutância por parte do governo de Portugal em buscar uma solução pacífica a essa questão motivou protestos não só da população, mas de diversos segmentos das Forças Armadas.

Em abril desse ano, já motivado pela questão colonial, um grupo de militares tentou um golpe palaciano para derrubar Salazar, a chamada “Abrilada”. Meses antes, o então Ministro da Defesa, Botelho Muniz, em conversa que mantinha com o Embaixador dos Estados Unidos, Elbrik, foi informado da posição do governo Kennedy contra a política colonial portuguesa – o governo norte-americano começava a apoiar alguns grupos revoltosos na África.

Botelho Muniz, encabeçando um grupo de desgostosos, entre eles o próprio ex-presidente Craveiro Lopes, enviou uma carta ao Presidente do Conselho, e com ele se encontrou em duas reuniões no final do mês de março, quando fez pesadas críticas e exigiu mudanças no governo, com o objetivo de modernizar o Estado Novo. Salazar prometeu pensar nas reivindicações, e com isso ganhava tempo. Como ele não se manifestava, Botelho Muniz se encontrou com o Presidente Américo Tomás, em 5 de abril, exigindo a deposição de Salazar. Tomás, fiel a Salazar, informou-o do acontecido. Para impedir qualquer reação, vários oficiais foram demitidos de seus cargos, desestruturando o grupo e pondo fim ao movimento.¹²⁵

¹²⁴ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.67-69. ROSAS, Fernando (Coord.). **O Estado Novo (1926-1974)**. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.532-533.

¹²⁵ ROSAS, op. cit., p.536.

Em 1º de janeiro de 1962, uma nova tentativa de golpe por parte dos militares também não alcançou êxito. O “Assalto ao Quartel de Beija” foi organizado pelos militares e teve também a participação de civis, como alguns militantes do Partido Comunista Português, contando com a presença do próprio General Humberto Delgado, que, estando exilado, entrou clandestinamente em Portugal. Porém, os oficiais do quartel já estavam de prontidão e impediram o assalto. O líder dos revoltosos, o Capitão Varela Gomes, foi baleado, o restante do grupo debandou e o General Delgado conseguiu evadir-se de volta ao Brasil, enquanto a PIDE o caçava por todo o país.¹²⁶

Os quase quinze dias permaneceu no país sem ser detectado pela PIDE, na companhia de Arajarir Campos, deu matéria para páginas de grande sensacionalismo. Portugueses houve que duvidaram, mesmo com a prova documental da célebre fotografia na Avenida Liberdade, em que ele se mostrava com o *Diário de Notícias* na mão.¹²⁷

As tentativas de golpe não se concretizavam, porém o mal-estar que surgiu no seio das Forças Armadas em relação ao governo não se dissipou. Essa situação foi se agravando, à medida que as guerras coloniais prosseguiram sem solução. Ainda na década 1960, houve um aumento das manifestações populares e estudantis de desagravo ao governo salazarista, que sofreram com prisões de manifestantes e intervenção nas universidades, como reflexo de um aumento da politização da juventude universitária.¹²⁸

Um fato inesperado trouxe esperança e preocupações tanto para o governo – seja da ala ultramontana, seja da ala renovadora – como para a oposição: a saída de Antonio de Oliveira Salazar do governo. Em setembro de 1968, Salazar sofreu um acidente – caiu de uma cadeira, e a queda causou um hematoma subdural – que o impediu de retornar às suas funções. O Presidente do Conselho de Ministros, um homem de quase 80 anos, que havia 40 era parte do governo, 36 na função de Presidente do Conselho, foi afastado pelo Presidente da República Américo Tomás, sendo substituído por Marcelo Caetano, o líder da ala renovadora.

Por certa consideração, ou mal-estar, Salazar nunca foi informado sobre seu afastamento. De sua casa, onde tinha cuidados médicos, continuou a receber políticos e aliados e a “despachar com seus subordinados”, sendo sempre tratado como “Presidente”.

¹²⁶ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.537.

¹²⁷ DELGADO, Humberto. **A Tirania Portuguesa**. Organização, compilação e introdução de Iva Delgado e Carlos Pacheco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p.49.

¹²⁸ No primeiro semestre de 1962 ocorreram manifestações estudantis nas Universidades de Lisboa e Coimbra, com greve de estudantes, comícios, prisões e choques com a polícia. ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.539.

Morreu, em 27 de julho de 1970, aos 81 anos. Enterrado no Cemitério do Vimieiro, sua terra natal, no mesmo túmulo de seus pais, sem pompa ou honrarias, de maneira discreta, do modo como sempre viveu.¹²⁹

1.3.2 O governo de Marcelo Caetano: a derrocada do império

O acidente de Salazar e, com o passar do tempo, a constatação da inviabilidade do seu retorno às suas funções levaram o governo à formação de um Conselho de Estado para decidir o futuro do regime e, principalmente, quem iria assumir a Presidência do Conselho de Ministros. Muitos nomes foram cotados, mas, após consulta a várias autoridades dos meios político, militar e financeiro, o Presidente Américo Tomás, um pouco contrariado, aceitou a escolha de Marcelo Caetano para substituir Salazar.

Caetano era bem visto pelo grupo renovador do governo, por setores das Forças Armadas e, sobretudo, por grupos financeiros que visualizavam a possibilidade de uma maior abertura e participação no mercado europeu. O renomado professor universitário e político competente, que vinha crescendo nas fileiras do Estado Novo desde os anos de 1930 – e reconhecido por Salazar –, alcançara, enfim, o posto que desejava desde a morte do Presidente Carmona, em 1951.

Porém, o momento era outro, o seu plano de modernização política, social, econômica e colonial chegava tarde, e ele esbarrava numa questão crucial: a guerra. Uma guerra difícil de lidar. Setores mais conservadores, tanto do governo como dos militares, pressionavam pela manutenção da guerra. Não constava dos projetos de Caetano a liberação das colônias. Para tanto, havia uma justificativa, que não se diferenciava muito das dadas por Salazar a esse respeito.

[...] Caetano procede a uma verdadeira desmontagem do paradigma colonial salazarista, do ideário até aí legitimador da defesa das colônias e da guerra. Nem a “missão histórica”, nem a “defesa do Ocidente”, nem a “independência nacional”, nem os interesses econômicos justificavam, só por si, a continuação do esforço militar no ultramar. O que impunha que se continuasse a lutar era a defesa dos interesses das populações brancas, desde há muito aí instaladas: o Estado não as podia abandonar à sua sorte através da descolonização.¹³⁰

¹²⁹ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.876.

¹³⁰ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.547-548.

Mesmo diante das questões envolvendo as guerras coloniais, Caetano procurou organizar algumas alterações nas estruturas do Estado Novo. Uma nova feição política que ele denominava “Estado Social”, que, segundo frisava, não teria nada a ver com um Estado socialista, pois continuaria apoiando a iniciativa privada, preocupando-se em dar às camadas menos privilegiadas acesso aos benefícios de uma sociedade moderna, como educação, saúde e saneamento básico, além da proteção dos direitos dos trabalhadores.¹³¹

No que diz respeito à política partidária, o governo promoveu uma abertura, possibilitando o retorno de alguns opositores, entre eles Mário Soares¹³², que se encontrava no exterior. Nas eleições de 1969 para a Assembleia Nacional, oposição e governo se mobilizaram e, para mostrar que mudanças estavam ocorrendo, a oposição teve acesso às cédulas e às listas de eleitores. Porém, nem tudo havia mudado, a máquina eleitoral continuava a mesma, e 88% das cadeiras foram ocupadas por membros da UN. Logo após a posse dos novos membros da Assembleia, políticos de oposição foram presos, causando protestos populares contra o governo.¹³³

Sobre a economia, incentivou uma maior abertura ao investimento estrangeiro. Foi o momento em que empresas multinacionais receberam permissão de exploração nas colônias, como foi o caso de empresas norte-americanas que passaram a explorar o petróleo angolano. Essa concessão às empresas estrangeiras se revelou, em curto prazo, uma “faca de dois gumes”, pois muitas dessas empresas – e os governos nos quais elas tinham suas sedes – passaram a apoiar os movimentos de emancipação, percebendo que a independência política das colônias portuguesas facilitaria seus negócios, pois eliminaria Portugal como intermediário, assim poderiam tratar diretamente com os novos governos locais.

Essas mudanças, que foram chamadas de “Primavera Marcelista” – uma alusão, em termos, à Primavera de Praga –, dividiram a oposição, uma parte acreditando que, mesmo lentamente, se estava caminhando a uma abertura democrática; a outra não via mudanças significativas que merecessem crédito. O mesmo ocorreu com os governistas, alguns mais conservadores viam com perigo essas “inovações” propostas por Caetano; já outros viam a necessidade de mudanças que fortalecessem o regime. Em um único ponto a direita era coesa: a manutenção das colônias. Caetano, preocupado com as eleições de 1969, procurou atrair os

¹³¹ AUGUSTO, Cláudio de Farias. **A Revolução Portuguesa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p.59-60.

¹³² Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1924-2016) foi um importante líder de oposição ao salazarismo. Foi membro do PCP, passando posteriormente a fazer parte das bases do Partido Socialista; foi preso várias vezes e deportado para São Tomé. Após a Revolução dos Cravos, foi o primeiro Presidente da República civil, 60 anos depois do derrube da Primeira República (1986-1996). ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.924-935.

¹³³ AUGUSTO, op. cit., p.62-63.

salazaristas visando tê-los sob controle, o que não se mostrou algo fácil, já que essa oposição se mantinha na defensiva.¹³⁴

A abertura, em termos, permitida por Marcelo Caetano promoveu um aumento dos protestos contra o governo, que se tornaram cada vez mais frequentes, e cada vez mais intensos, avolumando-se à medida que a população em geral não visualizava uma solução para a questão colonial, nem recebia nenhuma satisfação. E o mesmo se notou entre os militares, houve um aumento do número de jovens que se negaram a se alistar, engrossando as listas de emigrados, pois não queriam lutar na guerra; assim como um sentimento de mal-estar generalizado entre o baixo oficialato do Exército.

A abertura ensaiada em 1968-1969 pelo marcelismo logo evidenciara os seus riscos para a política de liberalização em guerra. Entreaberta a tampa da panela de pressão, manifestou-se generalizadamente uma avalanche de expectativas, de reivindicações, de desejos de mudança.¹³⁵

A partir de 1970, houve um retrocesso dessa política de abertura. Caetano endureceu, aumentado a repressão e a vigilância aos movimentos contestatórios. A polícia política saiu à caça, prendendo e punindo todos os desgostosos que se manifestavam contra o governo, aumentando consideravelmente o número de presos políticos. Isso, entretanto, não diminuiu a ânimo da oposição, que continuou agindo mesmo sofrendo violência.

Externamente as atitudes de apoio aos movimentos de independência tornaram-se mais contundentes: em 1970 o Papa Paulo VI recebeu em Roma os dirigentes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e do Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).¹³⁶ No mesmo ano, Caetano, em visita a Londres, foi criticado pela imprensa e manifestações populares ocorreram nas ruas.¹³⁷

Em 1973, o Partido Comunista e o Partido Socialista, após algumas idas e vindas, uniram-se planejando uma ação em conjunto contra o regime, formando uma unidade eleitoral, mais como um mecanismo de protesto, a “tática de concorrer para agitar”.¹³⁸ Foi o

¹³⁴ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.549-551.

¹³⁵ Ibidem, p.551.

¹³⁶ O Movimento Popular de Libertação de Angola, a Frente de Libertação de Moçambique e o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde foram movimentos que surgiram na África para organizar a luta pelas independências.

¹³⁷ ROSAS, op. cit., p.554.

¹³⁸ Ibidem, p.555

que fizeram em outubro de 1973. Defendiam abertamente o fim da guerra e a independência das colônias africanas.

Os católicos, principalmente os setores mais progressistas, passaram a condenar a política colonial, através da produção clandestina de material de divulgação anticolonial e da participação de alguns em ações armadas.

E esse ambiente exprime-se na “vigília pela paz”, na capela do Rato, em Lisboa, entre 30 de Dezembro de 1973 e 1º de Janeiro de 1974: uma ocupação do templo acompanhada de greve de fome de parte dos presentes e de várias intervenções contra a guerra colonial. A PSP invade a capela para prender os pacifistas católicos [...]. Nota-se que, sem se comprometer com estas acções, a hierarquia da Igreja vinha adoptando uma atitude de distanciamento e de descomprometimento com a política do Governo, nomeadamente no domínio colonial.¹³⁹

À direita, os ultramontanos não acreditavam no endurecimento do governo de Caetano. Seus aliados, os renovadores, começavam a se decepcionar e ao poucos foram se afastando, sobrando somente os mais próximos. Seu governo estava perdendo as bases, enfraquecia-se.

Os militares se agitavam, a relutância em resolver a questão colonial de maneira política fez com que os capitães, aquele grupo de oficiais que estavam mais em contato com o campo de batalha, pensassem que a solução seria derrubar o regime. Forma-se aí o Movimento dos Capitães (MC).

Paralelamente, o General António de Spínola tentou um acordo político com o PAIGC para um projeto que levasse à autodeterminação da Guiné, uma primeira tentativa de solucionar a questão colonial. Porém, Caetano desaprovou tal iniciativa. Ainda o General Spínola, dentro do mesmo contexto, lançou, em fevereiro de 1974, um livro intitulado *Portugal e o Futuro*, no qual defendeu, como saída para o problema colonial, a criação de um sistema federalista. Para que o livro fosse publicado, havia a necessidade da autorização de um oficial superior a Spínola, o Marechal Costa Gomes, que não só autorizou como fez diversos elogios ao livro e à pessoa do general, posicionando-se como seu partidário. A obra foi muito discutida, e Spínola ganhou evidência.¹⁴⁰ O livro aproximou os capitães a Spínola, e o Movimento dos Capitães (MC) aos poucos se ampliou, adquiriu um caráter político, transformando-se no Movimento das Forças Armadas (MFA).

¹³⁹ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.555.

¹⁴⁰ AUGUSTO, Cláudio de Farias. **A Revolução Portuguesa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p.82.

Em represália ao MFA, o governo, em 9 de março de 1974, mandou deter quatro oficiais, sendo um deles o Capitão Vasco Lourenço, membro da cúpula do Movimento. Em apoio aos oficiais detidos, militares da Marinha produziram um documento com 125 assinaturas. A agitação nas Forças Armadas se expandia.

O governo, querendo mostrar que ainda possuía prestígio e que sua política tinha concordância entre os oficiais militares, promoveu um encontro de oficiais gerais, composto na sua maioria pelo velho oficialato, chamado, anedoticamente, de “Brigada do Reumático”. A esse encontro faltaram alguns oficiais, entre eles Spínola e Costa Gomes, que foram então exonerados.

Diante dos acontecimentos, a Comissão Organizadora do MFA resolveu acelerar o plano de derrube do governo, cujo comando foi entregue ao Major Otelo Saraiva de Carvalho. Não havia mais o que esperar, três questões urgentes precisavam ser resolvidas, e não se encontrava outro caminho para isso: pôr fim ao Estado Novo, um governo autoritário; resgatar o prestígio das Forças Armadas, desgastado por uma longa guerra; e terminar as Guerras Coloniais, que já fazia muito tempo estavam ganhas pelos inimigos.¹⁴¹

Na madrugada do dia 25 de abril de 1974, quando na rádio Renascença tocou a música “Grândola, vila morena”¹⁴² – a senha para o início da revolta –, tropas do MFA iniciaram ações em Tomar, Vendas Novas, Lisboa, Figueira da Foz, Viseu Maфра, Estremoz e outros. O povo veio em apoio aos revoltosos, e os soldados receberam flores em agradecimento, era a Revolução dos Cravos. Estando o Quartel do Carmo cercado, onde Marcelo Caetano se encontrava refugiado, houve uma pressão por parte dos revoltosos – alguns disparos foram feitos contra o Quartel. Caetano não tentou resistir, entregou-se ao Capitão Salgueiro Maia, que o deteve, sendo em seguida enviado com outros para a Madeira, e depois exilado no Brasil.¹⁴³ Era o fim de mais de 40 anos de autoritarismo em Portugal.¹⁴⁴

¹⁴¹ SECCO, Lincoln. Trinta Anos da Revolução dos Cravos. **Revista Adusp**. São Paulo, out./2004, p.7.

¹⁴² “Grândola, vila morena” (Zeca Afonso): “Grândola, vila morena / Terra da fraternidade / O povo é quem mais ordena / Dentro de ti, ó cidade / Dentro de ti, ó cidade / O povo é quem mais ordena / Terra de fraternidade / Grândola, vila morena / Em cada esquina, um amigo / Em cada rosto, igualdade / Grândola, vila morena / Terra da fraternidade / Terra da fraternidade / Grândola, vila morena / Em cada rosto, igualdade / O povo é quem mais ordena / À sombra duma azinheira / Que já não sabia a idade / Jurei ter por companheira / Grândola, a tua vontade / Grândola, a tua vontade / Jurei ter por companheira / À sombra duma azinheira / Que já não sabia a idade”. LETRAS. Grândola, vila morena. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/zeca-afonso/749168/>>. Acesso em: 14/03/2017.

¹⁴³ “Aí retomaria a sua atividade docente a convite da Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro, a par de uma escrita memorialista e política fortemente cáustica da nova situação instaurada em Portugal. Viria a falecer no Brasil, onde se encontra sepultado.” ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.112.

¹⁴⁴ AUGUSTO, Cláudio de Farias. **A Revolução Portuguesa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p.85.

Os longos 40 anos do Estado Novo português, apesar de todos os percalços, mostraram a pertinácia do regime autoritário. A resistência ao salazarismo abarcou mais de uma geração de opositores – muitos, infelizmente, não tiveram tempo de ver o seu fim. Os capítulos seguintes pretendem analisar as pessoas e as ideias daqueles que procuraram o exílio no Brasil para lutar contra o longo autoritarismo português.

CAPÍTULO II – EXÍLIO: LEVAS E RESISTÊNCIAS

O Brasil foi um país que recebeu inúmeros estrangeiros, que emigraram por diversos motivos. Homens e mulheres que por questões econômicas, sociais, políticas, religiosas etc. encontraram no Brasil um refúgio, onde puderam reconstruir suas vidas. Neste capítulo se pretende recontar a trajetória da imigração portuguesa enfocando os exilados políticos antissalazaristas.

2.1 BRASIL, TERRA DE IMIGRANTES

O Brasil recebeu estrangeiros que aqui se fixaram desde os primeiros tempos da colonização, mas foi a partir do século XIX que esse fluxo se tornou mais constante e numeroso, à medida que acelerava o processo do fim da escravidão e emergia o interesse de substituir os trabalhadores negros por brancos livres – e a partir do século XX chegariam também trabalhadores de origem asiática, principalmente japoneses, em 1908. Essa imigração foi constante até 1930, quando sofreu um declínio, retomando um novo crescimento após a Segunda Guerra Mundial, tendo seu auge entre 1880 e 1915, o chamado período da Grande Imigração. Aqui, neste trabalho, o objetivo é atentar para a imigração portuguesa, que se fez presente em todos esses períodos.

Por ser o Brasil uma ex-colônia de Portugal, até 1822, a circulação de portugueses foi constante e facilitada, já que se tratava de uma parte do Império Português. A partir da independência, os portugueses entraram no país na condição de imigrantes, passando a ser regidos pelas leis de imigração. Tinham, porém, algumas facilidades em relação a outras nacionalidades, levando em conta os laços culturais que unem portugueses e brasileiros.

Na era das grandes migrações da segunda metade do século XIX e começos do século XX, a emigração portuguesa foi transatlântica, tendo o Brasil como destino principal, quase exclusivo. De 1855 a 1914 as estatísticas portuguesas registraram um pouco mais de 1,3 milhões de saídas. O Brasil atraiu 80 a 90% desses emigrados; apenas uns 200 mil escolheram outros destinos, rumando à América do Norte, Argentina, Guiana Britânica e Hawai. [...] Assim, a corrente migratória de Portugal para o Brasil é quase equivalente à emigração portuguesa dessa época.¹⁴⁵

¹⁴⁵ LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 2000, p.177-178.

Em meados do século XIX, com o desenvolvimento tecnológico e científico patrocinado pela expansão capitalista, transformações importantes ocorreram no mundo. Na Europa mediterrânea (incluindo Portugal), onde havia uma economia basicamente agrícola, os efeitos dessas transformações foram marcantes. As pequenas propriedades familiares, sem recursos para investir em tecnologia, não tinham condições de concorrer com os grandes proprietários rurais no fornecimento de matéria-prima no mercado externo. Nas grandes propriedades, com a possibilidade da aplicação de recursos financeiros, houve uma modernização da produção com investimento na mecanização, além da absorção de uma parcela da mão de obra excedente vinda em parte das pequenas propriedades em decadência.¹⁴⁶

A massa de trabalhadores desempregados que não possuíam terras ou não foram absorvidos como empregados nas grandes propriedades dirigia-se para as cidades, mas as ofertas de trabalho eram limitadas, fosse nos setores de serviço, no comércio ou na indústria, esta última ainda incipiente em Portugal. Ao norte de Portugal a situação era ainda mais crítica, uma região com alta densidade demográfica e onde predominavam as pequenas propriedades familiares. Esse desequilíbrio – muita gente e pouca terra – trazia problemas à população local. Normalmente um dos filhos herdava a terra dos pais, aos outros filhos restavam poucas saídas: procurar trabalho nos grandes centros ou, como se tornou comum, emigrar. Não à toa, foi do norte de Portugal que partiu o maior número de emigrados.¹⁴⁷ O governo português passou a tolerar e incentivar a emigração, em certos momentos, como um mecanismo de controle demográfico e de contenção de possíveis tensões populares que reivindicassem melhorias sociais tanto no campo quanto nas cidades.¹⁴⁸

A política de emigração portuguesa se revelou contraditória, ao mesmo tempo que incentivava, criou várias dificuldades para os futuros emigrados. Emigrar era algo custoso e burocrático, havia a necessidade de obter diversos documentos como passaportes e bilhetes de identidade, o que era demorado e caro, sem contar a compra da passagem de navio e o transporte da vila ao porto de embarque. Isso incentivou um número considerável de emigrantes clandestinos, que, através de redes que iam de funcionários do governo e párocos

¹⁴⁶ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001, p.15. PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru, SP: Edusc; Lisboa: Instituto Camões, 2002, p.18-19. LEITÃO, Alfredo Moreno. **Nem todos eram mansos: o imigrante português nas lutas operárias em São Paulo (1930-1940)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2010, p.20.

¹⁴⁷ SCOTT, Ana Sílvia. **Os Portugueses**. São Paulo: Contexto, 2018, p.62-63.

¹⁴⁸ LEITÃO, op. cit., p.24.

nas vilas e províncias a membros da tripulação e os próprios capitães de navio, pagando preços menores que os oficiais, conseguiam embarcar para fora de Portugal.

O governo ainda era pressionado pelos grandes latifundiários, que viam na emigração a perda do excedente de mão de obra. Por outro lado, para o governo havia uma questão importante: muitos dos emigrados costumavam enviar dinheiro a seus familiares que haviam ficado em Portugal, e essas remessas ajudavam na balança comercial portuguesa.

[...] Durante pelo menos sessenta anos, de 1870 a 1930, a entrada de dinheiro brasileiro não só constituiria um instrumento de monetarização da vida rural e um estímulo ao investimento na propriedade fundiária e na construção, como exerceria papel determinante na balança de pagamentos portuguesa e na situação cambial.¹⁴⁹

Essas remessas de dinheiro foram constantes até décadas mais recentes, 1960 e 1970, quando muitos portugueses deixavam o país à procura de melhor sorte e com a esperança de retornar em boa condição financeira à terra natal. Essa ajuda que vinha de longe foi muitas vezes o único meio de sobrevivência das famílias. Porém, o governo – seja antes ou durante o Estado Novo – não soube investir corretamente em melhorias básicas parte do dinheiro das remessas que era absorvida pelos cofres públicos. Alguma benfeitoria, quando feita, vinha da iniciativa de particulares.

Por mais que se diga, temos que continuar a contar, como sempre contamos, com o ouro da emigração que irriga o país sob a forma de pensões e mesadas para muitos milhares de famílias que, sem elas, morreriam à míngua; que edifica e sustenta escolas e hospitais; que movimenta e valoriza a propriedade rústica e urbana e que auxilia e enaltece, por mil formas, a vida local, construindo, arroteando, dando trabalho, criando civilização e conforto, em uma palavra contribuindo para o progresso da Pátria e para as receitas do Estado, uma e outro tendo deixado o emigrante ir à aventura para terra alheia granjear o pão, passar dificuldades e quantas vezes vexames, mas pensando sempre em regressar e para isso, trabalhando, lutando e economizando, sem fadiga nem desânimo, anos sobre anos. Infelizmente a emigração que produz esse ouro é uma força anônima de que Pátria e Estado conhecem os efeitos, mas cuja importância demográfica não podem avaliar, cujo potencial econômico e valor espiritual não aproveitam ou aproveitam pessimamente e de cujo dinamismo social estão longe de ter qualquer noção aproximada que seja.¹⁵⁰

¹⁴⁹ PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru, SP: Edusc; Lisboa: Instituto Camões, 2002, p.63.

¹⁵⁰ SIMÕES, Nuno. **Portugueses no Mundo**. Lisboa: Grande Oficina Gráfica Minerva, 1940, p.296-297.

A emigração, fosse ela oficial ou clandestina, seguiu por um longo tempo certo padrão: uma emigração predominantemente masculina, individual e que não visava a fixação no país de destino. Esses homens que emigravam, se solteiros, deixavam pais e irmãos; se casados, eram esposas e filhos que os esperavam. Todos, mais ou menos, dependiam do auxílio daqueles que emigraram. O objetivo era o acúmulo de capital e o retorno à terra natal, onde essa reserva de dinheiro seria investida em melhorias para o bem-estar da família.¹⁵¹ Isso não quer dizer que não houvesse outros planos ou que o plano inicial não pudesse ser alterado. Vários portugueses que emigraram para o Brasil acabaram por se fixar aqui, trazendo seus familiares depois ou constituindo uma nova família, e ainda havia casos em que a família inteira decidia emigrar.

A partir do final do século XIX e início do XX, o padrão da imigração portuguesa no Brasil sofreu alterações, com o aumento do fluxo da imigração feminina e familiar, como consequência do desenvolvimento dos centros urbanos, onde cresciam as ofertas de trabalho.

Embora a imigração portuguesa fosse prioritariamente individual e masculina, a imigração familiar e feminina cresceu cerca de 41% em 1891-1899, e 36% em 1910-1919. As mulheres que emigraram neste período, em sua maioria, eram casadas, já que poucas partiam sós.¹⁵²

Outra característica do imigrante português foi procurar trabalho principalmente nos centros urbanos. Muitos vieram contratados para o trabalho nas fazendas de café, mas, quando possível, deixavam a lida do campo e procuravam novas oportunidades nas cidades; outros que chegavam ao país por conta própria se dirigiam prioritariamente para as cidades. A maioria desses imigrantes vinha das zonas rurais de Portugal, e no Brasil procuravam algo novo que lhes proporcionasse maior oportunidade e maior rendimento. Nas cidades se dedicavam a qualquer tipo de trabalho, iam de varredores de rua e carroceiros, passando por pedreiros, carpinteiros etc., até empregados domésticos, do comércio e da indústria.¹⁵³

Com a instalação dos bondes da Light, os portugueses predominavam como motorneiros, condutores, cobradores, fiscais. Trabalhavam ainda nas ferrovias, companhias de navegação, no carroto nos portos.
[...]

¹⁵¹ KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 2000, p.24.

¹⁵² PASCAL, Maria Aparecida Macedo. **Portugueses em São Paulo: a face feminina da imigração**. São Paulo: Expressão e Arte, 2005, p.155.

¹⁵³ PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru, SP: Edusc; Lisboa: Instituto Camões, 2002, p.49.

No setor secundário da economia os portugueses concentravam-se nas atividades artesanais e nas fábricas de tecido, roupas, nas de móveis, tamancarias, tanoarias, carpintarias, marcenarias, pedreiras, marmorarias, couros, chapéus, sapatos, na construção civil (pedreiros, carpinteiros, mestres-de-obras), nos arsenais de marinha.¹⁵⁴

O crescimento das cidades e o aumento populacional motivaram alguns desses portugueses a abrir pequenos comércios, como quitandas, açougues, armazéns de “secos e molhados” e, principalmente, padarias, ramo que passaram a dominar. Nesses comércios trabalhavam principalmente os membros da família e, quando muito, algum empregado, geralmente português recém-chegado.¹⁵⁵

Nos centros urbanos, esses trabalhadores portugueses residiam em sua maioria em regiões afastadas, nas periferias das cidades, onde a moradia era mais barata, possibilitando a sua aquisição. Em regiões como as zonas norte e leste da cidade de São Paulo e os morros da Baixada Santista a população portuguesa predominava.¹⁵⁶ Outros ainda habitavam localidades mais centrais, morando em casebres e cortiços, dividindo espaço com outros trabalhadores tanto nacionais como estrangeiros.

A convivência dessa população trabalhadora mais pobre, moradora da periferia e dos cortiços e casebres, vivenciando as mesmas carências e privações, promoveu o surgimento de associações e grupos de auxílio. Essas associações podiam ser de caráter religioso ou social, sociedades de mútuo socorro, muito comuns entre as comunidades estrangeiras; ou de caráter político, como partidos e sindicatos. Os portugueses estavam inseridos nesse meio como elementos ativos na criação e manutenção dessas associações.

Os colonos portugueses foram vistos muitas vezes como desinteressados ou alheios a qualquer participação em manifestações de caráter político e reivindicatório, chamados de “pelegos” ou “fura-greve”. Hoje se sabe que tal ideia não condiz com a realidade, muitos trabalhadores portugueses foram figuras atuantes nos movimentos operários. Como membros do Partido Comunista Brasileiro e do Movimento Anarquista, lideraram greves e participaram de atividades de combate às injustiças sociais.¹⁵⁷

¹⁵⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001, p.39, 41.

¹⁵⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: Edusc, 2002, p.74.

¹⁵⁶ LEITÃO, Alfredo Moreno. **Nem todos eram mansos: o imigrante português nas lutas operárias em São Paulo (1930-1940)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2010, p.57.

¹⁵⁷ Sobre a participação dos portugueses nos movimentos sociais, vide: Ibidem. MATOS, Maria Izilda Santos de. Portugueses e experiências políticas: a luta e o pão. São Paulo, 1870-1945. **História**. São Paulo, v. 28, n. 1, p.415-443, 2009.

Paralelamente a essa emigração de caráter econômico, mais “tradicional” e numerosa, ocorreu outra por questões políticas e ideológicas, ou religiosas e étnicas, motivada pela busca de liberdade de atuação e, muitas vezes, pela fuga da perseguição de um grupo específico, ou do próprio governo do país de origem. O exílio, ou o ato de exilar-se, é uma prática muito antiga, e presente até hoje, que ocorreu com diversos povos em vários períodos da história da humanidade. Vários portugueses, em momentos diversos, também procuraram o exílio, e o Brasil foi um dos destinos principais desses que buscavam refúgio de uma situação de tensão.

[...] o Brasil sempre foi o destino preferencial da emigração portuguesa e o refúgio de muitos dissidentes dos diversos governos de Portugal: o período do conservadorismo de D. Miguel, acolhera os liberais, quando da República, servira de local de exílio para os emigrados políticos monárquicos. Alguns destes emigrados formam associações de cunho político, como a Liga Monárquica D. Manuel II, ou ainda, o Grêmio Republicano Português, fundado em 1908.¹⁵⁸

Essa emigração foi numericamente inferior à emigração econômica, talvez por isso menos perceptível dentro da massa de estrangeiros que deixavam sua terra natal. Ao chegarem aos seus destinos, e nesse caso ao Brasil, nem sempre o motivo da saída era declarado, até porque tal revelação não seria segura, conveniente ou até mesmo necessária.

Foi na passagem dos anos 20 para os anos 30 do século XX que um fato impulsionou a vinda de exilados portugueses para o Brasil: o Golpe Militar de 1926, e a posterior implantação do Estado Novo/ Salazarismo, um governo autoritário conservador que, pela sua longevidade de quase 50 anos, motivou a saída de mais de uma geração de opositores.

2.2 GOVERNO DE VARGAS: PRIMEIROS EXILADOS (1930-40)

A partir da década de 1930, com a tomada do poder por Getúlio Vargas e seus aliados, foram notadas mudanças no panorama político, social e econômico brasileiro. Tentando buscar novos apoios, Vargas procurou equilibrar a influência dos grandes latifundiários – que até aquele momento eram os principais detentores do poder político nacional –, aproximando-se do patronato urbano, ainda pequeno, que cobrava mais atenção e participação nas decisões políticas. Pelo mesmo motivo, no outro extremo, entre as classes trabalhadoras, passou a conceder e garantir alguns benefícios, como a criação do Código de

¹⁵⁸ PAULO, Heloísa. O exílio português no Brasil: Os “Budás” e a oposição antissalazarista. **Portuguese Studies Review**. Peterborough, v. 14, n. 2, p.125-142, 2006/7, p.126.

Leis Trabalhistas (CLT). Esses benefícios, por sua vez, mascaravam certo controle do Estado sobre a massa trabalhadora, principalmente a urbana, que estava em crescimento, tornando-se mais organizada e combativa, influenciada pelo movimento sindical e por grupos partidários do comunismo e do anarquismo.

Todas essas medidas vinham envolvidas num discurso desenvolvimentista e nacionalista que exaltava o povo e a cultura brasileira, tendo em Vargas seu defensor e “líder”. Com o passar do tempo, Vargas foi articulando essas diversas alianças – e outras, como com o integralismo¹⁵⁹ – buscando se fortalecer e se manter no poder, desembocando no Golpe de 1937, quando ele instituiu claramente o governo autoritário conhecido por Estado Novo (1937-1945).

Dentro da política nacionalista havia a proteção do trabalhador nacional, incentivando a vinda para os grandes centros, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, de trabalhadores de outros estados, em especial do Nordeste e de Minas Gerais.

A média de entrada de trabalhadores nacionais nos anos de 1910-1926 foi de 7.026 trabalhadores; entre 1927 e 1933 essa média sobe para 29.146, perfazendo um aumento de 41,4% entre as duas fases. Em 1928, a entrada de migrantes no estado de São Paulo supera, pela primeira vez, o número de entrada de imigrantes. Da totalidade de estrangeiros e brasileiros que entraram na cidade de São Paulo na década de 1920 – em números absolutos, 868.063 – os brasileiros representavam apenas 24,49%, enquanto os estrangeiros somavam 75,51%. No transcurso dos anos 1930 houve uma marcada reversão desse quadro. De um total de 633.986 que entraram na cidade, os nacionais representavam 68,74% e os estrangeiros, 31,26%.¹⁶⁰

Em relação aos estrangeiros, foi publicado o Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938¹⁶¹, que tratava de maneira abrangente as questões relacionadas à entrada e permanência de estrangeiros no Brasil. Foi uma maneira de contabilizar a quantidade de estrangeiros em idade produtiva (entre 18 e 60 anos) vivendo no país e legalizar a sua permanência, já que

¹⁵⁹ Essa aliança entre Getúlio Vargas e Plínio Salgado, o líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), foi curta e objetivava a consolidação do Estado Novo. Atingindo seu intento, o governo declarou a ilegalidade da AIB, e os integralistas foram perseguidos. GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português.** Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2012, p.281-282. Tal fato se assemelhou muito à relação entre Salazar e os integralistas portugueses.

¹⁶⁰ PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo.** São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.69.

¹⁶¹ BRASIL. Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. Regulamenta o decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. **Portal do Senado Federal.** Brasília - DF, Seção Legislativa. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/ligislacao/ListaPublicacoes.action?id=101078>>. Acesso em: 1º ago. 2010.

obrigava que eles tivessem a carteira de identidade de estrangeiro (carteira modelo 19), servindo ao mesmo tempo como um mecanismo de controle.

Entre os artigos desse decreto, os de número 9, 10 e 11 diziam respeito à “imigração por cotas”. Tais cotas seriam determinadas a partir do total do número de estrangeiros de uma determinada nacionalidade que entraram no Brasil entre os anos de 1884 e 1933. Desse total se calculariam 2%, e essa seria a quantidade de estrangeiros cuja entrada no país seria permitida anualmente. Dessa porcentagem, 80% deveriam ser agricultores, e os outros 20% poderiam ser indivíduos que se dedicassem a outras atividades. Era uma maneira de barrar a entrada de estrangeiros e, dentro da política do governo, valorizar o trabalhador nacional.

Todas as nacionalidades seriam atingidas pela “política de cotas”, entretanto, por pedidos e pressões do governo português, a entrada de imigrantes de nacionalidade portuguesa não foi regida pelo decreto, sendo permitida sem restrições.

Ao longo dos séculos XIX e XX, um conjunto de atos do poder público buscou facilitar aos portugueses a imigração e fixação no território do Brasil, a aquisição da nacionalidade e o exercício de direitos. Fundando-se em pressupostos de afinidade linguística, cultural, religiosa e até mesmo racial, legislativo e executivo privilegiaram o lusitano em vários aspectos, de regras de povoamento a leis trabalhistas. Diretrizes consulares buscaram facilitar a concessão de vistos de entrada e promover sua imigração para o país. De modo indireto ou de forma explícita, seis das sete constituições brasileiras favoreceram o português, numa recorrência ao ex-colonizador sem paralelo no direito comparado.¹⁶²

Parte do empresariado brasileiro mostrou também interesse pelo trabalhador português, justificado pelas proximidades linguísticas, culturais e pelas qualidades profissionais dos portugueses, que seriam úteis para o desenvolvimento industrial brasileiro.

Rio de Janeiro, março – O grande economista Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, dirigiu um ofício ao Ministro do Trabalho, pedindo que, para efeito de trabalho, os portugueses sejam equiparados aos brasileiros natos. Nesse documento se lê:

“País de imigração, em pleno período de largas iniciativas e dada a sua escassa população, comparada ao tamanho do seu território, o Brasil precisa, mais do que nunca, do auxílio precioso do braço estrangeiro. Dentre as correntes imigratórias que se destinam ao nosso país, uma se destaca pela sua importância numérica, aliada à capacidade do trabalho de seus integrantes, convindo ressaltar a identidade de raça, língua, costumes, religião e passado histórico.

¹⁶² MENDES, José Sachetta Ramos. Lei e Etnicidade no Brasil: entre a lusofobia e o favorecimento jurídico dos portugueses. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 61, n. 2, 2009.

[...]

Se o Governo federal aprovar a medida que pleiteamos, torna-se possível um acordo directo entre as Escolas Profissionais Portuguesas e a Federação das Indústrias para a vinda anual de operários especializados em indústrias mecânicas, químicas e artífices em várias outras indústrias, de que há grande carência no país”.¹⁶³

Por outro lado, havia quem apregoasse maior rigidez no controle da entrada e permanência de estrangeiros no Brasil. O então Ministro da Justiça e Negócios Internos, Francisco Campos, era um dos que defendiam uma maior restrição à imigração estrangeira. A partir de 1940 passou a produzir pareceres e ofícios, trocados entre várias autoridades, que levaram à criação e promulgação, em 7 de abril de 1941, do Decreto-Lei nº 3.175, intitulado “Restringe a imigração e dá outras providências”, passando ao Ministério da Justiça o poder decisório da concessão de visto aos estrangeiros.¹⁶⁴ O decreto, produzido durante a Segunda Guerra Mundial, tinha como objetivo principal restringir a entrada de refugiados de guerra, principalmente de origem judaica. Entretanto, em diversos de seus ofícios, Campos enumerava variadas nacionalidades e os pontos negativos de sua fixação no Brasil.¹⁶⁵ A portuguesa também foi motivo de crítica do Ministro:

Em relação à imigração portuguesa, declara-se preocupado “quanto a sua localização”, ou seja, a ocupação efetiva desses imigrantes uma vez chegados ao Brasil. Nesse sentido, Campos elaborou um quadro estatístico (dados de 1937) buscando comprovar a tese de que, mesmo tendo imigrado como agricultores, uma parte mínima e insignificante dos estrangeiros havia de fato se dedicado ao campo.

[...]

A intenção de Campos era desqualificar como recomendável a imigração portuguesa e ele o fez de forma a mais cuidadosa, uma vez que Vargas estava entre os que defendiam a manutenção do fluxo imigratório de Portugal. Mas chama a atenção do presidente para o que estava decorrendo da promulgação do decreto-lei que exigia a nacionalidade brasileira para os empregos públicos. Diversos portugueses estariam se decidindo naturalizar brasileiros tão somente para poder concorrer ou se manter em empregos públicos, o que constituía concorrência para com os brasileiros aqui residentes.

Fez referência aos números e às estatísticas, informando que dez por cento dos portugueses no Brasil seriam funcionários públicos. “Os demais estão, na maioria, empregados em profissões urbanas,

¹⁶³ O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 24 mai. 1937. Apud: SIMÕES, Nuno. **Portugueses no Mundo**. Lisboa: Grandes Oficinas Gráficas Minerva, 1940, p.234-235.

¹⁶⁴ Para o Ministro Francisco Campos, nesse momento (da Segunda Guerra Mundial), a entrada e permanência de estrangeiro era uma preocupação de segurança nacional, e menos importante eram os interesses econômicos. KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal**. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.85-86.

¹⁶⁵ Em compensação, viam com simpatia a imigração de povos dos países nórdicos, suecos, finlandeses, dinamarqueses etc. Ibidem, p.379.

transportes e situações de caráter doméstico. A proporção de agricultores é, sem nenhuma dúvida, ínfima”, concluiu.¹⁶⁶

As recomendações de Campos em relação aos imigrantes portugueses não tiveram a aprovação da Presidência da República. Vargas, assim como outras autoridades do governo, não via como necessário nenhum impedimento ao fluxo migratório de Portugal. Para Getúlio, assim como para Salazar, era vantajoso manter boas relações entre Brasil e Portugal, não só por questões culturais ou até mesmo econômicas, mas também por questões ideológicas, já que ambos os “Estados Novos” eram governos autoritários muito semelhantes entre si. As trocas de gentileza eram frequentes. Em 1938 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi convidado a participar de um congresso em Portugal, tendo os membros do instituto viajado e se hospedado à custa do governo português. Já na Exposição do Mundo Português, realizada em 1940, o Brasil foi o único país a possuir um pavilhão próprio.¹⁶⁷

Esse era o tratamento dado no Brasil à colônia portuguesa de maneira geral. Porém, cabe indagar: como eram tratados aqueles portugueses que de alguma maneira “subvertiam” a ordem no Brasil, ou mais especificamente os exilados antissalazaristas que eram tidos como subversivos em Portugal?

Para verificar tal questão, toma-se a documentação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), a polícia política que funcionou de 1924 a 1983 e tinha por função vigiar e punir todos aqueles que agissem ou pusessem em “perigo” a ordem ou a segurança nacional. Essa documentação foi dividida em quatro segmentos: “Prontuários”, “Ordem Política”, “Ordem Social” e “Dossiês”. Para se ter uma ideia da presença portuguesa nos arquivos do DEOPS, o parâmetro podem ser os “Prontuários”, haja vista que são o segmento mais antigo e que abrange todo o período de existência do órgão, sendo possível em seu fichário remissivo localizar os prontuariados pela nacionalidade.

Entre 1924 e 1983 foram prontuariados 5.371 portugueses, de um total de aproximadamente 150.000 prontuários produzidos no mesmo período (esse número, entretanto, é maior, pois só se está contando os constantes em um dos segmentos documentais). Esses portugueses eram classificados dependendo do delito supostamente cometido, desde crimes de caráter político-social – como a participação em greves, atividades

¹⁶⁶ KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal**. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.194-195.

¹⁶⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Relações culturais luso-brasileiras: encontros e desencontros. **Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**. Rio de Janeiro, 2006, p.5-6. Disponível em: <www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.pdf>. Acesso em: 16 ago.2010.

ligadas aos movimentos anarquista, comunista, socialista e até mesmo fascista e nazista (durante a Segunda Guerra), prostituição, cafetinagem etc. – a violações de caráter econômico, como vender produtos a preços não tabelados, roubar no peso, falsificação ou venda de produtos danificados etc. A maioria dos portugueses prontos para incorrer em crimes condenados pela justiça brasileira, muitos deles punidos com prisão ou, em casos julgados mais graves, com a decretação de expulsão do país.¹⁶⁸

[...] Assim, foram definidos os estrangeiros que, por palavras ou ações, voltavam-se contra a ordem política, econômica, moral e social existentes, considerados nocivos à sociedade e perigosos à segurança pública – regra geral, aqueles que, por meios variados, contestavam a propriedade, o trabalho, a família, a moral cristã e os poderes constituídos, apresentando-se como desviantes aos padrões de comportamento socialmente aceitos: desordeiros na apreensão global do termo.¹⁶⁹

Analisando esses mesmos documentos em relação aos portugueses exilados, não se constatou, aqui no estado de São Paulo, nenhum caso de imigrante que tenha sofrido represália ou impedimento de suas atividades contra o salazarismo durante o período de residência no Brasil, notadamente entre a chegada dos primeiros exilados, no final da década de 1920, até a Revolução dos Cravos, em 1974. Somente a partir da Revolução de 1964 se notou uma maior rigidez por parte dos órgãos de segurança, temendo que a vitória contra o autoritarismo em Portugal servisse aqui com incentivo e/ou exemplo aos grupos de oposição ao governo civil-militar brasileiro. O que se pôde constatar foi que as atividades dos exilados antissalazaristas em São Paulo, apesar das dificuldades internas e externas, desenvolveram-se sem entraves legais. A liberdade de expressão e contestação foi garantida através, por exemplo, da criação de um jornal antissalazarista como o Portugal Democrático, que, mesmo sob vigilância, circulou livremente durante aproximadamente 19 anos (1956-1975).¹⁷⁰

Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos países Aliados, intensificou-se a vigilância e adoção de práticas de repressão aos imigrantes italianos, alemães e japoneses, os chamados “súditos do Eixo”. Várias restrições foram

¹⁶⁸ “A ação do Estado extrapola... e passa a *limpar* a cidade daqueles imigrantes ingratos, pois esses ‘agitadores profissionais expulsos de seu próprio país, não podem pretender transformar os outros países em campos de luta de demonstrações ou de experiências para suas doutrinas revolucionárias’. A deportação e a expulsão são os meios para a extinção dos quistos que levam a desordem ao seio da classe operária.” PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias de Ilusão: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.106.

¹⁶⁹ MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p.91.

¹⁷⁰ Era frequente aparecer em diversas edições do jornal a seguinte frase: “Portugal Democrático, único órgão não censurado da oposição a Salazar”.

impostas a esses indivíduos, como a proibição de falar em público a língua materna, a obrigatoriedade de portar salvo-conduto para circular pelo país, a necessidade de informar, sempre que ocorresse, a mudança de endereço residencial e/ou comercial à polícia etc. Caso pairasse sobre esses imigrantes qualquer suspeita de atividade “subversiva”, eram passíveis de prisão, podiam ter seus bens confiscados, entre outras medidas. Os portugueses salazaristas ou antissalazaristas não foram vítimas de atitudes semelhantes, o salazarismo ou seus opositores não eram motivo de preocupação do governo brasileiro, a política portuguesa não prejudicava os interesses do Brasil.

Podemos citar um documento produzido pelo DEOPS-SP, nas décadas de 1930-1940, durante o governo de Getúlio Vargas, que corrobora tal afirmação. Trata-se de um termo de declaração prestado por Francisco Sarmiento Pimentel, na Superintendência de Segurança Política e Social, no ano de 1942:

Aos 22 dias do mês de abril de 1942, nesta cidade de São Paulo, na Delegacia Especializada de Ordem Política e Social, onde se achava o Dr. Abelardo Laranjeira, Delegado de Polícia da Ordem Política, comigo, escrevente de seu cargo ao fim assinado, compareceu Francisco Ferreira Sarmiento de Moraes Pimentel, com 45 anos de idade, de cor branca, estado civil casado, de nacionalidade portuguesa, natural de Vergueiras, de profissão tenente aviador, residente à Rua Cons. Moreira de Barros, nº 81, sabendo ler e escrever e declarou: “que o declarante é tenente da Reserva Aérea de Portugal, encontra-se no Brasil como emigrado político há cinco anos; que o manifestante é amigo do senhor doutor João Silvério Douzel de Andrade desde Portugal, amizade esta que continua no território nacional, onde ambos se encontram; que foi instrutor de aviação da escola de Renato Pedrosa durante alguns meses; que, atualmente, trabalha na Sociedade de Areia e Pedregulho Limitada, com sede à Rua Gabriel Prestes, sem número, em Areal, da qual é sócio; tendo sabido, por conhecimento do seu amigo acima citado, que o declarante tinha sido procurado por investigadores desta delegacia em casa do mesmo, veio a esta Especializada saber o motivo. Nada mais”.¹⁷¹

O que consta nesse prontuário é somente essa informação, sem nenhum outro detalhe, levando a crer que, analisadas as declarações de Francisco Sarmiento Pimentel, a polícia teria constatado não existir nada que o difamasse ou trouxesse perigo à ordem pública. Mesmo quando Sarmiento Pimentel se declarou *emigrado político*, não houve por parte da polícia nenhuma preocupação ou interesse em saber se ele tinha alguma atividade política no Brasil (nada mais, pode-se reafirmar, foi encontrado sobre ele nos documentos da polícia

¹⁷¹ “Francisco Ferreira Sarmiento de Moraes Pimentel”, Prontuário nº 47.116. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

política de São Paulo). Sabe-se, entretanto, que Francisco Sarmiento Pimentel foi um militante antissalazarista que, como seu irmão João Sarmiento Pimentel e outros, participou de diversas atividades de contestação ao Estado Novo português. Sobre a sua ligação com Doutel de Andrade, não existia nada que o desabonasse; Andrade não possuía nenhuma informação na polícia. O que se descobriu sobre João Silvério Doutel de Andrade foi que era natural de Trás-os-Montes, como Sarmiento Pimentel, e formado em Medicina pela Universidade de Coimbra; não se sabe se era antissalazarista.

O governo português cobrava das autoridades brasileiras maior vigilância e repressão aos “insubmissos da colônia”, mas, como se pôde constatar, o que se fez, durante muito tempo, resumiu-se em grande parte ao controle das atividades através de relatórios feitos pelos investigadores. A única atitude do governo Vargas que trouxe algum problema foi o fechamento, em São Paulo, do Centro Republicano Português, em 1944¹⁷², local onde os opositores de Salazar se reuniam, mas não chegou a atrapalhar as atividades do grupo, que passou a se reunir na residência de João Sarmiento Pimentel, até a reabertura do Centro, em 1958. O fechamento do Centro Republicano Português não foi uma atitude especificamente voltada para a repressão aos portugueses, inseria-se em um contexto mais amplo, no âmbito da política de controle dos estrangeiros, que proibia o funcionamento de associações estrangeiras de caráter político.¹⁷³

O governo português, paralelamente às reivindicações feitas às autoridades nacionais, que não respondiam como esperado, criou mecanismos próprios em Portugal e no Brasil para se defender contra os seus opositores. Salazar determinou a criação de um aparato propagandístico que seria enviado para as colônias portuguesas, com o objetivo de mostrar as “qualidades” da sua administração. Esse material produzido em Portugal foi distribuído para as embaixadas e os consulados, e depois repassado para as casas de cultura e associações portuguesas. Os embaixadores e cônsules, por sua vez, tinham a obrigação de recolher informações das atividades dos emigrados e transmiti-las a Portugal.

Já aos futuros emigrantes, antes mesmo da partida de Portugal, era incutida a ideia de levar e difundir a boa imagem criada pelo governo da Salazar. Eles deveriam demonstrar que,

¹⁷² SILVA, Douglas Mansur. **A Ética da Resistência**: os exilados antissalazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, 2000, p.48.

¹⁷³ Decreto-lei nº 383/38, que vedava aos estrangeiros o desenvolvimento de qual quer atividade política no país. SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. **Estado Novo Relações Luso-Brasileiras** (1937-1945). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.184-185. SWENSSON, Walter Cruz. Estrangeiros, política institucional e movimentos sociais: as famílias 10 e 20 da série Dossiês do Acervo DEOPS-SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de (et al.). **A Constância do Olhar Vigilante**: a preocupação com o crime político. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p.45.

mesmo longe, continuavam portugueses, não podendo esquecer a pátria, a cultura, as tradições, tudo isso envolto num discurso nacionalista. Até campanhas eram feitas para que esses emigrados não se naturalizassem, garantindo a manutenção dos laços com a mãe-pátria.

[...] temos a ideia da missão do emigrante na continuidade da cidadania portuguesa, entendida a partir do ideário do regime. Assim, são constantes os apelos por parte deste tipo de discurso ao “orgulho de ser português” do emigrante e à sua função de representante do país.¹⁷⁴

A troca de informações entre o governo em Portugal e seus representantes no Brasil era constante e detalhada, visando impedir manifestações e infiltrações da oposição no seio das comunidades portuguesas e, com isso, a revelação da real situação vivida em Portugal. Para tanto, era importantíssimo identificar os elementos de oposição e isolá-los.

A ligação de João Sarmiento Pimentel com a Casa de Portugal de São Paulo – a qual presidiu entre 1940 e 1941 – foi motivo de preocupação e de troca de ofícios entre o embaixador de Portugal no Rio de Janeiro e o governo de Salazar. A denúncia de que estaria colocando elementos de oposição na administração da Casa de Portugal¹⁷⁵ era vista como perigosa, já que se tratava de uma instituição de relevo para a colônia portuguesa de São Paulo.¹⁷⁶ Sarmiento Pimentel foi afastado, e desse momento em diante a Casa de Portugal passou a ser dirigida por sujeitos simpáticos ao governo português.

Em contrapartida, os elementos da colônia que se manifestassem partidários ou mesmo apreciadores da política salazarista eram agraciados com benesses do governo português, notadamente aqueles imigrantes que, tendo prosperado, tornaram-se figuras importantes no seio da comunidade portuguesa, recebendo dos cônsules e embaixadores – a mando de Salazar – o título de “comendador”, por “relevantes serviços prestados à colônia portuguesa do Brasil”¹⁷⁷. Muitos desses empresários portugueses tinham negócios em Portugal, colaborando inclusive financeiramente para a causa salazarista, como no caso de António Pereira Inácio, cujos negócios dariam origem, no Brasil, ao Grupo Votorantim.

¹⁷⁴ PAULO, Heloisa. **Aqui também é Portugal: A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo**. Coimbra: Quarteto Editora, 2000, p.87.

¹⁷⁵ A Casa de Portugal, além de um centro cultural, foi durante um tempo sede do consulado português em São Paulo.

¹⁷⁶ SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. A ação dos ditos insubmissos portugueses durante o Estado Novo no Brasil. **Anais do X Encontro Estadual de História - ANPUH**. Santa Maria - RS, 2010.

¹⁷⁷ Essa prática era muito comum também entre os fascistas italianos em São Paulo, que recebiam comendas do governo de Mussolini. CARELLI, Mário. **Carcamano e Comendadores: os italianos de São Paulo, da realidade à ficção (1919-1930)**. São Paulo: Ática, 1985, p.68.

[...] O poderoso *lobby* que promovia no Brasil a propaganda do regime – financiado por um punhado de ricos empresários que haviam recebido comendas – tinha conseguido impor a imagem de um Salazar paternalista cujo autoritarismo não poderia ser equiparado ao de Franco. Sustentava-se também que Salazar empreendera uma notável obra de recuperação econômica, modernizando o país.¹⁷⁸

Portanto, os primeiros exilados que chegaram ao país entre 1920 e 1940 e buscaram, a princípio, o auxílio da colônia portuguesa em São Paulo, salvo raras exceções, foram criticados e isolados graças a todo um aparato montado pelo governo português no Brasil. As atividades de contestação dos antissalazaristas foram “uma luta de Davi contra Golias” durante todo o período de resistência, motivando denúncias e discussões entre os exilados.

Diante dessa situação de isolamento, os exilados tiveram de buscar meios fora da sua comunidade nacional para denunciar e angariar apoio à sua causa. Uma das formas encontradas foi se aproximar de grupos que também condenavam as práticas de governos conservadores e autoritários, como os italianos antifascistas.

São Paulo, 11 de Junho de 1931
 Ilmo. Sr. Dr. Ignácio da Costa Ferreira
 D.D. Delegado de Ordem Social

A fim de comemorar o 7º aniversário de morte de Giacomo Marteotti, verificada na Itália, a Liga Anti-Fascista desta capital, reuniu seus associados ontem, no salão da LEGA LOMBARDA, sito no Largo de São Paulo.

Os oradores SARMENTO PIMENTEL, MÁRIO MARIANI, FRANCISCO PICCAROLO, NICOLA SILLA e ORESTES CERCHIAI, limitaram-se a atacar a obra do governo italiano e, mui especialmente, a pessoa do Sr. MUSSOLINI.

Essa reunião, que teve início às 21 horas, terminou sem incidentes, às 23 horas mais ou menos.

É o que me cumpre relatar, em obediência às vossas ordens.

Respeitosas saudações,
 Affonso Mendes
 Insp. 48¹⁷⁹

Como se pode notar, João Sarmiento Pimentel participou de um evento da Liga Antifascista, organizada por italianos, tendo sido um dos oradores – o único não italiano a constar da lista do relatório. Constata-se que a sua participação tinha como objetivo angariar

¹⁷⁸ RODRIGUES, Miguel Urbano. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.183.

¹⁷⁹ “Sarmiento Pimentel”, Prontuário nº 70.697. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

apoio entre os italianos antifascistas de São Paulo, nessa época um grupo organizado e atuante que poderia auxiliá-lo e orientá-lo nas suas atividades.

Os anos de 1930 e 1940 não foram o período mais significativo, numericamente, da presença de exilados antissalazaristas no Brasil, mas alguns casos podem ser destacados, como o do casal Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes, ambos artistas plásticos, que chegaram aqui em 1940. Maria Helena Vieira da Silva nasceu em Lisboa, em 1908, tendo aí iniciado seus estudos em Artes Plásticas. Em 1928 foi viver em Paris, onde teve contato com outros artistas e aprimorou seus estudos, tornando-se pintora e expondo em diversos países, inclusive em Portugal durante os primeiros anos do Estado Novo. Na França conheceu o pintor húngaro Arpad Szenes, com quem se casou, em 1930, passando a trabalhar juntos. Nessa época, juntaram-se a um grupo de artistas parisienses em torno da Associação “Amis du Mondo”, que se opunha ao crescimento dos movimentos de extrema direita no mundo.¹⁸⁰ Mas o início da Segunda Guerra Mundial e a invasão da França pelas tropas nazistas trouxeram problemas para o casal, já que Arpad era comunista e tinha ascendência judaica, tornando perigosa sua permanência em Paris, assim como para Maria Helena.

O casal viajou então para Portugal, cujo governo se declarara neutro em relação aos países beligerantes, por isso ambos acreditavam que estariam seguros de qualquer perseguição. Contudo, enfrentaram resistências, Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes requereram a nacionalidade portuguesa – Vieira da Silva ao casar-se recebera a nacionalidade húngara, e perdera a portuguesa¹⁸¹ –, mas o governo salazarista negou o pedido. Tentaram de diversas maneiras resolver esse problema, que esbarrava na questão de ele ser comunista e judeu. Chegaram ao ponto de realizar um casamento católico em Lisboa, e Arpad declarou que se convertera ao catolicismo¹⁸², mostrando que se enquadravam nos parâmetros impostos pelo salazarismo. Porém, todos os esforços se mostraram inúteis.

Não podendo permanecer em Portugal, e com medo de que Arpad fosse deportado, o casal decidiu exilar-se no Brasil¹⁸³, fixando residência no Rio de Janeiro. Aqui, retomaram suas atividades artísticas, ministravam aulas e mantinham contato com intelectuais e artistas brasileiros e portugueses, como Maria da Saudade Cortesão (filha de Jaime Cortesão) e seu marido, o escritor Murilo Mendes, de quem se tornaram amigos.

¹⁸⁰ O PORTAL DA HISTÓRIA. Biografias. **Maria Helena Vieira da Silva**. s/d. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/porta/biografias/vieira_silva.html>. Acesso em: 27/07/2018.

¹⁸¹ RTP. Programas de TV. **Vieira da Silva – vida e obra**. Documentário. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/programa/tv/p13857>>. Acesso em: 27/07/2018.

¹⁸² FUNDAÇÃO ÁRPAD SZENES-VIEIRA DA SILVA. Disponível em: <fasvs.pt>. Acesso em: 27/07/2018.

¹⁸³ No Brasil, recebem passaporte diplomático, substituindo o de apátridas emitido pela Sociedade das Nações. O PORTAL DA HISTÓRIA, op. cit., s/d.

Em 1947, retornaram à França, onde ambos adquiriram a nacionalidade francesa, em 1956. Os contatos com Portugal só se tornaram mais frequentes após a Revolução dos Cravos. Dois anos depois da morte da Maria Helena, ocorrida em 1992, foi criada a Fundação Aspard Szenes-Vieira da Silva, em Lisboa.¹⁸⁴

O fim da guerra na Europa, com a vitória dos Aliados, e o fim do Estado Novo no Brasil, com o retorno a um curto período democrático, possibilitaram o incentivo e o aumento da vinda de exilados. Enquanto que em Portugal as práticas repressivas continuavam.

2.3 PERÍODO DEMOCRÁTICO: AUMENTO DO FLUXO (1950)

Os anos 1950 marcaram o dito retorno à democracia no Brasil e uma política de investimento científico e tecnológico voltada para o desenvolvimento da economia e da sociedade nacional. Para tanto, nesse momento, faziam-se necessários indivíduos especializados ou que tivessem conhecimento para qualificar os trabalhadores nacionais, inserindo-os em novos setores da economia, principalmente na indústria de base.¹⁸⁵

Foi o período de um novo crescimento do fluxo imigratório, em que se incentivou a vinda especialmente de pessoas qualificadas, de “técnicos” – engenheiros, químicos, físicos etc. –, assim como acadêmicos, cientistas e pesquisadores, que chegariam para ministrar cursos de formação tanto para os trabalhadores dos níveis mais básicos da produção como para aqueles que deveriam comandar esse processo de desenvolvimento socioeconômico.

[...] a retomada do processo imigratório pós-Segunda Guerra, considerada fundamental para o processo de modernização das atividades industriais em São Paulo, esteve compassada com processos mais amplos, ligados à distensão social na Europa, investimentos em regiões *periféricas* do globo e instalação de companhias multinacionais.¹⁸⁶

Uma parcela desses imigrantes era de refugiados e deslocados de guerra, que desde o início de 1940 buscavam fugir das mazelas provocadas pelo nazi-fascismo. Após o término da Guerra, várias organizações de auxílio foram criadas¹⁸⁷, tendo como objetivo ajudar o retorno

¹⁸⁴ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.912, 960-961.

¹⁸⁵ É o período da criação da Siderúrgica de Volta Redonda, da Petrobras, entre outras.

¹⁸⁶ PAIVA, Odair da Cruz. Imigração em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950. In: SAKURAI, Célia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; PAIVA, Odair da Cruz (Orgs.). **Migrações: pós-Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: D’Livros, Memorial do Imigrante, 2009, p.36.

¹⁸⁷ “Dentre os organismos multilaterais criados para auxiliar o deslocamento de populações pós-Segunda Guerra Mundial destacaram-se a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (UNRAA), entre 1945

dessas pessoas aos seus países, entre outras motivações. Porém, nem todos quiseram ou puderam retornar ao seu local de origem, já que a miséria e a destruição deixadas pela guerra inviabilizavam a retomada à vida cotidiana de antes de 1939.

Dentro desse contexto, o Brasil criou o Decreto nº 25.796, de 10 de novembro de 1948, que formava a comissão mista Brasil-Organização Internacional para Refugiados (OIR), pelo qual o Brasil aceitava receber anualmente uma cota de refugiados, embora fosse permitida a entrada de refugiados antes mesmo da formação da comissão.¹⁸⁸

O Brasil foi um dos primeiros países a se interessar pela seleção desse tipo de imigrante [...] não o propalado desejo de ajudar a resolver um problema humanitário, mas sim o interesse pela mão de obra qualificada dessas pessoas. Os chamados “deslocados de guerra” são caracterizados pela saída forçada de seus países e pelo trabalho forçado nos campos de concentração durante a guerra. Eles possuíam treinamento técnico e qualificação profissional e se caracterizavam por apresentar um número grande de jovens treinados e com capacidade para o trabalho industrial.¹⁸⁹

Os portugueses antissalazaristas que vieram para São Paulo não foram ajudados por nenhum tipo de organização de auxílio a exilados ou refugiados. Nos anos 1950 o que se nota é a formação de redes de contato e auxílio informais – iniciadas pelos primeiros exilados nos anos 1930 – compostas por portugueses (antissalazaristas ou não) e por brasileiros partidários da causa. Verifica-se que o apoio de brasileiros à luta antissalazarista tornou-se importante para a organização dessas redes de auxílio, pois possibilitou a alguns exilados a entrada e a fixação no país, conseguindo moradia e trabalho.

O engajamento de brasileiros na luta contra Salazar passou a ser mais significativo a partir do final dos anos 1940, quando o acesso às notícias sobre a situação de Portugal se tornou frequente, trazidas, em grande parte, por portugueses exilados, já que nos meios de comunicação havia a censura tanto de lá como de cá.

e 1947, Organização Internacional para Refugiados (OIR), entre 1947 e 1951, e, posteriormente, o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), a partir de 1951 até a década de 1980.” PAIVA, Odair da Cruz. Imigração em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950. In: SAKURAI, Célia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; PAIVA, Odair da Cruz (Orgs.). **Migrações: pós-Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: D’Livros, Memorial do Imigrante, 2009, p.31. BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947-1951. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p.151-167, jan./jun. 2014, p.153.

¹⁸⁸ PAIVA, op. cit., p.39.

¹⁸⁹ BASTOS, SALLES, op. cit., p.154.

Os jornais de São Paulo e Rio de Janeiro apresentavam uma visão deformada da vida portuguesa. A maioria dos brasileiros sabia que em Portugal havia uma ditadura, mas desconhecia praticamente tudo sobre a repressão policial e a resistência do povo. Da trágica realidade existente nas colônias, citadas como províncias ultramarinas, não se falava praticamente.¹⁹⁰

Outra atitude de ajuda aos portugueses antissalazaristas foi o convite para que participassem de eventos ou atividades no Brasil, o que permitiu que esses sujeitos tivessem como sair de Portugal e exilar-se aqui. O governo português dificultava a saída de opositores que pudessem promover qualquer manifestação que denegrise a imagem criada pelo Estado Novo português. Mas, diante do convite de instituições brasileiras, públicas ou privadas, por uma questão de cordialidade e reciprocidade entre os dois países, algumas vezes, permitia a participação de cientistas e intelectuais de oposição nessas ocasiões, mediante certas precauções que nem sempre davam resultado.

Um dos eventos com participação de intelectuais portugueses foi a comemoração do Quarto Centenário da cidade de São Paulo, em 1954¹⁹¹ – uma Comissão Executiva foi formada três anos antes para discutir e projetar as atividades comemorativas.¹⁹² A organização das festividades contou com a ajuda de Jaime Cortesão¹⁹³ e George Agostinho da Silva, que já se encontravam no Brasil. Entre as atividades realizadas durante a comemoração do Quarto Centenário, que abrangeu mais de uma semana, estavam o Congresso Internacional de Escritores, que foi presidido por Paulo Duarte¹⁹⁴, e os Encontros Intelectuais que eram promovidos regularmente pela Unesco – uma das patrocinadoras do Congresso, junto com a Comissão do Quarto Centenário –, naquele ano sediados em São Paulo.¹⁹⁵

Para participar do Congresso e do Encontro seriam convidadas notoriedades da área da literatura, e de Portugal chamados dois representantes. Para tanto, foi enviado a Lisboa o

¹⁹⁰ RODRIGUES, Miguel Urbano. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.183.

¹⁹¹ GALVÃO, Walnice Nogueira. O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.23.

¹⁹² OLIVEIRA, Daise Aparecida; BARROS, Liliane S .L.; YOSHIMOTO, Celina. Jaime Cortesão e o IV Centenário da Cidade de São Paulo. **Anais da IV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)**. São Paulo, 1985, p.26.

¹⁹³ “O convite para esse empreendimento foi formulado a Jaime Cortesão pelo presidente da Comissão Executiva, Francisco Matarazzo Sobrinho. Após um levantamento efetuado em Portugal, Cortesão apresentou, em abril de 1953, o esboço do plano duma ‘Exposição Histórica da São Paulo dentro do quadro da História do Brasil’, dividido em dez seções, duas das quais descritas detalhadamente.” Ibidem, p.26.

¹⁹⁴ Paulo Duarte foi jornalista, redator-chefe do jornal *O Estado de São Paulo*, importante figura dos meios intelectuais brasileiros de oposição ao salazarismo.

¹⁹⁵ GALVÃO, op. cit., p.23.

crítico de arte Paulo Mendes de Almeida, que tinha a responsabilidade de fazer as negociações com o governo português. Foram sugeridos, por Jaime Cortesão e outros membros da organização, os nomes dos escritores Adolfo Casais Monteiro e Miguel Torga (pseudônimo de Adolfo Correia da Rocha)¹⁹⁶, conhecidos críticos do salazarismo.

As tratativas não foram fáceis¹⁹⁷, o governo salazarista temia que esses dois representantes da oposição criassem problemas a Salazar. Para se chegar a um consenso, o governo português sugeriu mais dois nomes para, junto com Casais Monteiro e Torga, representar Portugal no Congresso, o Conde de Aurora e o professor Álvaro da Costa Pimpão¹⁹⁸, que foram aceitos. O objetivo principal era trazer Adolfo Casais Monteiro para o Brasil como exilado, ideia que fora arquitetada por Jaime Cortesão, Agostinho da Silva, Paulo Duarte e outros membros da comissão organizadora, assim como outros portugueses e brasileiros que se opunham ao salazarismo.

Adolfo Casais Monteiro se encontrava em uma situação muito complicada, por se posicionar contra o governo, principalmente através de seus escritos e de manifestações públicas contra as práticas autoritárias. Sofreu pesadas represálias, foi preso e depois demitido do Liceu Rodrigo de Freitas, sendo ainda proibido de exercer o magistério em qualquer outra instituição, ou mesmo de dar aulas particulares.¹⁹⁹ No caso de Miguel Torga, a situação era menos preocupante, embora fosse vigiado e reprimido pelo governo – teve seus livros apreendidos e passou um tempo preso. Tanto que, após o término do evento, retornou a seu país e conseguiu viver humildemente de seu ofício, a medicina.²⁰⁰

Durante o Congresso procurou-se dar mais relevo à participação de Casais Monteiro, em detrimento dos representantes do governo salazarista, deixando transparecer a posição da comissão organizadora, que os recebera a contragosto.

¹⁹⁶ ESPAÇO MIGUEL TORGA. Disponível em: <www.espacomigueltorga.pt>. Acesso em: 02/08/2018.

¹⁹⁷ Salazar, através do nosso Ministério das Relações Exteriores, expôs o desejo de realizar, em São Paulo, o Segundo Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, cabendo ao governo português a escolha dos participantes. Paulo Duarte condenou tal atitude e, após várias discussões, a Comissão Executiva determinou que a decisão coubesse à Academia Paulista de Letras. LEONZO, Nancy. Jaime Cortesão: um condestável em terras brasileiras. **Revista da Cátedra Jaime Cortesão**. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados - USP, v. 1, n. 1, p.35-43, jul. 1997, p.39.

¹⁹⁸ Conde de Aurora (José António Maria Francisco Xavier de Sá Pereira Coutinho) era escritor, monarquista, tendo exercido cargos públicos durante o Estado Novo. Álvaro Júlio da Costa Pimpão era formado em Filologia Românica pela Universidade de Coimbra; foi, em 1949, nomeado professor catedrático na mesma universidade.

¹⁹⁹ GALVÃO, Walnice Nogueira. O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.23-24.

²⁰⁰ ESPAÇO MIGUEL TORGA. Disponível em: <www.espacomigueltorga.pt>. Acesso em: 02/08/2018.

Em razão dos desígnios secretos que norteavam sua vinda ao Brasil, cuidou-se de dar o maior realce à presença de Casais Monteiro [...] Foi-lhe atribuído o primeiro lugar entre os oradores, como apresentador da primeira tese, logo na primeira sessão [...] Foi posto no seletto grupo de apenas onze membros nomeados para redigir a Declaração de Princípios que constituiria a tomada de posição do Congresso. Foi designado formalmente porta-voz dos congressistas estrangeiros, tendo falado em nome deles na sessão oficial de instalação. Foi incluído na comissão encarregada de depositar um ramallete no túmulo de Mário de Andrade [...].²⁰¹

A apresentação dos congressistas, sempre que possível, era entremeada com críticas que, como temia Salazar, não deixavam de demonstrar a sua posição contrária à política autoritária de Portugal e sua defesa à oposição, como se nota no discurso de encerramento, no qual Paulo Duarte agradeceu:

[...] a Casais Monteiro, a Rodrigues Lapa, a Miguel Torga, a Jaime Cortesão, a Agostinho da Silva, a Sarmento Pimentel, nossos irmãos gêmeos no nosso anseio de intelectuais livres; e também às figuras simpáticas e cordiais de Costa Pimpão e do Conde de Aurora, da representação oficial portuguesa [...].²⁰²

Outro caso de exílio conseguido através dessas redes de apoio foi o do médico e parasitologista Froilano de Mello, que chegou a São Paulo em 1950, já tendo dois filhos aqui estabelecidos.²⁰³ Indalécio Paschoal Froilano de Mello nasceu em Benaulim, Goa, em 17 de maio de 1887. Formou-se em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa²⁰⁴, em 1910, sendo depois nomeado professor na mesma instituição. Foi mais tarde um dos primeiros diretores da Faculdade de Medicina de Goa (nova denominação da Escola Médico-Cirúrgica). Foi diretor do Serviço de Saúde, tendo criado o Leprosário Central.²⁰⁵ Tinha especialização em Parasitologia, adquirida no Instituto Kaiser Guilherme, de Berlim, concluída em 1922.²⁰⁶

²⁰¹ GALVÃO, Walnice Nogueira. O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.24-25.

²⁰² SOCIEDADE PAULISTA DE ESCRITORES; UNESCO (Org.). Anais do Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais. São Paulo: Anhembi, 1957, p.233. Apud: GALVÃO, op. cit., p.25.

²⁰³ Um de seus filhos, o engenheiro Victor Froilano de Mello, participou da obra de construção de Brasília.

²⁰⁴ A Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa foi fundada em 1842, pelo que tudo indica mais por uma iniciativa local do que uma determinação da metrópole. Essa instituição foi importante na formação de profissionais da área médica que atenderam em diversas regiões do império. BASTOS, Cristiana. O ensino da medicina na Índia colonial portuguesa: fundação e primeiras décadas da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 11, Suplemento1, p.11-39, 2004, p.18.

²⁰⁵ GRÁCIAS, Fátima da Silva. **Health and Hygiene in Colonial Goa (1516-1961)**. New Delhi: Concept Publishing Company, 1994, p.141.

²⁰⁶ GOA (Índia). Disponível em: <www.goacom.com>. Acesso em: 10/08/2018.

Foi duas vezes eleito membro do Parlamento português, como representante da Índia Portuguesa em Lisboa. Na primeira vez, em 1926, não tomou posse, pois com o Golpe Militar as eleições foram anuladas, mas numa segunda eleição, ocorrida em 1945, a sua posse foi garantida. Durante o seu mandato, procurou defender os interesses de Goa, fazendo diversas críticas à política colonial, em particular ao Ato Colonial, instituído em 1930, que, entre outras determinações, tratava os goenses – e os demais nativos das colônias portuguesas – como cidadãos de segunda classe. Passou a defender a emancipação da Índia Portuguesa e a criação de uma “Comunidade de Nações de Língua Portuguesa”²⁰⁷. Suas atitudes desagradaram o governo, sendo a sua candidatura a reeleição impugnada.

As punições a Froilano de Mello não se resumiram somente à proibição a uma nova candidatura ao Parlamento. Em 1950 o governo português foi convidado a participar de um congresso científico que se realizaria no Brasil, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro. O provável representante de Portugal nesse evento seria Froilano de Mello, pois já havia representado o país em outros encontros científicos, e o seu nome e os seus estudos eram reconhecidos internacionalmente. O governo português abriu mão de participar do congresso, visando com isso punir e prejudicar Froilano de Mello – e indiretamente prejudicava a si mesmo. Porém, diante da situação constrangedora que estava vivendo o cientista goense, o Ministro da Educação do Brasil, Pedro Calmon, com o consentimento do Presidente Dutra, convidou e patrocinou a vinda de Froilano de Mello ao congresso, que contou provavelmente com o apoio da classe científica brasileira e da oposição portuguesa aqui exilada.

Froilano de Mello foi acolhido aqui, fixando residência em São Paulo como exilado. Deu continuidade às suas pesquisas, tendo colaborado para o Instituto Ezequiel Dias, de Belo Horizonte, onde muitos de seus trabalhos foram publicados. Faleceu em São Paulo, em 09 de janeiro de 1955.²⁰⁸

Nos anos de 1950, com uma maior liberdade e facilidade de circulação, proporcionando um novo e crescente fluxo emigratório, constatou-se o surgimento e crescimento de grupos organizados de exilados em vários lugares do mundo. Essas instituições, muitas vezes criadas legalmente, com um estatuto e um corpo administrativo organizado com presidentes, secretários etc., e possuindo um número considerável de filiados, demonstram que havia redes e ações institucionalizadas que buscavam facilitar a organização dos exilados nos países que os recebiam e o apoio, de diversas maneiras, de alguns dos governos desses países. Havia um contato entre esses variados grupos, o que se mostrou

²⁰⁷ GOA (Índia). Disponível em: <www.goacom.com>. Acesso em: 10/08/2018.

²⁰⁸ GOA (Índia). Disponível em: <www.goacom.com>. Acesso em: 10/08/2018.

importante na luta da oposição no exílio. A formação de redes que se auxiliavam mutuamente, com trocas de informações, promoção de eventos, recepção de exilados etc., aumentava a pressão sobre o governo português de fora para dentro.

Nos países do continente americano, alguns há décadas tradicionais destinos da emigração, foi onde muitos exilados portugueses decidiram se fixar. No Canadá²⁰⁹, antissalazaristas formaram o Comitê Democrático Português do Canadá, com a participação de portugueses e de outros simpatizantes em atividades de contestação à política salazarista.

Realizou-se, com efeito, no dia 3 de Outubro, no “Changai Restaurante”, um jantar que reuniu não só os membros do “Comitê Democrático Português do Canadá”, mas ainda inúmeros simpatizantes desta Organização, isto é, amigos da Democracia Portuguesa. Entre todos se notou o maior entusiasmo e vontade de batalharem pela redemocratização do nosso País, fraternalmente unidos ao Movimento anti-fascista que, do Brasil, graças à ação do “Portugal Democrático” se tem ampliado ao Mundo todo.

[...]

Não têm estado parados os membros do “Comitê Democrático Português do Canadá”. Depois das primeiras reuniões em que se traçaram os planos da ação a desenvolver, a grande tarefa do esclarecimento da opinião pública canadiana, e particularmente dos portugueses que vivem neste país, está dando os mais positivos resultados.

[...]

Podemos afirmar bem alto que entre os portugueses anti-salazaristas do Canadá se encontram pessoas de todas as ideologias e que o nosso movimento tem, é claro, o carácter mais liberal que se pode imaginar. De resto, a cada português que chega junto de qualquer dos membros do “Comitê”, não se lhe pede a sua filiação política; a única coisa que se lhe pede é que seja sincero e que o demonstre por actos!

É assim que todos vimos desenvolvendo a nossa actividade esclarecedora. Somos o que somos, e não o que pretendem os agentes da PIDE. Somos portugueses e a única coisa que ambicionamos como democratas convictos é a liberdade de Portugal das garras de um regime que tem levado a Nação à ruína e ao desespero. Queremos um Portugal redemocratizado, que alinhe sem vergonha, junto de todas as potências realmente democráticas! E é nesse sentido que lutaremos, até a queda de Salazar.²¹⁰

Na década seguinte, surgiram ainda no Canadá outros dois grupos: o Movimento Democrático Português de Montreal e o Canada Movement for Freedom in Portugal and

²⁰⁹ A partir do início da década de 1950, houve um aumento significativo do número de imigrantes portugueses no Canadá, sendo na sua maioria oriundos dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. SCOTT, Ana Sílvia. **Os Portugueses**. São Paulo: Contexto, 2018, p.160.

²¹⁰ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Os portugueses espalhados pelo mundo na batalha contra Salazar”. São Paulo, Ano III, n. 30, nov./ 1959, p.8. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0249), Portugal.

Colonies.²¹¹ Nos Estados Unidos, país que recebeu um número considerável de portugueses, foi criado, em 1960, o Committee Pro-Democracy in Portugal, no estado de New Jersey, presidido por Abílio de Oliveira Águas, ex-cônsul de Portugal. O Comitê, que mantinha relações com diversas associações congêneres em inúmeros países, foi responsável por levar Henrique Galvão à ONU, onde discursou sobre os problemas causados pela política salazarista.²¹²

Paralelamente exercíamos nos Estados Unidos, na sua imprensa, junto do Departamento de Estado e de algumas Universidades (e também na O.N.U.), uma ação constante de propaganda, esclarecimento e reclamação, que foi, sem dúvida alguma – até por alguns resultados práticos alcançados –, a que mais tem honrado a Oposição Democrática Portuguesa no exílio. [...] Os méritos dessa acção, a sua superioridade moral incorruptível, a sua constância e fidelidade às idéias, o tato com que sempre viveu acima de todas as intrigas e desconcertos da Oposição no exílio, o nível a que se elevou e, contudo, a sua intransigência democrática, devem-se sobretudo ao trabalho incansável, patriótico, teimoso, sempre sensato de Abílio de Oliveira Águas, antigo Cônsul de Portugal na América e do Committee Pró-Democracy in Portugal. [...] De entre os numerosos grupos e grupelhos de políticos exilados – nenhum me foi dado ver mais eficiente e mais imune às intrigas que em geral os esfacelam.²¹³

Além do Brasil, na América Latina outros países receberam exilados portugueses, notadamente a Argentina, o Uruguai e a Venezuela. Na Argentina se tem notícia da criação de um Comitê de Portugueses Democratas em Mar del Plata, porém sua atuação era pequena, apesar da existência de uma considerável colônia portuguesa no país. Já no Uruguai os grupos de exilados, concentrados principalmente em torno da Agrupação de Portugueses Democratas²¹⁴ e da União das Mulheres Portuguesas do Uruguai, promoveram atividades mais dinâmicas. Mantinham contato com exilados no Brasil, desenvolvendo atividades em conjunto. A União das Mulheres criou um programa de rádio, coordenado por Maria Luísa

²¹¹ MARTINS, Susana Maria Santos. **Exilados portugueses em Argel**. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013, p.50.

²¹² Ibidem, p.49.

²¹³ GALVÃO, Henrique. **Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal**. São Paulo: FAPLE, 1965, p.227.

²¹⁴ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “A Luta Anti-Salazarista no Uruguai”. São Paulo, Ano IV, n. 38, jul./ 1960, p.8. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0320), Portugal.

Silva Neves, intitulado “Portugal em Sud America - Hora Radial Portuguesa para a América”, direcionado essencialmente aos portugueses na Argentina.²¹⁵

Conforme noticiamos em nosso número de julho, os democratas portugueses, residentes no Uruguai, fundaram a “Agrupação de Portugueses Democratas”, organismo que se propõe desenvolver uma ação de esclarecimento da situação política em Portugal, denunciar os atropelos e violências da tirania que subjuga, há mais de trinta anos, o povo português, e cooperar na sua luta pela liberdade e pela instauração de um governo representativo da vontade nacional.

Em comunicado dirigido aos democratas portugueses e à opinião pública, a “Agrupação de Portugueses Democratas” declara que o seu propósito é dar cumprimento às seguintes tarefas:

I – Denúncia permanente do regime fascista em Portugal.

II – Estabelecer relações com todos os organismos da emigração democrática portuguesa e apoiar todas as iniciativas destinadas a coordenar a ação do movimento anti-salazarista visando à conquista das liberdades democráticas.

III – Realizar um trabalho de esclarecimento entre a emigração portuguesa, a fim de contrabalançar a nefasta influência da propaganda salazarista.

Para a realização destes fins, a “Agrupação de Portugueses Democratas” termina o seu comunicado-denúncia, convidando todos os portugueses radicados no Uruguai a ingressar nesse organismo de luta e resistência contra a ditadura de Salazar.²¹⁶

A Venezuela foi outro destino para os exilados. Para esse país afluíram muitos emigrantes portugueses, principalmente a partir da década de 1950, quando houve um aumento de empregos no setor petrolífero. Em 1959 foi criada a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, e em seguida o Movimento Democrático de Libertação de Portugal. As manifestações e os apelos dos exilados portugueses angariaram apoio de autoridades venezuelanas, que fundaram o Comitê Venezuelano Pró-Democracia e Liberdade em Portugal e Colônias.²¹⁷ Esse Comitê e a Junta Patriótica estiveram envolvidos no processo de expulsão do embaixador português de Caracas, em fevereiro de 1960.²¹⁸

Assinada pelo nosso querido companheiro de luta, comte. João Sarmiento Pimentel, o Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão enviou a seguinte carta ao Senador

²¹⁵ MARTINS, Susana Maria Santos. **Exilados portugueses em Argel**. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013, p.44-45.

²¹⁶ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Agrupação de Portugueses Democratas”. São Paulo, Ano IV, n. 40, set./1960, p.10. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0336), Portugal.

²¹⁷ MARTINS, op. cit., p.47.

²¹⁸ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Expulso da Venezuela o Embaixador Salazarista”. São Paulo, Ano IV, n. 33, fev./1960, p. 8. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0280), Portugal.

Alberto Ravell, Presidente do Comité Venezolano Pro-Democracia y Libertad de Portugal, com sede em Caracas:

“Notícias que nos chegam de Caracas, esclarecem-nos que foi decisiva a intervenção do Comité Venezolano a que V. Exa. tão democraticamente preside no processo que levou à expulsão de facto do ministro Branquinho que, em Caracas, representava o governo ditatorial de Salazar. Ao que nos informam, o referido agente do fascismo luso, em vez de cumprir a sua tarefa meramente diplomática, propagandeava Salazar e seu regime ditatorial na terra democrática da Venezuela.

A atitude de V. Exa. E dos demais membros do Comité Venezolano terá uma repercussão que não se limitará à simples expulsão de mais um assecla de Salazar, pois indicará a outros agentes fascistas travestidos de diplomatas que a sua missão não pode confundir-se com a de agentes policiais ou de propaganda. Sabendo quão importante vem sendo a atividade desse Comité em favor da causa de um novo Portugal Democrático, o Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, em nome do Povo Português amordaçado, apresenta ao Comité Venezolano Pro-Democracia y Libertad de Portugal a expressão do seu mais sentido agradecimento. [...]”²¹⁹

Porém, o agrupamento que teve maior projeção, até mesmo internacionalmente, apesar da existência curta, foi o Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), formado por exilados portugueses e espanhóis, tendo entre seus líderes o Capitão Henrique Galvão. Coube ao DRIL o sequestro do paquete português Santa Maria, quando esse passava pela Venezuela. Como é sabido, os revoltosos não atingiram seu intento, e os membros do DRIL se exilaram no Brasil, onde o grupo se desfez.

Em alguns trechos das reportagens do jornal *Portugal Democrático*, anteriormente destacados, nota-se que as práticas dos diversos agrupamentos criados aqui no continente americano muito se assemelhavam às adotadas no Brasil. Buscavam em geral esclarecer a opinião pública, principalmente a colônia portuguesa, denunciando e combatendo o salazarismo, bem como atrair mais adeptos à sua causa, aumentando, com isso, as pressões sobre o governo português. Assim, como grande parte da oposição no Brasil, também não defendiam a organização de uma luta armada partindo do exterior.

Além da América, houve a formação de agrupamentos de exilados em alguns países da Europa, principalmente na França, assim como na Alemanha Ocidental, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Itália, Suécia e Suíça. No leste europeu constituíram-se pequenos grupos, na sua maioria membros do PCP, na União Soviética, Checoslováquia e Romênia. E fora da

²¹⁹ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “O Comitê dos Intelectuais agradece ao Comitê Venezolano”. São Paulo, Ano IV, n. 34, mar./ 1960, p. 2. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0282), Portugal.

Europa, em regiões no norte da África vistas como estratégicas pela proximidade com Portugal, como no caso do Marrocos e da Argélia, após suas respectivas independências.²²⁰

A França e a Alemanha Ocidental passaram a ser os destinos preferenciais da emigração portuguesa a partir da década de 1950. O número de portugueses que escolheram esses países foi maior do que os que se dirigiram para a América no mesmo período. A reconstrução das economias francesa e alemã no pós-guerra e a facilidade de locomoção foram fatores de incentivo à emigração portuguesa.²²¹ Foi ainda na década de 1950 que se formaram novos núcleos de exilados na França. Não foi a primeira vez (ver capítulo 3), os portugueses já haviam procurado o exílio francês logo após o Golpe Militar de 1926, e alguns exilados lá permaneceram até a invasão nazista, em 1940.

O jornal *Portugal Democrático*, como importante veículo de divulgação, noticiou a criação de um comitê em Paris e seus objetivos:

[...] recebemos da Capital francesa a comunicação de que acaba de ser fundado em Paris o “Comitê para a Defesa das Liberdades em Portugal”, constituído pelos srs. Professor Doutor Manuel Valadares, prof. dr. E. Guerreiro, António Louro e Tomaz Ferreira Rato. O referido “Comitê”, que iniciou as suas atividades em 3 de abril corrente, procurará alcançar os seguintes objetivos:

- a) Denúncia, constante, de regime de opressão existente em Portugal, pela imprensa, pela rádio, por comícios etc.;
- b) Organização de conferências e manifestações de unidade entre a emigração portuguesa, contra Salazar e o fascismo português;
- c) Estabelecimento de relações entre todas as emigrações portuguesas que lutam pelas liberdades em Portugal, procurando, ao mesmo tempo, uma coordenação das actividades;
- d) Denúncia das actividades terroristas isoladas, como método, e que prejudiquem a luta pelo restabelecimento das liberdades em Portugal;
- e) Publicação periódica de um boletim de informações.²²²

O governo francês não deu o mesmo tipo de acolhimento que outros destinos escolhidos pelos exilados portugueses. Aos exilados foi vetado exercer qualquer atividade de caráter político.²²³ Nas décadas de 1950-1960, as relações entre França e Portugal eram boas, ambos tinham ainda colônias na África e Ásia que, com dificuldade, tentavam manter.²²⁴ Pela

²²⁰ MARTINS, Susana Maria Santos. **Exilados portugueses em Argel**. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013, p.50-55.

²²¹ SCOTT, Ana Sílvia. **Os Portugueses**. São Paulo: Contexto, 2018, p.152-156.

²²² PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Fundado em Paris o ‘Comitê Pró-Defesa das Liberdades em Portugal’”. São Paulo, Ano IV, n. 36, mai./ 1960, p.1. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0297), Portugal.

²²³ MARTINS, op. cit., p.51.

²²⁴ Nesse período a França detinha o controle da região da Indochina (Birmânia, Tailândia, Laos, Camboja, Vietnã e Malásia), na Ásia, e Marrocos, Tunísia e Argélia, na África.

defesa de interesses comuns, as autoridades francesas chegaram a permitir a presença de agentes da PIDE na vigilância e opressão aos opositores portugueses. Entre os casos de restrições impostas estava a expulsão de Victor da Cunha Rego (que viveu no Brasil), determinada pelo Ministério do Interior francês em novembro de 1961.²²⁵

A oposição na França, entretanto, contou com o apoio de alguns grupos e de parte da opinião pública, que auxiliou os exilados, permitindo que se organizassem sigilosamente dentro de instituições francesas, como o Partido Comunista Francês e alguns sindicatos, ou ainda em certas associações portuguesas, criadas pela emigração econômica, de caráter cultural ou assistencialista.²²⁶

Por fim, havia ainda núcleos de exilados localizados na Argélia e no Marrocos. A proximidade com Portugal fez com que alguns desses exilados planejassem e tentassem realizar ações contra o governo salazarista, como o desvio do avião da TAP da rota Casablanca-Lisboa, em 1961, e o assalto ao Quartel de Beja, em 1962. Nesses locais houve o contato e o apoio de grupos ligados aos movimentos de independência africanos. Talvez essas ligações tenham influenciado os exilados que se fixaram na África, onde defendiam uma luta mais agressiva contra o salazarismo, divergindo de outros núcleos de exilados cujas práticas eram voltadas mais para a denúncia e conscientização.

Nesse período, o General Humberto Delgado, que havia saído do Brasil e ido para a Europa, onde fez contatos com diversos países – inclusive do Leste Europeu –, foi para a África, primeiro ao Marrocos, para depois se fixar na Argélia, a convite do presidente argelino Ben Bella, onde planejou atividades armadas contra o Estado Novo português, e aliou-se a elementos emancipacionistas africanos, defendendo a independência das colônias portuguesas. Em Argel tornou-se líder da Junta Revolucionária Portuguesa.

[...] Eventualmente seria o presidente Ben Bella, em maio de 1964, que, tendo visitado o general Delgado no Statni Sanatorium, durante uma visita a Praga, exerceria uma influência decisiva na viabilização da fixação de Delgado na Argélia. Esta visita tinha comovido e reconfortado Delgado, que a Ben Bella se referiu como “um militar companheiro de luta”. E de facto, sendo a Argélia um membro preponderante da Organização de Unidade Africana, em cuja capital se encontravam instalados os combatentes do PAIGC, do GRAE (de Holden Roberto), do MPLA e, desde janeiro de 1963, da FRELIMO,

²²⁵ MARTINS, Susana Maria Santos. **Exilados portugueses em Argel**. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013, p.51.

²²⁶ Ibidem, p.52.

talvez Delgado finalmente conseguisse encontrar condições para dinamização da luta.²²⁷

P – Por que veio para a Argélia?

[...]

H.D. – Vindo para a Argélia aproximei-me de Portugal. Não tenho a esmagar-me o terrível peso morto da maioria salazarista da colônia no Brasil que, além do seu reaccionarismo tradicional, recebe subvenções da máquina de propaganda fascista. Aqui benefico da protecção do vosso governo socialista. Mas a causa principal é o ter sido eleito presidente da Junta Revolucionária Portuguesa que terá a sua sede no exterior na Argélia.

[...]

P – Quais são seus planos?

[...]

Era necessário quebrar o tabu: durante trinta anos a oposição não tinha podido organizar uma resistência armada contra o regime. A última fora a 26 de Agosto de 1931. [...] Mas não podemos continuar a ser batidos. Da próxima vez é preciso contar com a força arrasadora das massas populares, que mesmo sem armas desempenhará um papel decisivo na luta para o derrube de tal ditadura. Não para transformar num antigo regime análogo ao que Balzac chamava *as democracias dos ricos*, mas na democracia que dá as mesmas oportunidades a toda a gente e garante o “direito ao trabalho”, com nos países socialistas.²²⁸

O que se constata é que, a partir do pós-guerra, houve uma proliferação e uma pulverização dos núcleos de exilados e de organizações de resistência em várias partes do mundo. Verifica-se ainda que entre esses diversos grupos foi constante a circulação de pessoas e de ideias, garantida pelo apoio e/ou liberdade de alguns dos governos e das pessoas dos países que acolheram esses exilados, demonstrando que, de alguma forma, o ideal antissalazarista vinha ganhando força.

2.4 GOVERNO MILITAR: VIGILÂNCIA INTENSIFICADA (1960-70)

Na década de 1960 notou-se um aumento do clima da “Guerra Fria”, da polarização entre comunismo e capitalismo, com a Revolução Cubana (1959), a construção do muro de Berlim (1962), a “corrida espacial” entre soviéticos e norte-americanos, a guerra do Vietnã (1964-1974), que refletiu em todos os lugares do mundo. A partir desses anos 1960, novas levadas de antissalazaristas chegaram ao Brasil, entre eles pode-se destacar a vinda do Capitão

²²⁷ DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, António de (Coord.). **Memórias de Humberto Delgado**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p.316.

²²⁸ DELGADO, Humberto. “Conferência de imprensa em Argel (2 de Julho de 1964)”. In: DELGADO, Humberto. **A tirania portuguesa**. Prefácio, compilação e notas de Iva Delgado e Carlos Pacheco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p.125-126.

Henrique Galvão e dos membros do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), que obtiveram do governo brasileiro asilo político, em 1961.

Nesse período, um fato importante na luta antissalazarista foi a realização, em São Paulo, da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, que se realizou entre os dias 22 e 24 de janeiro de 1960, no auditório da Faculdade de Direito.²²⁹ O evento começou a ser preparado em meados de 1959, e contou com a participação tanto de portugueses e espanhóis como de brasileiros. Para presidente de honra foi convidado o diplomata Álvaro Lins, que havia permitido a permanência de Humberto Delgado na Embaixada do Brasil em Lisboa, quando lá fora embaixador, e era um destacado crítico da política de Salazar. Na comissão coordenadora – composta por brasileiros –, a presidência foi ocupada por Sérgio Milliet (presidente da União Brasileira de Escritores) e as vice-presidências pelo professor Florestan Fernandes, Paulo Duarte (União Brasileira de Escritores), José Magalhães de Almeida Prado (deputado na Assembleia Legislativa), Armando Martins de Azevedo (presidente da União Estadual de Estudantes) e Sebastião Costa (presidente da Federação das Sociedades Amigos de Bairros).²³⁰

A Comissão Coordenadora, após a sua posse, emitiu um documento conclamando as pessoas a participarem da luta pela anistia dos opositores do salazarismo e do franquismo e, com isso, durante a Conferência, discutirem mecanismos de pressão contra as políticas repressivas de Portugal e Espanha.

A Comissão sente-se no dever de conclamar o povo brasileiro, sem quaisquer distinções, para que una suas vozes e seus mais puros sentimentos aos anseios de todos os povos, particularmente da América Latina, em favor da concessão da mais ampla anistia para os presos e exilados políticos espanhóis e portugueses.

[...] a 1ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, com o propósito de unir na mesma as vozes de solidariedade humana, que partem dos mais diversos círculos de opinião dos países participantes, a fim de adotar decisões que possam ter eco positivo diante das autoridades da Espanha e Portugal e que estas atendam ao apelo humanitário e de justiça que brota do coração e da consciência dos povos tão estreitamente vinculados à Península Ibérica por laços de sangue, idioma, história e tradições.²³¹

²²⁹ RAMOS, Ubirajara Bernini. “**Portugal Democrático**”- Um jornal de resistência ao salazarismo publicado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2004, p.91.

²³⁰ Panfleto da “Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal”, Prontuário nº 135.033. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS-SP.

²³¹ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “A Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos Políticos Espanhóis e Portugueses realizar-se-á em São Paulo em 22, 23 e 24 de Janeiro”. São Paulo, jan./ 1960, p.1. Arquivo da Torre do Tombo (PT-TT-JPD-0001_m0262), Portugal.

Para participar do evento foram convidados vários grupos de exilados de diversos países da América Latina, e algumas delegações foram formadas na Venezuela, no Chile, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai.²³² Vieram para São Paulo diversos exilados e partidários do antissalazarismo residentes em outras partes do estado e do país.

Será realizado no próximo dia 20, em Sorocaba, um grandioso ato público de apoio à Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal. Na ocasião será proferida uma palestra sobre o movimento e será constituída a delegação que representará aquela cidade no conclave. O ato está sendo organizado por um grupo de vereadores, autoridades, personalidades e líderes operários daquela cidade que aderiram o conclave. [...]²³³

O evento, desde a sua organização, foi ganhando amplitude e apoio da imprensa, conseguindo repercussão internacional. Tal situação passou a preocupar as autoridades brasileiras, que viam como perigosa a realização do Congresso, tanto por questões internas, pois se acreditava que os comunistas brasileiros estavam por trás da organização do encontro, como por questões externas, principalmente no que dizia respeito às relações diplomáticas do Brasil com Portugal e a Espanha. Havia ainda aqueles que tinham simpatia pelos governos da Península Ibérica e condenavam qualquer manifestação contrária a eles.

Diversos documentos foram trocados entre as várias estâncias do governo federal e estadual discutindo o direito ou não da realização do Congresso e os possíveis perigos do evento, e propondo como medida de segurança sua proibição. Em carta datada de dezembro de 1959, o Chefe do Departamento Político e Cultural, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Manoel Pio Corrêa Júnior, dirigiu-se ao Coronel Humberto de Mello, da Junta Coordenadora de Informações, do Conselho de Segurança Nacional, alertando do perigo da Conferência, pois estava sendo organizada pela União Brasileira de Escritores, que era comandada por “comunistas”.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria estar o Ministério das Relações Exteriores seguramente informado de que está programada para os dias 22, 23 e 24 de Janeiro próximo, a celebração, em São Paulo, de uma “Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal”.

²³² Relatório DEOPS, 08/02/1960 - Documento 30-C-1-13.600. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²³³ Boletim Informativo da Comissão Coordenadora, 15/01/1960 - Prontuário nº 135.033. “Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal”. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

A referida conferência terá por sede a União Brasileira de Escritores, instalada à Rua 24 de Maio nº 250/13º andar, em São Paulo.

A mencionada União, na qualidade de organização de orientação comunista tem seguidas vezes, procurado criar atritos nas relações do Brasil com Portugal e Espanha, pretextando para isso a defesa dos presos e refugiados políticos daqueles dois países.

Muito agradecerá, pois, as providências de Vossa Senhoria no sentido de serem frustradas as manifestações programadas, bem como qualquer ação futura da organização em apreso que possa comprometer as boas relações do Brasil com aqueles países amigos.²³⁴

Entre os membros da União Brasileira de Escritores havia pessoas que militavam pela causa antissalazarista, como Paulo Duarte, um dos vice-presidentes da Comissão Coordenadora da Conferência, que fizera parte da organização dos festejos do Quarto Centenário da cidade de São Paulo, com já verificado anteriormente, sendo um dos responsáveis pela vinda de Casais Monteiro e Miguel Torga para o Brasil.

Em ofício de 17 de dezembro, o Coronel Humberto de Mello dirigiu-se ao Ministro da Justiça, encaminhando a carta de Pio Corrêa Júnior, pedindo que ao governador do estado de São Paulo se propusessem medidas cabíveis para impedir a Conferência.

Incumbiu-me o Exmº Sr. Gen. De Ex. Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional dirigiu-me a V. Exc. para submeter a sua apreciação e carta anexa, no sentido de encarecer em face dos aspectos ressaltados na mesma, sejam propostas ao Governo do Estado de São Paulo, a adoção de providências que se fazem mister, a fim de serem impedidas as manifestações que se encontram programadas para os dias 22, 23 e 24 do mês próximo vindouro, face aos seus intentos marcadamente comunistas e atentatórios à segurança do País.

Outrossim, tenho a honra de informar a V. Exc. que determinei ao Serviço Federal de Informações e Contra-Informações aprofundasse, com urgência sugerida pelo caso, os estudos que já vem realizando.²³⁵

No dia seguinte, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, enviou cópia do ofício ao Governador de São Paulo, Carvalho Pinto, que pediu um parecer ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e ao Departamento Jurídico do Estado. O Delegado da Ordem Política, Ítalo Ferigno, analisando o caso, respondeu em 26 de dezembro ao Diretor do DOPS, Eurico José de Miranda, afirmando que não havia impedimento legal para a realização do evento, partindo de várias argumentações.

²³⁴ Prontuário nº 135.033 - “Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal”. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²³⁵ Prontuário nº 135.033 - “Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal”. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

[...]

Analisando-se, a priori, o que será esse conclave, sob o prisma interno e internacional, sem omitir os episódios históricos políticos dos dois países – Portugal e Espanha – com os quais o Brasil mantém as mais estreitas relações diplomáticas e comerciais, infere-se que a citada União, de orientação nitidamente vermelha, conforme se lê no relatório de fls., “tem seguidas vezes procurado criar atritos nas relações do Brasil com Portugal e Espanha, pretextando para isso a defesa de presos políticos e refugiados políticos daqueles dois países”. A projetada conferência, data vênica, não nos parece proibitiva face ao nosso direito que a todos assegura – brasileiros e estrangeiros – residente no país a livre manifestação do pensamento (art. 141, § 5º, C.F.), assim como reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública.

Segundo o relatório confidencial do Senhor Chefe do Departamento Político e Cultural do Ministério das Relações Exteriores, há possibilidade de que a conferência em tese possa alimentar ou fomentar discórdias, bem como propaganda subversiva embora referente a potência estrangeira, o que viria fatalmente a comprometer os bons laços de amizade do Brasil com aqueles países.

Mas, nesse caso a ação preventiva da polícia faz sentir, não com o objetivo de impedir o exercício daquele direito, mas para impedir que os receios se concretizem.

E, se não nos cabe intervir nos sentimentos pátrios de comunidades estrangeiras, muitas vezes antagônicas aos regimes de suas pátrias, dúvidas não padecem de que as manifestações desse ideal é livre, pelo menos nos regimes democráticos como o nosso, desde que não se afastem das fronteiras impostas pela ordem política e social, não envolvendo a soberania do Estado, nem ofendendo nossas instituições fundamentais.

[...]

O que se deseja, contudo, nessa conferência é anistiar presos políticos de Espanha e Portugal.

[...]

O Governo Federal, contudo, em defesa da ordem pública e do regime democrático, e na salvaguarda dos bons laços de amizade que ligam nosso país a Portugal e Espanha, poderá impedir a realização desse movimento, que segundo se depreende da documentação anexa, é movimento nitidamente de origem e orientação marxista, ou melhor dizendo, de bandeira comunista.²³⁶

O Procurador Geral do Estado, José Edgard Pereira Barretto, em parecer de 18 de janeiro de 1960, confirmou o que já havia sido dito pelo Delegado da Ordem Política, sustentando a permissão para a realização da Conferência.

[...]

Em que pesem os argumentos expedidos pelo digno Consultor Jurídico do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, discordamos dos fundamentos por ele invocados, para se proibir a realização da

²³⁶ Prontuário nº 135.033 - “Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal”. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

“Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal”, por isso que não se configura, dentro dos elementos constantes do processo, a situação desenhada de ofensa direta e de ameaça às boas relações entre países amigos.

Cogita-se, como o próprio nome está a indicar, de debates em torno do problema de concessão de anistia a presos políticos, sem se cuidar, pelo menos aparentemente, de se promover ataques à estrutura política de nações estrangeiras.

[...]

Se de um lado, nos refoge à alçada interferir em problemas alienígenas, não nos será lícito, de outro, impedir discussões sobre a espécie.

Nessas condições é de se concluir que a espécie se acha regulada pelo disposto nos parágrafos 5º e 11º, do artigo 141, da Constituição Federal, que asseguram livre manifestação do pensamento, nas reuniões pacíficas e sem armas.

Face ao exposto, parece-nos que, no caso, incumbirá, apenas, ao Governo do Estado, determinar providências no sentido de evitar degenere a Conferência em manifestações extremistas ou em perturbação da ordem, casos em que a Polícia deverá agir com o máximo rigor.²³⁷

Após acalorada discussão sobre a realização da Conferência, por determinação do Presidente Kubitschek, o conclave foi liberado. Porém, devido à demora da liberação, a abertura do evento ocorreu no Salão Nobre da União Brasileira de Escritores, diferentemente do planejado, e nos outros dias as atividades foram realizadas na Faculdade de Direito, como a princípio estava programado.

Segundo relatório do DEOPS, estavam presentes na Conferência aproximadamente 500 pessoas²³⁸, tanto daqui como de fora do país, com a participação de políticos e de intelectuais brasileiros nas mesas de discussões.

Sábado – dia 23:

[...]

Aproximadamente às 10,15 horas, o Dr. Murilo de Mello, tomando o microfone, iniciou a chamada composição da Mesa, que ficou assim constituída: Abreu Sodré, deputado; Luiz Carlos Betiol, presidente do Centro Acadêmico “XI de Agosto”; Samuel B. Pessoa, professor; Caio Prado Júnior, professor; Capitão João Sarmiento Pimentel, exilado político; Noé Azevedo, professor da Faculdade de Direito de São Paulo; Mário Schemberg, professor; Miguel Jorge Nicolau, deputado; Salvador Romano Losacco, deputado federal; Armando Martins de Azevedo, presidente da União Estadual de Estudantes; Dr.^a Dolores de Mello Vassão, secretária geral da “Conferência” (esta anunciou a chegada do Embaixador Álvaro Lins, presidente do

²³⁷ Prontuário nº 135.033 - “Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal”. Arquivo Público do Estado de São Paulo- Fundo DEOPS-SP.

²³⁸ Relatório DEOPS - Documento 30-C-1-13.606. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

conclave, que foi recebido pelos presentes com estrondosa salva de palmas).

Tomando assento à Mesa, o sr. Álvaro Lins proferiu ligeira alocução, sobre o espírito democrático reinante e prestando um ligeiro depoimento do que havia visto em Portugal, afirmou que o governo português é uma ditadura desumana. Em seguida, deu por aberta a seção. [...] ²³⁹

Os três dias da Conferência ocorreram dentro da mais restrita normalidade, contradizendo os temores dos opositores do conclave. A imprensa partidária deu ampla cobertura, documentando os feitos e as falas dos participantes, possibilitando que os temas e as discussões desenvolvidas no evento chegassem a um maior número de pessoas.

[...]

Logo após discursarem os representantes de cada delegação presente ao conclave – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela – foi lido o relatório da conferência que realça “o ato de solidariedade humana dos presentes para com os que são vítimas de perseguição”.

“Nosso movimento – diz ainda o relatório – espelha a voz dos povos espanhol e português e não pode deixar de encontrar acolhida na sensibilidade fraternal de nossos povos.”

“Os algozes são nossos inimigos”

- “Os algozes dos presos políticos em Espanha e Portugal são nossos inimigos naturais” – afirmou o sr. Florestan Fernandes, em seu discurso de saudação aos participantes da conferência.

“Os que se congregam neste lugar e neste momento – prosseguiu – atendem ao mais alto apelo de nossa civilização: a luta pela liberdade como uma condição de realização e de aperfeiçoamento do homem.”

“O que acontece em Espanha e Portugal – aduziu – diz-nos respeito diretamente, porque afeta as raízes de nossa situação histórico-cultural e moral. A causa dos exilados e presos daqueles países é nossa, porque ela se vincula à nossa realidade histórica, tanto quanto porque ela se configura como uma fatalidade cultural que pesa sobre nossas cabeças e contra a qual urge lutar se pretendermos a liberdade, justiça e democracia.” ²⁴⁰

Durante o conclave foi formada uma comissão para discutir as questões referentes à Espanha, e outra para as questões sobre Portugal. Ao término do encontro, a Comissão de Assuntos Portugueses, em relatório de Maria Cabral Prestes Maia e Manuel García Puertas ²⁴¹, propôs que todas as teses discutidas durante a Conferência fossem reunidas em documento e

²³⁹ Documento 30-C-1-13.606. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁴⁰ FOLHA DE S. PAULO. “Como ‘solidariedade às vítimas de perseguição’, instalou-se ontem a Conferência Pró-Anistia”. São Paulo, 24 jan. 1960. Prontuário nº 135.033 - “Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Espanha e Portugal”. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁴¹ Manuel García Puertas (1919-1986) foi um escritor espanhol exilado no Uruguai. AUTORES.UY. Manuel García Puertas. Disponível em: <<https://autores.uy/autor/11073>>. Acesso em: 22/10/2018.

entregues aos governos de Portugal e Espanha, e outra cópia do mesmo documento fosse endereçada a alguns organismos internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Bureau Internacional do Trabalho (BIT).²⁴²

Após essa primeira conferência em São Paulo, outras foram realizadas, com o intuito de manter as discussões e não deixar esmorecer a luta pela anistia. Uma segunda conferência ocorreu em Montevideu, no Uruguai, nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 1961. A delegação do Brasil contou com a participação de alguns exilados portugueses.

Os nossos patrícios escolhidos para irem a Montevideu são o escol da oposição portuguesa do Brasil ao tirânico governo de Salazar: Casais Monteiro, Manuel Sertório, Jorge de Sena e, possivelmente, mais dois ilustres professores universitários. Dos nomes indicados, como daqueles que vierem a completar a representação democrática, nenhum necessita de ser apresentado aos brasileiros, nem aos hispano-americanos que se reunirem na capital do Uruguai, onde mais uma vez a América do Sul dará solidariedade e apoio aos seus irmãos perseguidos e encarcerados da Península Ibérica.²⁴³

Nessa segunda conferência, a Comissão Executiva Permanente Latino-Americana – criada durante a primeira conferência – produziu um documento endereçado à ONU em que pedia a sua intervenção nos governos de Franco e Salazar no sentido de assegurar o cumprimento das garantias aos presos e exilados políticos segundo o que diz a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal, realizada com extraordinário êxito no mês janeiro último na cidade de São Paulo (Brasil), conferiu à Comissão Executiva Permanente Latino-Americana – emanada de seu seio para coordenar e dirigir o vasto movimento que com essa finalidade humana está em marcha na América Latina – o mandato de elevar à XV Assembléia Geral Ordinária da Organização das Nações Unidas uma Mensagem com o fim de solicitar que esse alto Organismo busque a forma de requerer aos governos do General Franco e do Dr. Oliveira Salazar a promulgação de uma rápida e total anistia em favor dos presos políticos e dos expatriados pelos mesmos motivos. Se alcançado tal objetivo, deste ato reparador facilitaria a paz civil e a convivência nacional dos povos da Península Ibérica.

²⁴² PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “A Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal”. São Paulo, fev./ 1960, p.4-5. Arquivo da Torre do Tombo (PT-TT-JPD-0001_m0277), Portugal.

²⁴³ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Os povos de todo o mundo continuam exigindo dos opressores: Anistia!” São Paulo, dez./ 1960, p. 1. Arquivo da Torre do Tombo (PT-TT-JPD-0001_m0354), Portugal.

As prisões e a promulgação do desterro que dura há mais de vinte e um anos são a consequência de uma política discriminatória, da conservação de leis e tribunais militares de exceção que não se justificam em tempos de paz e, por conseguinte, da violação permanente dos direitos humanos mais elementares, a presente mensagem solicita também da ONU que consiga dos governos da Espanha e Portugal a anulação dessas disposições e desses tribunais de exceção, ao mesmo tempo que reclama o cumprimento estrito dos princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovados na Assembléia de Paris, de 1948, que são obrigatórios para todos os países membros desse alto Organismo.

Com a finalidade exposta, a Comissão Executiva Latino-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, redigiu a presente Mensagem, que faz chegar à XV Assembléia Geral da ONU por intermédio da sua Secretaria Geral.²⁴⁴

Aqui em São Paulo outros eventos foram se organizando e se disseminando, atraindo cada vez mais a atenção do público e das autoridades brasileiras e internacionais, principalmente a portuguesa e a espanhola, que se sentiam constantemente pressionadas. Ao mesmo tempo, essa proliferação de atividades demonstrava que os grupos de exilados, tanto de portugueses como de espanhóis, estavam mais organizados e dinâmicos nas suas lutas contra o autoritarismo ibérico, e a aliança entre eles os fortalecia contra um mal que lhes era comum.

Um grupo de exilados espanhóis de São Paulo organizou diversas atividades entre os dias 15 e 22 de outubro de 1961, as quais fizeram parte da “Semana Continental de Solidariedade aos Presos Políticos de Espanha e Portugal”, que estava ocorrendo simultaneamente em vários países da América Latina. Tais atividades ocorreram em diferentes locais, como nos municípios de São Caetano do Sul, Santo André e nos bairros paulistanos da Mooca, Vila Prudente, Ipiranga, entre outros.²⁴⁵ Houve a participação também de portugueses e de brasileiros, e as atividades foram muito diversificadas.

No auditório da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no dia 17 de outubro, dentro das atividades da Semana Continental, realizou-se um Ato Público em Homenagem a Federico García Lorca, poeta espanhol morto vítima do franquismo. Nessa ocasião, muitas pessoas discursaram, falou-se da obra de García Lorca e poemas foram lidos. Entre os que declamaram poemas estava o jornalista e poeta português, exilado em São Paulo, Fernando Correia da Silva.²⁴⁶ Já no dia 22 ocorreu, no Clube Atlético do Ipiranga, o “Grande

²⁴⁴ Documento 41-Z-3 -2.754 - “Sobre a violação dos direitos do homem em Espanha e Portugal”, jan. 1961. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁴⁵ Documento 41-Z-3-2.757. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁴⁶ Documento 41-Z-3-2.756. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

Festival Artístico Hispano-Brasileiro”, incluindo um espetáculo musical com baile e músicas típicas espanholas.²⁴⁷

O DEOPS também investigou mais um evento de apoio ao antissalazarismo, ocorrido em 27 de maio de 1962, um ato público no Cine-Teatro Paramount. Nesse evento estiveram presentes, além de membros das oposições portuguesa e espanhola, políticos brasileiros, líderes sindicais, intelectuais, estudantes etc. O que chamou a atenção foi a presença do líder comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes, que não apareceu nos outros relatórios do DEOPS aqui citados.²⁴⁸ Foi um evento organizado por brasileiros em apoio à oposição ibérica, como afirmava o texto do convite: “O ato será uma afirmação dos DEMOCRATAS BRASILEIROS a favor dos seus irmãos da Península Ibérica que lutam bravamente pelas LIBERDADES DEMOCRÁTICAS e por melhores condições de vida”.²⁴⁹

Pode-se notar nos documentos da polícia política de São Paulo que a preocupação das autoridades era recorrente frente à ajuda de brasileiros aos grupos de oposição ibéricos (sendo focalizado neste estudo principalmente o apoio dado aos portugueses), cuja questão era vista no discurso oficial como uma problemática externa que não nos dizia respeito. Essas mesmas autoridades não deixaram de salientar que a tolerância e a permissão de tais atividades da oposição poderiam trazer prejuízos às relações entre o Brasil e as nações ibéricas.

No que se refere ainda aos brasileiros, foi destacada a presença de elementos filiados ou ligados ao comunismo em textos que deixam transparecer a preocupação com o fato de que tais sujeitos “comunistas” que se achavam, nesse período, na ilegalidade pudessem de alguma maneira se apropriar da luta por liberdade, igualdade, justiça e contra o autoritarismo para atacar a política do Brasil, o que era muito provável, conhecendo essa documentação e a mentalidade das autoridades da época. Outro detalhe que se deve salientar é a anotação feita a caneta, ou com lápis vermelho, na folha de rosto dos documentos com os dizeres “Consulado Português”. A princípio, tal anotação parece estranha, já que em nenhum dos documentos citados neste capítulo há referência ao Consulado Português. Mas o que se pode suspeitar é que entre as autoridades policiais e o Consulado de Portugal houvesse troca de informações e auxílios, pois é sabido, e já foi tratado aqui, que era determinação de Salazar que os consulados, as embaixadas e as casas de cultura portuguesas vigiassem e procurassem impedir a atuação dos grupos de oposição.

²⁴⁷ Documento 41-Z-3-2.755. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁴⁸ Documento 50-E-29-50. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁴⁹ Documento 50-E-29-50. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

Por fim, não se pode deixar de salientar que havia entre as várias estâncias do governo brasileiro simpatizantes da causa salazarista. Essa vigilância e a colaboração entre Brasil e Portugal se tornaram mais intensas a partir do golpe civil-militar de 1964, com a instalação de um governo autoritário no Brasil.

A partir da década de 1960, grupos de oposição que pregavam a luta armada começaram a se organizar. Um desses grupos era o Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), que em 1961 sequestrou o navio português Santa Maria e, a partir desse evento, passou a organizar um ataque contra Portugal. Esses grupos, ao contrário dos anteriormente estabelecidos por aqui, defendiam a luta armada para combater o salazarismo, o que passou a preocupar ainda mais as autoridades brasileiras.

O golpe civil-militar de abril de 1964 trouxe transformações e preocupações à sociedade brasileira, e aos exilados portugueses, que passaram a vivenciar um ambiente de vigilância e repressão típico de Estados autoritários, ambiente esse que eles já haviam enfrentado e do qual tinham fugido. Portanto, houve a partir desse momento uma diminuição da entrada de exilados e um aumento da saída desses à procura de outros lugares onde tivessem mais segurança.²⁵⁰

Da mesma maneira havia a preocupação, principalmente a partir de 1964, da infiltração de comunistas ou de possíveis comunistas, ou ainda de elementos que combatessem o autoritarismo, em vários setores da sociedade. Como no caso do Professor Joaquim Barradas de Carvalho, que constava de informe do Ministério da Guerra de 27 de abril de 1964. Nesse informe, intitulado “Os Comunistas na Universidade de São Paulo”, foram feitas críticas à contratação de Barradas de Carvalho – filiado ao Partido Comunista Português – para o Departamento de História.²⁵¹ Ou ainda o caso do Professor George Agostinho da Silva, que não era comunista, mas era um exilado antissalazarista, e foi docente na Universidade de Brasília, cujo nome constava de uma lista de funcionários da universidade que foram fichados pela polícia.²⁵² Pode-se citar ainda, logo após o Golpe Militar, a interdição da União Cultural Brasil-Rússia, em abril de 1964, ocasião em que uma lista de filiados ou frequentadores foi apreendida, incluindo o nome da escritora portuguesa Maria Archer, sendo todos da lista fichados por pertencerem a uma instituição comunista.²⁵³

²⁵⁰ Dois casos podem ser destacados como exemplos de exilados que deixaram o Brasil: o caso de Joaquim Barradas de Carvalho, que depois de seis anos exilado aqui mudou-se para a França; e o de Jorge de Sena, que foi morar nos Estados Unidos.

²⁵¹ Documento 50-Z-9-3-496. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁵² Documento 50-Z-103-115. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁵³ Documento 30-C-21-272. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

Após 1964 houve um aumento dos órgãos de vigilância, com a criação dos Centros de Informação do Exército e da Aeronáutica²⁵⁴, assim como um aprimoramento da polícia política em todos os estados. Prática essa desenvolvida dentro de um regime autoritário e antidemocrático que visava controlar e reprimir qualquer atitude contrária à ordem estabelecida. Isso atingia qualquer pessoa, brasileira ou estrangeira, sobre a qual pairasse alguma dúvida ou mínima suspeita. Portanto, nota-se nos documentos policiais um aumento da preocupação com as atividades dos exilados.

Em 1972 o Brasil recebeu a visita do presidente português, o Almirante Américo Thomaz. Antes da sua vinda, o Ministério da Guerra do Brasil emitiu um pedido de busca, em 28 de abril desse ano, a vários órgãos de segurança, sobre a presença no país do terrorista português Hermínio da Palma Inácio, membro da “Liga de Unidade e Ação Revolucionária” (LUAR).²⁵⁵ Provavelmente se temia que Palma Inácio pudesse fazer algo contra o presidente de Portugal.

Pedido de Busca

1 – Dados conhecidos:

Português, 1,75m de altura, nascido a 22 de fevereiro de 1922, ex-sargento da Força Aérea Portuguesa, é terrorista e um dos fundadores da LUNAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária), organização marxista-leninista, atuante em Portugal.

Participou, naquele país, de ações de sabotagens em aviões de sua Força Aérea, além de assaltos a estabelecimentos bancários.

Foi visto e reconhecido, a 4 do corrente, em São Paulo, por um agente de segurança português.

2 – Dados solicitados:

Como possível prevenção, face a visita do Presidente Américo Thomaz ao Brasil, a par da presença suspeita do epigrafeado neste país, esta agência solicita o seguinte:

Localização e prisão do epigrafeado com consequente participação a esta agência.²⁵⁶

²⁵⁴ O Centro de Informações do Exército (CIE) foi criado em 02 de maio de 1967, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) em 17 de julho de 1968, somente o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) foi criado antes do Governo Militar, em 21 de novembro 1957.

²⁵⁵ A Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), assim como outras organizações do mesmo perfil – Frente de Ação Popular (FAP), Ação Revolucionária Armada (ARA), Brigadas Revolucionárias etc. –, teve ligações com o Partido Comunista Português e penetração no meio estudantil, rompeu com o partido por se opor à posição pacifista dele e de outros elementos da oposição. Foi responsável por diversas ações contra o governo português, como assaltos, sequestros etc., tanto no estrangeiro como em Portugal. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.525-527. SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economia, espaços e tomadas de consciência**. São Paulo: Alameda, 2004, p.98.

²⁵⁶ Documento 50-Z-9-23.462. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

Duas questões chamam a atenção nesse documento. Primeiro, que o Ministério da Guerra possuía detalhadas informações sobre Hermínio da Palma Inácio, o que corrobora a suspeita da troca de informações entre órgãos de vigilância brasileiros e portugueses; segundo, que Palma Inácio havia sido reconhecido em São Paulo por um “agente de segurança português”, provavelmente um agente da PIDE agindo no Brasil, e isso de alguma maneira também reforça a ideia da questão anterior.

Outro exemplo da ligação entre as polícias políticas é um relatório produzido pela Delegacia de Ordem Política, em 27 de julho de 1962, sobre Álvaro Cunhal, líder do Partido Comunista Português, contendo informações das suas atividades entre 1935 e 1962 – fornecidas provavelmente pela PIDE –, como consta no trecho a seguir:

Atividades do Português Álvaro Cunhal – Secretário do Partido Comunista Português

Em aditamento ao nosso relatório datado de 28 de maio do corrente, por via do qual comunicamos a chegada a esta capital do líder comunista português Álvaro Cunhal, temos a acrescentar o seguinte:

Álvaro Cunhal, cujo nome todo é Álvaro Barreirinha Cunhal, é bacharel em Direito, solteiro, nascido a 10 de Novembro de 1913, na Freguesia da Sé Nova, Coimbra, Portugal, filho de Avelino Henriques da Costa Cunhal e de Mercedes Barreirinha Cunhal, as suas atividades comunistas podem assim ser resumidas:

Em 1935 – desenvolvia as suas atividades clandestinas e subversivas na reorganização da Federação da Juventude Comunista Portuguesa, de que foi eleito membro do comitê central e seu secretário geral, e nessa qualidade, tomou parte no IV Congresso Internacional Juvenil Comunista que se realizou em Moscou naquele ano. Regressando ao país passou a viver na clandestinidade e sobre o “Comitê Central” do Partido Comunista Português, desenvolvendo atividades simultaneamente nas duas organizações citadas que na data possuíam aparelhos próprios.

[...] ²⁵⁷

Enfim, o *Jornal da Tarde* de 4 de maio de 1974 trazia uma reportagem sobre a abertura dos arquivos da PIDE após a Revolução dos Cravos – sendo uma cópia guardada nos arquivos do DEOPS –, confirmando a suspeita de troca de informações dos órgãos polícias de lá e de cá.

Os segredos da PIDE

A polícia política portuguesa (PIDE-DGS), dissolvida pela Junta da Salvação Nacional, trabalhava seguramente com seus colegas da Espanha e de outros países, segundo uma notícia oficial divulgada

²⁵⁷ Documento 30-C-1-15.530. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

ontem pelo novo governo, que autorizou o público a visitar as instalações da organização.

A PIDE, segundo os documentos guardados por ela e examinados pelo público, tinha ramificações internacionais e, segundo a ideologia fascista que a guiava, considerava que “a maçonaria, o judaísmo e o comunismo internacional” eram uma ameaça a Portugal e ao Ocidente cristão.

A PIDE vigiava o Exército português, os movimentos nacionalistas nas colônias, realizava pesquisas na população, controlava as fronteiras e denunciava os portugueses residentes no estrangeiro hostis ao regime.

As transmissões radiofônicas da rua Maria Carosa, em Lisboa, sede da PIDE, cobriam praticamente todo o mundo. O novo governo autorizou ontem a visita à sede da polícia secreta, ocupada a oito dias pelos fuzileiros navais. As únicas coisas que não foram expostas: os instrumentos de tortura. A explicação oficial: pudor.

Por outro lado, o público pode examinar muitas coisas. Por exemplo, uma pilha impressionante de documentos da polícia espanhola sobre o assassinio do almirante Carrero Blanco e fichas de membros do ETA, o movimento autonomista basco. Também pode ser examinada uma correspondência farta e contínua da PIDE com os serviços da polícia política brasileira. Também foram mostradas cartas de intercâmbio de informação com os Ministérios do Interior da França e da Suíça, países onde vivem muitos portugueses.²⁵⁸

Era atribuição dos órgãos de vigilância e repressão o controle da difusão de publicações, nacionais e estrangeiras, tidas como subversivas. Portanto, foi encontrada nos arquivos do DEOPS uma lista de jornais e revistas portuguesas “vinculadas ao movimento comunista internacional”.²⁵⁹ Entre as publicações listadas constava a revista *Seara Nova*, criada nos anos 1920, tendo alguns de seus membros se exilado quando da implantação do salazarismo. Mantiveram mesmo no exílio, quando possível, contato com os que ficaram, mandando artigos para publicação na revista.

Após a Revolução dos Cravos, com a vitória da oposição, em 25 de abril de 1974, vários exilados retornaram a Portugal na esperança da retomada da democracia. Ao mesmo tempo, o Brasil passou a receber exilados salazaristas, tanto membros do governo deposto como partidários dele, que foram acolhidos pelo governo militar. Dois exemplos são o Presidente da República, Américo Tomás, e o Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, que, depostos, ficaram exilados aqui no Brasil, tendo ambos permanecido em São Paulo por alguns dias – entre 20 e 26 de maio de 1974 –, sendo protegidos e escoltados durante esse período por policiais da Delegacia Especializada de Ordem Política.²⁶⁰

²⁵⁸ Documento 50-E-29-65. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁵⁹ Documento 50-Z-129-97 e 98. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁶⁰ Documento 50-E-29-78. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

A vinda desses exilados salazaristas preocupava as autoridades brasileiras, já que, embora fossem aceitos no país, havia o risco de ocorrer algum tipo de enfrentamento entre eles e os antigos exilados antissalazarista que ainda viviam aqui, o que demandava um maior controle da oposição. Em relatório produzido pelo Serviço de Informações do DEOPS sob o título “Portugal e Ultramar – 25/04/1974 – e suas consequências”, em determinado momento era citada a questão dos salazaristas exilados:

Como se sabe a atual situação política em Portugal, que se iniciou em 25-4-1974, com a revolta encabeçada por forças políticas socialistas e militares comunistas, obrigaram à fuga milhares de portugueses, políticos, ex-governantes e da maioria agentes da PIDE-DGS, além de muitos homens de negócios afeitos ao regime deposto em Portugal.

Poucos foram presos, em relação ao número, e estão presos por ideologias políticas atuais ligadas principalmente a Moscou. A maioria dos fugitivos, refugiaram-se no estrangeiro e principalmente no Brasil, já que a história une os dois povos como irmãos de sangue, de tal forma que o português se sente no Brasil tal como em sua terra natal.

No entanto, sabe-se que juntamente com os verdadeiros refugiados portugueses que estão entrando nas fronteiras do Brasil, muitos militantes do PCP se vêm infiltrando neste território, oriundos das Forças Armadas de Portugal ao serviço do COPCOM (Comando Operacional do Continente). A finalidade segundo se crê é a perseguição de políticos e agentes da PIDE-DGS, aqui refugiados até a sua total destruição, procurando apoio e colaboração para o efeito nos colonos portugueses aqui radicados e/ou ex-políticos exilados, fugidos do governo deposto, para suas manobras e sabotar suas permanências sociais, profissionais e econômicas no Brasil, tendentes a criar um clima de desconfiança, repulsa e outros aos verdadeiros refugiados, por parte das autoridades brasileiras.²⁶¹

A partir dessa conjuntura, as autoridades no Brasil passaram a temer a oposição antissalazarista não só por causa de um possível atrito entre essa e os salazaristas, mas também diante da ideia de que a vitória contra o autoritarismo em Portugal poderia servir de exemplo e estímulo aos grupos de oposição no Brasil ao autoritarismo dos nossos governantes. Não era nada hipotético, se deu certo lá, poderia dar certo aqui.

A primeira mostra da apreensão por parte dos setores de segurança brasileiros se deu quando da realização de um Ato Público em homenagem à vitória da Revolução Portuguesa no Departamento de História e Geografia da USP. Um grupo de exilados e partidários propôs o Ato Público, que serviria como uma despedida aos que retornariam a Portugal para auxiliar

²⁶¹ Relatório DEOPS - Documento 50-E-29-113. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. O trecho citado foi retirado das páginas 13 e 14 do relatório. Esse relatório não possui data, somente consta a data de arquivamento (22/09/1975).

nas reformas iniciadas pela Revolução. Porém, durante as discussões que ocorriam na casa de Vitor Ramos, este, sentindo-se mal, teve um derrame cerebral e veio a falecer. Num primeiro momento tal fato abalou os planos, mas o grupo concordou que não se podia deixar de marcar a vitória sobre o salazarismo – pois essa era a vontade de Vitor Ramos. A organização do Ato foi mantida, incluindo uma homenagem póstuma a Vitor Ramos, que fora professor na USP.

O evento foi amplamente divulgado, e a polícia ficou de vigilância e tentou de alguma maneira dificultar sua realização. Horas antes do início, Paulo Duarte, velho conhecido amigo da luta antissalazarista, que fora convidado para coordenar as atividades, foi detido pelos agentes do DEOPS e levado às dependências do órgão, onde lhe informaram que só seria liberado na manhã seguinte. Em cima da hora, os organizadores convidaram para substituí-lo o professor Antonio Soares Amora, catedrático de Literatura Portuguesa na USP, que, embora não tivesse nenhuma participação na luta da oposição, concordou em participar.

O Ato Público foi um sucesso, com a participação de um número expressivo de estudantes, intelectuais e simpatizantes, tudo ocorrendo sob os olhos atentos da polícia.

[...] O acto público realizou-se na noite de 1º de maio de 1974 e constituiu um acontecimento de repercussão nacional. Cabe recordar que desde o Acto Institucional nº 5, em 1968, não se havia realizado na Universidade nenhuma sessão com um carácter político tão transparente. O governo do general Geisel hesitou na atitude a adotar. Naqueles dias uma proibição, sobretudo após a morte de Vitor Ramos, seria interpretada como uma tomada de posição contra a Revolução Portuguesa. A incerteza quanto ao que se estava passar em Portugal terá contribuído para que o acto público fosse levado adiante.

[...] A polícia política compareceu maciçamente. Mascarados de operadores de televisão de imaginários canais, agentes do DOPS e da OBAN começaram a filmar estudantes e professores numa manobra intimidatória. Mas ninguém arredou pé; naquela noite os mecanismos do medo não podiam funcionar. Quando o acto principiou, o número de estudantes presentes, segundo estimativas, ultrapassava dois mil. Era o primeiro acontecimento estudantil de massa desde o AI-5.²⁶²

A polícia do DEOPS relatou o acontecido em documento secreto sobre o Movimento Estudantil.

Conforme volante distribuído no dia de ontem em toda a cidade universitária [...] teve início às 20:00hs. No bloco da Geo-Hist uma manifestação promovida pelos universitários da USP com o nome de despedida “Oposição Democrática Portuguesa no Brasil”. O número

²⁶² RODRIGUES, Miguel Urbano. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira. **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.188-189.

de pessoas podia-se calcular em torno de trezentas pessoas, sendo a maior parte de pessoas estranhas ao meio estudantil, vendo-se muitos casais e senhoras bem trajadas.

Usaram a palavra alguns estudantes e um senhor de cabelos grisalhos com sotaque lusitano discorrendo sobre os últimos acontecimentos de Portugal e incentivando que outras nações na situação que se achava a sua fizessem o mesmo.

Tudo ocorreu na mais absoluta ordem, com muitos aplausos pela assistência quando um orador mais exaltado atacava as autoridades depostas no país irmão. Por volta das 21,45hs terminou a parte dos discursos e foi então servido em copos de papel vinho que se achavam em garrações de cinco litros, fazendo com que o resto da assistência permanecessem no local até por volta da meia noite.²⁶³

As preocupações recaíam principalmente sobre os elementos da oposição ligados ao Partido Comunista Português, o grupo que se mostrava mais organizado nesse período.

Em 21 de julho de 1975, mais de um ano após a Revolução dos Cravos, um informe da Superintendência Regional de Pernambuco do Ministério da Justiça, cuja cópia foi enviada a São Paulo, pedia a proibição do retorno ao Brasil do Professor Rui Luís Gomes²⁶⁴, ex-exilado político. Rui Luís Gomes foi durante muitos anos catedrático de Matemática na Universidade de Pernambuco, sendo, aliás, um dos responsáveis pela criação da cátedra.

Este Serviço recebeu da ARE/SNI a informação de que o Sr. Rui Luís Gomes, ex-Prof. da Universidade do Recife/PE, ex-Conselheiro de Estado no governo Espínola, ex-candidato à Presidência de Portugal pelo Partido Comunista Português e atual Reitor da Universidade do Porto/Portugal, deseja retornar ao Brasil, a fim de retomar o exercício de funções docentes.

O Governo Brasileiro decidiu não ser conveniente o regresso ao Brasil do Prof. Rui Luís Gomes e, muito menos, seu contrato por universidade brasileira.

O MRE transmitiu instruções aos consulados do Brasil em Portugal no sentido de negar visto ao Sr. Rui Luís Gomes, que, entretanto, como cidadão português, poderá entrar no Brasil, como turista, sem necessidade de visto.

Face ao exposto nos itens anteriores, solicita-se que sejam tomadas providências para o controle e imediata comunicação da entrada do nominado no País.²⁶⁵

²⁶³ Documento 50-C-22-7.491. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁶⁴ Rui Luís Gomes foi candidato à Presidência da República de Portugal com apoio dos comunistas, em 1951. Porém, sua candidatura foi impugnada, e não pôde concorrer. Atuante na sua luta contra o salazarismo, foi preso em 1954, e solto em 1957, quando se exilou, primeiro na Argentina, depois no Brasil. Retornou a Portugal somente em 25 de abril de 1974. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.389-390.

²⁶⁵ Documento 50-E-29-182. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

Os receios com relação aos resultados da Revolução dos Cravos fizeram com que o governo brasileiro ficasse em constante alerta. Assim, informações e fatos que ocorriam em Portugal que por ventura pudessem ter ligações ou consequências para o Brasil eram registrados pela Embaixada Brasileira em Lisboa, enviados ao Ministério das Relações Exteriores e, em seguida, amplamente difundidos aos órgãos de segurança, aos quais se pedia que tomassem medidas cautelares contra esses fatos ou pessoas ditas perniciosas à segurança nacional.

O Ministério da Aeronáutica recebeu uma informação do Departamento de Segurança Interna do Ministério das Relações Exteriores e repassou a diversos órgãos de segurança, inclusive ao DEOPS-SP, em 23 de abril de 1976, sobre um grupo de candidatos do PCP a uma eleição em Portugal, sendo alguns ex-exilados no Brasil, fato esse que causou preocupação entre as autoridades brasileiras.

Esta seção tomou conhecimento e divulga a seguinte informação:

1. Alexandre Castanheira, Barradas de Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues, Marques dos Santos e Francisco Cabeção Pinheiro foram indicados candidatos do PCP pelo círculo eleitoral dos emigrados.
2. Conviria fossem as autoridades brasileiras de segurança, sobretudo as de fronteira e alfândega, alertadas para o risco desses indivíduos tentarem penetrar no Brasil até 25 de abril vindouro com vistas a desenvolver atividades de propaganda política junto a colônia portuguesa. Dos elementos acima, pelo menos Urbano Tavares Rodrigues viveu longos anos no Brasil, sobretudo em São Paulo.
3. Esta Informação foi recebida da Embaixada do Brasil em Lisboa, em 8 de março de 1976.²⁶⁶

O documento supracitado menciona dois nomes de ex-exilados conhecidos, um pode se tratar do jornalista Miguel Urbano Tavares Rodrigues, que esteve exilado aqui desde os anos de 1950, ou ainda pode se referir ao irmão deste, o escritor e jornalista Urbano Tavares Rodrigues, que não se exilou no Brasil. O outro era o professor Joaquim Barradas de Carvalho, que deu aulas no Departamento de História da USP, e viveu exilado em São Paulo durante os primeiros anos da década de 1960. Ambos, realmente, foram filiados ao Partido Comunista Português, e tiveram importante atuação nas atividades do partido.

Sobre Miguel Urbano Rodrigues, foram localizadas muitas informações na documentação do DEOPS-SP, que vão de 1961 até 1979. Essas informações mostram que ele mantinha ligação com organizações e indivíduos que se opunham ao Governo Militar no

²⁶⁶ Documento 50-E-29-212. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

Brasil, como com o jornalista Paulo Markun.²⁶⁷ E o apoio que deu a algumas iniciativas da oposição brasileira, como a criação do “Comitê Anistia Geral no Brasil”, em maio de 1976.²⁶⁸ Essas e outras informações justificavam, em termos, naquela conjuntura, os temores das autoridades brasileiras, levando-as a coibir, a partir do dia 25 de abril de 1974, qualquer atitude suspeita dos antigos opositores do governo deposto em Portugal.

O que ocorreu com esses ex-exilados que permaneceram aqui no Brasil após a derrota do salazarismo foi, em grande parte, a sua “integração”²⁶⁹ à massa de imigrantes portugueses residentes no país. Suas trajetórias de luta, suas memórias, ficaram restritas ao grupo de ex-exilados e àqueles que lhes eram próximos (parentes e amigos), tornando-se praticamente desconhecidas fora daquele meio.

Tratou-se aqui neste capítulo de analisar a trajetória da oposição durante aproximadamente 40 anos de exílio antissalazarista no Brasil. Adiante o que se pretende é saber quem eram esses indivíduos que formaram a oposição a Salazar. De onde vinham e o que pensavam? Para se chegar às respostas busca-se analisar as trajetórias, que foram as mais diversas, mas que por fim pretendiam a retomada da democracia em Portugal.

²⁶⁷ Documento 50-Z-8-2.049. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁶⁸ Documento 50-E-29-194. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

²⁶⁹ Vale ressaltar que, apesar do fim do salazarismo, no seio da colônia portuguesa no Brasil havia ainda defensores de Salazar que nutriram por muito tempo certo rancor por esses ex-exilados. E mesmo nos dias atuais as questões em torno do salazarismo ainda causam polêmicas entre os portugueses, já que o que foi disseminado pela propaganda salazarista ainda está presente na mente das gerações mais antigas e menos atualizadas de imigrantes.

CAPÍTULO III – EXILADOS: HETEROGENEIDADE E TENSÕES

Neste capítulo se pretende analisar a composição dos grupos de exilados antissalazaristas que estiveram em São Paulo. Indivíduos oriundos de diversas regiões de Portugal (e das colônias), de gerações diferentes, com trajetórias de vida das mais diversas, mas que convergiam em um ponto: a luta contra o salazarismo. Quem eram essas pessoas?

3.1 ORIGENS E REDES

Um período tão longo como foi a história do autoritarismo português no século XX, que se iniciou em 1926, com o Golpe Militar, e seria concluído em 1974, com a Revolução dos Cravos, somando quase 50 anos, abarcou várias gerações de indivíduos que se opuseram a ele. Uns vivenciaram tempos anteriores ao Golpe Militar ou Estado Novo, foram testemunhas de um Portugal da Primeira República – ou ainda, do período monárquico –, no qual, apesar das dificuldades, vivia-se em um ambiente mais “democrático”. Outros, já nascidos durante o período autoritário, não tiveram outra experiência senão o Estado Novo. Mas para todos o cerceamento das liberdades, a violência e o conservadorismo, que prejudicava principalmente a população mais pobre de Portugal, motivaram a formação de uma oposição que desde o início (1926) lutara para derrubá-lo.

3.1.1 O grupo da “Seara Nova”

Muitos dos que se opuseram ao salazarismo já mantinham ligações entre si bem antes disso, ligados pelos mesmos princípios ou ideais, ou até por amizades forjadas há vários anos. Em 1921, em plena Primeira República, um grupo de intelectuais republicanos fundou uma revista, a *Seara Nova*²⁷⁰, que, diante da crise vivenciada naquele momento, foi utilizada para criticar e propor melhorias para a sociedade e, com isso, mudar a mentalidade da elite intelectual e criar as bases para se desenvolver uma opinião pública nacional.²⁷¹ Acreditavam que era através da educação e da cultura que as mudanças poderiam ocorrer, e não mediante

²⁷⁰ A revista *Seara Nova* foi fundada em 1921 e manteve sua publicação, quase ininterrupta, até 1979 (foi depois relançada em 1985). Vivenciou diversas fases, passando, a partir de 1959, por uma renovação doutrinária fortemente influenciada pela corrente marxista. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.890-893.

²⁷¹ FITAS, Manuel Joaquim Rodrigues. **Seara Nova – Tempo de mudança... e de perseverança (1940-1958)**. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 2010, p.16.

práticas políticas apoiadas nas lutas partidárias ou em atitudes autoritárias.²⁷² Identificavam-se como republicanos de esquerda, não defendiam ideologias ou partidos e eram contrários a qualquer participação de seus membros nos governos.²⁷³ Essa postura foi o que se chamou de “espírito seareiro”.

[...] Os seareiros definem-se como “republicanos de tendência socialista”, demarcando-se quer do bolchevismo, quer do liberalismo econômico, quer ainda do jacobinismo republicano sectário, e defendem a institucionalização de um “parlamento técnico” consultivo ao lado do parlamento político.

Já no primeiro número da revista (15/10/1921), na contracapa, vinham descritos os objetivos do grupo dos seareiros:

Renovar a mentalidade da elite portuguesa, tornando-a capaz dum verdadeiro movimento de salvação;
 Criar uma opinião pública nacional que exija e apóie as reformas necessárias;
 Defender os interesses supremos da nação, opondo-se ao espírito de rapina das oligarquias dominantes e ao egoísmo dos grupos, classes e partidos;
 Protestar contra todos os movimentos revolucionários, e todavia defender e definir a grande causa da verdadeira Revolução;
 Construir para formar, acima da Pátria, a união de todas as Pátrias – uma consciência internacional bastante forte para não permitir novas lutas fratricidas.²⁷⁴

O primeiro corpo diretor era composto por Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Francisco António Correia, Jaime Cortesão, José de Azeredo Perdigão, Câmara Reis, Raul Brandão e Raul Proença; a eles se juntaram, nos anos que se seguiram, diversos colaboradores como António Sérgio, João Sarmiento Pimentel, Adolfo Casais Monteiro, George Agostinho da Silva, Bento de Jesus Caraça, Jorge de Sena, Manuel Sertório, entre outros. Muitos desses seareiros foram importantes opositores do salazarismo.

²⁷² FITAS, Manuel Joaquim Rodrigues. **Seara Nova** – Tempo de mudança... e de perseverança (1940-1958). Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 2010, p.16.

²⁷³ Mesmo contrários à participação política, alguns seareiros se integraram, por algum tempo, aos governos de Álvaro de Castro (1923-1924) e de José Domingues dos Santos (1924-1925). ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.890.

²⁷⁴ SEARA NOVA. Lisboa, n. 1, 15/10/1921. Disponível em: <www.searanova.publ.pt>. Acesso em: 27/09/2017.

Em suas memórias João Sarmento Pimentel contou sobre a sua entrada para a *Seara Nova*:

Foi Jaime Cortesão que me falou pela primeira vez da “Seara Nova” [...] O meu conhecimento com ele vinha já de Coimbra, onde o Jaime vivia com a família. A nossa amizade, porém, começou em França, durante a guerra. [...] “Vamos fundar uma revista que vai desbancar tudo quanto aí houver no gênero e constituirá um acontecimento político. Será da oposição, mas de uma oposição construtiva. E tu tens que vir conosco”. Eu respondi-lhe que não me sentia com forças para tomar parte em empreendimento daquele tomo. Conhecia e admirava as pessoas que estavam empenhadas nessa iniciativa, mas nunca me passou pela cabeça colaborar numa revista como aquela que se pretendia fundar. É certo que já escrevinhava, mas não tinha a pretensão de ombrear com eles, que eram todos escritores consumados, economistas, historiadores. Ele insistiu e eu aceitei.²⁷⁵

Os seareiros tinham duas principais preocupações, muito frequentes nas discussões e nos textos da revista, que eram, primeiramente, a ascensão do fascismo na Europa e a organização da extrema-direita em Portugal, notadamente o Integralismo Português e a Cruzada Nun’Álvares²⁷⁶. Em segundo lugar, acreditavam na necessidade de formação de um governo extrapartidário que, com liberdade, pudesse executar as reformas necessárias mediante autorização do Parlamento.²⁷⁷

[...] Nós, os da “Seara Nova”, entendíamos que o País precisava se reestruturar de alto a baixo a sua economia, fazer obras de rega, abrir estradas, montar fábricas, industrializar-se com método, modernizar a agricultura, criar riqueza e distribuí-la equitativamente.²⁷⁸

Pela sua postura em defesa de uma república democrática, e pela oposição a qualquer prática autoritária que cerceasse a liberdade, a *Seara Nova* e seus membros posicionaram-se contrários à Ditadura Militar que se instituiu a partir de 28 de maio de 1926. Por suas críticas, a revista foi suspensa de agosto de 1926 a abril de 1927. Ao retornar, suas publicações passaram a sofrer o controle da censura, mas sem deixar de marcar suas posições em defesa

²⁷⁵ LOPES, Norberto. **Sarmento Pimentel ou uma geração traída**. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”. Lisboa: Editorial Aster, 1977, p.125-126.

²⁷⁶ A Cruzada Nacional Nun’Álvares Pereira foi uma liga nacionalista criada em 1918. Tinha uma posição conservadora, com alguma influência fascista, que atraiu tanto republicanos como monarquistas, além de católicos. Apoiou o Governo Militar em 1926, tendo desaparecido em 1936. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.242-243.

²⁷⁷ Ibidem, Vol. 2, p. 891.

²⁷⁸ LOPES, op. cit., p.127.

dos direitos civis ao longo da sua existência²⁷⁹, que passou por crises econômicas e por diversas mudanças na direção, inclusive doutrinárias (a partir de 1959, por exemplo, a direção foi composta por marxistas).²⁸⁰

Alguns membros da *Seara Nova* não se limitaram somente a fazer oposição através dos artigos da revista, houve aqueles que aderiram à luta armada, como foi o caso de Jaime Cortesão, Sarmiento Pimentel e outros. Frente aos insucessos, passaram a ser perseguidos, e muitos foram obrigados a se refugiar fora do país, deixando, já em 1927, de participar diretamente da produção da revista. Sarmiento Pimentel, mesmo de longe, mantinha comunicação com os companheiros seareiros e mandava artigos (que passavam pela censura do governo!) para serem publicados na revista.

Cá de longe, bem mais tarde e já no exílio, encorajado por Sérgio, *sacerdos magnus* da Grei seareira, e também pelo próprios jovens seareiros, ia o pobre de mim alinhavando umas regrinhas mambembes, sempre receoso de mancarem diante da fulgurante e marvótica investida dos novos contra aquela ignara e anterior geração [...]²⁸¹

Exmo. Sr. João Sarmiento Pimentel.

Felicito-me em primeiro lugar pela oportunidade que se me depara de escrever a V. Excia. que conheço de tradição como um combatente da República e hoje aprecio como vigoroso escritor. Por indicação do Sr. António Sérgio, remeto-lhe uma prova do seu admirável artigo sobre os “Compromissos externos do Brasil” que a censura de Lisboa resolveu cortar.

Enviei-lhe há dias também um exemplar do “Notícias”, diário de Lourenço Marques, que se refere em termos muito amáveis aos artigos que V. Excia. Aqui publicou acerca do problema da emigração, cuja doutrina aplaude calorosamente.

Reafirmando a minha admiração e sincera estima, creia-me

De V. Excia.

mto, ato, e abrig.

J. Neto Soares²⁸²

²⁷⁹ A partir de 1927, a *Seara Nova* passa a dar mais ênfase a um discurso em defesa da democracia, do cooperativismo, valorizando mais as questões sociais e econômicas, e menos as políticas. FITAS, Manuel Joaquim Rodrigues. **Seara Nova – Tempo de mudança... e de perseverança (1940-1958)**. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 2010, p.17. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.890.

²⁸⁰ A revista *Seara Nova* foi produzida até 1979, quando parou a sua publicação. Foi reaberta em 1981, e está ativa até hoje.

²⁸¹ PIMENTEL, João Sarmiento. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Inova, 1974, p.203.

²⁸² *Ibidem*, p.203-204.

Os contatos entre os que ficaram e os que partiram, apesar das dificuldades, ainda se mantiveram, tornando-se fundamentais para a manutenção das redes de apoio e de organização das futuras revoltas que se organizaram contra o governo.

3.1.2 O Reviralhismo

O Reviralhismo ou Revirvalho foi um movimento de oposição de vários setores do republicanismo democrático que visava, através da luta armada, derrubar o Governo Militar e “revirar”, retornar a um Estado democrático.²⁸³

[...] “reviralhamento” da situação política, justamente no sentido da reposição da legalidade constitucional, pelo combate a todos os desvios antidemocráticos e antiliberais. E este é, sem dúvida, o sentido mais genuíno do termo Revirvalho.²⁸⁴

Os membros do movimento eram antigos políticos, intelectuais, militares, civis e uma parcela das classes populares, reunidos, a princípio, em torno do criado “Bloco Político-Militar Reviralhista”. Foi um movimento urbano que não teve repercussão nas zonas rurais. Os líderes divergiam sobre um plano de governo, o que fazia com que setores médios da sociedade vissem com desconfiança o movimento, temerosos de um retorno às crises da Primeira República.

Os reviralhistas promoveram quatro revoltas armadas nos primeiros cinco anos do Governo Militar em Portugal, todas elas sem sucesso. A primeira, ocorrida entre 3 e 7 de fevereiro de 1927, foi a que mais chance teve de vitória, já que enfrentou um governo que estava ainda se estruturando.

A oposição de esquerda republicana mantinha ainda, mesmo com o Governo Militar, uma rede de contatos e influências no seio das Forças Armadas, já que muitos dos militares não estavam de acordo com o governo. A isso se somava que este, nesses primeiros tempos, não se mostrava muito preocupado com as organizações operárias, sindicais e políticas, o que favoreceu a articulação e difusão dos planos dos reviralhistas. Uma agitação “subversiva”, que não era repreendida, promovida tanto por antigos republicanos como por militares,

²⁸³ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.832.

²⁸⁴ FARINHA, Luís. **O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.18.

trabalhadores e outros grupos de oposição, defendia a necessidade de uma revolta. “A iminência da revolta era pública e notória.”²⁸⁵

A 3 de fevereiro de 1927, foi deflagrada na cidade do Porto a primeira e mais significativa revolta. O governo já estava alertado, tanto que o Presidente Oscar Carmona visitou dias antes as unidades militares da região e ordenou aos ministros que se reunissem no Quartel de Artilharia 3, em Lisboa, para garantir a lealdade dos militares e, se necessário, enviar alertas para todo o país.

O plano original – que era conhecido pelo governo – determinava que a revolta ocorreria concomitantemente em dois pontos principais, Porto e Lisboa, mas, contrariando o que se previa, iniciou-se primeiro no Porto. Um grupo de revoltosos encabeçados por militares e acompanhados por civis tomou de assalto o Governo Civil, o Quartel General e os correios. Controlaram rapidamente os pontos mais importantes da cidade.

Jaime Cortesão, seareiro e ex-militar, foi nomeado governador civil do Porto; a cidade estava sob o controle dos revoltosos. Forças do exército das regiões vizinhas afluíram para o Porto em apoio à revolta. No sul, no Algarve, algumas forças do exército se revoltaram, mas resistiram somente por algumas horas, sendo derrotadas pelas tropas legalistas. Enquanto isso, as forças revoltosas de Lisboa permaneciam estáticas, esperando não se sabe o quê. Isso possibilitou que alguns soldados fossem deslocados para combater no Norte.

O Porto foi cercado e bombardeado, na manhã do dia 4; na noite do dia seguinte os revoltosos propuseram um armistício. O andamento da revolta esbarrava em picuinhas dos grupos revoltosos, que facilitaram para os legalistas. Assim lembrou Sarmiento Pimentel, que combatia no Porto:

Para responder à artilharia governamental que colocou os revoltosos na iminência duma rápida derrota, só havia a esperança da chegada da artilharia de Amarante cujo comandante, Tenente-Coronel Costa Pinto, político democrático, não saiu do Quartel sem o partido aprovar tal deliberação – e o partido era contra José Domingues, um dos chefes da Revolta.

Depois dum sem número de solicitações e até súplicas desesperadas, o partido Democrático resolveu que Amarante nos acudisse. Já vinham atrasados [...] ²⁸⁶

²⁸⁵ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.214.

²⁸⁶ PIMENTEL, João Sarmiento. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Inova, 1974, p.217.

Na manhã do dia 7, finalmente, as forças revoltosas de Lisboa saíram à rua, mas já era tarde. No dia 8, o Porto devastado, sem armas, sem mantimentos rendeu-se incondicionalmente.

O governo, mesmo tendo deslocado forças para o Porto, manteve uma vigilância sobre as unidades da capital. A “Revolta do Remorso” teve poucas aderências das unidades do exército. Os que arriscaram batalharam sofredamente por dois dias, rendendo-se no dia 9 de fevereiro. “É claro que o governo, podendo enfrentar os seus inimigos, primeiro um e, depois deste vencido, o outro, esmagou este retardatário impiedosamente.”²⁸⁷

Ao término da revolta de 1927 o governo tomou de imediato diversas medidas repressivas, como a prisão de centenas de civis e militares, dispensou várias unidades rebeldes, efetuou a demissão de funcionários públicos e oficiais envolvidos, a suspensão ou mesmo a proibição da circulação de jornais e o aumento da censura. No dia 21 de fevereiro foram deportadas, sem julgamento, mais de 700 pessoas para os Açores e as colônias africanas. Tais atitudes dificultariam definitivamente as futuras investidas reviralthistas.²⁸⁸

A partir de fevereiro de 1927, mesmo que os reviralthistas não quisessem esmorecer, o contexto era outro. As revoltas que se seguiram – de 1928 e as de abril e de agosto de 1931 – foram feitas sem liderança de oficiais da ativa no interior dos quartéis. Os comandos vinham de fora, dos oficiais expulsos e demitidos, ou mesmo daqueles que conseguiram refugiar-se escapando da prisão, vivendo clandestinamente no interior do país. Contaram com o apoio de civis e/ou de outros militares de baixa patente nos quartéis, muitas vezes imaturos ou inexperientes para pôr as revoltas em curso.

As revoltas – com exceção da ocorrida na Madeira, nos Açores e em Guiné, em abril de 1931 – concentraram-se em Lisboa e outros centros²⁸⁹, sem nenhum efeito ou manifestação no interior do país ou nas colônias. Quando saíam para o ataque, o que predominava era o improvisado, mesmo o espírito de aventura, algo quixotesco, sem um plano preciso para ser seguido ou uma liderança unificada. Careciam de uma logística e de meios humanos e materiais. Isso porque as principais lideranças de oposição ou estavam presas ou expulsas ou refugiadas fora de Portugal, o que levou à pulverização do grupo, que se dividiu principalmente, num primeiro momento, uma parte na Galícia, outra em Madri e uma terceira em Paris, cenário que dificultou os contatos e intensificou as divergências.

²⁸⁷ PIMENTEL, João Sarmento. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Inova, 1974, p.219.

²⁸⁸ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.218.

²⁸⁹ Por se concentrar nos grandes centros urbanos, foi considerado um movimento minoritário. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.834.

Houve por parte do governo um aprimoramento da polícia, que passou a infiltrar agentes nos movimentos, detectando e desmantelando com antecedência os preparativos revolucionários. Tal prática policial era facilitada, com já foi dito, pela improvisação e pela falta de cuidado na vigilância e segurança das atividades clandestinas.

A revolta de agosto de 1931, em Lisboa, foi a última grande revolta militar até o 25 de abril de 1974. As sucessivas tentativas derrotadas, com expulsões e prisões de revoltosos²⁹⁰, findaram definitivamente, em 1940, o movimento reviralista republicano.²⁹¹

3.2 PRIMEIRO EXÍLIO: ESPANHA E FRANÇA

Como exposto anteriormente, logo após a primeira derrota reviralista de 1927, e na sequência as de 1928 e as duas de 1931, muitos dos combatentes foram presos, outros acabaram demitidos ou reformados, como no caso de Jaime Cortesão, Raul Proença e David Ferreira, da Biblioteca Nacional, ou José Domingues dos Santos, da Faculdade de Engenharia do Porto.²⁹² No caso daqueles que eram militares, foram deslocados para quartéis distantes – com o objetivo de impedir a reorganização de futuras revoltas – nas ilhas ou nas colônias. Entre os presos, os avaliados como mais “perigosos” ao regime foram enviados para presídios fora do continente: nas ilhas, da Madeira e no arquipélago dos Açores, ou nas colônias – em 1936, muitos subversivos foram inaugurar o Campo de Concentração do Tarrafal, no Cabo Verde. Entretanto, alguns que conseguiram fugir à perseguição do governo refugiaram-se no interior do país, vivendo clandestinamente, enquanto outros buscaram abrigo fora de Portugal.

Sobre as retaliações do governo após a derrota da revolta de 1927, assim nos narra, em suas memórias, o capitão Sarmiento Pimentel:

Tribunais militares funcionavam no Porto, Coimbra, Lisboa, e demitiam da tropa fosse quem fosse, sem olhar a postos, condecorações, serviços, idade. Metade da população da Metrópole andava a monte, escondida, ameaçada de ser presa ou assassinada, de

²⁹⁰ Entre 1926 e 1939 foram presas por motivos políticos em torno de 15.000 pessoas; dessas, teriam sido deportadas para as colônias e ilhas atlânticas 1.500; 200 foram vítimas dos combates de rua, sobretudo durante as revoltas de 1927 e 1931. Sobre o número de exilados políticos (expulsos ou fugidos do país) que se dirigiram para a França, a Espanha e o Brasil, não há informações disponíveis, mas devem passar de algumas dezenas. ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.209-210.

²⁹¹ Ibidem, p.226. FARINHA, Luís. **O Revirismo: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.20-21.

²⁹² FARINHA, op. cit., p.61.

perder o que tinha para viver e sustentar a família. Um terror pânico por vingança, por ódio político, por questões pessoais [...]²⁹³

Em Vigo e na Corunha, na Espanha, formaram-se os primeiros grupos de exilados, onde foram discutidas as estratégias para retomar as práticas revolucionárias, e onde começou a configuração da Liga de Defesa da República, sediada em Paris, França, sendo conhecida, portanto, por Liga de Paris.²⁹⁴ A Liga tinha como objetivo congregiar toda a oposição reviralista, o que não foi possível, pois representantes do Partido Republicano Português e do Partido Democrático almejavam retornar ao poder, acreditando que por uma via não revolucionária atingiriam seus objetivos. Tal posição era criticada pela Liga, que defendia, de maneira intransigente, “a coligação dos republicanos fora dos partidos. Esta estratégia partia do princípio de que era absolutamente inconveniente a ‘volta dos políticos’”²⁹⁵, já que fora a ineficácia dos antigos partidos que levava ao Golpe Militar.

A Liga de Paris sempre defendeu a luta armada como único meio de derrube do Governo Militar, o que provocou também discussões com outros grupos oposicionistas. Teve destaque e alguma influência, que se fez presente no caso do empréstimo pedido pelo governo português aos banqueiros ingleses. A Liga se opôs alegando que esse empréstimo seria inconstitucional e ameaçando não reconhecê-lo caso conquistasse o poder, sendo esse um dos motivos da suspensão de tal pedido.²⁹⁶ A partir de 1932 foi perdendo a sua liderança, principalmente devido à quarta derrota infligida ao movimento na revolta de agosto de 1931.

As baixas e perdas a princípio não esmoreceram a fé na luta da oposição, mesmo com o advento do Estado Novo, instituído por Salazar a partir de 1932. O que marcou, porém, foi uma maior polarização dos meios a serem utilizados para atingir os objetivos da oposição. Uns passaram a defender a vitória através da via pacífica e eleitoral, acreditando que seria possível fazer acordos com o governo e, com a constitucionalização do regime, através de eleições diretas, conquistar cargos no executivo e no legislativo. Outros, ao contrário, não viam possibilidade de ganho por uma via pacífica. Para vencer um governo autoritário, fosse

²⁹³ PIMENTEL, João Sarmento. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Inova, 1974, p.233.

²⁹⁴ A Junta Diretória da Liga era composta por indivíduos das diversas tendências da oposição, como Álvaro de Castro, do Partido Reconstituente, Afonso Costa, do Partido Democrático, José Domingues dos Santos, da Esquerda Democrática, e António Sérgio e Jaime Cortesão, da *Seara Nova*. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.323.

²⁹⁵ FARINHA, Luís. **O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.65.

²⁹⁶ ROSAS, Fernando (Coord.). **O Estado Novo (1926-1974)**. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.170.

o Governo Militar, fosse o Estado Novo salazarista, somente através de luta armada, da força, seriam atingidos os ideais revolucionários.²⁹⁷

Cabe salientar que essas dificuldades vividas pela oposição não ocorriam somente entre aqueles grupos que se encontravam fora de Portugal. As relações entre os refugiados/exilados e os grupos que permaneceram clandestinamente dentro do país também eram conflituosas, muitas vezes os grupos que ficaram em Portugal se sentiam marginalizados pelos grupos de exilados, e vice-versa.

Outro fator que abalava os exilados eram as dificuldades financeiras. A falta de recursos para a compra e manutenção do armamento provocava discussões entre os grupos. As carências materiais para a própria sobrevivência pesavam ainda mais, pois muitos não tinham ou não conseguiam meios para se manter. As dificuldades eram tantas que alguns chegaram a pensar ou mesmo se entregar ao governo português, numa atitude desesperada para fugir à miséria, enfrentada não só individualmente, mas muitas vezes com seus familiares que também se encontravam fora de Portugal. A situação ficou parcialmente resolvida com a criação de uma comissão que deveria administrar fundos de auxílio aos refugiados, mas nem sempre o pagamento da cota mensal de 50 escudos dos associados que tinham possibilidades era cumprido.²⁹⁸

Em 1931, com a implantação da Segunda República Espanhola, aumentou o número de exilados, e Madri passou a ser um novo centro para onde afluíam muitos descontentes. O novo governo espanhol, de orientação de esquerda, na figura de seu Ministro da Guerra, e depois Primeiro-Ministro, Manuel Azaña, passou a apoiar os revoltosos portugueses, fornecendo dinheiro e armas. Essa aproximação se deu ainda nas primeiras semanas de governo, quando Jaime Cortesão foi a Madri levar seus cumprimentos em nome da Liga de Paris.²⁹⁹

O governo português, temeroso do aumento do número de refugiados na Espanha, pediu, através da sua embaixada em Madri, que o governo espanhol mantivesse esses emigrados a uma distância superior a 100 km da fronteira. A Espanha aceitou o pedido do governo português, mas na prática isso não se tornou uma regra.³⁰⁰ Salazar, aproveitando dessa situação, justificaria o aumento da vigilância e da repressão aos opositores com base

²⁹⁷ Os que defendiam a via pacífica juntaram-se em torno da Aliança Republicana e Socialista; entre os que defendiam a luta armada estavam os revirralhistas de esquerda, a Esquerda Democrática, a Liga de Paris e militares sem filiação. FARINHA, Luís. **O Revirralho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.68.

²⁹⁸ Havia denúncias da falta de dinheiro; muitos refugiados comiam uma vez ao dia, vivendo da caridade. *Ibidem*, p.210 e 212.

²⁹⁹ *Ibidem*, p.135-136.

³⁰⁰ *Ibidem*, p.136.

nessa inconstância, invocando até mesmo o espectro do “Perigo Espanhol”³⁰¹, que sempre preocupou os governos portugueses.

Em 1933 a direita venceu as eleições na Espanha, e o auxílio aos exilados esmoreceu. A oposição, então, foi buscar apoio em outros lugares. Os reviranhistas “moderados” aproximaram-se dos “descontentes do regime”: monarquistas, nacionalistas e nacional-sindicalistas. Com estes últimos fizeram tratativas para a organização de uma revolta, que ocorreu em agosto de 1935, mas foi reprimida pelo governo português³⁰², levando à prisão e expulsão de muitos revoltosos, inclusive o líder nacional-sindicalista Rolão Preto.³⁰³ Outros, como os da Liga de Paris, procuraram apoio dos comunistas, sem grande sucesso³⁰⁴ – apesar da participação de alguns comunistas nas revoltas reviranhistas, muitos membros do PCP faziam críticas à desorganização e à ineficácia do movimento. Os comunistas, a partir de 1935, procuraram protagonizar e organizar as atividades antissalazaristas, no intuito de aumentar a sua influência entre os descontentes das camadas médias da sociedade.³⁰⁵

Porém, em fevereiro de 1936, uma coligação dos partidos de esquerda na Espanha formou uma “Frente Popular”³⁰⁶ e venceu as eleições. Essa nova situação permitiu maior liberdade de atuação aos exilados portugueses. Em 13 de julho desse mesmo ano, um líder da oposição espanhola, Calvo Sotelo, foi assassinado, levando a um levante militar, liderado pelo General Francisco Franco, e ao início da Guerra Civil na Espanha (1936-1939). O General Franco, com o apoio dos militares, da Igreja e de setores conservadores da sociedade, pretendia impor um governo autoritário, tendo recebido auxílio, durante a Guerra Civil, em dinheiro, armas e apoio tático dos governos de Mussolini e Hitler.

A posição perante a Guerra Civil Espanhola também foi ambígua entre os exilados portugueses. Houve os que preferiram a completa neutralidade, temerosos do aumento e avanço do poderio alemão, que poderia trazer prejuízos à independência portuguesa, e ainda os que, mantendo a neutralidade, não deixaram de se manifestar, através dos meios de comunicação, sobre a situação vivida. Mas uma parcela desses exilados participou

³⁰¹ O “Perigo Espanhol” foi uma questão recorrente em vários momentos da história de Portugal, que se constituía no receio de que o governo espanhol anexasse Portugal e seus domínios ao seu território, num retorno à “União Ibérica” do período Filipino.

³⁰² FARINHA, Luís. **O Reviranhito**: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.223.

³⁰³ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.323.

³⁰⁴ FARINHA, op. cit., p.219.

³⁰⁵ Ibidem, p.224-225.

³⁰⁶ Formou-se nessa mesma época uma Frente Popular Portuguesa, que congregava exilados de todas as tendências. ROSAS, BRITO, op. cit., p.324.

ativamente, combatendo ao lado dos republicanos espanhóis. Personalidades como Jaime de Morais, Jaime Cortesão e Alberto Moura Pinto coordenaram ações militares e diplomáticas.³⁰⁷ Salazar, por seu lado, também deu auxílio durante a Guerra Civil, ajudando Franco a deslocar tropas e armamentos do Marrocos para a Espanha através do território português.³⁰⁸

A Guerra Civil aproximou republicanos portugueses e espanhóis na luta por um mesmo ideal: o combate ao autoritarismo.³⁰⁹ Essa união levou à formulação de um plano de ajuda mútua, o chamado “Plano Lusitânia”:

Tratava-se de um plano revolucionário que previa a invasão de Portugal, através da conjugação de forças marítimas, terrestres e aéreas que actuariam em conformidade com uma operação idealizada pelos republicanos espanhóis na região da Estremadura. Segundo esta operação, os republicanos tentariam construir um corredor, dividindo a zona nacionalista pelo interior de Castela, favorecendo assim a entrada dos portugueses, a subversão da ditadura salazarista e garantindo uma retaguarda mais favorável ao regime espanhol.³¹⁰

A derrota na frente do Ebro (1938) e a tomada da Catalunha (1939) pelos nacionalistas espanhóis impediram a concretização do Plano, obrigando muitos portugueses a procurarem refúgio na França, através dos Pirineus. A vitória de Franco e da direita espanhola auxiliou no fim do Revirvalho.

Muitos exilados, após a derrota da Guerra Civil Espanhola, optaram pelo repatriamento, que foi “facilitado” por uma lei de anistia de 1940 concedida pelo governo salazarista. Essa anistia concedida por Salazar não foi a primeira, outra já tinha sido dada em 1932, quando muitos exilados retornaram a Portugal; somente 50 indivíduos tidos como lideranças perigosas não tiveram esse direito.³¹¹

A anistia de 1940, assim como a de 1932, que permitiu o repatriamento de muitos portugueses, foi um processo lento, extremamente burocratizado e humilhante:

Inicia-se aqui um processo extremamente moroso de obtenção de passaporte ou outra autorização consular que lhe permita a entrada em Portugal ou o trânsito para o Brasil ou para as colônias portuguesas de África. O procedimento burocrático segue, invariavelmente, os

³⁰⁷ PAULO, Heloisa. O exílio português no Brasil: Os “Budás” e a oposição antissalazarista. *Portuguese Studies Review*. Peterborough, v. 14, n. 2, 2006/2007, p.129-130.

³⁰⁸ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, v. 1, p. 411.

³⁰⁹ PAULO, op. cit., p.129.

³¹⁰ FARINHA, Luís. *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.260.

³¹¹ ROSAS, BRITO, op. cit., p.323.

mesmos trâmites: o cônsul de Bordéus ou de Paris pede o parecer do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Este consulta a PVDE, cujos pareceres, na maioria dos casos, são favoráveis, embora refiram, logo de seguida, que o exilado será preso para investigações, quando atravessar a fronteira. Por vezes opta por aplicar, sem interferência dos tribunais, o Decreto-Lei nº 27.529, de 1937, que estabelecia a perda de nacionalidade para os que tinham combatido nas “forças vermelhas”. A polícia política manifestava-se num estilo duro, quando alguns dos consulados dos locais de exílio se inclinavam para uma maior flexibilidade.³¹²

Essas anistias – assim como uma terceira que foi concedida na década de 1950 – tiveram como objetivo externo mostrar às outras nações que o governo português era complacente com seus opositores; como objetivo interno, demonstrar a sua força e que tudo estaria sob o controle de Salazar. Entretanto, alguns aliados do governo viam como perigosas as concessões de anistia, pois permitiriam o retorno de muitos daqueles que haviam combatido, através das armas, o Governo Militar e o Estado Novo. Mas o temor de uma revolta armada estaria sob controle pelas próximas décadas.

Entre os exilados, muitos optaram por não retornar a Portugal, preferindo cruzar os Pirineus, penetrando o território francês e se internando nos campos de refugiados da Guerra Civil. Mas o avanço do nazismo e a conquista da França pelos exércitos alemães (1940) levaram à fuga de muitos desses indivíduos.³¹³

Houve aqueles que, querendo se repatriar, tiveram seus pedidos de anistia negados pelo governo, com no caso de Jaime Cortesão, um dos líderes revolucionários, que foi preso na fronteira e detido no presídio de Peniche. Foi processado e obrigado a se retirar do território nacional, escolhendo qualquer outro país para viver. Cortesão veio para o Brasil nesse mesmo ano (1940), onde permaneceu por 17 anos.³¹⁴

3.3 SEGUNDO EXÍLIO: BRASIL

O Brasil foi o principal destino de refúgio dos opositores do salazarismo, principalmente a partir da década de 1940. Não se tem o número exato desses exilados que migraram para cá, mas se pode supor que ultrapassaram algumas centenas de indivíduos, num período que foi do final da década de 1920 a meados da década de 1960. Além do Brasil,

³¹² FARINHA, Luís. **O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.263.

³¹³ PAULO, Heloisa. O exílio português no Brasil: Os “Budás” e a oposição antissalazarista. **Portuguese Studies Review**. Peterborough, v. 14, n. 2, 2006/2007, p.131.

³¹⁴ Ibidem, p.131. FARINHA, op. cit., p.264.

outros países da América receberam exilados, com Argentina, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos etc. Mas aqui foi a escolha preferencial desses portugueses, já que os laços culturais e as facilidades da imigração pesaram na escolha.

Esses exilados – “imigrantes políticos” –, assim como os “imigrantes econômicos”, que vieram em grandes levadas desde meados do século XIX, sentiram-se pressionados a deixar Portugal. Os imigrantes políticos, por não terem condições de desenvolver livremente suas atividades sem serem perseguidos e punidos pelo Estado; enquanto os imigrantes econômicos, sem meios de subsistência, foram compelidos a procurar oportunidades fora de seu país. Mas esses exilados políticos se distinguiram do imigrante comum, por possuírem, muitas vezes, um grau de instrução e formação profissional que lhes possibilitava uma maior e melhor inserção na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro.³¹⁵ Eram, portanto, uma minoria dentro da colônia portuguesa no Brasil, onde predominavam indivíduos oriundos das regiões rurais de Portugal com baixa ou média instrução (muitos analfabetos, principalmente entre as mulheres), que se empregaram em trabalhos braçais (pedreiros, pintores, carregadores etc.) e no comércio.

Ao outro dia li nos anúncios do “Jornal do Comércio”: - Precisa-se dum empregado de armazém. Rua do Ouvidor, nº ...
 Recebeu-me um senhor inglês, muito atencioso e rubicundo.
 - Sabe ler?
 - Alguma coisa, respondi, sorrindo.
 - Não ria, não, porque no Brasil a indumentária não é certidão de instrução primária.
 - E de universidade? – retruquei com certo desembaraço.
 - Isso é outro caso... – e passando-me uma folha de papel, disse-me para fazer uma carta pedindo emprego.³¹⁶

Desses exilados políticos, muitos tinham formação acadêmica, sendo alguns pesquisadores e catedráticos de universidades portuguesas, enquanto outros passaram a exercer tais atividades em universidades brasileiras, como no caso de Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Joaquim Barradas de Carvalho, Manuel Rodrigues Lapa, Jaime Cortesão, Rui Luiz Gomes, Vitor Ramos e Froilano de Mello. Outros se dedicavam às artes cênicas e plásticas, à literatura e ao jornalismo, como Maria Prestes Maia³¹⁷, Maria Helena

³¹⁵ PAULO, Heloisa. O exílio português no Brasil: Os “Budás” e a oposição antissalazarista. **Portuguese Studies Review**. Peterborough, v. 14, n. 2, 2006/2007, p.125-126.

³¹⁶ O primeiro emprego de João Sarmento Pimentel foi no Rio de Janeiro, em 1928, na Companhia Souza Cruz de Cigarros. Posteriormente assumiu a vaga de subgerente da filial de São Paulo. PIMENTEL, João Sarmento. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Inova, 1974, p.235 e 243.

³¹⁷ Maria Prestes Maia (Maria de Lourdes Costa Cabral e Abreu) foi atriz de uma revista portuguesa, fixando-se no Brasil em 1926, logo após o golpe militar de 28 de maio. Foi casada com o ex-prefeito de São Paulo,

Vieira da Silva, Maria Archer, Fernando de Castro Soromenho, Sidônio Muralha, Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego, Fernando Lemos, entre outros. E havia ainda os que vinham de outros segmentos, como no caso dos ex-militares, entre eles os irmãos João e Francisco Sarmiento Pimentel, Humberto Delgado, Henrique Galvão e José Sarmiento de Beires.

Ao ingressar no Brasil, alguns desses exilados procuravam outros portugueses, reunidos, muitas vezes, em associações criadas por eles mesmos, ou ainda vinham com indicação ou apoio de algum conhecido, fosse ele um exilado já aqui estabelecido ou até mesmo um brasileiro. Os primeiros que chegaram, ainda nas décadas de 1920 e 1930, procuraram conterrâneos e associações da colônia em busca de auxílio. O associativismo, que se proliferou no Brasil principalmente a partir do início do século XX, tinha como objetivo reunir os indivíduos das diversas colônias estrangeiros presentes no país. Algumas entidades tinham caráter filantrópico, cultural, recreativo ou religioso; outras tinham caráter político, como o Centro Republicano Português de São Paulo, criado em 1908, ou o Centro Republicano Português Dr. Afonso Costa, do Rio de Janeiro, criado em 1932.³¹⁸

O Centro Republicano de São Paulo, assim como o do Rio de Janeiro, recebeu muitos exilados antissalazaristas. Um dos primeiros – senão o primeiro – foi João Sarmiento Pimentel, quando chegou a São Paulo, no início dos anos de 1930. Pimentel foi recebido e acolhido por Ricardo Severo³¹⁹, um dos fundadores do Centro, figura de relevo da colônia portuguesa de São Paulo, não só do ponto de vista político como na perspectiva cultural e filantrópica. Ele mesmo um ex-exilado – havia participado de uma tentativa de derrube da monarquia portuguesa, em 31 de janeiro de 1891 – que se fixara no Brasil fugindo da perseguição do governo.

Cheguei a São Paulo e dirigi-me a casa de Ricardo Severo. Comecei por lhe dizer, com a sinceridade e a franqueza que me caracterizam: “Sou um emigrado político. Não lhe venho pedir emprego porque já o tenho. Podemos, portanto conversar à vontade, sem nenhum constrangimento, e o senhor não ficará à espera do fim da conversa para eu lhe apanhar uma letra a curto prazo – um pedido de colocação.” Ele achou graça à maneira como eu me apresentei e conversamos largamente sobre a situação da colônia portuguesa, meia

Francisco Prestes Maia. MATOS, Maria Izilda. Maria Prestes Maia: trajetória, política e cultura. In: SOUSA, Fernando de (et al.). **Passaporte para a Terra Prometida**. Porto: Cepese/Fronteira do Caos, 2011.

³¹⁸ PAULO, Heloisa. Os “Insubmissos da Colônia”: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-45). **Penélope**. Oeiras, n. 16, 1995, p.9, 11 e 13.

³¹⁹ Idem. **Aqui também é Portugal**: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000, p.526.

pé-de-boi, mas tudo gente boa, sincera, gente sã e trabalhadora. Pouco entendida em política. [...]

[...] O Ricardo Severo era o presidente do Centro Republicano de São Paulo, que tinha fundado antes da implantação da República, onde se criavam relações, onde se faziam festas, onde a colônia convivia. [...] O Ricardo tinha-me dito: “Nós vamos reunir a direção do Centro e queremos que você esteja presente”. Lá compareci. Os homens convidaram-me, por indicação do Ricardo, para diretor do centro cultural [...]³²⁰

Para os exilados, assim como para os outros imigrantes, o Brasil e, nesse caso, São Paulo causaram surpresa, encantamento e admiração. Mesmo para indivíduos possuidores de conhecimentos mais refinados, com facilidade de acessar informações, a vivência na “nova terra” era profundamente tocante, estimulando, muitas vezes, recordações ou comparações com a terra natal e a formação, em alguns casos, de uma nova visão de mundo. É a ideia do “hibridismo”, em que o estrangeiro junta o conhecimento que trouxe consigo com aquilo que adquiriu do local onde vive, formulando um “novo conhecimento” que lhe seja útil. “Alguns exilados desenvolveram uma consciência aguda dos pontos fortes e fracos tanto da terra natal quanto da terra acolhedora.”³²¹

João Sarmento Pimentel, em viagem de trabalho pelo estado de São Paulo, a mando da Companhia Souza Cruz de Cigarros, na década de 1930, descreve o interior do estado:

Chego a Franca ao entardecer. A cidade é buliçosa, farta e arejada. Grande hotel, fazendeiros abastados, comércio rico e jardim público tão cuidado como de palácio árabe. [...] Segue-se ao jardim uma pequena praça quadrada em que se localizam os cafés, casas de lotarias. No “Bar Triângulo” acotovelam-se a população cosmopolita e é fácil ouvirem-se cinco ou seis idiomas – o árabe, o japonês, o russo, o italiano, o português, o alemão. Ponto de encontro de negócios, um chope, casos do dia, combinações suspeitosas.³²²

O mesmo fez o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, que aqui chegou nos anos 1950, relatando em suas memórias o que viu e sentiu em São Paulo:

Estas páginas de recordações da luta dos antifascistas portugueses podem sugerir aos leitores do século XXI que os emigrados políticos viviam então numa espécie de gueto, entre compatriotas, e voltados para Portugal.

³²⁰ LOPES, Norberto. **Sarmento Pimentel ou uma geração traída**. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”. Lisboa: Editorial Aster, 1977, p.148-149.

³²¹ BURKE Peter. **Perdas e Ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.47.

³²² PIMENTEL, João Sarmento. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Inova, 1974, p.264-265.

A realidade era outra. Quase todos se sentiam profundamente integrados na vida brasileira. Apesar de me encontrar no país há menos de ano e meio eu não fugia à regra.

O Brasil fascinava-me. Não me interrogava sobre o porquê. A atracção exercida por aquela sociedade era tão abrangente e intensa que prescindia de explicações. Mas dava-me conta de que no turbilhão de experiências e emoções me sentia feliz. Era uma felicidade nova. Prolongava-se a cada dia, manifestava-se de formas inesperadas, nascia de factos e situações triviais.

[...]

O descobrimento do interior de São Paulo foi outra surpresa. Apareceu-me semeado de cidades florescentes e bonitas, pólos comerciais e industriais de riquíssimas zonas agrícolas. Infundáveis plantações de café, cana de açúcar, algodão e milho (não chegara ainda a fase da soja e da laranja) exibiam a imagem dinâmica de outro país, o Brasil que desde a independência atraía da Europa uma corrente ininterrupta de imigrantes.³²³

Faz-se importante ressaltar que a vinda para o Brasil, a fugir das perseguições do salazarismo, não envolvia somente a pessoa do exilado, aquele que diretamente sofria as consequências de uma política autoritária. Nota-se que, em muitos casos, os familiares desses exilados eram envolvidos direta ou indiretamente nos seus problemas. Esposa e filhos pequenos, muitas vezes dependentes financeiramente, passavam por necessidades, ou eram vigiados, controlados, tendo suas liberdades cerceadas por agentes da PIDE. Era necessário tirar todos daquela situação, e buscar um “porto seguro” onde se pudesse viver em paz.

O Brasil não foi, como se sabe, a primeira opção. Espanha e França foram os principais locais de exílio, para onde muitos antissalazaristas levaram seus familiares. Quando do término da Guerra Civil Espanhola, alguns opositores do governo português conseguiram se repatriar e foram anistiados, porém a Jaime Cortesão esse direito foi negado, como já dito anteriormente. Diante de tal situação, Cortesão reuniu a família – esposa e filhos – e partiu, em 1940, para o Brasil.

Jaime Zuzarte Cortesão, nascido em Cantanhede, em 29 de abril de 1884, foi médico, militar, historiador e professor. Teve seu passaporte expedido em Lisboa e visado pelo cônsul brasileiro em 15 de outubro de 1940. Embarcou no navio “Angola”, tendo desembarcado no Rio de Janeiro, em 03 de novembro do mesmo ano³²⁴, em companhia de sua filha Maria

³²³ RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. Porto: Campo das Letras, 2002, p.167 e 170.

³²⁴ Cartões de Imigração, 1900-1965. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.familysearch.org>.

Judith³²⁵. No ano seguinte, em 05 de maio, no navio “Serpa Pinto”, chegou a outra filha, Maria da Saudade³²⁶.

O mesmo fez Jorge de Sena³²⁷, nascido em Lisboa, em 02 de novembro de 1919, professor de Literatura. Desembarcou no Recife, em 07 de agosto de 1959, para participar de um colóquio internacional promovido pela Universidade da Bahia. Dois meses depois, a 10 de outubro, sua esposa, Maria Mécia³²⁸, desembarcou em Santos na companhia de seus filhos, uma prole de sete crianças com idade entre 9 anos e 5 meses.

Outros fizeram algumas viagens de ida e volta antes de se estabelecerem por um tempo mais longo no Brasil. Isso se deu em alguns casos por um sentimento de esperança de que o salazarismo seria vencido, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazi-fascismo e a vitória das democracias. Por outro lado, a incerteza de como seria a vida num novo país preocupava esses futuros exilados portugueses.

Fernando de Castro Soromenho³²⁹, nascido em Chinde, Moçambique, em 31 de janeiro de 1910, foi escritor e depois professor universitário, fez duas viagens antes de se estabelecer com sua família no Brasil. Veio pela primeira vez, saindo de Portugal e desembarcando em Santos, em 28 de fevereiro de 1949. Permaneceu por pouco tempo, pois se casou nesse mesmo ano, na Argentina, com Mercedes de La Cuesta³³⁰ (nascida em Berna, Suíça, em 20 de abril de 1920, mas com nacionalidade argentina). O retorno e estabelecimento no Brasil só se dariam aproximadamente 16 anos depois. O interessante é constatar que Castro Soromenho e sua família viveram em diversos países antes de escolherem o Brasil para se fixar. Cada um dos seus três filhos nasceu em um país diferente: Fernando Waldemar³³¹ nasceu em Neuilly, França, em 13 de maio de 1950; Stella Susana³³²

³²⁵ Cartões de Imigração, 1900-1965. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.familysearch.org>. Não foi encontrada nenhuma referência a Carolina Ferreira Cortesão e Antonio Augusto Zuzarte Cortesão, esposa e filho de Jaime Cortesão. Não se sabe ao certo se Carolina e Antonio acompanharam a família ao Brasil.

³²⁶ Cartões de Imigração, 1900-1965. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³²⁷ Ficha de Estrangeiro - Jorge Cândido de Sena. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³²⁸ Ficha de Estrangeiro - Maria Mécia de Freitas Lopes de Sena. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³²⁹ Ficha de Estrangeiro - Fernando Monteiro de Castro Soromenho. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³³⁰ Ficha de Estrangeiro - Mercedes de La Cuesta de Castro Soromenho. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³³¹ Ficha de Estrangeiro - Fernando Waldemar de Castro Soromenho. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³³² Ficha de Estrangeiro - Stella Susana de Castro Soromenho. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

nasceu em Madri, Espanha, em 22 de dezembro de 1952; e Jorge Eduardo³³³ nasceu em Lisboa, Portugal, em 23 de maio de 1955. A família Soromenho chegou a Santos em 31 de dezembro de 1965.

A demora em reunir a família, com base na ideia de protelar uma atitude mais drástica, foi motivada mesmo por uma esperança de que algo revertisse a situação em Portugal. Mas a “saudade” – algo tão português – fez com que as famílias se reunissem. Esse sentimento ficou bem explicitado nas memórias de Sarmiento Pimentel, ao retornar a Portugal, em 1931:

Mas desta vez, eu que já conhecia o quanto havia sofrido de saudade da mulher e dos filhos durante os quatro anos que me privei de sua companhia, iniciei as combinações com aquela corajosa e decidida companheira do meu desterro para uma vinda de toda a família para São Paulo durante esse tempo de esperança pela reimplantação da República em Portugal. [...] A esperança é qualquer coisa que leva tempo a perder.³³⁴

João Sarmiento Pimentel³³⁵, nascido em Mirandela, em 18 de dezembro de 1888, foi, no Brasil, escritor e industrial, um dos líderes da resistência antissalazarista. Retornou ao Brasil, trazendo esposa, filhos e um cunhado³³⁶, desembarcando no porto de Santos, em 02 de junho de 1933. Anos depois seria seu irmão, Francisco Sarmiento Pimentel³³⁷, também um antissalazarista, nascido em Mirandela, em 07 de maio de 1895, que chegaria a Santos, desembarcando do vapor “General Osório”, em 11 de junho de 1936. A família deste – esposa e três filhas³³⁸ – chegaria depois, em 03 de dezembro de 1939.

Outros, ao migrarem para a América, não vieram diretamente para o Brasil, passaram por outros países, como Argentina, Venezuela ou Uruguai. Isso se deu pela facilidade e pela

³³³ Ficha de Estrangeiro - Jorge Eduardo de Castro Soromenho. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³³⁴ PIMENTEL, João Sarmiento. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Inova, 1974, p.355-356.

³³⁵ Ficha de Estrangeiro - João Maria Ferreira Sarmiento Pimentel. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³³⁶ Ficha de Estrangeiro - Isabel das Dores Seara Cardoso Sarmiento Pimentel, Maria Isabel Pimentel Medeats, Maria João Sarmiento Pimentel Ferraz Diniz, Fortunato Cardoso Sarmiento Pimentel, Leopoldo Cardoso Sarmiento Pimentel e Ernesto Seara Cardoso. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³³⁷ Ficha de Estrangeiro - Francisco Ferreira Sarmiento de Moraes Pimentel. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³³⁸ Ficha de Estrangeiro - Leopoldina Pavão de Moraes Pinto Pimentel, Maria Beatriz Sarmiento Pimentel Leme, Maria Isabel Sarmiento Pimentel Malta, Maria Helena Sarmiento Pimentel Maciel. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>. O filho, Francisco José de Moraes Pinto Ferreira Sarmiento Pimentel, veio para o Brasil em 1946.

aceitação de exilados políticos em muitos desses países. George Agostinho da Silva³³⁹, nascido no Porto, em 13 de fevereiro de 1906, foi filósofo e professor. Esteve primeiro na Argentina e no Uruguai, antes de chegar ao Brasil, numa primeira vez, em 07 de abril de 1946, cruzando a fronteira de carro até Jaguarão, município gaúcho; foi em seguida para o Rio de Janeiro. Retornou ao Uruguai, e novamente ao Brasil, em 21 de maio de 1947, fazendo a viagem dessa vez de trem, e estabelecendo-se dessa vez em São Paulo, com dois filhos pequenos. Viveu no Brasil, em diversos estados, trabalhando com professor universitário. Regressou a Portugal em 1969.

Os exilados trouxeram não só as famílias, mas toda uma vivência e uma luta baseadas em ideias e conceitos que norteavam o combate ao autoritarismo português. Esses antissalazaristas poderiam ser divididos, conforme as ideias que defendiam, em dois grandes grupos. No Brasil, muitas vezes, essas divisões partidárias foram deixadas de lado com o objetivo de fortalecer a resistência contra um mal maior, que era o salazarismo.

3.3.1 A esquerda antissalazarista

Em meados dos anos de 1930, emergiu a ideia da formação de uma “unidade antifascista” para reunir diversas organizações e grupos que se opunham ao Estado Novo português. Essa unidade foi pensada pelo Partido Comunista Português (PCP), que pretendia organizar frentes populares unitárias contra o “fascismo”.³⁴⁰ Vários órgãos foram criados, com mais ou menos força, mas com vida efêmera.³⁴¹ Somente em 1943, motivado também pelo panorama da Segunda Guerra Mundial, surgiu o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF).

O MUNAF foi a primeira organização que conseguiu reunir os vários setores de oposição. A ele filiaram-se membros do PCP, do Partido Republicano Português, socialistas, alguns anarcossindicalistas, membros do grupo *Seara Nova*, monarquistas, maçons e católicos. Tinha como objetivo o derrube do regime salazarista e a criação de um governo provisório de Unidade Nacional. Possuía um conselho nacional e uma comissão executiva; a

³³⁹ Ficha de Estrangeiro - George Agostinho Baptista da Silva. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³⁴⁰ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.991.

³⁴¹ Em 1934, foi criada na clandestinidade a Liga Portuguesa contra a Guerra e contra o Fascismo (LPCGCF). Substituída, em 1935, pela Frente Popular Portuguesa (FPP), que foi relevante entre os refugiados, mas pouco significativa dentro de Portugal. *Ibidem*, p.991-992.

presidência foi entregue ao general Norton de Matos, que, embora não fosse comunista, era figura importante na luta antissalazarista, respeitado pelos vários setores de oposição.³⁴²

Em 1944 surgiu um segmento paramilitar dentro do MUNAF, denominado Grupo Antifascista de Combate, que foi criticado pelas lideranças comunistas. Os militares ligados ao Movimento desejavam organizar uma revolta palaciana para derrubar o governo de Salazar, entre esses militares conspiradores estava o próprio Norton de Matos. Tal plano de golpe não foi realizado, mas causou atrito entre os idealizadores da revolta e alguns comunistas, que defendiam – e era algo indiscutível – que qualquer conspiração contra o governo deveria ter participação popular.

O impasse em relação ao processo a ser adotado para enfrentar o governo levou à formação, entre a oposição não comunista, de um grupo dissidente que fundou, em 1945, o Movimento de Unidade Democrática (MUD).³⁴³ O MUNAF, a partir desse momento, foi se diluindo, perdendo força política.

O MUD surgiu num momento propício, quando a vitória aliada pôs em xeque os governos autoritários. Esse sentimento mundial de liberdade teve reflexos em Portugal, levando Salazar a dar uma nova roupagem ao seu governo, promovendo certa “abertura” política. O MUD, criado em 8 de outubro de 1945, surgindo legalmente dentro desse ambiente de aparente liberdade, promoveu discussões sobre as mudanças nas leis eleitorais e se preparou para participar dos próximos pleitos.

Rapidamente o movimento ganhou apoio popular, em menos de um mês de existência foram 50 mil assinaturas só em Lisboa.³⁴⁴ Alguns comunistas membros do MUNAF também foram incorporados, dando força ao movimento, que passou a cobrar mudanças do governo. O Estado, por sua vez, sentiu-se intimidado, limitando as atividades do MUD. Prisões, acusações e discussões de ambos os lados levaram, em 1948, à ilegalidade do Movimento. Mesmo na ilegalidade muitos membros do MUD apoiaram a candidatura à presidência da República de Norton de Matos, em 1949.³⁴⁵ Nesse momento muitos membros

³⁴² ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.638.

³⁴³ *Ibidem*, p.638.

³⁴⁴ *Ibidem*, p.634-635.

³⁴⁵ A campanha de Norton de Matos teve o apoio de vários segmentos de oposição. Porém, uma propaganda agressiva patrocinada pela União Nacional, partido do governo, acusava Norton de Matos de subversivo com apoio dos comunistas, de ter ligação com a maçonaria e com elementos anticlericais. Tais denúncias levaram Matos a desistir de concorrer à presidência, e desestruturou a oposição em Portugal. ROSAS, Fernando (Coord.). *O Estado Novo (1926-1974)*. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.407-408. LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico**. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.406.

da oposição saíram de Portugal, nem todos escolheram o Brasil como refúgio, pelo menos num primeiro momento, houve os que escolheram outros países da Europa, como a França, por exemplo, ou da América – Argentina, Venezuela, Uruguai e Estados Unidos.

Dois importantes acadêmicos filiados ao Partido Comunista Português, Joaquim Barradas de Carvalho e Vitor Ramos, foram para a França na década de 1940, antes de se exilarem no Brasil. Joaquim Barradas de Carvalho era natural de Arroios, Alentejo, nascido em 13 de junho de 1920. Em 1942 se filiou ao PCP, e em 1945 assinou a lista do MUD. Como militando comunista, desde o início, cuidou da logística da distribuição do jornal do partido, *Avante*, que era produzido clandestinamente. O cuidado em trabalhar de maneira sigilosa garantiu o seu anonimato por dez anos, até que, em 1952, apareceu uma pequena referência à sua pessoa nos arquivos da PIDE.³⁴⁶

Em 1945, mudou-se para Paris, onde foi aprimorar os seus estudos e se ligou a importantes personalidades da intelectualidade francesa, como o historiador Fernand Braudel, de quem se tornou discípulo e amigo. Mesmo estando fora de Portugal, não deixou a sua militância política. Retornou a Portugal em 1951, onde intensificou suas atividades de oposição, participando de manifestações contrárias ao governo. Em 1957, durante a campanha eleitoral, assinou um documento contrário à censura, o que demonstrou a não preocupação em manter suas atividades na clandestinidade. Porém, o resultado da eleição à presidência da República, com a derrota fraudulenta de Humberto Delgado, decepcionou-o, fazendo com que retornasse à França, em 1958.

Em 1962, entrou clandestinamente em Portugal, participando indiretamente do Assalto ao Quartel de Beija, um frustrado levante militar liderado pelo capitão Varela Gomes. Tal atitude de Barradas de Carvalho, apesar de não apoiada pelo PCP, estava dentro da mudança de postura defendida pela cúpula do partido, que, a partir dos anos 1960, deixou de acreditar numa mudança pacífica, passando a defender as lutas de massas para derrubar o salazarismo.³⁴⁷

A vigilância sobre ele se intensificou, mesmo vivendo em Paris, agentes da PIDE o controlavam. Havia contra Barradas de Carvalho uma ordem de captura, e uma pressão do Ministério da Justiça cobrava a execução dessa ordem.

³⁴⁶ ARRUDA, José Jobson de Andrade. Barradas de Carvalho nas Lentes da PIDE. In: MATOS, Maria Izilda S.; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Orgs.). **Deslocamentos e História: os portugueses**. Bauru, SP: Edusc, 2008, p.371.

³⁴⁷ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.178-179.

A ordem de captura transfigura os horizontes de Barradas. Nem mesmo Paris se lhe afigurava segura. Agentes da Pide estavam em todos os lugares. Apesar de dar continuidade às suas pesquisas sobre a cultura renascentista portuguesa, de contar com o apoio decidido de Fernand Braudel, precisava de algo mais seguro do que a simples condição de bolsista de agência ou de instituições de fomento à pesquisa.³⁴⁸

Em 20 de março de 1964, diante do perigo de ser preso, desembarcou com sua família do navio “Giulio Cesare”, em Santos³⁴⁹, na condição de exilado, com passaporte francês, respondendo ao convite do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).³⁵⁰ Seu contrato como professor visitante, porém, demorou meses para ser assinado, passando por um longo processo burocrático, consequência da política implantada pelo Governo Militar no Brasil. Até novembro desse mesmo ano, Barradas, esposa e dois filhos conseguiram se manter graças às remessas enviadas por seu pai de Portugal.³⁵¹

Permaneceu no país por um curto tempo de seis anos³⁵², mas participou de diversas atividades de resistência junto ao grupo de oposição antissalazarista em São Paulo. Embora fosse um militante comunista, manteve boas relações com a maioria dos exilados, “extremamente aberto a outras frentes de pensamento progressista”³⁵³. No tempo em que aqui permaneceu, colaborou na organização de eventos e, principalmente, na produção de artigos para a sua coluna “O Obscurantismo Salazarista”, nos quais criticava o cerceamento da liberdade intelectual pelo Estado Novo português, publicados no jornal *Portugal Democrático*.

A PIDE, mesmo no Brasil, manteve agentes e troca de informações com órgãos policiais daqui, monitorando as atividades não só de Barradas de Carvalho como da oposição antissalazarista de São Paulo, em geral. O mesmo fez o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), a polícia política de São Paulo, que manteve sob vigilância os

³⁴⁸ ARRUDA, José Jobson de Andrade. Barradas de Carvalho nas lentes da PIDE. In: MATOS, Maria Izilda S.; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Orgs.). **Deslocamentos e História: os portugueses**. Bauru, SP: Edusc, 2008, p.375.

³⁴⁹ Ficha de Estrangeiro - Joaquim Manuel Godinho Braga Barradas de Carvalho. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³⁵⁰ Sua esposa, Maria Margarida Cambon Brandão Barradas de Carvalho, deu aulas de Historiografia e Teoria da História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). ARRUDA, José Jobson de Andrade. Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo). In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira. **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru, SP: Edusc, 2003, p.128-129

³⁵¹ ARRUDA, op. cit., 2008, p.375. ARRUDA, op. cit., 2003, p.128-129. MOTA, Carlos Guilherme. Joaquim Barradas de Carvalho. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1994, p. 291.

³⁵² Após seis anos, Joaquim Barradas de Carvalho e sua família retornaram à França, por intermédio de Fernand Braudel, que lhe arrumou uma colocação no Centre National de la Recherche Scientifique. ARRUDA, op. cit., 2003, p.129.

³⁵³ MOTA, op. cit., p.290.

antissalazaristas. Joaquim Barradas de Carvalho, logo da sua chegada, em 1964, já foi motivo de investigação, e a sua condição de membro do Partido Comunista Português instigou ainda mais as preocupações dos órgãos de vigilância brasileiros.

Em 27 de abril de 1964, um informe do Ministério da Guerra, intitulado “Comunistas na Universidade de São Paulo”, descrevia as atividades de um “Dispositivo comunista da Universidade de São Paulo” composto por alunos e professores – chefiado pelo professor do Departamento de Física, Mário Schemberg (que nessa época foi detido pelo DEOPS). Esse “dispositivo” utilizava a sede do grêmio da Faculdade de Filosofia, localizada na Rua Maria Antônia, para guarda de documentos sigilosos, e as reuniões do grupo se realizavam no Centro de Estudos Históricos Affonso d’E. Taunay, situado no bairro do Butantã, na Cidade Universitária. No informe constava uma listagem dos membros do dispositivo, entre eles Joaquim Barradas de Carvalho:

[...]

3. Dispositivo: Integram o comando do dispositivo comunista da USP, os seguintes elementos:

[...]

3.19. Prof. Barradas de Carvalho:

Comunista português que acaba de chegar para explicar Ibérica, proposto pelo comunista professor Vitor Ramos da Faculdade de Assis, ao outro comunista ou inocente útil Eurípedes Simões de Paula, já mencionado. Os comunistas do Departamento de História, já mencionados, anularam as negociações já concluídas com o professor anticomunista Fernando, da Universidade de Valência, na Espanha, e trouxeram este comunista, que ignora por completo a matéria pela simples razão de ser comunista, demonstrando mais uma vez, que para os comunistas não interessa a ciência e sim unicamente o partido.³⁵⁴

Pode-se notar no documento citado, e em outros produzidos pelos órgãos de vigilância, que havia uma preocupação em torno desses exilados. A maioria desses indivíduos esteve sob controle policial, mas não se constatou, em momento algum, nenhum registro documental de prisão ou nenhum tipo de prática punitiva contra esses sujeitos. A abordagem expressa no documento era reflexo do alinhamento do governo brasileiro, na época, com os Estados Unidos, dentro da política da Guerra Fria instituída após a Segunda Guerra Mundial, que levou, entre outras coisas, à ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, em 1947, com a intensificação da vigilância aos comunistas, e ao endurecimento da repressão a eles, com o advento do Golpe Militar, em 1964.

³⁵⁴ Informe do Ministério da Guerra, 27/04/1964. “Comunistas na Universidade de São Paulo”. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 50-Z-9-3.496.

Nesse mesmo fragmento documental há referência a Vitor Ramos, que, nessa época, era professor na Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), na cidade de Assis. Ele também um membro do PCP e exilado antissalazarista. Vitor de Almeida Ramos nasceu em Lisboa, em 25 de abril de 1920. Em 1940 entrou para o Partido Comunista Português, pertencendo também ao MUD, em cujo movimento estudantil teve grande atuação.³⁵⁵ Entre 1945 e 1950, cursou a Faculdade de Letras de Lisboa, formando-se em Filologia Românica; foi nessa época que conheceu e tornou-se amigo de Joaquim Barradas de Carvalho.

Na década de 1950, partiu para a França, onde fez o seu doutoramento, em Paris, na Sorbonne, entre 1952 e 1954. No tempo em que permaneceu na França participou, em 1953, da organização do Festival da Juventude Comunista, era o contato do PCP em Paris para recepcionar os jovens que vinham de Portugal. Foi nesse evento que conheceu Dulce Helena Pessoa, na época, estudante brasileira de História da USP, com quem iria se casar, em dezembro de 1955.³⁵⁶

Ao se formar, percebeu que não havia condições de retornar a Portugal, a PIDE, assim como ocorria com Barradas de Carvalho, mantinha-o sob vigilância. Optou por vir para o Brasil, desembarcando no porto de Santos, em 14 de julho de 1955.³⁵⁷ Para tal escolha não pesou somente a procura de liberdade, mas o relacionamento com Dulce Pessoa. Aqui no Brasil, lecionou Literatura Francesa, na UNESP de Assis, na USP e, durante um curto período, na Universidade da Califórnia, em Davis, nos Estados Unidos (1968-1971), quando a repressão ao movimento estudantil tornou-se mais pesada.

Vitor Ramos foi uma figura de destaque na luta antissalazarista no Brasil. Coube a ele, e a Manuel Ferreira Moura, que fora operário em Portugal, uma posição de destaque na fundação, junto a outros exilados, do jornal de oposição antissalazarista *Portugal Democrático*, em 1956. Convém ressaltar que, embora ele e Ferreira Moura fossem comunistas, foi objetivo defendido por Vitor Ramos que o *Portugal Democrático* congregasse todos os opositoristas do salazarismo.³⁵⁸ Porém, em alguns períodos, por divergências, membros do jornal acabaram por se afastar, como em março de 1963, quando Casais Monteiro, Jorge de Sena Paulo de Castro, Fernando Lemos e Maria Archer deixaram o

³⁵⁵ OLIVEIRA, Fábio Ruela de. As contribuições de Vitor Ramos para o colapso do salazarismo (1955-1974). **Tempo, Espaço e Linguagem**. Irati - PR, v. 5, n. 2, mai.-ago. 2014, p. 97.

³⁵⁶ Idem. Portugueses no Brasil: as trajetórias de Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vitor Ramos (1954-1974). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH. São Paulo, jul./2011.

³⁵⁷ Ficha de Estrangeiro - Vitor de Almeida Ramos. Delegacia Especializada de Estrangeiros. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.familysearch.org>.

³⁵⁸ RODRIGUES, Miguel Urbano. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira. **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru, SP: Edusc, 2003, p.183.

Conselho da Redação, devido ao veto, pelo grupo hegemônico do PCP, a um artigo de Casais Monteiro.³⁵⁹

Faleceu em 03 de maio de 1974, vítima de um aneurisma, quando falava ao telefone com o professor Antônio Cândido, dias após a Revolução dos Cravos. A ele foi prestada uma justa homenagem durante as manifestações ocorridas na USP em apoio ao fim do Estado Novo português.

A oposição em São Paulo organizou diversas atividades públicas com o objetivo de esclarecer e conquistar apoio à sua causa. Vitor Ramos foi uma figura importante nesses eventos, entre eles um que, diante da grande repercussão, foi descrito pelos agentes do DEOPS, ocorrido entre os dias 22 e 24 de janeiro de 1961, na sede da União Brasileira de Escritores: a I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal. A Conferência contou com a participação não só de espanhóis e portugueses, mas também de brasileiros partidários da causa dos exilados. Vitor Ramos foi um dos oradores do segundo dia:

O orador seguinte, Dr. Vitor Ramos, falou sobre tortura (citou os nomes dos torturados), tribunais fantoches, tribunais militares, com sumário reduzidíssimo em que o réu tem apenas 4 horas para apresentar sua defesa e escolher defensor, entre os três nomes de capitães salazaristas apresentados, falou ainda dos protestos que começaram a surgir entre os camponeses e o clero em geral, desde o heróico Bispo do Porto ao mais humilde vigário de aldeia.³⁶⁰

Cabe citar ainda um último exemplo, entre vários comunistas antissalazaristas que viveram em São Paulo. Maria de Lourdes Costa Cabral e Abreu Prestes Maia, ou Maria Prestes Maia, nasceu em Alenquer, em 1901, descendente de uma aristocrática família que lhe proporcionou uma educação refinada, desenvolvendo nela um gosto pelas artes. Casou-se, por imposição da família, com um primo, mas o casamento não deu certo, e eles vieram a se divorciar. Rejeitada pela família, acabou por ingressar na carreira teatral, como cantora e atriz.

Foi no final dos anos 1920, como membro de uma companhia teatral, que veio para o Brasil. No Rio de Janeiro, onde estava excursionando, conheceu o engenheiro Prestes Maia. Apaixonaram-se, ela abandonou a companhia e mudou-se para São Paulo, onde Prestes Maia

³⁵⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. Vozes Femininas na Luta Antissalazarista: envolvimento de portuguesas e brasileiras (São Paulo, 1950-1970). *História* (São Paulo). Franca, v. 36, 2017, p.7.

³⁶⁰ Dossiês Movimentos da sociedade civil, 1961. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 30-C-1-13.604.

vivia. Maria Prestes Maia se tornaria primeira-dama de São Paulo, já que Francisco Prestes Maia foi prefeito da cidade em dois períodos (1931-1945 e 1961-1965).³⁶¹

Mulher dinâmica, durante grande parte de sua vida se envolveu em diversas atividades, que iam das culturais – como ministrar aulas de dicção, postura e presença cênica a estudantes de teatro, no Teatro Municipal e no Instituto Brasil-Rússia – às políticas, recebendo em sua casa figuras importantes da política nacional, como Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, auxiliando na carreira de seu marido.

Porém, pessoalmente – contrariando as posições do político Prestes Maia –, Maria Prestes Maia tinha uma ligação com os partidos de esquerda, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, principalmente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Não se sabe se em algum momento foi filiada ao PCB, mas mantinha ligações com os comunistas. “Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, era amigo de Maria de Lourdes. Por várias vezes ele esteve hospedado em sua residência, mesmo no período de clandestinidade.”³⁶² Seu nome foi citado várias vezes nas famosas “cadernetas de Prestes”.

Foi membro ativo da Federação das Mulheres do Brasil (FMB), órgão ligado ao PCB. Criada em 1940, a entidade, que reunia mulheres de várias tendências de esquerda, mantinha contatos internacionais com instituições congêneres, defendendo os direitos das mulheres, a paz mundial, a proteção à infância e o combate à carestia. Como membro da Federação, visitou e participou de eventos em países socialistas como a Rússia, Checoslováquia e Hungria.³⁶³

Maria de Lourdes Prestes Maia, que é membro do conselho da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, foi convidada para assumir a presidência daquele organismo, porém, em face de existência de outras tarefas, declinou de tal convite. A esposa do prefeito paulista auxilia financeiramente o PCB e a FMESP.³⁶⁴

Dentro dessa linha de conduta, e como portuguesa, Maria Prestes Maia foi militante da causa antissalazarista, participando de eventos e mantendo contatos com vários elementos da oposição, tanto do Centro Republicano Português como do jornal *Portugal Democrático*. Na I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e

³⁶¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. Maria Prestes Maia, a “primeira operária” de São Paulo: trajetória política e cultural. *Cordis*. São Paulo, n. 12, jan.-jun./2014, p.112-113. CARPITÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Política, Cultura e Arte na trajetória de Maria de Lourdes Prestes Maia. **XXVII Simpósio Nacional de História** - ANPUH. Natal - RN, 2013, p.4.

³⁶² MATOS, op. cit., p.119.

³⁶³ *Ibidem*, p.125.

³⁶⁴ Relatório do Serviço Secreto sobre “comunismo”, 13/04/1961. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 50-J-0-862.

Portugal (22, 23 e 24/01/1961), foi um dos componentes da “Comissão Portuguesa”³⁶⁵; no ato público realizado no Cine Paramount, em 27 de maio de 1962, fez parte da mesa de discussões³⁶⁶, como consta de relatório produzido por agentes do DEOPS, de 28 de maio desse mesmo ano:

Levamos ao conhecimento dessa chefia que, segundo nossos observadores, realizou-se na manhã de ontem, dia 27, das 9:10 às 12:50 horas, no Cine-Teatro Paramount, à Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, o anunciado ato público de solidariedade aos trabalhadores e aos povos de Espanha e Portugal.

Os trabalhos, que contaram com presença de cerca de 900 pessoas (lotando a platéia e os camarotes), foram presididos pelo Deputado Cid Franco, tendo ainda tomado assento à mesa, os seguintes elementos: Dep. José Rocha Mendes Filho; Dep. Germinal Feijó; Dep. Paulo de Tarso; Dep. Jéthero de Faria Cardoso; João Louzada; Gen. Humberto Delgado; Luiz Carlos Prestes; Dr. Walter Dias (advogado da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Jales); Eng. Tito de Moraes (líder do Movimento Português); Antonio Guardiólá (líder do Movimento Espanhol); José Vendral (líder do Movimento Espanhol); Prof. Ênio Sandoval Peixoto; Helena Silveira (presidente da UBE); Maurício Vasconcellos Pinheiro (presidente da UEE); Dolores Mello Vassão (secretária da Comissão Paulista Pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal); Ítala Schwartzmann (presidente da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo); Maria de Lourdes Prestes Maia; Maria Archer (da UBE); Edgar Loenroti; Prof. Florestan Fernandes; os líderes sindicais Pedro Francisco Iovine, Gentil Neves Correia, Floriano Francisco Dezen, José Molenídio, Thimóteo Spínola e José Xavier dos Santos.³⁶⁷

3.3.2 Os republicanos antissalazaristas

Os republicanos antissalazaristas, externamente, opuseram-se em diversas ocasiões à esquerda antissalazarista. O grupo, porém, não era coeso internamente, formado por indivíduos de diversas procedências, de católicos a antigos anticlericais, de conservadores ligados às Forças Armadas a socialistas e seareiros mais à esquerda. Alguns desses republicanos defenderam e promoveram a aproximação com a oposição comunista, como fortalecimento da luta antissalazarista³⁶⁸, outros, pelo contrário, viam no comunismo um

³⁶⁵ Relatório DEOPS-SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 52-Z-0-14.284.

³⁶⁶ FREITAS, Sônia Maria de. **Presença portuguesa em São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p.143.

³⁶⁷ Relatório DEOPS-SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 50-E-29-50.

³⁶⁸ Quando da campanha de Humberto Delgado à presidência da República como candidato dos republicanos, em 1958, os comunistas, vendo o crescimento da popularidade de Delgado, retiraram da concorrência seu candidato, Arlindo Vicente, e se aliaram aos republicanos. Esse acordo, porém, não foi aceito de maneira unânime, nem de

perigo tal qual o salazarismo e contra ele se opunham com veemência. Teve quem, nos momento em que se acirraram as questões sobre a independência das colônias portuguesas, se posicionasse pela emancipação, mas outros, acreditando que as colônias seriam ainda por um tempo indeterminado necessárias para o desenvolvimento de um Portugal pós-Estado Novo, chegaram mesmo a apoiar o governo nas guerras coloniais.³⁶⁹

Os republicanos estiveram, em Portugal, na formação do movimento Reviralista, que tentou por diversas vezes derrubar o Governo Militar e, depois, o Estado Novo de Salazar por meio de revoltas armadas. Foram à dissidência do MUNAF que formou o MUD, em 1945, e tentaram de maneira legal, através das urnas, promover reformas que visavam à redemocratização do Estado. Ambas as tentativas fracassaram. Entre os quadros republicanos estavam figuras que tinham um histórico de defesa da democracia de vários anos, como os acadêmicos Jaime Cortesão, Adolfo Casais Monteiro, Manuel Rodrigues Lapa, George Agostinho da Silva; artistas e escritores como Fernando Lemos, Maria Archer; ex-militares como os irmãos João e Francisco Sarmiento Pimentel, José Sarmiento de Beires e outros.

A oposição republicana foi tão atuante e importante quanto a esquerda antissalazarista, seja em Portugal, seja no Brasil. Aqui em São Paulo, tiveram como primeiro local de reunião o Centro Republicano Português. Nas reuniões do Centro, onde estavam presentes tanto republicanos como comunistas, emergiu a ideia da criação de um jornal de resistência antissalazarista, que foi chamado *Portugal Democrático*. Entre os membros que estavam na base da fundação do jornal, destaca-se a escritora e jornalista Maria Archer.

Maria Archer nasceu em Lisboa, em 1899. Filha de um funcionário do governo, passou boa parte da infância e da juventude em regiões da África Portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau). Casou-se, mas o casamento durou pouco; sozinha, passou a viver de seus escritos como jornalista e escritora.³⁷⁰ Os temas principais da sua produção literária foram o feminismo ou a condição da mulher na sociedade, o ambiente colonial e as questões sociais, todos de alguma maneira ligados às suas experiências pessoais. Durante algum tempo seus livros lhe trouxeram certa notoriedade, por causa das suas abordagens que iam contra os padrões defendidos pelo conservadorismo do Estado Novo, tendo sido alguns

um lado nem de outro. ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.526.

³⁶⁹ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 2. Lisboa: Bertrand, 1996, p.695.

³⁷⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. Vozes Femininas na Luta Antissalazarista: envolvimento de portuguesas e brasileiras (São Paulo, 1950-1970). **História** (São Paulo). Franca, v. 36, 2017, p.8.

de seus livros censurados e apreendidos, como “Ida e volta de uma caixa de cigarros”, de 1938, e “Casa sem pão”, de 1947.³⁷¹

Em 1945 filiou-se ao MUD, foi o início de uma fase mais militante em que as críticas sociais e políticas ao Estado Novo se tornaram mais presentes: apoiou a candidatura de Norton de Matos à presidência da República (1949) e presenciou o julgamento de Henrique Galvão (1953). Foi exatamente a sua participação no julgamento do Capitão Galvão que atraiu a atenção da PIDE. “Durante tal evento, pediu para assistir como jornalista em nome do jornal República e fez anotações dos depoimentos de tudo que via e ouvia. Interrogava os advogados, o réu, e inclusive o juiz.”³⁷²

Sua casa foi invadida por agentes da PIDE, e as anotações sobre o julgamento, apreendidas, como denunciou no artigo “Um caso inédito de perseguição do pensamento”, publicado no *República* de 20 de outubro de 1953. Porém, uma cópia dessas anotações foi enviada a um amigo exilado no Brasil, Tomás Ribeiro Colaço, o que possibilitou a produção do livro “Os últimos dias do fascismo português”, publicado por Maria Archer, no Brasil, em 1959.³⁷³ A pressão em Portugal se tornou cada vez maior, a censura não lhe dava espaço para trabalhar, a escolha foi vir para o Brasil.

Vim para o Brasil tendo chegado dia 15/07/1955, porque já não podia viver em Portugal. A ação da censura asfixiava-me e tirou-me os meios de vida. Apreenderam-me dois livros publicados, assaltaram-me com policiais a casa e levaram-me um original que ainda estava escrevendo, violência inédita em países de civilização europeia.³⁷⁴

Em São Paulo, trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo*, escrevendo crônicas no Suplemento Feminino. Colaborava com artigos para os jornais de oposição *Semana Portuguesa* e *Portugal Democrático*. Ao mesmo tempo mantinha sua produção literária.

Desenvolveu uma intensa atividade de oposição ao salazarismo, que foi além das discussões internas dos grupos de exilados ou dos artigos de jornal que denunciavam as mazelas do Estado Novo português. Maria Archer participou de vários eventos com o objetivo de esclarecer e atrair apoio à causa antissalazarista, que era pouco e mal conhecida pelo público em geral. Essas atividades, por terem sido frequentes, atraíram a atenção e

³⁷¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Vozes Femininas na Luta Antissalazarista: envolvimento de portuguesas e brasileiras (São Paulo, 1950-1970)*. *História* (São Paulo). Franca, v. 36, 2017, p.8.

³⁷² BATISTA, Elizabeth. *Entre a Literatura e a Imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil*. Tese (Doutorado em Letras), Faculdade de Letras da USP, São Paulo, 2007, p.49.

³⁷³ *Ibidem*, p.49-50.

³⁷⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 15 jan. 1956. Apud: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Vozes Femininas na Luta Antissalazarista: envolvimento de portuguesas e brasileiras (São Paulo, 1950-1970)*. *História* (São Paulo). Franca, v. 36, 2017, p.8.

preocupação da polícia política de São Paulo, como demonstrado em um comunicado do Serviço Secreto do DEOPS, de 11 de junho de 1957, intitulado “Assunto sobre a escritora portuguesa, em São Paulo, Maria Archer”:

Levamos ao conhecimento dessa chefia que, ainda em serviço de observação proveniente nos meios estudantis à volta da próxima visita a São Paulo do Gal. Francisco Craveiro Lopes, fomos encontrar, agindo neste mesmo setor e sobre os mesmos motivos, a comunista portuguesa, Maria Archer, que, inclusive, acaba de mandar editar um livro de sua autoria sobre as gentes lusas, em diversos países do mundo.

Segundo estamos informados, na tarde do dia 8 último, Maria Archer telefonou para um dos diretores da UESP, de nome Sérgio Lessa, e em cuja presidência, à Rua Sorocaba, 48, se verificava a primeira reunião ordinária daquela entidade estudantil, solicitando-lhe que lh’a convidasse para assistir tal “meeting” estudantino, o que foi feito.

Em meio aos debates naquela reunião, Maria Archer dizendo visceralmente adversária do atual Presidente de sua pátria, Gal. Francisco Higino Craveiro Lopes, sob a alegação de ter sido uma das vítimas do regime então reinante no país; e, depois de dizer que até sua residência particular houvera sido vasculhada pela polícia portuguesa, a mando do Governo luso, quando lhe furtaram vários originais de sua lavra, pediu que naquela reunião de estudantes se fizesse uma moção de protesto contra a visita do Gal. Francisco Craveiro Lopes a São Paulo, e em repúdio aos gastos excessivos feitos pelo Governo Brasileiro no acolhimento a um ditador estrangeiro. Esta moção, que ali fora redigida pelo estudante Sérgio Lessa, fora aprovada por Gilberto Rogê Ferreira, Elpídio Reali Júnior, Norma Jarnol, João Carlos Aguiar e Luiz Fernando Ribeiro da Silva, contra Joaquim Lima Neto, Firmino de tal, Henrique Bamer e João Gonçalves e uma abstenção. Satisfeita com o resultado da votação, Maria Archer prometeu escrever um livro, dentro em breve, contando a unidade, a combatividade e coragem na luta pelos estudantes.³⁷⁵

Há dois indivíduos que podem ser incluídos como pertencentes à oposição republicana, que viveram no Brasil, tiveram uma presença ativa na oposição exilada, mas se diferenciavam do resto dos antissalazaristas. Eram dois militares dissidentes do salazarismo, o General Humberto Delgado e o Capitão Henrique Galvão, aos quais João Sarmiento Pimentel chamava, em tom crítico, de os “pintãos da ninhada salazarista”, referência a crônicas da antiga Pérsia que contavam a história de pintos que tiveram seus ovos chocados junto ao calor do esterco de cavalos e foram criados sem mãe comendo vermes.

³⁷⁵ Comunicado do Serviço Secreto do DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 50-C-25-321.

As crônicas falavam deles e eu, não sabendo que nome, sem ser desprimoroso, havia de dar àqueles que tinham abandonado a manjedoura do Estado Novo, porque a ração começava a ser escassa ou por outra razão qualquer, lembrei-me de lhes chamar os pintãos da ninhada salazarista. Eles tinham sido educados naquele ambiente pestilento, meio putrefacto, e ficaram com esse estigma de origem, com a marca da fábrica.³⁷⁶

Tanto Humberto Delgado quanto Henrique Galvão vieram para o Brasil numa condição diferente da maioria dos outros antissalazaristas residentes aqui. Eles não vieram como exilados, mas requereram do governo brasileiro asilo político – Delgado, em 1959 e Galvão, em 1961 –, motivados por situações de amplitude internacional.

Humberto da Silva Delgado era natural em São Simão, onde nasceu em 1906. Coursou o Colégio Militar e a Escola do Exército, seguindo carreira na aeronáutica. Em 1926, apoiou o Golpe Militar, passando a se envolver cada vez mais no governo, tendo, já no Estado Novo, exercido cargos na Legião Portuguesa e na Mocidade Portuguesa. Participou, durante a Segunda Guerra Mundial, das negociações para a instalação de uma base militar aliada nos Açores. Foi, entre 1952 e 1957, adido militar em Washington e chefe da missão portuguesa na OTAN.³⁷⁷ Esse seu histórico lhe garantiu muito respeito e consideração entre as fileiras do salazarismo.

Durante a sua permanência em Washington, a visão que tinha do Estado Novo e de Salazar começou a desmoronar. O contato com a sociedade estadunidense, com o modelo de “democracia norte-americana”, fez surgir em Delgado uma nova visão de mundo.

Como já dito, o ano de 1958 seria marcado por agitações que iriam abalar as bases do salazarismo. Nesse ano estava programada a realização da eleição para a Presidência da República; o partido do governo, a União Nacional, estava dividido, uma ala defendia a reeleição do presidente Craveiro Lopes, a outra, que estava ligada a Salazar, era contra, temerária do que Craveiro Lopes e seu aliado o Ministro Marcelo Caetano poderiam fazer se ocorresse a reeleição. Esta indicou o Almirante Américo Tomás, que por fim foi escolhido como candidato.

A oposição, dividida entre comunistas e republicanos, não conseguiu chegar a um consenso para a escolha de um candidato único. O PCP, após várias sugestões, acabou por escolher o advogado Arlindo Vicente como seu candidato. A oposição não comunista se

³⁷⁶ LOPES, Norberto. **Sarmento Pimentel ou uma geração traída**. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”. Lisboa: Editorial Aster, 1977, p.164.

³⁷⁷ LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico**. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.407.

agrupou no Diretório Democrático-Social, que era coordenado por António Sérgio e Jaime Cortesão (que havia retornado do Brasil), formado por antigos membros do Partido Republicano Português, socialistas, monarquistas, alguns segmentos das Forças Armadas e grupos católicos. O Diretório não havia encontrado nenhum possível candidato entre seus membros – Cortesão chegou a ser cogitado, porém, pela sua idade avançada (74 anos), desistiram. Foi quando o Capitão Henrique Galvão, nessa época aliado e amigo de Delgado, sugeriu este nome, a António Sérgio, como candidato à presidência da República. A sugestão foi aceita por Sérgio e a cúpula do Diretório, que desejava alguém de renome que tivesse feito parte do governo e, com isso, pudesse atrair outros dissidentes para o lado da oposição.

A campanha de Delgado cresceu vertiginosamente. Figura ativa, bom orador e carismático, nos comícios e nos discursos atraía um grande número de seguidores. Na fala franca, não poupava ataques ao governo e à pessoa de Salazar. Certa feita, quando perguntado sobre o que faria com Salazar caso fosse eleito, respondeu prontamente: “Obviamente, demito-o!”

O general Delgado iniciou a sua campanha, em 10 de maio de 1958, pautado pelo seguinte plano:

[...] “pátria livre, antitotalitária, cristã, alicerçada na família”, alinhada com o Ocidente; reforma da “política ultramarina”, no respeito pela “unidade de quem e além-mar”; denúncia dos “desmandos oligárquicos”; medidas para assegurar a realização de eleições livres, talvez com maior e mais claro relevo para as reivindicações democráticas (restauração das liberdades, liberação dos presos políticos, extinção dos tribunais plenários, organização de partidos políticos).³⁷⁸

O fortalecimento da figura de Delgado ficou tão evidente que o PCP e Arlindo Vicente desistiram da campanha eleitoral, dando apoio a Delgado, contrariando algumas opiniões tanto de comunistas como de não comunistas.

No dia da eleição, 8 de junho, as previsões não se confirmaram, o governo, manipulando os votos, principalmente em regiões distantes, como nas colônias, onde a fiscalização era quase inexistente, garantiu a vitória da situação: Américo Tomás ganhou com 76% dos votos, contra 24% de Humberto Delgado.³⁷⁹

³⁷⁸ ROSAS, Fernando (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Estampa, 1994, p.527.

³⁷⁹ LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.407.

A derrota não fez com que os ânimos de Humberto Delgado se acalmassem. A repercussão internacional e o apoio popular o levaram a manter uma agenda de atividades, entre discursos públicos, entrevistas, passeatas... Criou ainda o Movimento Nacional Independente (MNI), reunindo os grupos que tinham participado da sua campanha eleitoral. Tais manifestações passaram a incomodar o governo, e a PIDE ficou em seu encalço, ao ponto de tramarem um atentado contra a sua vida, descoberto com antecedência. Temeroso por sua vida e pela de sua família, foi buscar refúgio na Embaixada do Brasil em Lisboa.

Em 12 de janeiro de 1959, Humberto Delgado pediu asilo político à Embaixada do Brasil. O embaixador Álvaro Lins não se encontrava na Embaixada, estava almoçando com Assis Chateaubriand, então embaixador do Brasil em Londres. Foi então avisado por telefone e de pronto autorizou a permanência do General Delgado na Embaixada, antes mesmo de informar o governo brasileiro.

Ao voltar à Embaixada, Álvaro Lins e Humberto Delgado se encontraram pela primeira vez – ambos sabiam um do outro, mas nunca haviam se falado anteriormente. Nesse momento, Delgado expôs a situação que estava vivendo: ameaças contra sua vida, processos e a impossibilidade de deixar o país. Sem outra saída, recorria à Embaixada do Brasil em busca de proteção.³⁸⁰

Álvaro Lins, em seguida, telefonou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pediu uma audiência com o Ministro Marcelo Matias, que o recebeu no fim da tarde. Às 18h30min o Ministro Matias recebeu Álvaro Lins, que informou:

- Meu caro ministro: agradeço mais esta sua cortesia e deferência para comigo; e não sei se o que me cumpre participar-lhe será agradável ou desagradável para o senhor e o governo português. Lamento muito se for desagradável. [...] Vim comunicar-lhe que o General Humberto Delgado procurou-me hoje, faz apenas algumas horas, para solicitar asilo diplomático à Embaixada do Brasil. E lá se encontra neste momento.³⁸¹

O Embaixador Lins chegou a propor ao Ministro que acompanharia pessoalmente ao aeroporto o General Humberto Delgado, embarcando-o com destino ao Rio de Janeiro, de maneira discreta, evitando assim a exposição pública. Para isso era necessário que o governo português emitisse o passaporte e um salvo-conduto a Delgado, liberando-o para viajar.

³⁸⁰ LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.410.

³⁸¹ LINS, Álvaro. **Missão em Portugal.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p.39.

O Ministro Marcelo Matias, surpreso, e visivelmente nervoso, rebateu e criticou Humberto Delgado, como registrou Álvaro Lins em seu diário:

[...] Discorreu longamente sobre a pessoa do General, sobre as baixezas da Oposição e as excelências do Governo. Por fim, colocou a sua posição nestes termos:

- A sua comunicação, Embaixador, enche-me de surpresa. E de indignação contra o General Delgado. Nada existia contra ele, nenhum propósito de persegui-lo ou prende-lo. O seu gesto é uma tentativa de exploração política, e lamento que tenha para isso escolhido uma Embaixada amiga, sobretudo que tenha escolhido a Embaixada do Brasil e o seu atual Embaixador, a quem o Governo português tanto admira e preza. Desse modo, não podemos reconhecer o asilo. Não o reconhecemos de modo geral, em tese, e não o reconhecemos, especificamente, no caso do General Humberto Delgado, por ausência de motivo.³⁸²

Diante da situação tensa que se formou, Álvaro Lins retornou à Embaixada, concedendo, a partir daquele momento, asilo a Delgado. Emitiu um comunicado ao governo brasileiro, informando-o do acontecido e esperando a resposta positiva ou não do Presidente Kubitschek. A atitude do Embaixador era tida como correta, dentro da política externa brasileira, já que o governo brasileiro havia ratificado o Estatuto dos Refugiados, de 1951, e, muito antes disso, o Brasil tinha por tradição o acolhimento de refugiados.³⁸³

Álvaro Lins era um defensor da democracia, jornalista e escritor membro da Academia Brasileira de Letras. Foi nomeado Embaixador do Brasil em Lisboa, em 1956, pelo presidente Juscelino Kubitschek. Mesmo sendo um crítico do governo salazarista, manteve uma relação cordial com o Estado português até o dia 12 de janeiro de 1959.

Apesar da posição favorável do governo brasileiro, Humberto Delgado permaneceu por três meses dentro da Embaixada, em razão do impasse das negociações entre Brasil e Portugal. Por um lado, pela intransigência do governo português; por outro, pela relutância do governo brasileiro em tomar uma atitude mais firme, procurando manter intactas as relações de amizade com aquele país.

No Brasil, movimentações ocorreram contra e a favor à concessão de asilo político a Humberto Delgado. A imprensa brasileira deu grande cobertura ao fato, parte defendendo,

³⁸² LINS, Álvaro. **Missão em Portugal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p.39-40.

³⁸³ Um exemplo disso foi o caso do engenheiro Ricardo Severo (citado neste trabalho), defensor da República, exilou-se no Brasil no fim do século XIX.

parte condenando.³⁸⁴ Os que defendiam ora pressionavam o governo brasileiro, ora criticavam a política do Estado Novo; já a imprensa pró-salazarista acusava o General Delgado de desordeiro, afirmava que desejava somente criar discórdia e divisão interna e externamente, inclusive entre os membros da colônia portuguesa no Brasil – fato que realmente estava ocorrendo.

Políticos como Carlos Lacerda, líder da oposição, defenderam a atitude de Álvaro Lins, propondo que o passaporte do General Delgado fosse entregue em sua residência, donde ele sairia acompanhado pelo Embaixador. Tal sugestão teria desagradado Salazar, que contava com o apoio da oposição brasileira.³⁸⁵ Outros, ao contrário, como o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Negrão de Lima, defensor do governo português, querendo angariar a simpatia dos portugueses, fizeram crer ao Embaixador português no Rio de Janeiro, Manuel Rocheta, que Álvaro Lins era o responsável por todo aquele transtorno. Até mesmo a demora na concessão do asilo tinha a interferência de Negrão de Lima, que ambicionava a Embaixada do Brasil em Lisboa, cargo que assumiu quando da saída de Lins, em 1959.³⁸⁶

Por fim, em meados de abril, o Secretário-Geral do Itamaraty, Mendes Viana, e o jornalista João Ribeiro Dantas chegaram a Lisboa para pôr um fim ao impasse do caso Delgado. Dantas assumiu pessoalmente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal a responsabilidade de levar Humberto Delgado ao aeroporto e embarcá-lo com destino ao Brasil, fato que se concretizou, em 20 de abril de 1959, tendo o General desembarcado no Rio de Janeiro no dia seguinte.

A notícia da sua chegada ao Brasil foi recebida com grande entusiasmo. Os diversos meios de comunicação deram grande destaque à sua pessoa, sendo matéria de capa de revistas e jornais. Foi recebido, ainda no aeroporto, por um grupo de portugueses, que o saudaram com vivas e proferindo frases contra o governo de Salazar.

A oposição estabelecida no Brasil, que se espalhou por várias regiões do país, concentrada principalmente entre Rio de Janeiro e São Paulo, formada por diversas tendências, acreditava que o General Humberto Delgado seria um elemento catalisador das

³⁸⁴ Entre os jornais que defendiam o salazarismo no Brasil estavam “O Globo”, de Roberto Marinho, e “Os Diários Associados”, de Assis Chateaubriand; já entre os opositores tínhamos “O Estado de S. Paulo”, de Júlio de Mesquita Filho, e o “Última Hora”, de Samuel Wainer, entre outros.

³⁸⁵ LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.413.

³⁸⁶ Em 18 de novembro de 1959, a Federação das Associações Portuguesas do Brasil, no Rio de Janeiro, promoveu um banquete em homenagem ao Embaixador Negrão de Lima. PAULO, Heloisa. **Aqui também é Portugal.** A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000, p.556.

forças de oposição.³⁸⁷ A esperança em Delgado era alimentada pela oposição desde a época da campanha eleitoral, a ponto de motivar a fundação, em 5 de outubro de 1958 (data do aniversário da República Portuguesa), na cidade do Rio de Janeiro, da Associação Luso-Brasileira Humberto Delgado, que com sua chegada atraiu muitos filiados.³⁸⁸

Humberto Delgado permaneceu no Brasil por somente quatro anos. Apesar do período relativamente curto, desenvolveu diversas atividades. Suas iniciativas, entretanto, estavam sob a vigilância, em São Paulo, do DEOPS, que tinha muita preocupação com Delgado, já que era uma pessoa com projeção em diversos meios. Tal preocupação se exemplifica com o relatório do Delegado da Ordem Política ao diretor do DEOPS, datado de 28 de julho de 1960:

Senhor Diretor, esta autoridade da Ordem Política, realmente, vem acompanhando as atividades do cidadão português Humberto da Silva Delgado, desde o mesmo chegou ao nosso país, tendo sido ele alvo – e notadamente em nosso estado – de todas as garantias policiais e políticas, muito embora, veladamente, desenvolva atividades políticas [...] em companhia de outros súditos, espanhóis e portugueses, contrários aos regimes em vigor em seus respectivos países.³⁸⁹

Fez viagens ao exterior e contactou grupos de oposição exilados em diversos países. Em 1962 entrou clandestinamente em Portugal e tomou parte da Revolta do Quartel de Beja, permanecendo incógnito por 15 dias, desafiando a vigilância da PIDE. Ainda durante essas viagens, aproximou-se de várias lideranças dos movimentos de independência da África Portuguesa. Foi uma mudança importante, já que até pouco tempo atrás era um defensor da manutenção das colônias.

Essas viagens e os diversos contatos feitos criaram em Humberto Delgado a convicção de que a derrota do salazarismo viria somente através da luta armada, ideia compartilhada com Henrique Galvão e alguns poucos indivíduos da oposição. A defesa da luta armada foi, de maneira geral, criticada pela oposição no Brasil, que defendia o combate ideológico ao Estado Novo, acreditando que era necessário revelar as realidades do

³⁸⁷ LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico**. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.415.

³⁸⁸ PAULO, Heloisa. **Aqui também é Portugal**. A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000, p.550-551.

³⁸⁹ Relatório DEOPS-SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 41-E-5-1.

salazarismo e conscientizar as pessoas; a revolta armada, se viesse, seria de dentro de Portugal, e não do exílio.³⁹⁰

O governo brasileiro, incomodado com as suas atividades dentro e fora do país, acusou-o de utilizar o Brasil como base política e de operações contra Portugal, violando assim o estatuto do asilado. Diante dessas e de outras questões que o afastaram da oposição, deixou o país em dezembro de 1963.³⁹¹ Partiu então para a Europa, ao lado da sua secretária e companheira, a carioca Arajaryr Campos³⁹², visitou países do Leste Europeu e entrou em contato com grupos de resistência; fixou residência em Argel (Argélia), onde teve o apoio do Presidente Bem Bella. Em Argel passou a chefiar a Junta Revolucionária Portuguesa, ligada à Frente Patriótica de Libertação Nacional, que congregava vários grupos de oposição, mas sua permanência foi curta, divergências de opinião e de atuação da Frente fizeram com que Delgado se desligasse do grupo.³⁹³

O General Delgado estava sob vigilância constante da PIDE, desde maio de 1958, quando se iniciou sua campanha à presidência da República. Daí em diante passou a ser monitorado por onde passava; era um elemento perigoso ao regime e precisava ser detido. Em dezembro de 1964, Humberto Delgado se encontrou, em Paris, com Ernesto Lopes Ramos, agente da PIDE, que se fez passar por um advogado antissalazarista. Lá marcaram um encontro, a realizar-se em Badajoz, Espanha, com outros opositores (todos agentes da PIDE), para 13 de fevereiro de 1965.

No dia marcado, Delgado e Arajaryr compareceram à reunião. Quatro elementos da PIDE atravessaram a fronteira com o conhecimento da polícia espanhola e se prepararam para o encontro com Delgado – além de Ernesto Lopes Ramos, Antonio Rosa Casaco, Agostinho Tienza e Casimiro Monteiro –, todos utilizando documentos de identidade falsos. Delgado e Arajaryr foram recebidos por Lopes Ramos, em Badajoz, sendo em seguida levados para as cercanias de Olivença, onde se encontrava o resto do grupo. Acreditando se tratar de uma reunião secreta para discutir questões táticas de luta da oposição, Delgado e Arajaryr caíram em uma cilada, sendo mortos pela PIDE. Os agentes retornaram a Portugal no dia seguinte, e

³⁹⁰ PAULO, Heloisa. **Aqui também é Portugal**. A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000, p.555.

³⁹¹ LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico**. Múltiplos olhares sobre a e/ migração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.419.

³⁹² MATOS, Maria Izilda Santos de. Vozes Femininas na Luta Antissalazarista: envolvimento de portuguesas e brasileiras (São Paulo, 1950-1970). **História** (São Paulo). Franca, v. 36, 2017, p.13.

³⁹³ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.253.

os corpos do General e de sua companheira só foram localizados, em Villanueva del Fresno, em 24 de abril de 1965.

O desaparecimento de Delgado causou estranheza e foi denunciado pela imprensa em geral, levantando diversas especulações.

Partidários do general Humberto Delgado, radicados no Rio, tais como o coronel Francisco Oliveira Pio, o Sr. Ciríaco Geraldês adjunto do Movimento Nacional Independente, o tenente Raul Mendes Silva e o Sr. José Plácido Barbosa, que foi jornalista em Lisboa e antigo secretário do general, durante a sua campanha eleitoral, estão admitindo que o líder da oposição portuguesa tenha sido assassinado na fronteira da Espanha e Portugal ou, na pior das hipóteses, esteja encarcerado em Lisboa com sua secretária e atual mulher, a brasileira Arajarir Campos e mais seis correligionários. (“Gal. Delgado teria sido assassinado em Portugal” – Diário de São Paulo, 07/03/1965)³⁹⁴

Após a descoberta dos corpos, a polícia espanhola foi obrigada a dar início a uma investigação; tudo levou a crer que se tratava de um atentado. A notícia dos assassinatos foi vazada e a imprensa internacional e grupos de direitos humanos cobraram resultados das autoridades.

O governo português foi pressionado, inclusive pelo governo da Espanha, que o havia auxiliado no atentado. Salazar e seus asseclas fizeram de tudo para evitar um escândalo, o que poderia abalar o governo: produziram informações falsas, manipularam a imprensa, subtraíram provas etc. O caso só foi resolvido, com a punição dos culpados, após a Revolução dos Cravos, sendo o acórdão datado de 27 de julho de 1981.

Outra figura importante da oposição, e “pintão da ninhada salazarista”, foi o Capitão Henrique Galvão, figura polêmica que, como Humberto Delgado – de quem foi amigo durante muitos anos –, asilou-se no Brasil, onde viveu até os fins de seus dias. Henrique Carlos Malta Galvão nasceu em Barreiro, em 1895. Incorporou-se ao Exército em 1914, recebendo a patente de capitão em 1934. Participou do Golpe Militar de 1926, fazendo parte da ala de extrema direita do Tenentismo. Entre 1927 e 1949, exerceu diversos cargos ligados à administração colonial: foi governador da província da Huíla, em Angola (1929-1931); representante no Congresso Colonial de Paris (1931); diretor das Feiras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques (1932); diretor da I Exposição Colonial (1934); inspetor superior

³⁹⁴ Relatório DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 50-Z-180-994.

colonial (1936); diretor da Exposição Colonial dos Centenários (1939-1940); e, por fim, deputado por Angola (1946-1949).³⁹⁵

Durante o período em que ocupou cargos ligados à colonização, desenvolveu uma visão crítica da administração colonial. Apesar de ter defendido, por toda a vida, a manutenção das colônias, atacou frontalmente, através de artigos, livros e romances³⁹⁶, desde funcionários mais graduados até os colonos portugueses e os nativos africanos. Para Galvão, o colono português era uma figura degenerada, imoral, que se preocupava somente em enriquecer, sem se interessar pelo progresso nem pelo bom desempenho da Colônia. Isso se dava, dentro de um discurso racista, pelas relações entre brancos e negros. Chegou a ressaltar com desdém o grande número de mulheres brancas “quarentonas” que vinham de Portugal à procura de marido, mulheres essas que não seriam úteis, pois não geravam filhos, preferindo os homens se casarem com nativas jovens, tendo vários filhos mestiços, o que para Galvão era horrível.

[...] o português que vem para a África raríssimas vezes vem com o intuito de se fixar – mais raras vezes ainda com intuito de colonizar. Todo o seu programa consiste em fazer fortuna e voltar rapidamente [...] o português sacrifica-se de tal modo que vive em casas miseráveis, sem conforto, nem higiene [...] desde que tome o quinino, alcooliza-se, vive sem regras, sem moral, sem preocupação [...].³⁹⁷

A culpa por esses problemas era dos órgãos responsáveis pela administração colonial, segundo Galvão, e as constantes queixas e denúncias o levaram, nos fins da década de 1940, a tornar-se um dissidente do regime. Foi preso, em 1952, e condenado a 13 anos por conspirar contra o governo. Estando ainda cumprindo pena, foi internado por problemas de saúde no Hospital de Santa Maria, de onde fugiu, buscando asilo político na Embaixada da Argentina, em 16 de janeiro de 1959. Na Embaixada permaneceu até maio do mesmo ano, quando recebeu um salvo-conduto do governo português que lhe possibilitou viajar para Buenos Aires e de lá, para Caracas.

³⁹⁵ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.378.

³⁹⁶ Entre os seus romances de temática colonial estão “Em terra de pretos. Crônicas de Angola”, de 1929, “O Vélo de Ouro”, de 1933, e “O Sol dos Trópicos”, de 1936. PINTO, Alberto Oliveira. Henrique Galvão *Em terra de pretos* e em conflito com os brancos da Agência Geral das Colônias. **Rascunhos Culturais**. Coxim - MS, v. 1, n. 1, p.123-144, jan.-jun./2010.

³⁹⁷ GALVÃO, Henrique. **Em terra de pretos**. Crônicas de Angola. Lisboa, 1929. Apud: PINTO, op. cit., p.126.

Em Caracas, na Venezuela, existia uma representativa comunidade de exilados portugueses e de espanhóis opositores do franquismo. Em 1959 foi criada a Junta Patriótica Portuguesa. Desse grupo de exilados portugueses e espanhóis formou-se, tendo como um de seus líderes Henrique Galvão, o Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL). Sua primeira e principal atividade foi o sequestro do paquete português “Santa Maria”, intitulado “Operação Dulcinéia”. O plano consistia na tomada de um navio que levaria um grupo de revoltosos à Ilha de Fernando Pó, na costa africana, e de lá para Luanda, onde se iniciaria um levante insurrecional contra os governos autoritários da Península Ibérica.

O início da Operação, como já foi dito anteriormente, estava programado para o dia 14 de outubro de 1960, porém alguns imprevistos financeiros e pessoais fizeram com que fosse adiado para 20 de janeiro do ano seguinte. Nessa data, embarcaram no porto venezuelano de La Guaira, no navio Santa Maria, 20 membros do grupo, junto a 600 passageiros e 350 elementos da tripulação. No dia seguinte, em Curaçao, embarcaram outros quatro tripulantes, sendo um deles o Capitão Henrique Galvão.

A tomada do navio efetivou-se no dia 22, com sucesso, porém uma troca de tiros levou à morte de um oficial e ao ferimento de outro. A preocupação com os passageiros e discussões entre Henrique Galvão e Jorge Sotomayor, líder do grupo espanhol, sobre a reestruturação do plano estancaram a Operação, que se limitou ao sequestro do navio.

A notícia do sequestro logo se espalhou, como conta em suas memórias Miguel Urbano Rodrigues, que esteve no navio como repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*³⁹⁸:

No dia 22 de janeiro de 1961, os telexes da Redação do Estado de S. Paulo, onde me encontrava, começaram a transmitir notícias em cadeia sobre um acontecimento que assombrou o mundo: o “Santa Maria”, o transatlântico português que ligava Lisboa a La Guaira na Venezuela e a Port Everglades, na Flórida, fora seqüestrado, à saída de Curaçao, por um comando de portugueses e espanhóis. O comandante era Henrique Galvão e a organização que assumia a responsabilidade pela Operação Dulcinéia apresentava-se como Directório Revolucionário Ibérico de Libertação-DRIL.³⁹⁹

Nessa época Miguel Urbano era ainda partidário do Capitão Henrique Galvão, mantendo com ele ligação desde sua vinda para a Argentina. A ideia, defendida por Galvão, de que o combate ao salazarismo só seria vitorioso mediante um levante armado contra o regime

³⁹⁸ Miguel Urbano Rodrigues, exilado português, era na época jornalista do jornal *O Estado de S. Paulo*, que, a pedido seu, foi enviado para cobrir o sequestro do Santa Maria, sendo um dos poucos jornalistas que puderam embarcar no navio. RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. Porto: Campo das Letras Editores, 2002, p.203-207.

³⁹⁹ Ibidem, p.202-203.

era apoiada por Miguel Urbano. Chegou mesmo a ser contatado para fazer parte da “Operação Dulcineia”, mas vários imprevistos o impediram de se incorporar ao grupo.

O governo português, apreensivo, alegou que o sequestro era um “ato de pirataria”, pedindo o auxílio de diversas nações, como França e Inglaterra, mas foi uma esquadra norte-americana que respondeu. Ao encontrar-se com o Santa Maria, que nessa altura estava perto do litoral brasileiro, houve um momento de tensão, quando armas foram apontadas ao paquete, mas, apaziguado os ânimos, um oficial norte-americano pôde embarcar e, em conversa com os revoltosos, constatou não tratar-se de “pirataria”, e sim de um ato político.

Os membros do DRIL não foram presos pelos norte-americanos – o governo do Presidente Kennedy, nesse momento, passava a ter interesse nos movimentos de independência da África portuguesa, que estavam se iniciando, e a perceber que o Estado Novo era um entrave para eles –, que conduziram o navio para o porto do Recife, em Pernambuco, aonde chegaram em 4 de fevereiro de 1961. Recém-empossado, o novo presidente Jânio Quadros deu assistência aos passageiros e à tripulação e concedeu a todo o grupo do DRIL asilo político.⁴⁰⁰ Posteriormente, o paquete Santa Maria foi devolvido a Portugal.

O objetivo dos revoltosos não foi totalmente atingido, mas o acontecimento abalou as estruturas do governo português, mostrando de maneira clara que externamente o salazarismo estava caindo no descaso. Henrique Galvão e o “grupo do Santa Maria” de Recife foram para o Rio de Janeiro, e de lá para São Paulo, onde ficaram por um tempo na cidade de Campinas.

A chegada de Galvão ao Brasil causou alvoroço e expectativa entre aqueles que se opunham ao salazarismo. Para pessoas como Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de S. Paulo* – para quem Henrique Galvão trabalhou, escrevendo artigos sobre suas experiências na África –, assim como outros membros da aristocracia paulista, Galvão era como uma espécie de bandeirante moderno.⁴⁰¹ Ao mesmo tempo, afastava-se da oposição de esquerda à medida que propagava, nos diversos eventos em que foi convidado a falar, um discurso de ataque ao comunismo e de defesa do imperialismo português.

Nos seus artigos e entrevistas, Henrique Galvão não abriu muito o leque. Atacou Salazar e o fascismo e contou a aventura do “Santa Maria”. Entretanto, a sua ida à União Estadual dos Estudantes - UEE, em São Paulo, contribuiu para antecipar uma ruptura no DRIL.

⁴⁰⁰ PAULO, Heloisa. O assalto do Santa Maria e o desmoronar do regime salazarista em Portugal. **História Revista**. Goiânia - GO, v. 16, n. 1, p.53-80, jan.-jun. 2011.

⁴⁰¹ RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. Porto: Campo das Letras Editores, 2002, p.219.

Centenas de jovens enchiam a acanhada sede da organização. Esperavam ouvir um revolucionário. Escutaram o discurso murcho de um homem envelhecido que repetiu críticas banais à ditadura portuguesa e defendeu uma saída neocolonial para Angola.

Nesses dias a juventude brasileira acompanhava com emoção os acontecimentos de Angola. O fascismo respondera com uma repressão feroz ao ataque às prisões de Luanda pelo MPLA.

Sobre Galvão choveram perguntas. As respostas foram decepcionantes. Não pronunciou a palavra autodeterminação e rejeitou liminarmente a idéia de independência. [...] Perante a insistência dos estudantes, seu pensamento colonialista e racista veio à tona. Falou de tribos, de povos incapazes de se governar, comparou os negros a crianças, citou nomes gentílicos inéditos para os brasileiros, enalteceu a presença secular dos portugueses. Gelou a assistência.⁴⁰²

Ao contrário de Henrique Galvão, o grupo do DRIL, principalmente Sotomayor e Miguel Urbano – este último que fora convidado a fazer parte do grupo –, acreditava que era necessário buscar e reunir forças junto aos movimentos de libertação africanos, pois a raiz do problema de ambos era a mesma.

Mas parecia-me evidente que para uma organização revolucionária – assim me assumia – com as características e objetivos do DRIL, a África oferecia como campo potencial de acção uma oportunidade para superar o imobilismo de um asilo político tão desmobilizador como o que lhe fora imposto pelo desfecho da Operação Dulcinea.⁴⁰³

Henrique Galvão se afastou, cortando relações com os elementos pertencentes ao DRIL. Uniu-se a outro grupo de oposição, a Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados (FAPLE), órgão que reunia segmentos mais conservadores da oposição no exílio, com o qual Galvão se identificou e desenvolveu suas atividades no Brasil. Segundo ele mesmo esclareceu, em um Termo de Declaração prestado na Delegacia Especializada de Ordem Política, em 20 de novembro de 1962:

[...] deseja esclarecer o seguinte: que a FAPLE (Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados) é um dos corpos orgânicos da Frente Antitotalitária dos Democratas Portugueses, a corrente política majoritária e anti-comunista de oposição ao regime chamado salazarista, tem sua sede em Portugal e inúmeros filiados como o declarante em diferentes e variados países livres da Europa, de África e das Américas; [...]⁴⁰⁴

⁴⁰² RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. Porto: Campo das Letras Editores, 2002, p.220.

⁴⁰³ Ibidem, p.221.

⁴⁰⁴ Prontuário nº 138.130 - “Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados (FAPLE)”. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

A FAPLE e Galvão tinham o apoio do jornal *Tribuna de Portugal*, editado em São Paulo, que se assumia antissalazarista. Embora afirmasse a sua “independência” na produção de reportagens e artigos, grande parte do que era escrito no jornal dizia respeito às atividades da FAPLE, ao próprio Henrique Galvão e a críticas ao comunismo.

O *Tribuna de Portugal* era de propriedade do empresário Abrahão Toga Machado, brasileiro (nascido em Valença do Minho, Portugal), amigo de Henrique Galvão, ao qual ofereceu moradia e auxílio financeiro. Sobre sua pessoa o jornal esclareceu, em 07 de fevereiro de 1963, citando um Termo de Declaração prestado na Delegacia especializada de Ordem Política:

[...] sabendo ler e escrever declarou: que é cidadão brasileiro, registrado [...], no Vice-Consulado Brasileiro de Viana do Castelo; que, como um cidadão livre, é proprietário e diretor do jornal “Tribuna de Portugal”, editado mensalmente, nesta capital, à Rua 24 de Maio, nº 208, 4º andar; que a orientação deste órgão de imprensa é contrária a todos os regimes totalitários, que ainda imperam no Mundo, notadamente em Portugal, Espanha e Cortina de Ferro; que o declarante é visceralmente anti-comunista e, por consequência, anti-totalitário e intransigentemente contrário a todas as forças tirânicas de governação (*sic*) dos povos; [...]⁴⁰⁵

Henrique Galvão era, além de antissalazarista, um ardoroso anticomunista, denunciando com veemência o perigo da aliança entre democratas e comunistas na luta contra o salazarismo. Criticava a “cegueira” dos democratas que não percebiam que o objetivo dos comunistas era tomar o poder em Portugal e na Espanha e implantar um governo autoritário de esquerda. Uma expressão sua, muito interessante, referente ao avanço das oposições comunistas, marcada pela Revolução Cubana que havia ocorrido em 1959, dizia do “perigo da cubanização da Península Ibérica”.

O perigo comunista foi tema recorrente em suas memórias, cujo título revela-se bastante objetivo: “Da minha luta contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal”.

[...] O exemplo mais flagrante desta incompatibilidade e das fraudes que, por vezes, a ocultam, quando, tacitamente, a ocultação convém a qualquer destes extremos totalitários, deu-nos Fidel Castro – que tendo feito com democratas uma revolução contra uma ditadura de tipo fascista e que, para a fazer, se declarou quase misticamente democrata – uma vez no poder a que o levou a vitória alcançada por democratas, não só instala pela força uma ditadura de tipo comunista, como vem orgulhosamente confessar que sempre foi comunista e que

⁴⁰⁵ Prontuário nº 138.130 - “Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados (FAPLE)”. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

apenas se serviu dos democratas enquanto deles precisou; quer dizer: proclamado uma vitória fraudulenta sobre a ingenuidade ou inclarividência democrática.

Portanto, concluir que uma Frente de verdadeiro democratas, nesta emergência, deve ser, além de decidida, para alcançar os seus objetivos democráticos, também clarividente e isenta de dubiedades, para por si se defender das infiltrações e fraudes totalitárias que a podem corromper e desorganizar – nada mais é do que sacar de uma experiência vivida e de claras determinantes ideológicas, conseqüências elementares.⁴⁰⁶

Isso não era, porém, o que defendia a maioria da oposição, pelo menos em São Paulo. Não se encontra nos textos de Vitor Ramos ou Joaquim Barradas de Carvalho, conhecidos membros do PCP, nenhuma sugestão ou defesa da substituição do salazarismo por um governo aos moldes do cubano ou mesmo do soviético. Mesmo quando ocorreu a participação de elementos da oposição em eventos tidos como “comunistas”, como a presença de João Sarmento Pimentel, um democrata, em um evento em homenagem à Revolução Cubana⁴⁰⁷, fez-se referência à adoção da mesma atitude em relação a Portugal.

As atividades de Henrique Galvão foram objeto de críticas e de vigilância das autoridades, que denunciavam suas manifestações políticas como prejudiciais às relações entre Brasil e Portugal, além de incomodar certos grupos estabelecidos no país, notadamente os pró-Salazar. Apesar de ter sido constantemente identificado como anticomunista – em um momento em que o comunismo era uma preocupação constante das autoridades, num ambiente de Guerra Fria –, Galvão e a organização que coordenava, a FAPLE, foram vistos como perigosos à ordem pública, tendo, portanto, seus atos minuciosamente monitorados. Com no informe produzido pelo DEOPS, em 16 de janeiro de 1962, intitulado “Informação a respeito do Capitão Henrique Galvão”.

Levamos ao conhecimento dessa chefia que, o líder revolucionário anti-salazarista, Capitão Henrique Galvão, encontra-se em São Paulo, desde o dia 3 do corrente mês, estando hospedado na residência do Dr. Toga Machado, à Rua Grumixamas, nº 245 – bairro do Jabaquara, sendo o Dr. Toga Machado amigo de infância do revolucionário português e um dos coordenadores do movimento anti-salazarista em São Paulo.

Nas observações procedidas na mencionada residência, pode-se, pela movimentação de pessoas e, principalmente de carros, quer durante o dia ou a noite, é possível prever que ali funciona um poderoso “Q.G.” político.

⁴⁰⁶ GALVÃO, Henrique. **Da minha luta contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal**. São Paulo: FAPLE, 1965, p.72-73.

⁴⁰⁷ Relatório DEOPS-SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 50-C-22-646.

O prédio em questão é grande, construção de três andares, contendo nos fundos três grandes garagens, completamente isolado e cercado por uma verdadeira mata.

O movimento de pessoas no interior do prédio é grande, notadamente, em uma das salas, onde, pelo seu aspecto, mesas, máquinas de escrever etc., deve servir de “escritório” do possível “Q.G.”.

Informamos ainda, que hoje, dia 16, cerca das 11:30 horas, deixaram àquela residência, rumo a cidade, três carros completamente lotados de elementos que saíram do prédio em questão. Dos três carros, devido a localização da residência, só foi possível notar a chapa de um deles, qual seja, o de número 7-16-01 – Chevrolet 51, cor azul claro, registrado na DST em nome de Tereza Della Santa, com residência à Rua Baltazar Lisboa, nº 98 – Vila Mariana.⁴⁰⁸

A firmeza e altivez de Henrique Galvão foram importantes no Assalto do Santa Maria, mas, somadas à intransigência marcada por uma postura conservadora em relação aos comunistas e à questão da autodeterminação dos povos da África portuguesa, fizeram com que se isolasse de grande parte da oposição em São Paulo. Colocado no ostracismo, limitou-se às ações junto aos membros da FAPLE, até sua morte, em 1970.

3.3.3 Os “rachas” da oposição⁴⁰⁹

Como já foi dito, os grupos de oposição antissalazaristas eram heterogêneos, formados por indivíduos de ideias e posturas opostas, republicanos e monarquistas, comunistas e liberais, católicos e não católicos etc. Porém, foram as discussões a respeito da organização e das diretrizes a serem tomadas pela oposição que levaram às divisões entre os exilados.

Os republicanos ou liberais foram os primeiros a chegarem ao Brasil – Jaime Cortesão e os irmãos Sarmiento Pimentel já estavam aqui em 1940. Em São Paulo se reuniram no Centro Republicano Português, angariando apoio de alguns elementos da sociedade. Os comunistas, que começaram a vir para o Brasil com uma frequência maior a partir do final da década de 1940, e principalmente da década de 1950 para frente, eram em sua maioria mais organizados. Os filiados ao PCP vieram com uma experiência organizacional adquirida nas

⁴⁰⁸ Informe DEOPS - “Informação a respeito do Capitão Henrique Galvão”. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 50-E-29-44.

⁴⁰⁹ Aqui o objetivo é discutir as divergências entre os antissalazaristas ocorridas no Brasil, particularmente em São Paulo. Tem-se noção de que tais divergências ocorriam em Portugal e em outros lugares de exílio. A criação do MUNAF e do MUD ou mesmo as questões relativas à eleição presidencial de Humberto Delgado, já aqui discutidas, são exemplos de disputas entre antissalazaristas republicanos e comunistas. Sobre essas questões vide: MARTINS, Susana Maria Santos. **Exilados portugueses em Argel**. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

atividades partidárias, isso deu a eles uma posição de destaque em relação ao resto dos exilados, reunidos todos em torno do Centro Republicano.

Foram dois comunistas, Vitor Ramos e Manuel Ferreira Moura, que tiveram a ideia de criar o jornal *Portugal Democrático* como um veículo de difusão da luta antissalazarista em São Paulo. Porém, como já foi dito, era vontade de Vitor Ramos, e assim foi por alguns anos, que todos da oposição fizessem parte do jornal.

Dos escritores, jornalistas e artistas se pode dizer que todos colaboravam no *Portugal Democrático*, participando com níveis de intervenção diferentes em campanhas, lutas e iniciativas em que o jornal foi o grande organizador e dinamizador, como as campanhas de apoio financeiro aos presos políticos em Portugal. A diversidade dos quadros que passaram pelo PD refletiu naqueles anos não apenas o programa da oposição portuguesa no Brasil como a sua complexa geografia política marcada por profundas divergências ideológicas.⁴¹⁰

A direção do *Portugal Democrático* esteve nas mãos dos comunistas, esse controle causou algumas vezes atritos e rachas, como em certa ocasião, poucos anos após a criação do jornal, em que um texto de Casais Monteiro foi criticado pela direção, que se negou a publicá-lo. Tal fato levou à saída de Casais Monteiro, e de outros colaboradores, como Maria Archer e Jorge de Sena, do jornal.

Para Miguel Urbano, a organização da oposição era fraca, faltando a ela uma maior coesão que pudesse suprir as falhas e as carências da luta. Os avanços se deram mais por iniciativas individuais do que do grupo.

No Brasil havia muitos portugueses antifascistas, mas não uma oposição minimamente organizada. Além do *Portugal Democrático*, [...] só existia o *Centro Republicano*, o qual, pelo seu carácter amplamente unitário, era mais um local de convívio de anti-salazaristas do que um instrumento de acção política. No Rio o núcleo dos democratas portugueses era muito débil.

[...]

Quanto mais crescia a oposição mais heterogênea era a sua composição ideológica. O exílio agravava as insuficiências e despreparo que os seus componentes traziam de Portugal, sobretudo os mais dinâmicos.⁴¹¹

⁴¹⁰ RODRIGUES, Miguel Urbano. *Portugal Democrático – um jornal revolucionário*. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira. **Missão portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.184.

⁴¹¹ Idem. **O tempo e o espaço em que vivi**. Porto: Campo das Letras Editores, 2002, p.151, 154-155.

A espera da vinda de Humberto Delgado levou a um adiamento do processo de ruptura da oposição. Acreditava-se, num primeiro momento, que Delgado seria um catalisador das forças oposicionistas, o que mais tarde, quando ele já se encontrava aqui participando de diversas atividades, revelou-se um grande engano, tanto por parte do grupo de exilados quanto pelo próprio Humberto Delgado. Para os exilados, Delgado, como uma figura de relevo na luta antissalazarista, representaria um símbolo que atrairia a atenção para a causa dos exilados; para o General, ao contrário, os exilados e o Brasil deveriam servir como um trampolim para atitudes mais ousadas através da luta armada que levassem à derrubada do salazarismo.

Os ideais de Delgado tinham o apoio de Henrique Galvão, que pensava da mesma maneira, e atraiu membros da oposição que aqui viviam, como Miguel Urbano, que em determinado momento redigiu um documento, o esboço de um “Movimento Revolucionário”, visando radicalizar a luta antissalazarista a partir do exterior. Exposto tal documento ao grupo de oposição, críticas foram feitas, mostrando a inviabilidade do plano.⁴¹² As divergências levaram Delgado a deixar o Brasil, procurando refúgio e apoio em países da Europa e África.

O mesmo ocorreu com Henrique Galvão. A princípio visto como um herói, como na aventura do sequestro do paquete Santa Maria, com repercussão internacional, passado algum tempo já como asilado político no Brasil, foi se revelando um “conservador”, um anticomunista e um defensor do colonialismo português. Tal posição criou um abismo entre ele e o resto da oposição, inclusive os próprios membros que colaboraram com ele no Santa Maria, o grupo do DRIL, cujos embates constantes levaram à fragmentação do Diretório e sua posterior extinção. Com os exilados anteriormente estabelecidos no Brasil foi ainda pior, pois não aceitava a aliança entre liberais e comunistas, taxando os primeiros de ingênuos por acreditarem no apoio dos comunistas, que se utilizavam deles para objetivos escusos e individualistas.

Esse embate entre Galvão e seus aliados contra a oposição de “esquerda” ou, como ele mesmo dizia, “comunista e filo-comunista” foi constantemente observado pelas autoridades brasileiras, que estavam atentas a essas disputas, pois era interessante para elas a desestruturação da oposição, tida como inconveniente aos interesses conservadores da sociedade brasileira. Segundo o relatório da Delegacia de Ordem Política de 15 de setembro de 1962:

⁴¹² RODIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. Porto: Campo das Letras Editores, 2002, p.179.

Cumpre-nos comunicar a V. S. que a esta Sub Chefia de Ordem Política recebeu a seguinte informação:

No dia 6 de agosto p. findo a chamada “União Democrática Portuguesa”, de inspiração nitidamente comunista, realizou nesta capital uma reunião clandestina [...].

A União Democrática tem com órgão de difusão o jornal português “Portugal Democrático” e se encontra estalado à Rua Conselheiro Furtado nesta capital.

À referida União Democrática Portuguesa pertence o líder oposicionista, conhecido comunista, General Humberto Delgado, atualmente residente no Rio de Janeiro, à Rua Ministro Viveiros de Castro.

Cumpre esclarecer mais que, a FAPLE (Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados) tem com seu principal representante o Capitão Henrique Galvão que se diz anti-comunista, e a referida Frente acha-se presentemente em acirrada luta com a União Democrática Portuguesa, onde militam inúmeros agitadores.⁴¹³

As posições de Henrique Galvão, como indica o documento citado, levaram ao corte de relações com seu antigo amigo e aliado, o General Humberto Delgado, quando este passou a buscar alianças com a esquerda e apoiar as lutas de independência na África. A oposição, de maneira geral, agora via tanto Delgado quanto Galvão como elementos maléficos que, ao contrário das expectativas da maioria, não promoveriam a união ou o seu fortalecimento.

Esses pintãos foram a maior desgraça que podia ter acontecido aos emigrados políticos de S. Paulo. Descontentes, quer pela decadência que o sistema acusava, quer pela perda das posições conquistadas e possuídos da ambição do mando, chegaram àquela terra onde nós vivíamos fraternalmente e numa convivência respeitosa, admirada e louvada, até, pelos próprios adversários políticos, e estragaram tudo. [...] Foram para lá e decidiram intrigar.⁴¹⁴

Temas como a independência das colônias portuguesas e outras, que dividiam as opiniões, foram recorrentes nas discussões dos exilados. A seguir se analisará que temas eram esses e como foram abordados pela oposição exilada em São Paulo.

⁴¹³ Relatório DEOPS-SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP. Documento 41-E-5-7.

⁴¹⁴ LOPES, Norberto. **Sarmento Pimentel ou uma geração traída**. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”. Lisboa: Editorial Aster, 1977, p.165.

CAPÍTULO IV – RESISTÊNCIAS ANTISSALAZARISTAS: ORGANIZAÇÃO, CONFRONTOS E AÇÕES

O grupo de oposição ao sistema vigente em Portugal elencou alguns temas para análise e discussão que estariam ligados, direta ou indiretamente, à problemática do salazarismo. As opiniões dos exilados eram expostas através de órgãos e meios de comunicação, nacionais ou criados pela oposição, que atraíram o apoio de alguns segmentos da sociedade brasileira e internacional. Ao mesmo tempo, foram vítimas de críticas e de ações de grupos que defendiam o salazarismo. Neste capítulo se pretende mostrar que questões eram essas que preocupavam os exilados, como eram tratadas e como se deu essa relação entre os que apoiavam e os que condenavam as práticas dos exilados antissalazaristas.

4.1 ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA: IMPRENSA E COMITÊS

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a receber um número maior de opositores do salazarismo, que foram se reunindo aos que já se encontravam aqui desde o final dos anos 1920, como dito anteriormente. São Paulo foi uma das cidades de maior concentração de exilados portugueses, a oposição se reunia no Centro Republicano Português, órgão criado por portugueses que aqui chegaram na passagem do século XIX para o XX, que se opunham à monarquia. Era, portanto, no pós-guerra, um dos poucos ambientes que defendiam a república e a democracia, que não estava ligado ou influenciado pelo salazarismo ou pelos seus defensores e onde seria possível discutir e expressar livremente opiniões contra o autoritarismo português.

O Centro Republicano se resumia a um local de reunião restrito aos seus membros⁴¹⁵, que, a partir dos anos de 1950, perceberiam a necessidade de ampliar e difundir, além do grupo de exilados, as discussões produzidas por eles visando conquistar cada vez mais adeptos e fortalecer a resistência antissalazarista. Nesse contexto, partiria de Vitor Ramos e de Manuel Ferreira Moura, com a colaboração do grupo de exilados, a ideia de criar o jornal *Portugal Democrático*⁴¹⁶. A direção esteve a cargo dos comunistas, embora o jornal contasse com a participação de elementos variados da oposição, não importando a posição política.

⁴¹⁵ RAMOS, Ubirajara Bernini. “**Portugal Democrático**” – Um jornal de resistência ao salazarismo publicado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2004, p.86.

⁴¹⁶ O *Portugal Democrático* não foi o primeiro jornal da oposição portuguesa no Brasil, no Rio de Janeiro foi criado, nos anos 1930, o jornal *Portugal Republicano*, com a participação de muitos exilados, inclusive os que

Houve, entretanto, períodos de tensão motivados por certos posicionamentos divergentes dos membros. Em 1961 a influência do PCP no jornal aumentou, causando certos conflitos entre alguns colaboradores, como em março de 1963, quando um texto de Casais Monteiro foi alterado sem conhecimento do autor, levando ele próprio e outros a deixarem o Conselho de Redação.⁴¹⁷ Segundo João Sarmiento Pimentel, isso se deu pela mudança da direção do *Portugal Democrático*, que passou a ser exercida pelo engenheiro Veiga de Oliveira, um exilado recém-chegado que, segundo constava, havia adquirido os direitos de posse sobre o jornal.⁴¹⁸

O *Portugal Democrático* não foi, entretanto, o primeiro jornal criado por portugueses, e para portugueses, em São Paulo. Remonta ao final do século XIX e início do XX a fundação de jornais da comunidade portuguesa, como o *Echo Portuguez* (1897), *O Gaiato* (1905), *A Bandeira Portuguesa* (1908) e a *Revista Portugal e Brasil* (1930). Eram publicações de caráter principalmente recreativo e informativo sobre as atividades da colônia portuguesa no Brasil e notícias de Portugal.⁴¹⁹

O *Portugal Democrático* foi lançado em 7 de julho de 1956, sendo a sua primeira sede o Centro Republicano Português. Para que a ideia do jornal fosse posta em prática, muitos dos membros fundadores tiveram de dispor de seus próprios recursos financeiros para a impressão dos primeiros exemplares. O jornal era mensal (depois passou a ser semanal) e teve a sua última edição em abril de 1975, por pressões do governo brasileiro.⁴²⁰ Sua publicação seguiu quase que ininterrupta por todos os 19 anos de sua existência, somente deixou de circular durante quase um ano, entre agosto de 1957 e maio de 1958, motivado por ameaças dos adeptos de Salazar.⁴²¹

À medida que o *Portugal Democrático* foi se organizando e se consolidando, passou a se difundir para além do eixo Rio-São Paulo, sendo lido não só pelo território brasileiro como em vários países da América, Europa, inclusive Portugal, onde entrava de maneira

viviam em São Paulo. PAULO, Heloisa. **Aqui também é Portugal: A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo.** Coimbra: Quarteto, 2000, p.527.

⁴¹⁷ RAMOS, Ubirajara Bernini. **“Portugal Democrático”** – Um jornal de resistência ao salazarismo publicado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2004, p.113-114.

⁴¹⁸ LOPES, Norberto. **Sarmiento Pimentel ou uma geração traída.** Diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”. Lisboa: Editorial Aster, 1977, p.181-182.

⁴¹⁹ SOUZA, Marcelo Cintra de. **A Imprensa Imigrante: trajetória da imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo.** São Paulo: Memorial do Imigrante, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p.95.

⁴²⁰ Em abril de 1975 a gráfica e o distribuidor passaram a ser ameaçados de represálias se continuassem as suas atividades com o jornal. RODRIGUES, Miguel Urbano. *Portugal Democrático – um jornal revolucionário.* In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas.** São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.189.

⁴²¹ SILVA, Douglas Mansur. **A Ética da Resistência: os exilados anti-salazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975).** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Unicamp, Campinas, 2000, p.56. RAMOS, op. cit., p.106.

clandestina.⁴²² O jornal passou a receber correspondências de leitores de diversos lugares, não só de portugueses, mas de outras nacionalidades também, mandando sugestões, críticas, opiniões e relatos – alguns publicados no jornal –, o que demonstrava que o *Portugal Democrático* estava atingindo seus objetivos. Para as melhorias o jornal contou com a participação de novos membros, um grupo de jornalistas exilados em São Paulo, alguns funcionários do jornal *O Estado de S. Paulo*, passou a fazer parte do corpo editorial do *Portugal Democrático*.

Miguel Urbano, um dos jornalistas, que já mantinha contato com elementos da oposição, contou em suas memórias como começou no *Portugal Democrático*:

Logo a seguir recebi a visita de dois outros compatriotas que se apresentaram no *Estado* como representantes da oposição democrática portuguesa de São Paulo. Um deles, Vítor Ramos, era professor de Literatura Francesa na Universidade de São Paulo; o outro, Manuel Moura, ex-operário da Soda Póvoa, de Vila Franca, tornara-se no Brasil técnico numa transnacional francesa ligada à indústria do alumínio.

Foram directo ao assunto. Tinham lido os meus artigos e vinham convidar-me para colaborar no relançamento do *Portugal Democrático* e me integrar no núcleo de antifascistas que tinha como pólo aglutinador o Centro Republicano Português, a única associação de portugueses que no Brasil combatia a ditadura de Salazar.

Aceitei. Estava longe de imaginar o papel que o *Portugal Democrático* viria a desempenhar na luta contra o fascismo e o colonialismo.⁴²³

Por uma determinação legal, qualquer meio de comunicação no Brasil – jornal, revista, rádio, televisão etc. – só poderia ser de propriedade e dirigido por brasileiros natos, portanto, “oficialmente” o jornal *Portugal Democrático* pertenceu, primeiramente, a Octávio Martins de Moura. Quando esse faleceu, alguns anos depois, passou o jornal a ser de responsabilidade de Sylvio Band e de Dulce Helena Pessoa Ramos, esposa de Vitor Ramos, sendo o diretor o jornalista Edson Rodrigues Chaves.⁴²⁴

⁴²² A partir de 1959, foi considerado o jornal português com maior penetração entre os exilados antissalazaristas espalhados pelo mundo. RAMOS, Ubirajara Bernini. “**Portugal Democrático**” – Um jornal de resistência ao salazarismo publicado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2004, p.108.

⁴²³ RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. I tomo - Procurando um caminho. Porto: Campo das Letras, 2002, p.149.

⁴²⁴ RODRIGUES, Miguel Urbano. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.185.

Em sua primeira edição (julho de 1956), na página de rosto estavam estampados os seus objetivos e a sua posição, que o norteou por toda a sua trajetória. “Houve quem mudasse de posição, avançando ou recuando, mas nunca o jornal.”⁴²⁵

Perante o aparecimento nas bancas de mais um jornal para os portugueses do Brasil, o leitor certamente perguntará se esta publicação tem uma política e qual a missão que pretende cumprir.

A resposta a estas perguntas cabe em meia dúzia de palavras e constitui todo o nosso programa: a política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são, pura e simplesmente, **servir o Portugal Democrático com verdade e independência.**

Sabemos que se seguirmos à risca tal programa, não nos faltaram leitores, entre os portugueses de boa vontade, espalhados por este Brasil, e os brasileiros que se interessam por Portugal que desejam um órgão que os informe com objectividade, com verdade, com honestidade, sobre toda a situação do nosso país. A cultura portuguesa, que nas últimas décadas tantos atentados tem sofrido, merecer-nos-á especial carinho.

Sabemos que, se não abandonarmos o nosso programa, teremos sempre ao nosso lado os milhares de compatriotas cujo espírito democrático não se deixou abastardar pelos sucessivos anos de uma propaganda deformadora da verdade e distribuída com uma largueza de meios que só tem paralelo na estreiteza de vistas que revela.

[...]

De uma coisa podem estar certos todos os que nos lerem: o *Portugal Democrático* está ao serviço única e exclusivamente, da verdade, da democracia e da independência nacional. Os nossos olhos estarão sempre voltados para o interesse de Portugal. Saberemos contudo fazer a distinção entre os interesses autênticos, permanentes, verdadeiros do nosso povo e as pretensas vantagens trombeteadas aos quatro ventos, por uma propaganda sabiamente orquestrada, cujas mistificações desmascararemos implacavelmente.

Voltando para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui tem pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o PORTUGAL DEMOCRÁTICO.⁴²⁶

O trecho supracitado deixa claro que a função do jornal, e intenção de seus membros, era defender a democracia, combater através de denúncias as práticas autoritárias do salazarista, revelar as mentiras produzidas pelo governo português e, com isso, conquistar o apoio da opinião pública em geral, mas principalmente, como aparece em diversos momentos no texto, atingir os portugueses residentes no Brasil, esclarecendo-os sobre as mazelas cometidas pelo governo vigente.

⁴²⁵ RODRIGUES, Miguel Urbano. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas.** São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.184.

⁴²⁶ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Posição”. São Paulo, Ano I, n. 1, jul./1956, p.1. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0008), Portugal.

Nessa época, o conhecimento que se tinha sobre a situação de Portugal era escasso, e as informações que circulavam com mais frequência eram as autorizadas por Portugal, difundidas via embaixada e consulados para as casas de cultura e através dos jornais da colônia partidários do salazarismo, que tinham penetração entre a comunidade imigrante. Tal situação se reverteu quando da campanha e seguida derrota de Humberto Delgado na eleição para Presidente da República de Portugal, em 1958, que teve repercussão internacional, estimulando o interesse da opinião pública.

O *Portugal Democrático* lutou para quebrar essa barreira imposta pelos defensores do salazarismo, que o criticavam acusando-o de “antipatriótico”, pois atacava o governo de Portugal. Por sua vez, o jornal procurou sempre esclarecer que combatia o governo vigente, e não a pátria, e buscava defender o povo que era oprimido por um governo que não o representava. Entretanto, era difícil compreender para uma comunidade na sua maioria pouco instruída e vivendo longe da terra natal havia muito tempo, a imagem que se tinha de Salazar era algo construído e mitificado.

O jornal *Portugal Democrático* esteve sob vigilância da Polícia Política, o DEOPS-SP, por diversas vezes, como no caso do ofício de 28 de dezembro de 1967, do Departamento de Polícia Federal, endereçado ao Diretor do DEOPS, no qual eram solicitadas informações sobre o jornal e alguns de seus membros.

Pelo presente reitero a V. S^a., as providências solicitadas pelo of. n.º 219/SOPS/Sec., datado de 7 de novembro último, no sentido de mandar informar com possível urgência a esta Repartição, os Antecedentes Políticos de Otávio Martins de Moura, diretor responsável do mesário “Portugal Democrático”, bem assim dos senhores José Urbano Rodrigues, Carlos Cruz, Manoel Ferreira de Moura e João Pimentel, cujos nomes e qualificações constam do termo de declarações que este acompanha.

Outrossim, seja informado se o SS desse Departamento recebe o referido mesário e se é verdade a assertiva de que Otávio Martins de Moura goza de amizade do Exmo. Sr. Cel. Secretário de Segurança Pública.

Motiva este pedido o fato do Sr. Cel. Waldemar Oswaldo Bianco, Delegado Regional deste Departamento no Estado do Paraná ter solicitado a abertura de sindicância para apurar as tendências esquerdistas do citado mesário.⁴²⁷

⁴²⁷ Ofício do Departamento de Polícia Federal, 28/12/1967 - Documento 50-E-3-757. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

Nesse período, em São Paulo, foi criado outro jornal de oposição antissalazarista, o *Portugal Livre*, fundado em 1959 por alguns dissidentes do *Portugal Democrático* que defendiam uma atitude mais agressiva.

[...] Decidimos que teria uma linha editorial revolucionária, mas o debate sobre o seu conteúdo preciso foi adiado. Não suportávamos a linguagem dos republicanos históricos, não acreditávamos na democracia burguesa, nem na tese sobre a desagregação irreversível do fascismo. Defendíamos uma unidade voltada para a acção e não uma unidade imobilista.⁴²⁸

Miguel Urbano Rodrigues e Victor da Cunha Rego já haviam manifestado, através de artigos publicados no *Portugal Democrático*, suas preocupações sobre quais seriam os caminhos a serem tomados após a queda do salazarismo. Para eles, era necessário pensar num plano de ação que tivesse a participação de todos os envolvidos na luta antissalazarista, não importando o viés ideológico.⁴²⁹

[...] Eu tinha lançado no Portugal Democrático, no final de 1958, um desafio. Foi formulado num artigo intitulado “E depois de Salazar?” em que convidava os elementos da oposição emigrada a debaterem o futuro de Portugal após a queda da ditadura.⁴³⁰

Para alguns membros da oposição, a questão crucial do *Portugal Democrático*, na qual todos deveriam se concentrar, era a derrubada do Estado Novo.⁴³¹

O jornal *Portugal Livre*, encabeçado pelos jornalistas Miguel Urbano e Victor da Cunha Rego, tinha como alguns de seus membros o general Humberto Delgado, o capitão Henrique Galvão e o monarquista Tomaz Ribeiro Colaço. Oficialmente, por determinação legal, o proprietário era Celso Ribeiro Bastos, estudante de Direito na época, filho de um próspero empresário português, o comendador Joaquim Ribeiro Bastos, um antissalazarista que apoiava a oposição e ajudou a financiar o jornal. O diretor era o jornalista Cláudio Abramo, colega de Miguel Urbano e Cunha Rego no jornal *O Estado de S. Paulo*.⁴³²

⁴²⁸ RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. I tomo - Procurando um caminho. Porto: Campo das Letras, 2002, p.190.

⁴²⁹ SILVA, Franco Santos Alves da. **O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da oposição ao salazarismo no exílio brasileiro (1958-1961)**. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2012, p.52-53.

⁴³⁰ RODRIGUES, op. cit., p.178.

⁴³¹ SILVA, op. cit., p. 4.

⁴³² Ibidem, p.56-57.

Embora apresentasse uma abordagem mais combativa, divergências entre os membros, principalmente no que dizia respeito à questão colonial – com a posição conservadora de Galvão e, em parte, de Delgado –, fizeram com que o *Portugal Livre* fosse fechado em 1961.⁴³³ Voltava a oposição a ter, em São Paulo, como principal veículo de difusão da luta antissalazarista o jornal *Portugal Democrático*, que já tinha sua estrutura consolidada.

Ainda no intuito de organizar a resistência, foi criado, em 1958, o Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, tendo como sede a redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual alguns de seus membros trabalhavam. O objetivo do Comitê, incentivado pela repercussão do caso Delgado, era criar uma ponte entre a oposição e a imprensa brasileira partidária da causa antissalazarista, como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Última Hora* e a revista *O Cruzeiro*, por exemplo.

A propósito das prisões políticas efetuadas em Portugal no dia 21 o Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão distribuiu à imprensa o seguinte comunicado:

“O governo ditatorial que oprime o povo português há 32 anos acaba de cometer nova e grave violação dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela assembléia-geral da ONU, prendendo, sem culpa formada e sem fornecer para o fato qualquer explicação, quatro das mais eminentes figuras da cultura portuguesa: os Srs. António Sérgio, ex-ministro da Educação e sociólogo de prestígio internacional; Jaime Cortesão, historiador proclamado cidadão benemérito da cidade de São Paulo; Vieira de Almeida, ex-professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa; e Mário de Azevedo Gomes, ex-professor catedrático do Instituto de Agronomia de Lisboa.

[...]

Ao alertar a opinião pública brasileira, é nosso único propósito obter o apoio e a solidariedade de todos os indivíduos e coletividades que se interessam pela defesa da cultura e das liberdades fundamentais. É nesse sentido que vimos solicitar às Universidades e Academias Brasileiras, Associações de Imprensa e de Escritores, e a todos os universitários, escritores e jornalistas em geral, que manifestem publicamente o seu repúdio pela inqualificável violência perpetrada pela ditadura salazarista contra a cultura e o direito através da prisão sem culpa formada de quatro homens que muito tem prestigiado o nome português no mundo.⁴³⁴

⁴³³ RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. I tomo - Procurando um caminho. Porto: Campo das Letras, 2002, p.189-197. RAMOS, Ubirajara Bernini. “**Portugal Democrático**” – Um jornal de resistência ao salazarismo publicado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2004, p.89-91.

⁴³⁴ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “O Protesto do Comitê dos Intelectuais Portugueses”. São Paulo, Ano II, n. 19, dez./1958, p.1. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0152), Portugal.

O Comitê também promovia eventos que atraíam um público diversificado para debates sobre os problemas ligados ao salazarismo. Um desses eventos foi a comemoração do “Cinco de Outubro” (Proclamação da República Portuguesa), realizada no Centro Republicano Português, com jantares que contaram com a presença de personalidades portuguesas e brasileiras.⁴³⁵

Os membros do referido órgão criticavam publicamente as atividades promovidas ou ligadas ao governo português, tanto as realizadas em Portugal como no Brasil, como farsas para criar uma imagem favorável do Estado Novo.⁴³⁶ Principalmente no que dizia respeito às questões culturais, procuravam descredenciar o governo salazarista como um promotor de inovadoras produções e, ao contrário, apontá-lo como cerceador das iniciativas culturais.

O Comitê funcionava como um secretariado de “relações públicas” dos exilados portugueses que atuava em diversas frentes, mantendo contato com várias pessoas e grupos que deram força ao movimento.

Logo que tomou conhecimento do pedido de asilo apresentado pelo capitão Henrique Galvão ao refugiar-se na embaixada argentina em Lisboa, o Comitê dos Intelectuais Portugueses Pró-Liberdade de Expressão telegrafou na própria tarde de 17 de Fevereiro ao Presidente Frondizi. Damos a seguir o texto do telegrama:

“A sua excelência Arturo Frondizi, presidente da República Argentina – Palácio Presidencial – Buenos Aires:

O “Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão”, interprete no Brasil do espírito de resistência de milhões de portugueses que há 32 anos vem lutando para se libertar da ditadura que os oprime, agradece, na pessoa de vossa excelência, o asilo concedido ao capitão Henrique Galvão, gesto que honra as nobres tradições da República Argentina e que Portugal inteiro, comovidamente, sente e aprecia em silêncio.”

(aa) Adolfo Casais Monteiro (escritor), Agostinho da Silva (professor universitário), Carlos Maria de Araújo (jornalista), Carlos Cruz (engenheiro), Carneiro Franco (ex-deputado), Fernando Correia da Silva (escritor), Fernando Lemos (pintor), Fernando Queiroga (oficial do Exército), Francisco Lopes (industrial), Francisco Sarmiento Pimentel (oficial do Exército), João Alves das Neves (jornalista), Joaquim Ferrer (escritor), Jorge Fidelino de Figueiredo (engenheiro), José Pedroso de Lima (ex-diplomata), José Santana Motta (jornalista), Maria Archer (escritora), Miguel Urbano Rodrigues (jornalista), Paulo de Castro (jornalista), Rodrigues Lapa (professor universitário), Santos Baleizão (engenheiro), Vitor da Cunha Rego (jornalista), Vitor

⁴³⁵ RAMOS, Ubirajara Bernini. “**Portugal Democrático**” – Um jornal de resistência ao salazarismo publicado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2004, p.91.

⁴³⁶ SILVA, Douglas Mansur. **A Ética da Resistência:** os exilados anti-salazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Unicamp, Campinas, 2000, p.68.

Ramos (professor universitário), Tomaz Ribeiro Colaço (escritor) e Zaluar Nunes (professor universitário).⁴³⁷

Por último, foi criada a União Democrática Portuguesa (UDP)⁴³⁸, já nos anos de 1960, que substituiria o Comitê dos Intelectuais. Sua criação foi iniciativa do socialista Manuel Tito de Morais com apoio do Partido Comunista Português⁴³⁹, que objetivava a formação de um órgão de caráter político que congregasse toda a oposição, promovendo, de maneira mais ampla que o Comitê, a realização de congressos, simpósios etc., não só com a participação de exilados residentes aqui e brasileiros, mas também integrando, nesses eventos, outros núcleos de exilados da América, Europa e África.

A UDP, visando essa política de integração, passou a produzir um boletim trilingue (português, francês e inglês), que ficou aos cuidados da equipe do *Portugal Democrático*, distribuído em diversos países, informando sobre variados assuntos, mas principalmente sobre algo que adquiriu relevância entre os exilados nesse momento: as guerras coloniais.⁴⁴⁰

A criação e organização da União Democrática Portuguesa foi relatada pelo Serviço Secreto do DEOPS, em 21 de dezembro de 1961:

As forças anti-salazaristas do Brasil (de tendência esquerdista) reuniram-se recentemente no “Centro Democrático Português” (de São Paulo) e decidiram unificar os diversos grupos anti-fascistas e anti-salazaristas numa nova organização, a qual foi denominada “União Democrática Portuguesa”. A referida reunião, presidida pelo capitão João Sarmento Pimentel e que contou com a presença de inúmeros portugueses de todas as classes sociais, aprovou os Estatutos da nova organização e uma Carta de Princípios. O novo movimento anti-salazarista tem por objetivo unificar a luta contra o regime totalitário e fascista de Salazar. Visa também orientar o movimento das forças oposicionistas exteriores e coordenar o apoio político e financeiro para as lutas internas. A nova entidade reconhece o direito à auto-determinação e independência dos povos coloniais e apóia sem restrições à luta heróica e justa dos povos das colônias portuguesas para a libertação, considerando-os fortes aliados contra a ditadura fascista de Salazar.

Na ocasião, foi eleita a Comissão Executiva da “União Democrática Portuguesa”, a qual ficou assim constituída: Presidente: capitão João Sarmento Pimentel; vices: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Paulo de Castro; secretários: Manuel Alfredo Tito de Morais, Augusto

⁴³⁷ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Telegrama do Comitê dos Intelectuais Portugueses ao Presidente Frondizi”. São Paulo, Ano III, n. 22, mar./1959, p.3. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0180), Portugal.

⁴³⁸ Esse órgão nada tem a ver com o partido de mesmo nome criado em Portugal após a Revolução dos Cravos.

⁴³⁹ RAMOS, Ubirajara Bernini. “**Portugal Democrático**” – Um jornal de resistência ao salazarismo publicado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2004, p.94.

⁴⁴⁰ RODRIGUES, Miguel Urbano. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa**: rotas entrecruzadas. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.186.

Aragão e Manuel Sertório; tesoureiros: Carlos Cruz e Joaquim Duarte Batista; vogais: Antonio Ricca Gonçalves, Fernando Lemos, Manuel Mire Dores, Henrique Pereira Santos e João Manuel Tito da Morais. A nova entidade nada tem a ver com o capitão Henrique Galvão, pois, este não reconhece a independência das colônias portuguesas.⁴⁴¹

O espírito de “união” pretendido por seus idealizadores nunca foi pleno, apesar de algumas conquistas e avanços, em razão das dificuldades de conciliar as diversas posições políticas e da relutância em assumir certas posições, como, por exemplo, sobre a emancipação das colônias portuguesas.⁴⁴² Ou mesmo ataques contra a União Democrática feitos por Henrique Galvão através da imprensa, exagerados e desnecessários, só traziam discórdia e abalavam o grupo.

4.2 POSIÇÃO BRASILEIRA: SALAZARISTAS X ANTISSALAZARISTAS

O posicionamento de parte da sociedade brasileira em relação ao salazarismo foi algo que se desenvolveu lentamente, mostrando nuances durante todo o período de vigência do Estado Novo português, quadro motivado por questões políticas, sociais e até mesmo pela falta de informações precisas sobre o assunto.

Durante a vigência do primeiro governo de Getúlio Vargas, seja antes ou durante o Estado Novo brasileiro, as relações com o salazarismo eram as melhores possíveis, com trocas de amabilidades e a colônia portuguesa no Brasil recebendo atenções especiais. Os primeiros exilados, que começaram a chegar a São Paulo no final dos anos de 1920, eram em número pequeno até meados da década de 1940 e, a princípio dispersos, tiveram dificuldade de se organizar. Foram mal recebidos por parte da colônia portuguesa estabelecida e longe da realidade vivida em Portugal, influenciada pela imagem difundida pela propaganda salazarista. A tudo isso se somava a falta de recursos financeiros e, principalmente entre 1937 e 1945, o fato de que se vivia aqui no Brasil sob um regime também autoritário, no qual as liberdades de expressão eram reduzidas.

A partir do final do Estado Novo no Brasil (1945) houve a possibilidade, com a restituição da democracia, de se discutir e se posicionar contra o salazarismo. Nesse período surgiram grupos formados por brasileiros, na sua maioria intelectuais, que se colocavam contrários à política de Salazar. Em São Paulo foi criada a Sociedade Brasileira dos Amigos

⁴⁴¹ Relatório do Serviço Secreto do DEOPS, 21/12/1961 - Documento 41-E-5-5. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

⁴⁴² RAMOS, Ubirajara Bernini. “Portugal Democrático” – Um jornal de resistência ao salazarismo publicado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2004, p.95-96.

da Democracia Portuguesa, presidida por Júlio de Mesquita Filho, diretor-proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Tal sociedade foi investigada pelo DEOPS-SP em 28 de maio de 1947:

Ilmo. Sr. Dr. Delegado Especializado de Ordem Política
 Obj.: Identificar o promotor e responsável pelo anúncio publicado nos jornais “O Estado de São Paulo” e “Correio Paulistano”, com referência a reunião da Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa: - relatório dos investigadores Odiz Panzarini e Paulo Carezatto.
 Comunico a V. S., para os devidos fins, que o responsável pelo anúncio publicado nos jornais “O Estado de São Paulo” e “Correio Paulistano”, com referência a uma reunião da Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa, é o Sr. Alcides Chagas da Costa – residente à rua Desembargador do Vale, nº 80 e com escritório na Praça da Sé, 411 – 1º andar – sala 7, e que ocupa o cargo de vice-presidente da referida sociedade.
 É presidente da mesma sociedade, o Sr. Júlio de Mesquita Filho, diretor do “O Estado de São Paulo”.⁴⁴³

Alcides Chagas da Costa e Júlio de Mesquita Filho, citados no documento, foram pessoas que conheceram as privações impostas por um governo autoritário, e por isso se identificaram com a causa dos exilados portugueses. No caso de Chagas da Costa, fora eleito vereador para a Câmara de São Paulo (1936), mas, por ter se posicionado contra a política de Vargas, teve seu mandato cassado quando da implantação do Estado Novo (1937). Já no caso de Júlio de Mesquita, as consequências foram mais sérias. Em 1930 apoiou Vargas quando este tomou o poder, mas, não satisfeito com as ações do novo governo, passou a fazer oposição a Vargas. Essa atitude levou à sua prisão e exílio, em 1937 – vivendo primeiro na França e depois na Argentina –, retornando somente em 1943. Nesse período o seu jornal foi expropriado da família, sendo somente devolvido em 1945, por determinação do Supremo Tribunal Federal.

Júlio de Mesquita auxiliou alguns exilados dando emprego⁴⁴⁴ e espaço no seu jornal para a publicação de artigos que denunciavam o salazarismo. Por intermédio de Jaime Cortesão, com quem mantinha laços de amizade, os jornalistas Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego, Santana Mota e João Alves das Neves passaram a fazer parte do corpo de contratados do “Estadão”, assim como o capitão Henrique Galvão – cuja postura era

⁴⁴³ Relatório DEOPS, 28/05/1947. Prontuário nº 91.774 - “Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa”. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

⁴⁴⁴ CONCEIÇÃO, Thaís Teixeira Dias da. “**O Obscurantismo Salazarista**”: exílio, periodismo e intelectualidade (Barradas de Carvalho/SP, 1964-1970). Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2016, p.21.

admirada por Júlio de Mesquita –, que, mesmo não sendo jornalista de formação, escrevia artigos para o jornal.

[...] Com satisfação verificou que os sectores anti-salazaristas da direita brasileira o acolhiam também de braços abertos. Júlio de Mesquita Filho e uma parcela da aristocracia paulista identificaram nele (Galvão) um modelo bandeirante, continuador daqueles portugueses de Quinhentos cujos feitos tanto admiravam.⁴⁴⁵

Quando do sequestro do Santa Maria (1961), o jornal *O Estado de S. Paulo*, em defesa do movimento, permitiu que Miguel Urbano fosse até o navio, que se encontrava próximo à costa de Pernambuco, para colher informações e depoimentos dos revoltosos do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) e publicar posteriormente uma reportagem.

Chegar ao “Santa Maria” tornou-se obsessão. Falei sobre o assunto com Júlio de Mesquita Neto – filho de Júlio de Mesquita Filho e director da Redação – e pedi-lhe que me desse carta branca para a tentativa de entra no navio. Mantínhamos uma relação de apreço mútuo. Concordou imediatamente e deu instruções à Tesouraria para me entregar uma elevada quantia.⁴⁴⁶

Entre os órgãos de imprensa e jornalistas brasileiros havia aqueles que se posicionavam claramente em defesa do salazarismo, como o jornal *O Globo*, de Roberto Marinho, e os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand.⁴⁴⁷

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo era dono dos *Diários Associados*, o maior conglomerado jornalístico da América Latina, atingindo seu auge em torno da década de 1950. Figura polêmica, ficou famoso por não poupar ninguém em suas críticas. Simpatizante dos regimes de direita – salazarista confesso –, envolveu-se pessoalmente no caso referente à concessão de asilo político ao general Humberto Delgado, em 1959.⁴⁴⁸ Chateaubriand era na ocasião embaixador do Brasil em Londres, estava em Lisboa no dia 12 de janeiro de 1959 – dia em que Delgado procurou a Embaixada do Brasil –, almoçando num restaurante com Álvaro Lins, então embaixador do Brasil em Lisboa, e mais

⁴⁴⁵ RODRIGUES, Miguel Urbano. *O tempo e o espaço em que vivi*. I tomo - Procurando um caminho. Porto: Campo das Letras, 2002, p.219.

⁴⁴⁶ Ibidem, p.203.

⁴⁴⁷ PAULO, Heloisa. **Aqui também é Portugal**: A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000, p.544.

⁴⁴⁸ LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal**: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.414.

algumas pessoas. Durante o almoço um funcionário do restaurante veio informar que havia uma ligação telefônica urgente para o embaixador Lins.

Dirigi-me à cabine. O telefonema era do Alarico:

- Embaixador, eu acho que o senhor precisa vir aqui, o mais cedo possível, para a Chancelaria.

Pergunto-lhe se chegara algum telegrama urgente do Itamarati.

- Não. Temos um asilado na Embaixada, entrou há poucos minutos.

Surpreendo-me:

- Um asilado, quem é o asilado?

- É o General Humberto Delgado.⁴⁴⁹

Álvaro Lins despediu-se das pessoas que o acompanhavam no almoço, sem dar esclarecimentos, mas a Chateaubriand, de maneira discreta, e em confiança, relatou o acontecido: “Você é muito desconfiado, vou lhe dizer porque não espero a saída do seu avião: aquele telefonema era para avisar-me que o General Delgado entrou na Embaixada para solicitar asilo político.”⁴⁵⁰

O incidente inusitado aguçou o interesse de Chateaubriand, que a partir desse momento passou a fazer tudo o que era possível para tirar proveito da situação. Diante da demora em se chegar a um acordo sobre a autorização para a viagem de Delgado ao Brasil, pois o governo português não reconhecia o pedido de asilo, e o governo brasileiro, relutante, não sabia como resolver, Chateaubriand abandonou a Embaixada em Londres e manteve contato com autoridades portuguesas, ao mesmo tempo que fazia viagens constantes entre Portugal e Brasil, tentando convencer o Itamarati e o próprio presidente Kubitschek de que Álvaro Lins agia de maneira errada em permitir a permanência do general Delgado na embaixada.⁴⁵¹

Chateaubriand, durante as tratativas com o governo português, demonstrava a sua posição e o seu apoio a ele, como se pode constatar nos registros feitos por Álvaro Lins, em seu diário, no dia 13 de fevereiro de 1959:

[...] Desde a sua chegada, notei que ele não viera apenas trocar idéias comigo. Segundo as suas próprias declarações, vi que tinha um objetivo bem mais amplo. Isto é: o de tratar o problema também com as autoridades portuguesas. Chateaubriand manteve conferências com os Ministros Marcelo Matias e Teotônio Pereira, das quais, evidentemente, não participei. Mas, como seria de esperar, nada resultou de prático dessas entrevistas, já que ambos os Ministros

⁴⁴⁹ LINS, Álvaro. **Missão em Portugal**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p.30.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p.31.

⁴⁵¹ MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.612.

limitaram-se a repetir os mesmos argumentos e a fazer as mesmas exigências que me tem sido até agora apresentados. De volta à Embaixada, Chateaubriand informou-me de que havia declarado a Matias e Teotônio, em tom de blague, que a dificuldade de todo este caso estava em que eu era um “*prussiano*” em “*estado de Inconfidência Mineira*”, enquanto que ele, Chateaubriand, era por natureza “*um submisso e um colonial*”. Infelizmente, como os dois Ministros portugueses não têm o mesmo senso de humor do nosso Embaixador em Londres, estas expressões estão sendo tomadas por eles ao pé da letra.⁴⁵²

Mais adiante acrescenta, posicionando-se contrário a Chateaubriand:

Com a mesma maneira espirituosa que lhe é habitual, Chateaubriand, após relatar-me os resultados das suas conversações, só teve a sugerir que eu aconselhasse o General Delgado a ir para casa, como é do desejo das autoridades portuguesas, mas inteiramente contrário à minha orientação no caso, aprovada até hoje pelo Itamarati, inclusive nesse ponto fundamental de que não nos cabe coagir ou influenciar o nosso asilado. Disse eu, claramente, ao meu colega de Londres, que não praticarei nenhum ato de fraqueza ou transigência desmoralizante, e isso não só por mim, desde que não se trata de um problema pessoal, mas porque já estão em causa a esta altura a dignidade e o prestígio do Brasil. Por fim, declarou-me Chateaubriand, com toda a franqueza, que iria sugerir, a Negrão de Lima e ao próprio Juscelino, que me chamassem ao Rio para lá resolvermos o assunto, em conversa conjunta, com a presença dele, Chateaubriand. Projeto, esse, já do conhecimento das autoridades portuguesas. Fiz-lhe então um apelo para que não concretizasse essa *démarche*, uma vez que, em hipótese alguma, eu poderia ir chamado ao Brasil mediante processos que não fossem os de um livre e direto entendimento meu com o Itamarati ou com o Presidente da República. Qualquer expediente contrário a essa norma seria enfraquecer a posição da Embaixada em face do Governo português, dando a este a impressão de que estamos divididos ou divergentes.⁴⁵³

Por fim, concluiu o relato contando que advertiu Chateaubriand, de maneira polida, da necessidade de se conter, não se intrometendo em seara alheia.

No momento do seu embarque, pedi a Chateaubriand, como seu amigo e colega, que desse por encerrada a sua atuação neste caso. Frisei bem que sempre o tinha recebido aqui, e continuaria a fazê-lo, com o maior prazer, mas que o seu regresso a Portugal, para esse fim, seria interpretado, pelos que não conhecem as nossas antigas e amistosas relações, como uma intervenção quase oficial do Embaixador em Londres num assunto que diz respeito exclusivamente à Embaixada do Brasil em Lisboa.⁴⁵⁴

⁴⁵² LINS, Álvaro. **Missão em Portugal**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p.236.

⁴⁵³ *Ibidem*, p.236-237.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p.237.

Paralelamente às conversas com Lins, que se mostravam improdutivas, já que o embaixador do Brasil em Lisboa mantinha firme a sua posição, Chateaubriand passou a publicar artigos, tanto no Brasil como em Portugal, que circulavam livremente com a autorização do governo salazarista, criticando Álvaro Lins e até mesmo o presidente Juscelino.⁴⁵⁵ Entre os meios políticos e diplomáticos comentava-se que as interferências de Chateaubriand, ao contrário do que ele afirmava, mais prejudicavam do que ajudavam as negociações entre os governos do Brasil e de Portugal a respeito do destino de Humberto Delgado. Havia rumores de que Chateaubriand desejava tornar-se o protagonista no processo de asilo político de Delgado, caso o resultado fosse positivo ele receberia os “louros” da conquista; outros diziam que ele almejava o lugar de Lins na embaixada de Lisboa.⁴⁵⁶

As atitudes de Chateaubriand⁴⁵⁷ fugiam ao limite do bom senso e prejudicavam a imagem da diplomacia brasileira. Repreendido pelo Itamarati, retratou-se publicamente através de uma série de artigos em que se declarava inábil para as funções diplomáticas.⁴⁵⁸ Já Álvaro Lins, que além de diplomata era também jornalista e escritor, pode ser considerado o principal protagonista na luta pelo asilo de Delgado no Brasil. Foram três meses de tensão mantendo o general sob a proteção da embaixada, sendo vigiado, de maneira ostensiva, pela polícia política portuguesa, a PIDE.

A partir do asilo do General Delgado, e somente desde então, a sede da Embaixada, aqui na rua Antonio Maria Cardoso, e a Chancelaria, na Calçada dos Caetanos, passaram a ser fortemente vigiadas, dia e noite, por elementos da polícia. Aliás, é uma coisa que sempre estou a perguntar-me e me faz espécie desde o primeiro dia do asilo. Se a posição do Governo português consiste na afirmativa de que nada existe contra o General Delgado, sobretudo, nenhum propósito de prendê-lo, e faz multiplicar-se as declarações de que ele é livre de sair e voltar para sua casa, então, para que todos esses policiais, desde o dia 12 de janeiro, a vigiarem a minha porta, postados ao lado e defronte do edifício da Embaixada? A princípio, isto se verificava somente aqui na residência, onde está Delgado. Agora, tal medida foi estendida à Chancelaria, de maneira bem mais ostensiva e acintosa, com magotes de policiais espalhados como num cerco, já que se trata de um edifício de esquina, com duas entradas principais e outra acessória. Mas há mais: as residências particulares dos Secretários,

⁴⁵⁵ LEITÃO, Alfredo Moreno. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico**. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p.415.

⁴⁵⁶ DELGADO, Humberto. **A tirania portuguesa**. Prefácio, compilação e notas de Iva Delgado e Carlos Pacheco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p.45.

⁴⁵⁷ Apesar de não ter conseguido evitar a saída de Delgado de Portugal, a boa vontade de Chateaubriand para com o Estado Novo português seria recompensada por Salazar, que deu seu nome a uma avenida em Lisboa. MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.612.

⁴⁵⁸ LEITÃO, op. cit., p.415.

ultimamente, também estão com a presença de policiais em vigilância de dia e de noite. Que explicação haveria quanto ao objetivo e necessidade disto em relação à residência dos Secretários? Não haveria nenhuma, a não ser esta mesma, para quem quiser ver, de mais uma medida inamistosa num requinte de hostilidade. Em todos esses casos, que estou aqui registrando, e para evitar dúvidas, haverá de acrescentar-se a circunstância de que não se trata da polícia regular fardada, normalmente de guarda às portas das Missões Diplomáticas, mas sim da fiscalização exercida por agentes à paisana da PIDE, que espionam e controlam, abertamente, todos os movimentos de entrada e de saída, tanto de pessoas como de veículos, com evidente constrangimento para todos, seja para os nossos funcionários, seja para qualquer pessoa que procure a Embaixada.⁴⁵⁹

Álvaro Lins defendeu a democracia e se posicionou contrário à política autoritária de Salazar. Porém, durante os três anos em que exerceu a função de Embaixador do Brasil em Portugal, entre 1956 e 1959, manteve uma relação cordial com o governo português, não deixando que as suas posições viessem a prejudicar o bom relacionamento entre os dois países. Somente a partir de janeiro de 1959, quando se posicionou a favor de Delgado – contrariando algumas autoridades brasileiras – e se expôs publicamente, esse cenário mudou, levando à sua demissão⁴⁶⁰ e, por divergência no andamento do processo de asilo, a se afastar de Juscelino.

Ao voltar ao Brasil, Lins continuou a posicionar-se contrário ao salazarismo, o que fez com que se aproximasse e se relacionasse com a oposição antissalazarista aqui exilada, ao mesmo tempo que passou a criticar o apoio que certos segmentos do governo brasileiro davam ao salazarismo. A ligação com os antissalazaristas lhe proporcionou (ver capítulo 2) o convite para ser o presidente de honra da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, realizada em São Paulo em janeiro de 1960. Sua militância junto aos exilados foi sempre constante. Aliás, a luta de Álvaro Lins contra o autoritarismo e em favor da democracia não se resumiu à resistência ao salazarismo. A partir do Golpe Civil-Militar de 1964, deu apoio a muitos militantes de oposição.⁴⁶¹

Entre os motivos de crítica de Álvaro Lins ao governo brasileiro estava o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal. Esse Tratado, assinado em 1953 durante o governo de Getúlio Vargas, ratificado no governo Café Filho e regulamentado durante o

⁴⁵⁹ LINS, Álvaro. **Missão em Portugal**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p.249-250.

⁴⁶⁰ Lins seria substituído por Francisco Negrão de Lima, então Ministro das Relações Exteriores, um declarado simpatizante do salazarismo.

⁴⁶¹ Em maio de 1964, quando Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro, foi ferido a bala em um cinema e ficou preso dois meses, Álvaro Lins, que era amigo de Marighella, escondeu em sua casa a companheira dele, Clara Charf. “Se havia um fantasma que o escritor não temia, era o das ditaduras.” MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.327.

governo de Juscelino Kubitschek, tinha como objetivo claro dar mais garantias aos imigrantes portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal, mas nas entrelinhas buscava assegurar o apoio do governo brasileiro à causa de Portugal referente à Índia.

Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal

[...]

Artigo Primeiro

As Altas Partes Contratantes, tendo em mente reafirmar e consolidar a perfeita amizade que existe entre dois povos irmãos, concordam em que, de futuro, se consultarão sempre sobre problemas internacionais de seu manifesto interesse comum.

Artigo Segundo

Cada uma das Altas Partes Contratantes acorda em conceder aos nacionais da outra tratamento especial, que os equipare aos respectivos nacionais em tudo que, de outro modo, não estiver diretamente regulamentado nas disposições constitucionais das duas Nações, quer na esfera jurídica, quer nas esferas comercial, econômica, financeira e cultural, devendo a proteção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais.

Artigo Terceiro

No campo comercial e financeiro, levadas em conta as circunstâncias do momento em cada um dos países, as Altas Partes Contratantes concederão todas as possíveis facilidades no sentido de atender os interesses particulares dos nacionais de outra Parte.

Artigo Quarto

O tratamento especial consignado neste tratado abrangerá não só os Portugueses que tenham o seu domicílio no território brasileiro e os Brasileiros que o tiverem em território português, mas também os que neles permanecerem transitoriamente.

Artigo Quinto

As Altas Partes Contratantes, como prova de elevado intuito que presidiu à celebração deste Tratado, permitirão a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil, aos nacionais de outra Parte, observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e proteção da saúde pública.

Artigo Sexto

Os Benefícios concedidos por uma das Altas Partes Contratantes a qualquer estrangeiro no seu território consideram-se *ipso facto* extensivos aos nacionais da outra.

Artigo Sétimo

As Altas Partes Contratantes promoverão a expedição das disposições legislativas e regulamentares que forem necessárias e convenientes para melhor aplicação dos princípios consignados neste instrumento.

Artigo Oitavo

As Altas Partes Contratantes comprometeram-se a estudar, sempre que oportuno e necessário, os meios de desenvolver o processo, a harmonia e o prestígio da Comunidade Luso-Brasileira no mundo.

Artigo Nono

Este Tratado será ratificado, à conformidade com as disposições constitucionais de cada uma das Altas Partes Contratantes, e as ratificações serão trocadas em Lisboa no mais breve prazo possível.

Entrará em vigor, imediatamente após a troca das ratificações, pelo prazo de dez anos, prorrogável sucessivamente por períodos iguais, se não for denunciado por qualquer das Altas Partes Contratantes com três meses de antecedência.
[...]⁴⁶²

A partir do processo de descolonização iniciado no pós-guerra, Portugal passou a ser pressionado para que libertasse suas colônias. Após 1947, quando a Índia se tornou independente da Grã-Bretanha, o governo indiano requisitou a posse das regiões de Goa, Damão e Diu, pequenos territórios sob o controle português. Para o governo de Portugal as possessões indianas tinham pouca importância econômica, mas, na visão de Salazar, dar a independência a essas colônias abriria um precedente para que as outras – principalmente as africanas, que tinham um maior peso econômico – requeressem também sua independência.⁴⁶³ O Brasil seria um aliado forte para enfrentar as críticas da ONU⁴⁶⁴ e de algumas nações – umas menos motivadas por questões humanitárias do que por tirar proveito econômico das futuras nações independentes.

Juscelino Kubitschek de Oliveira e Antonio de Oliveira Salazar possuíam vários pontos em comum em suas trajetórias de vida: ambos tinham uma origem rural e modesta, Juscelino era filho de um tropeiro, Salazar, de um feitor; com sacrifício ambos cursaram a universidade, Juscelino se formou em Medicina, Salazar, em Direito; os dois, por coincidência, tinham como sobrenome paterno “Oliveira”, mas ficaram conhecidos pelos nomes maternos. Pelo temperamento e pela postura política, ambos muito se diferenciavam: enquanto Salazar era um homem reservado, adotava uma postura autoritária e conservadora em questões políticas, econômicas e sociais, tinha um olhar voltado às glórias do passado e se mostrava contrário, quanto possível, a qualquer investimento em modernização ou desenvolvimento, Juscelino, ao contrário, era um homem carismático – o “presidente bossa-

⁴⁶² BRASIL. Senado Federal. Decreto Legislativo n. 59, de 1954. Aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado no Rio de Janeiro, entre os governos do Brasil e de Portugal. Rio de Janeiro, 16 nov. 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declleg/1950-1959/decretolegislativo-59-25-outubro-1954-351002-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

⁴⁶³ GONÇALVES, Williams. Brasil e Portugal nos anos 50: interesses e fraternidade. **Revista da Cátedra Jaime Cortesão**. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 1, n. 1, 1997, p.28.

⁴⁶⁴ “Politicamente excluído do mais importante foro político internacional, em virtude da rejeição da ONU ao seu pedido de entrada, Portugal percebia o Brasil como país fundamental para sua estratégia de defesa do Império Ultramarino.” GONÇALVES, Williams. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. In: SOUSA, Fernando; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Coords.). **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: Fronteira do Caos, Cepese, 2010, p.101. Portugal se candidatou a membro da ONU, uma primeira vez, em 1946, mas, por pressões contrárias da URSS, não foi admitido. Somente em 1955, numa nova candidatura, é que foi aceito, mesmo assim sofrendo pressões de alguns países contra a sua política. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. II. Lisboa: Bertrand, 1996, p.701-703.

nova” – que investia em projetos de modernização tanto econômica como social, tudo isso dentro de uma política democrática.

Apesar das diferenças, o ápice da relação dos dois países se deu durante o governo de Juscelino.⁴⁶⁵ Diante dessas condutas políticas opostas entre Kubitschek e Salazar, os críticos (Lins e outros) não admitiam que o governo brasileiro fosse condescendente e até mesmo apoiasse as atitudes do governo salazarista. O que se cobrava era que Juscelino revogasse o Tratado (atitude que não ocorreu). Tanto a oposição brasileira como a dos exilados antissalazaristas pediam que Juscelino não fosse a Portugal assinar a regulamentação do Tratado, que ocorreria durante as comemorações dos Festejos Henriquinos. Álvaro Lins, em suas memórias, denuncia que o Tratado traria mais benefícios a Portugal do que ao Brasil:

A viagem do sr. Kubitschek a Portugal e a sua assinatura, em Lisboa, de atos regulamentares para a execução do Tratado de Amizade e Consulta – deverão produzir o efeito, ao mesmo tempo mágico e lógico, de abrir o campo, daí por diante, para o movimento contínuo da execução integral de todas as cláusulas em todas as suas conseqüências. Uma delas talvez, no momento, mais sensibilizante para os brasileiros, será tornar possível a tentativa de uma revisão legislativa dentro do Congresso, a fim de que os portugueses da colônia salazarista possam participar da Petrobrás em igualdade de condições com os brasileiros.⁴⁶⁶

O governo português não autorizava que brasileiros investissem economicamente nas províncias ultramarinas. Acreditava-se que o estabelecimento de brasileiros nas colônias poderia levar Portugal a perder o controle sobre elas.⁴⁶⁷

[...] a chancelaria portuguesa em Lisboa ia fazendo presentes, nas negociações e conversações, alguns dos seus pontos de vista prejudiciais aos interesses brasileiros. E isto, precisamente, com base nas *Notas Interpretativas*, pelas quais entendiam eles que, na “comunidade” do Tratado, ficava incluído todo o território brasileiro, para a vantagem política e econômica do Estado português, enquanto na mesma “comunidade” do mesmo Tratado não estariam compreendidos os territórios ultramarinos de Portugal, a única possível vantagem a ser-nos concedida, num mínimo de reciprocidade, mediante alguma influência de nossa cultura e de nossa economia nas colônias portuguesas da África.⁴⁶⁸

⁴⁶⁵ GONÇALVES, Williams. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. In: SOUSA, Fernando; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Coords.). **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: Fronteira do Caos Editora, Cepese, 2010, p. 99.

⁴⁶⁶ LINS, Álvaro. **Missão em Portugal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, v. 1, p. 487-488.

⁴⁶⁷ GONÇALVES, op. cit., p.109-110.

⁴⁶⁸ LINS, op. cit., p.378-379.

A posição do governo brasileiro em apoio à política portuguesa se deu por diversas forças e influências. Entre elas estava uma presença considerável de políticos e autoridades do governo que se posicionavam, de maneira franca ou discretamente, em favor do salazarismo, articulando-se, interna e externamente, para que atitudes do governo brasileiro procurassem beneficiar os interesses portugueses. Dentro do Itamarati havia um grupo pró-Salazar, tendo a embaixadora Odete de Carvalho e Souza como uma de suas principais representantes – Odete costumava repassar informações que fossem convenientes ao governo português aos diplomatas lusitanos.⁴⁶⁹ Muito desse apoio se conseguiria através de “gentilezas” da parte de indivíduos da colônia portuguesa no Brasil, prósperos imigrantes ligados ao salazarismo que, na chamada “diplomacia do vinho do Porto”, atraíam para o seu lado autoridades e notoriedades brasileiras.

Por fim, cabe analisar a posição dos intelectuais brasileiros em relação à política salazarista. A partir dos anos 1950, notam-se com maior frequência manifestações de artistas, escritores, jornalistas, acadêmicos etc., seja através de textos ou da participação em atividades relacionadas ao apoio ou à contestação ao salazarismo. Várias notoriedades, dos mais diversos matizes, manifestaram-se, talvez a mais polêmica delas tenha sido o sociólogo Gilberto Freyre.

Gilberto Freyre foi um dos mais importantes estudiosos da formação e do desenvolvimento da sociedade brasileira. Em seus estudos, analisa a relevância da colonização portuguesa no Brasil, afirmando que o português, ao contrário de outros colonizadores (o inglês, por exemplo), conseguiu relacionar-se de maneira, até certo ponto, harmoniosa com os outros povos que formaram a sociedade brasileira (o índio e o negro), promovendo interações culturais e étnicas; uma sociedade mestiça, em todos os sentidos.⁴⁷⁰ “O tipo de contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis.”⁴⁷¹

Para Freyre, uma sociedade mestiça era algo positivo, e foi possível graças à visão do português, ele mesmo um povo híbrido (europeu, judeu, muçulmano), contrariando as discussões sobre pureza racial e eugenia presentes naqueles momentos dos anos de 1930. Foi da síntese desses estudos que surgiu a ideia do Lusotropicalismo, “[...] portugueses simplesmente portugueses que nos trópicos souberam confraternizar com as gentes e os

⁴⁶⁹ GONÇALVES, Williams. Brasil e Portugal nos anos 50: interesses e fraternidade. **Revista da Cátedra Jaime Cortesão**. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 1, n. 1, 1997, p.31.

⁴⁷⁰ As ideias de Gilberto Freyre a esse respeito aparecem primeiramente em seu livro “Casa-Grande e Senzala” (1933), e depois seguem em “Sobrados e Mucambos” (1936) e em outros trabalhos.

⁴⁷¹ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.255.

valores tropicais”.⁴⁷² Mas é importante salientar que os seus primeiros estudos, a formulação da sua tese, concentravam-se na experiência portuguesa na América (apesar das referências à África e ao Oriente)⁴⁷³, não foi preocupação de Freyre analisar a política colonial portuguesa no resto do império.

Os estudos e os textos de Freyre não atraíram muito interesse do governo português quando vieram a público.⁴⁷⁴ Somente quando os problemas com a preservação do império colonial começaram a se agravar, nos anos 1950, e se necessitava de argumentos que colaborassem para justificar a importância da sua manutenção, foi que se buscou no lusotropicalismo uma explicação teórica.

[...] recorreu a Ditadura portuguesa a uma formulação ideológica mais sofisticada, agora com o tão útil e oportuno suporte achado na colaboração prestigiante, activa, e politicamente assumida por parte do sociólogo Gilberto Freyre (1900-87) [...]⁴⁷⁵

Houve nesse momento uma aproximação formal entre Gilberto Freyre e o governo salazarista. Entre 1951 e 1952, Freyre fez uma viagem por Portugal e pelas colônias (com exceção de Macau e Timor)⁴⁷⁶, a convite de Sarmento Rodrigues, Ministro do Ultramar, com a anuência de Salazar, sendo recebido por autoridades locais, participando de jantares e proferindo palestras.⁴⁷⁷ A viagem de Freyre causou, a princípio, expectativas entre indivíduos tanto da situação como da oposição em Portugal, por questões opostas. Assim como nas colônias uma parcela da população mais instruída, que tivera acesso aos livros e textos de Freyre, acreditava que sua visita daria um alento às reivindicações das populações coloniais.

⁴⁷² FREYRE, Gilberto. “Uma Cultura Moderna: a Lusotropical”. Conferência lida em Goa, no Instituto Vasco da Gama, em novembro de 1951. Apud: FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. São Paulo: Realizações, 2010, p.127.

⁴⁷³ “Definira-se igualmente uma paisagem social com muitas coisas de asiático, de mourisco, de africano: os elementos nativos deformados num sentido francamente oriental e não puramente euro-português; a casa com os bicos do telhado vermelho em forma de asa de pombo lembrando as da Ásia; lembrando também as do Levante com seus abalcoados salientes e suas janelas abertas em losangosinhos miúdos.” FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p.258.

⁴⁷⁴ “Casa-Grande & Senzala” só foi publicado em Portugal em 1957.

⁴⁷⁵ MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. **Revista USP**. São Paulo, n. 45, março/maio 2000, p.49.

⁴⁷⁶ Esse convite a Gilberto Freyre fazia parte dos planos do governo português para estreitar as relações entre Brasil e Portugal. GONÇALVES, Williams. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. In: SOUSA, Fernando; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Coords.). **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: Fronteira do Caos, Cepese, 2010, p.102.

⁴⁷⁷ Os acontecimentos dessa viagem foram relatados por Freyre em seu livro “Um brasileiro em terras portuguesas”.

Trouxe-nos, há tempos, o telégrafo, depois a Rádio e agora a Imprensa, a grata notícia de que V., Gilberto Freyre, nos iria visitar. E nós, que estamos tão pouco ou habituados a ter, entre nós, quem nos compreenda, quem, como V., saiba ver a nossa Terra – que ver não é, simplesmente, olhar –, quem, como V., Gilberto Freyre, saiba compreender o nosso Povo – o bom Povo de Angola, que tantas afinidades tem com o bom Povo do Brasil –, nas suas incertezas, nos seus múltiplos problemas [...]

Mas hoje, que parece que a notícia se confirmou já e adquirimos a certeza de que, em breve – como todos os dias nos repetem as Emissoras –, o teremos entre nós, não conseguimos sofrer a nossa satisfação pelo facto e aqui estamos, prezado camarada da mesma luta, a manifestar-lhe, com toda a sinceridade do nosso desejo de compreensão; com toda a veemência da nossa aspiração por um futuro melhor, mais justo, mais tranqüilo e mais feliz para o nosso bem incompreendido e desamparado Povo, como para todos os nossos irmãos do Mundo –, o nosso Muito Obrigado, por vir.

Efetivamente, V. não é para nós um desconhecido. Há muito que nos habituamos a admirar, no autor de “Casa-Grande & Senzala” e “Sobrados e Mucambos”, um valoroso e combativo soldado da nossa causa – a reabilitação – se tal termo é permitido – dos nossos irmãos negros de todo o Mundo, e um velho amigo.⁴⁷⁸

Após o seu retorno, Gilberto Freyre, em entrevistas, textos sobre sua viagem e no livro “Um Brasileiro em Terras Portuguesas”, mostrou-se simpático à política colonial portuguesa, e ao salazarismo de maneira geral, comparando o que estava sendo feito naquele momento com o que foi produzido no Brasil até o século XIX, e confirmando a ideia do lusotropicalismo presente na índole do colonizador português.

[...] o português soube em tempos extraeuropeizar-se e tropicalizar-se ele próprio. Europeizou e latinizou, e não apenas cristianizou, povos tropicais. Ele próprio, porém, em vez de rigidamente europeu ou imperialmente ibérico, extraeuropeizou-se e tropicalizou-se desde o início de suas aventuras ultramarinas, amorenando-se sob o sol dos trópicos ou sob a ação ou o requinte da mestiçagem tropical. Confraternizou com os povos de cor em vez de procurar dominá-los do alto de torres como que profiláticas onde raça e cultura imperialmente européias se mantivessem misticamente puras. Assimilou desses povos valores que salpicaram de orientalismos, americanismos, africanismos, o próprio Portugal, dando à cultura e, em certas áreas, à própria gente lusitana, uma espécie de vigor híbrido de que o estilo manuelino e a arte indo-portuguesa são exemplos expressivos. Criou um mundo de valores aparentemente contraditórios mas na verdade harmônicos. Um mundo novo, uma civilização nova, uma cultura nova a que por antecipação pertenceram portugueses dos séculos XVI a XVIII para os quais nos voltamos hoje como para

⁴⁷⁸ Carta de Mário de Alcântara Monteiro, em nome do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola, para Gilberto Freyre, de Luanda, 22/09/1951. Apud: CASTELO, Cláudia. Prefácio à presente edição. In: FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. São Paulo: Realizações, 2010, p.25-26.

pioneiros do que pode, ou deve, chamar-se civilização ou cultura lusotropical [...]⁴⁷⁹

A oposição, tanto em Portugal como nas colônias ultramarinas, assim como no Brasil – os exilados e brasileiros antissalazaristas –, decepcionou-se com a postura de Gilberto Freyre. Críticas partiram de todos os lados; um mal-estar se estabeleceu entre ele e aqueles que se opunham ao salazarismo e defendiam a emancipação colonial.

Em 15 de agosto de 1952, o jornalista Antonio Simões Júnior, em um artigo publicado no jornal *Ressurge, Goa!*, criticava as declarações dadas por Freyre ao jornal brasileiro *Última Hora*, em que fazia elogios ao governo salazarista.⁴⁸⁰

“Gilberto Freyre e a verdade sobre Portugal”

Diz o Sr. Gilberto Freyre que nas Universidades de Portugal se disserta livremente. É esta uma das afirmações mais infelizes e tendenciosas com que ele pretende iludir a sua responsabilidade de intelectual, e enganar o povo brasileiro, induzindo-o em erro acerca do que se passa na outra Pátria de além-Atlântico.

Nas Universidades portuguesas não é tolerada a liberdade de expressão, porque as mesmas são antros jesuíticos onde não entram as maduras concepções científico-liberais. Que o digam os estudantes portugueses e os professores demitidos por professarem idéias democráticas. Podíamos apresentar uma lista destes últimos, vítimas das decisões fascistas, desde Abel Salazar, Bento Jesus Caraça (já falecidos), Mário de Azevedo Gomes e tantos outros ainda, felizmente, vivos. Eis a liberdade de discutir livre e amplamente nas Universidades, como afirma o intelectual brasileiro.

[...]

Claro que este representante da reação não podia volver de Portugal à sua pátria disposto a dizer ao povo brasileiro o que era esse mundo de lágrimas, desditas e esperanças, por ele percorrido. Se o fizesse perderia a confiança que nele depositam os dirigentes portugueses, e nunca mais lhe seria possível viajar de graça, adulado como um grande senhor, pelas nulidades da nossa época.⁴⁸¹

Por outro lado, várias vozes brasileiras se posicionaram em apoio aos antissalazaristas, condenando a política de Salazar. Figuras notórias que através da imprensa,

⁴⁷⁹ FREYRE, Gilberto. “Uma Cultura Moderna: a Lusotropical”. Conferência lida em Goa, no Instituto Vasco da Gama, em novembro de 1951. Apud: FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. São Paulo: Realizações, 2010, p.131.

⁴⁸⁰ Esse artigo consta no livro de Freyre, e não fica claro o porquê da sua inclusão. Segundo Cláudia Castelo, que escreveu o prefácio desta edição: “A inclusão deste texto a fechar *Um brasileiro...* pode ter diferentes interpretações. A intenção é ambígua. Vontade de mostrar coragem e abertura à crítica? Incluindo apenas uma crítica negativa e violenta, a raiar o ataque pessoal, quis neutralizá-la, apresentá-la como uma exceção? Terá sido uma forma de reverter realidades que ele próprio se coibiu de mencionar? Ou pretendia ser polêmico?” CASTELO, Cláudia. Prefácio à presente edição. In: FREYRE, op. cit., p.25.

⁴⁸¹ SIMÕES JÚNIOR, Antonio. O Sr. Gilberto Freyre e a verdade sobre Portugal. In: FREYRE, op. cit., p.427 e 429.

principalmente, demonstraram sua posição de agravo, colocando-se, muitas vezes, ao lado dos portugueses na luta travada, invocando quando necessário os laços que unem ambos os povos. A escritora Rachel de Queiroz, em seu artigo “Nós, os portugueses”, escrito para a revista *O Cruzeiro* em setembro de 1958, invocou esses “laços” para rebater a crítica de que os brasileiros não poderiam opinar sobre os problemas portugueses.

[...] os que se zangam com a nossa interferência em seus problemas, sob duas alegações principais: primeiro, nós os brasileiros – como os demais estrangeiros – não temos nada com a vida deles. Segundo isso que eles têm lá e que nós aqui chamamos de ditadura é ao contrário, uma espécie de Jardim do Éden, antes da serpente, onde, ao preço de algumas obediências e restrições, se goza de uma felicidade sem jaça. De saída vamos protestar contra essa história de nos chamarem estrangeiros – de me chamarem estrangeira – o que eu, especialmente, ressinto. Em relação aos portugueses, posso ser estrangeira tecnicamente falando – mas francamente, nem parece coisa da generosidade portuguesa se apegarem a uma mesquinha tecnicidade para me tomarem um direito que é meu, por sangue e nascimento. Estrangeiros nós, em Portugal? É como se nos fechassem a porta na casa materna.

[...]

Zanguem-se conosco, zanguem-se comigo. Mas não nos neguem – porque somos “estrangeiros” – o direito de opinar, reclamar, aprovar, discordar, o supremo direito de nos doer por Portugal.

[...]

A outra alegação é que todos estamos cegos se não enxergamos que eles refizeram o jardim do paraíso antes do pecado; e que o nosso papel no caso é o da serpente, a aconselhar que se prove o fruto do Bem e do Mal – fruto esse que eles parecem identificar com a liberdade.

A resposta a essa queixa é igualmente simples: o velho Portugal, com mil anos de vida independente, já provou há muito desse fruto defeso, e não há arrocho de censura nem astúcias de demagogias que lhe façam esquecer o seu sabor.

[...]

É próprio das ditaduras o se considerarem eternas, o suporem que, com o seu advento, se cria uma nova era, obliterando todo o passado, por mais glorioso. Mas felizmente isso são ilusões de grandeza. O passado não se esquece, o velho homem revive nos homens novos; a gente pode amordaçar a boca que quer falar, mas não cala a consciência por trás da boca. Impede-se o eleitor que vote, numa eleição que não era destinada a valer, mas não se impede o seu íntimo direito de escolha.

[...]

Os meus patrícios de Portugal que perdoem a veemência. Mas veemência é coisa nossa, de cá e de lá. E se por lá, no momento, são poucas as vozes que se podem fazer ouvir, nós temos a obrigação de

servir de voz aos mudos, de pena aos que não escrevem, até que a normalidade se restabeleça.⁴⁸²

Para aqueles que viveram sob um governo autoritário, posicionaram-se contrários a ele (o Estado Novo brasileiro) e tiveram a experiência de viver no exílio, a identificação com os antissalazaristas era muito mais próxima e fácil. Os sentimentos de injustiça, de indignação e até mesmo de revolta ficaram evidentes na fala da oposição brasileira. Paulo Duarte, jornalista e importante membro da resistência antissalazarista, ligado a vários exilados portugueses em São Paulo – já referenciado diversas vezes neste trabalho –, descreveu, em um discurso proferido em outubro de 1960, a sua condição de ex-exilado⁴⁸³ e sua identificação com a luta contra o autoritarismo.

Há pouco tempo, numa reunião de exilados espanhóis, eu manifestava-lhes uma angústia que sentimos todos aqueles que também fomos exilados e não mais o somos, quando nos vemos, diante de homens que se conservaram coercitivamente fora de suas terras, dominadas pela tirania, quase vinte anos depois de haver terminado uma guerra na qual foram sacrificados cerca de 50 milhões de seres humanos, mortos pela liberdade e contra essas mesmas tiranias.

[...]

Daí a angústia que sentimos todos aqueles que nos batemos no período terrível de 1939 a 1945 ao lado dos chamados grandes da luta pela libertação do Homem, quando, exilados que éramos então, hoje, homens livres dentro de nossa terra, nos defrontamos ainda, vinte anos depois da libertação, com exilados de outros países, a nos atirar no rosto, só com a sua presença, a prova de que a vergonha ditatorial persiste, amparada pela vergonha que se tornou a aplicação dos princípios democráticos.

E invade-nos o espírito um assim como complexo de culpa que nos grita, que nos contunde a alma da incerteza e da dúvida sobre se não teríamos nós falhado em parte ao nosso dever ao ponto de poder ao mundo oferecer ainda o espetáculo deprimente da presença desses exilados. Quem sabe não fomos bastante pertinazes, bastante decididos no cumprimento do nosso dever.

[...]

Só depois deste desabafo ousei encarar os exilados portugueses de frente, os únicos que reconheço neste país como os legítimos procuradores do legítimo Portugal, sem sentir a vergonha da deserção ou da fuga, ou da omissão. Porque só agora pude apresentar a prova de que, na clandestinidade, vivo na mesma luta que vocês enfrentam à luz do sol e à luz melancólica do exílio. Mas eu já fui também

⁴⁸² QUEIROZ, Rachel de. Nós, os portugueses. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, set./1958. Apud: PINTO, Armando. **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962, p.126-128.

⁴⁸³ Paulo Duarte viveu exilado fora do Brasil em dois períodos: entre 1932 e 1933, após a derrota da Revolução Constitucionalista, vivendo em Portugal e na França; e num segundo momento, durante o Estado Novo brasileiro, quando denunciou uma suposta infiltração nazista nos quadros do governo, entre 1938 e 1945.

estrangeiro, nas mesmas condições em que vocês o são. E sei o que é ser estrangeiro, num mundo onde os homens vivem ainda besuntados de um nacionalismo cruel e imbecil ao ponto de não perceber ou se esquecer que pertencemos todos à mesma espécie, podemos ser todos portadores das mesmas misérias e das mesmas grandezas.⁴⁸⁴

Da mesma maneira que denunciavam as práticas desumanas do governo salazarista, também denunciavam a postura do governo brasileiro, a passividade e a defesa dos interesses de Portugal. Para esses brasileiros tal postura era inconcebível, por se tratar o Brasil de uma república democrática que, portanto, deveria condenar qualquer prática, interna ou externamente, que maculasse os preceitos democráticos. O Tratado de Amizade, o apoio à política colonial portuguesa e as discussões a respeito do asilo político do General Delgado eram os principais temas das críticas ao governo brasileiro, como se pode notar em um artigo do escritor Rubem Braga, no jornal *Diário de Notícias*, de fevereiro de 1959.

Por que não rever a nossa posição no caso de Goa e desse tratado todo especial de amizade – de uma amizade que o Salazar despreza e pisa com a pata pesada de sua diplomacia?

Somos uma democracia e, por isso mesmo, que já fomos colônia, uma nação anticolonialista. Vivemos, entretanto, por amor a Portugal, a engolir sua torva ditadura e defender os interesses de seus negociantes de secos e molhados estabelecidos em Goa. Temos errado, e pagamos agora nosso erro. Que o general Delgado viva até o fim de seus dias dentro de nossa embaixada, já que o Salazar não deixa que ele venha para nossa terra. Mas deixemos de servir de pára-raios, na ONU e no mundo, a uma ditadura torpe e a um império de bobagem.⁴⁸⁵

Outros, por fim, tiveram a oportunidade de vivenciar as arbitrariedades da política salazarista. As companhias de teatro e os atores brasileiros, por exemplo, foram vítimas da censura portuguesa quando se apresentavam nos teatros de Portugal, sendo testemunhas oculares não só do que se passava na sociedade em geral, mas do tratamento dispensado à classe artística portuguesa. Não se furtaram a denunciar o que viram. As páginas do *Portugal Democrático* deram espaço às críticas desses artistas brasileiros.

Conhecem-se os incidentes de que foi vítima a companhia de Maria Della Costa, por parte da censura, da polícia e de alguns salazaristas “ultras”, quando da apresentação de espetáculos teatrais em Lisboa.

⁴⁸⁴ DUARTE, Paulo. A palavra do Brasil. Discurso proferido em outubro de 1960. Apud: PINTO, Armando. **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962, p.168-169 e 171.

⁴⁸⁵ BRAGA, Rubem. Chega de Salazar. **Diário de Notícias**. Lisboa, fev./1959. Apud: Ibidem, p.132.

Sandro Poloni, diretor da “troupe”, fez, no regresso ao Brasil, as seguintes declarações aos jornais acerca das lamentáveis arbitrariedades de Salazar e seus comparsas:

Inicialmente foi proibida a montagem de “Desejo”, do grande dramaturgo norte-americano Eugene O’Neill, que obteve o Prêmio Nobel na década de trinta. A peça “Alô... 36-3499”, de Abílio Pereira de Almeida, foi entregue à repartição oficial, e nunca mais devolvida ao elenco, não obstante todos os requerimentos e ela endereçados. Com as gestões do embaixador Negrão de Lima, a Censura liberou a “Alma boa de Se-Tsuan”, de Brecht, após 5 meses de luta. Tomaram-se as providências para a encenação do texto, inclusive a ida a Portugal de uma atriz brasileira e do diretor Flamínio Bollini Cerri, e os sicários do Governo incumbiram-se de tumultuar as apresentações, a fim de que se forjasse o pretexto para proibir a montagem, sob a alegação de que “perturbava a ordem pública”.

O povo português, entretanto – esclarece Sandro – prestigiou os artistas e o espetáculo, acenando com lenços brancos e apontando os provocadores (que eram sempre os mesmos), a fim de que fossem presos. Mas logo depois a polícia soltava os desordeiros...

Como Sandro concitasse o público a manter-se calmo, foi finalmente proibido de falar. Toda a máquina ditatorial funcionou com o objetivo de mentir que o povo recusava a obra de Brecht. Finalmente, num sábado à tarde, quando não se encontrava em Portugal o embaixador brasileiro, a empresa recebeu uma ordem verbal para encerrar a carreira da peça. Diante da insegurança, o elenco pediu asilo à Embaixada Brasileira, só não se efetivando a medida porque prejudicaria a ida a Paris e a Roma. Sandro Poloni fez questão de agradecer aos diplomatas brasileiros, que sempre deram a maior assistência à companhia. Depois de quase uma semana de interdição, as autoridades portuguesas concordaram em indenizar o elenco pelos prejuízos, na quantia de 170 contos portugueses, isto é, aproximadamente, um milhão e cem mil cruzeiros. Quando “A alma boa” ficou em cartaz, proibiu-se até que os anúncios mencionassem ter sido o espetáculo o mais premiado pela crítica brasileira.⁴⁸⁶

Mais adiante, na mesma reportagem, há uma declaração dos membros da Companhia Maria Della Costa fazendo denúncias contra a política portuguesa – as quais eles vivenciaram – e pedindo que o presidente Kubitschek não participasse dos Festejos Henriquinos em Portugal, evento para o qual havia sido convidado, para que essa visita não fosse usada como um sinal de apoio nosso às atitudes de um governo autoritário.

A Companhia Maria Della Costa entregou à Imprensa uma declaração, na qual se salienta, nomeadamente:

“Denunciamos claramente à opinião pública brasileira, que a expansão cultural brasileira, é hoje temida violentamente pela censura portuguesa, porque ela abre brechas no seu trabalho lento de sufocamento da cultura naquele país. Esta é a verdade que o Governo Brasileiro precisa saber, nossos governantes, nossos intelectuais,

⁴⁸⁶ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Não vá a Portugal... pede Maria Della Costa a JK”. São Paulo, Ano IV, n. 22, jun./1960, p.3. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0307), Portugal.

nossos artistas, nosso povo. E é em nome dessa verdade, que lançamos um apelo para que o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, não vá a Portugal. Essa viagem, como de qualquer outra personalidade brasileira, será utilizada, como tem sido sempre, para fazer acreditar ao povo português, que o povo e o governo brasileiro, apóiam e prestigiam, e ainda mais, concordam, com o espezinamento, o trucidamento da liberdade artística, da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, da liberdade de pensamento, alvos e objetivos exclusivos da fúria medieval e cega da censura portuguesa.⁴⁸⁷

Em outro momento, em entrevista dada ao pintor Fernando Lemos para o jornal *Portugal Democrático*, a atriz Cacilda Becker contou o que presenciou em Portugal, quando lá esteve, acabando por reforçar indiretamente as críticas feitas, meses antes, pelos membros da Companhia de Maria Della Costa:

[...]

- Diga-nos realmente qual foi o estado em que encontrou o teatro português?

- É muito difícil resolver o problema do teatro português... Parece-me que essa falta de estímulo é a maior responsável pela crise do meio. Em todos os países é hábito, nessas crises, apelar para os diretores estrangeiros, por exemplo, para solucionar uma parte da crise por que passam os meios teatrais atrasados, e impedir que o teatro morra. O escudo é uma moeda forte e por isso não seria difícil importar gente. Mas a censura, tão violenta, além de inibir o teatro português, impediria que qualquer técnico estrangeiro decente se adaptasse a essas restrições absurdas e criminosas.

[...]

- Os três meses que estive em Portugal foram bastante para ver, através do seu olho teatral o que se passa com as caras das pessoas?

- Sim, meu caro, todos os aspectos negativos da sociedade portuguesa estão colados até na indumentária das pessoas. É curioso observar que o que mais prende as pessoas, além dos preconceitos de ordem moral, são os hábitos ancestrais. Aceitam tudo sempre que “vão a Paris”, mas em Portugal recusam tudo o que lá aceitaram. O que, em nada, lhes poderia fazer abdicar dos seus princípios morais! Ficam sempre de fora nas próprias coisas que aceitam. Nota-se que toda a gente anda muito bem vestida, mas de uma só roupa e adquirida com muitos sacrifícios. Não nos iludimos quanto a ser isso um expediente para manter as aparências. Gente de teatro não se deixa enganar com essas coisas! Não por “intuição”, meu caro! Procuramos nos informar e conhecer. Faz parte do nosso métier!

É triste verificarmos que o homem português, pelo menos o da cidade, por falta de coragem para mostrar sua pobreza, abdica do direito de reagir contra essa mesma pobreza, passando a iludir-se, cuidando da sua fisionomia, para iludir também os outros. O importante é salvar as aparências... A gente sabe, e tem o exemplo no nosso Brasil, que um homem mal vestido pode gritar na rua fazendo apelos, mas o bem

⁴⁸⁷ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Declarações dos atores brasileiros”. São Paulo, Ano IV, n. 22, jun./1960, p.3. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0307), Portugal.

vestido, ou não está necessitado, ou está falseando a situação para, inclusive, não se tornar suspeito...

[...]

- Participou da televisão portuguesa? Que achou?

- Com muita facilidade fizemos o “Poi de Carotte” e o “Protocolo” na televisão da Emissora Nacional que nos pareceu um monumento de perfeição. Com elementos capazes e com muito bons recursos técnicos. A própria eficiência! Todos os programas são cientificamente ensaiados antes de ir para o ar, o que, imediatamente louvamos! Conhecedores da televisão brasileira, tão cheia de improvisos! Os nossos programas vão para o ar quase sempre sem o mínimo ensaio, e não raro ficamos diante da câmera ainda sem saber o que vamos dizer e o público sem saber o que vai ouvir. Aliás, é com essa improvisação que está assegurada uma parte do êxito de certos programas e até da própria televisão que é, para o público, o verdadeiro instrumento da espontaneidade!

Pois em Portugal não me foi permitido fazer uma simples saudação ao público português – que eu pretendia improvisar – no último dia da nossa estada em Lisboa. Deu isso as maiores confusões. Exigiam que eu tivesse ensaiado primeiro o que deveria dizer e a cujos ensaios achei ridículo aparecer. Não poderia falar sem dar a conhecer o meu texto!...

Verifiquei então, com uma certa tristeza, que toda aquela eficiência, na realidade imposta por uma censura temerosa, só me estava impedindo de abrir meu coração. E não o abri.⁴⁸⁸

Em 1957, quando da visita oficial do Presidente de Portugal, Craveiro Lopes, várias manifestações de intelectuais brasileiros ocorreram repudiando o tratamento dado no Brasil a um representante do autoritarismo português. Entre os pontos criticados estava a concessão do título de “Doutor honoris causa” a Craveiro Lopes pela Universidade de São Paulo.

Este manifesto é a melhor homenagem que os escritores, jornalistas e artistas de S. Paulo poderiam prestar a Portugal.

Realmente, o respeito que lhes merece a cultura que serviu de base para a formação brasileira e a amizade e o respeito que devem a um povo cujo sangue é o sangue de pelo menos noventa por cento dos brasileiros, impedem que um intelectual consciente das suas responsabilidades e homens que só podem viver num clima de liberdade de pensamento e de expressão possam solidarizar-se com qualquer homenagem tributada a uma ditadura.

Há cerca de trinta anos a vida espiritual portuguesa foi paralisada por uma ditadura. Há cerca de trinta anos o homem de pensamento de Portugal não pode manifestar-se livremente nem pela imprensa, nem pelo rádio, nem pelo livro. [...] Os portugueses rebeldes da inteligência que tentaram opor-se à coerção odiosa, pagaram caro sua independência de caráter. Os professores foram expulsos das cátedras universitárias, os escritores foram para o cárcere. Muitos se deportaram e morreram “em terras viciosas de África”, naquele

⁴⁸⁸ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Cacilda Becker: e o outro lado do escudo”. São Paulo, Ano IV, n. 39, ago./1960, p.4 e 7. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0324), Portugal.

horroroso Tarrafal, palavra que passa à história desta época lastimável com o mesmo aspecto repulsivo de Dachau ou Buchenvald.

[...]

Por tais fatos, que são notórios e universalmente conhecidos, é que escritores, jornalistas e artistas de São Paulo não compreendem como possam Universidades, associações de intelectuais, Câmaras de deputados e de vereadores e até governos do Brasil prestarem qualquer homenagem ao sr. general Craveiro Lopes, que é o mais graduado representante da tirania que mantêm estrangulada a verdadeira inteligência de Portugal.

Não se alegue tais preitos se fazem a Portugal e não a pessoa do governante português, porque isso é sofisma. Recentemente estiveram em S. Paulo alguns dos mais ilustres representantes da inteligência portuguesa. Dentre eles, Manuel Rodrigues Lapa, o mais notável filólogo da língua portuguesa, em cujas obras notáveis se contam algumas de indiscutível valor sobre a literatura brasileira. Pois nem Rodrigues Lapa teve a distinção de ser nomeado “doutor honoris causa” pela Universidade de São Paulo, como Egas Muniz jamais recebeu qualquer título ou voto pela sua altíssima posição científica de renovador da neurocirurgia. E ambos eram professores universitários, expulsos da Universidade de Lisboa, porque achavam que a cátedra é uma tribuna livre para o pensamento livre.

[...] ⁴⁸⁹

Nota-se que havia diversas manifestações tanto de apoio como de oposição aos movimentos antissalazaristas. Entre aqueles que apoiavam o antissalazarismo estavam alguns intelectuais, da área acadêmica ou não, e artistas. Esse apoio se dava por algumas questões. Muitos dos exilados que viviam aqui eram oriundos dos meios acadêmicos e culturais, e conseguiram emprego e moradia não só por intermédio de outros exilados, também por meio de redes de apoio entre brasileiros. Havia certa empatia com a causa da oposição portuguesa, haja vista que alguns tiveram a experiência de viver no exílio. Outros, de posições políticas mais à esquerda, ou até mesmo filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) ⁴⁹⁰, tinham uma maior identificação com a luta contra governos autoritários-conservadores, acabando por se ligar a elementos da oposição, principalmente socialistas e comunistas.

4.3 INTELECTUALIDADE EXILADA: LUTA PELA LIBERDADE DE PENSAMENTO

Como já foi citado, muitos dos exilados eram artistas ou intelectuais, oriundos dos mais diversos segmentos – das ciências (humanas, exatas e biológicas), da literatura etc. Esses tiveram sua liberdade limitada, foram pressionados – ou se sentiram pressionados –, ora por

⁴⁸⁹ PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Os intelectuais paulistas e a visita de Craveiro Lopes”. São Paulo, Ano I, n. 11, maio/1957, p.1 e 2. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0094), Portugal.

⁴⁹⁰ A escritora Rachel de Queiroz, aqui citada, era membro do PCB.

seus superiores e colegas no ambiente de trabalho, ora pelos órgãos de repressão e censura do governo. Muitos, não vendo outra possibilidade, buscaram no exílio uma saída para essa situação; outros, entretanto, a maioria, acabaram por permanecer em Portugal. Impossibilitados de sair, foram obrigados a se enquadrar nas diretrizes impostas pelo salazarismo. O Estado Novo criou um “padrão” de cultura, difundido e produzido pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)⁴⁹¹, sob o comando de Antonio Ferro, o principal ideólogo de uma cultura nacionalista, defensora do Estado, suposto retrato da vida simples da população.⁴⁹²

Portugal, em 40 anos de autoritarismo, expulsou ou neutralizou⁴⁹³ parte dos seus pesquisadores, acadêmicos e produtores culturais, o que levou a uma defasagem em relação a outros países – ao saírem do país, esses intelectuais levaram consigo toda uma bagagem de conhecimentos adquiridos. Nesse sentido, “[...] o movimento de pessoas foi e é um modo de transmissão do conhecimento mais eficaz do que o movimento de livros”⁴⁹⁴. Essa situação se tornou mais grave à medida que alguns desses exilados, quando incorporados em instituições culturais e/ou acadêmicas nos países que os acolheram – seja na Europa ou nas Américas –, passaram a produzir trabalhos, muitas vezes iniciados antes do exílio, que o governo português não quis ou não pôde usufruir, mas que, em contrapartida, trouxeram benefícios a diversas instituições no estrangeiro.

Para exemplificar tal situação, pode-se citar o caso de investigadores das áreas das ciências exatas, em particular os matemáticos, que, formados alguns em instituições de fora de Portugal, nos anos de 1930, ao retornarem, juntaram-se em torno do chamado “Movimento Matemático”, grupo que passou a organizar e dirigir órgãos de estudos de matemática, mas também a discutir outras questões relacionadas à política portuguesa. Perseguidos, muitos deles se exilaram no Brasil, como Rui Luís Gomes, José Morgado, Alfredo Pereira Gomes, Manuel Zaluar Nunes e Antonio Brotas (que era físico), os quais foram responsáveis pela

⁴⁹¹ CONCEIÇÃO, Thaís Teixeira Dias da. “**O Obscurantismo Salazarista**”: exílio, periodismo e intelectualidade (Barradas de Carvalho/SP, 1964-1970). Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2016, p.55.

⁴⁹² ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1996, p.356.

⁴⁹³ Entre os diversos casos de intelectuais neutralizados está o da escritora e pedagoga Irene Lisboa. Formada em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra, foi nomeada, em 1934, inspetora-orientadora do ensino infantil. Porém, por defender uma política educacional progressista, foi afastada do cargo, passando a ocupar uma função burocrática no Ministério da Educação, sendo por fim aposentada (reformada) em 1940. Proibida de atuar na sua área, passou a dedicar-se à literatura infantil. *Ibidem*, p.522.

⁴⁹⁴ BURKE, Peter. **Perdas e ganhos**: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.151.

criação da cátedra de Matemática na Universidade Federal de Pernambuco, no final da década de 1950.⁴⁹⁵

Em São Paulo a oposição teve uma especial preocupação em criticar e denunciar a situação da cultura, dos estudos científicos e da perseguição de intelectuais em Portugal. Joaquim Barradas de Carvalho, enquanto viveu no Brasil, entre 1964 e 1970, manteve no jornal *Portugal Democrático* uma coluna intitulada “O Obscurantismo Salazarista”⁴⁹⁶, na qual fazia denúncias das arbitrariedades do governo português contra alguns intelectuais e instituições.

Uma das principais vítimas do obscurantismo salazarista têm sido a Universidade, e um dos principais meios de acção desse obscurantismo tem sido as “limpezas” sucessivas a que ela tem sido submetida. Às demissões isoladas sucederam-se as demissões colectivas e a estas sucedeu um apertado policiamento na admissão de professores. A PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) passou a desempenhar papel mais do que importante, porque mesmo decisivo, na admissão ou não admissão de professores nos quadros docentes das Universidades.

Em mais de trinta anos de regime salazarista a Universidade portuguesa tem sofrido golpes só comparáveis aos sofridos pela Universidade alemã nos tempos de Hitler, pela Universidade italiana nos tempos de Mussolini, ou pela Universidade espanhola no período de instauração do regime de Franco.

Uma simples lista dos quadros universitários expulsos pelo regime salazarista das universidades portuguesas constitui só por si um pesadíssimo processo contra tal regime. Muitos – a grande maioria – dos demitidos ficaram em Portugal, entregues a actividades privadas que lhes permitissem sobreviver. Assim se liquidaram – uns mais outros menos – quadros científicos e docentes, muito deles excepcionais, e de que tanto o País precisou ou precisa. Uma minoria, normalmente os menos sobrecarregados por encargos familiares, e mais dispostos a enfrentar as incertezas do exílio, saiu para o estrangeiro. E daí poder dizer-se, com uma ironia repassada de melancolia, que Portugal “exporta” quadros científicos.⁴⁹⁷

Um fato que repercutiu nos meios intelectuais de oposição foi o processo instaurado contra o escritor Aquilino Ribeiro, que escrevera o livro *Quando os lobos uivam*, no qual fazia críticas ao salazarismo.

⁴⁹⁵ SILVA, Douglas Mansur da. Exílio, ciência e política: o Movimento Matemático português e os sentidos do trabalho intelectual. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 10, n. 2, jul./dez. 2010, p.342-343.

⁴⁹⁶ Barradas de Carvalho faz uma alusão à Inquisição portuguesa, comparando o salazarismo a ela, períodos em que os pensadores que se opunham às suas regras eram punidos com severidade. CONCEIÇÃO, Thaís Teixeira Dias da. “O Obscurantismo Salazarista”: exílio, periodismo e intelectualidade (Barradas de Carvalho/SP, 1964-1970). Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2016, p.92.

⁴⁹⁷ CARVALHO, Joaquim Barradas de. *O Obscurantismo Salazarista*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p.13-14.

O autor intitula este livro de romance, mas com mais propriedade deveria chamar-lhe um romance panfletário, porque todo ele foi architectado, para fazer um odioso ataque à actual situação política.

Escrito numa prosa viril, classifica o Governo de “piratas” e descreve várias Autoridades, Funcionários, Polícia, Guarda Republicana e Tribunais em termos indignos e insultuosos.

Um interrogatório num posto da G.N.R. e uma audiência dum Tribunal Plenário, são focados numa forma infamantes.

São necessárias mais citações, porque basta folhear o livro, encontra-se logo matéria censurável em profusão.

É evidente que, se o original tivesse sido submetido a censura prévia, não seria autorizado, porque é, talvez, a obra de maior ataque político que ultimamente tenho lido.

Sucede, porém, estou disso certo, que já devem ter sido vendidos muitas centenas de exemplares, e muitos outros também, já devem ter passado a fronteira, por isso, deixo ao esclarecido critério de V. Ex^a., decidir se nesta altura, será de boa política mandar apreender o livro [...].⁴⁹⁸

Aquilino Ribeiro era escritor e atuante na política desde o início do século XX, tornou-se opositor do Estado Novo português, tendo participado de uma das revoltas reviralthistas (1927). Por causa das suas posições, viveu por algum tempo no exílio (1927-1930), ao retornar dedicou-se à literatura, sendo um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Escritores. Em 1958 publicou o romance ficcional *Quando os lobos uivam* e, pelo conteúdo da obra, foi processado, acusado de denegrir as instituições do regime.⁴⁹⁹ Ribeiro vivia em Portugal, seu julgamento foi discutido em diversos jornais, em particular pelos exilados da equipe do *Portugal Democrático*, como no artigo de Adolfo Casais Monteiro:

[...]

Parece que o grande escritor está sendo processado por ofensas à magistratura. Com efeito, um dos momentos culminantes do livro é o julgamento dos serranos, arrastados a barra dum tribunal discricionário por se terem “atrevido” a defrontar as arbitrariedades do poder numa sublevação espontânea que o tribunal quer, a toda força caracterizar como obra de comunistas. E o Estado Novo não perdoará ao maior prosador português que tenha posto o seu admirável estilo “ao serviço” da verdade, descrevendo, com extraordinário poder de evocação, todo o decorrer do julgamento, que é próprio retrato da moral e da justiça salazarista em toda a sua descarada e repugnante falsificação de todos os valores.

[...]

O que está em acusação no romance de Aquilino não é apenas o sistema judiciário do Estado Novo. O que surge á vista é a total

⁴⁹⁸ Relatório da Censura relativo a “Quando os lobos uivam”, de Aquilino Ribeiro - Relatório nº 6.282, de 7 fev. 1959. Apud: CARVALHO, Gabriel. Relatório da Censura sobre o “Quando os lobos uivam”. **Quando os lobos uivam**. 28 maio 2013. Disponível em: <<https://quandooslobosuiavam.blogs.sapo.pt/34818.html>>.

⁴⁹⁹ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. II. Lisboa: Bertrand, 1996, p.841-842.

indiferença do regime perante as necessidades mais elementares dos serranos; depois de os ter deixado entregues à sua sorte sem escolas, sem obras sociais de qualquer espécie, só dá conta da sua existência para os aniquilar, para lhes tirar, além de sua liberdade de serranos, o quase nada que a montanha ainda lhes dava. [...]

Tudo isto tem sido dito, e não é novidade. [...] Resta saber se o Sr. Salazar continua a conceder-lhe a categoria de “grande escritor”, e se irá ser sua testemunha de defesa, quando ele comparecer a barra dum tribunal... Deve ser triste, para o ditador, que o romancista, na sua ingratidão, não fique apenas na história da literatura como o genial autor do “Malhadinhas”. E, estranha contradição: a nova faceta da sua obra é, afinal, uma verdadeira “obra do Estado Novo”...⁵⁰⁰

Em outro artigo, na mesma edição, defende e reforça João Alves das Neves:

[...]

Podem proibir “Quando os Lobos Uivam”; processar o seu autor e metê-lo na cadeia – quantos escritores portugueses passaram, nos últimos três decênios, pelas masmorras do fascismo? -; podem tentar desacreditá-lo entre o povo, vilipendiá-lo, torturá-lo, matá-lo – mas não há dúvida de que o gesto de Aquilino Ribeiro não ficará esquecido, nem perdida a sua obra, pois esta se coloca já a par dos que, escarnecidos pelos despeitados do seu tempo, deram à Cultura Portuguesa um contributo que os séculos não desmereceram: Gil Vicente, Camões, António Vieira, Garret e Herculano ou Antero.

Fica este romance de Aquilino Ribeiro com um documento lúcido, desapaixonado, irrefutável, testemunho sincero dos dias contemporâneos de Portugal – os dias trágicos em que os lobos tem andado à solta, ferindo e matando. Sem apontar ninguém em especial, mas denunciando todos em geral, “Quando os lobos uivam” surge para dizer que as feras não ficarão impunes. Já se disse que escrever um livro deste quilate é revelar coragem. Mas é mostrar também que, acima de quaisquer vantagens terrenas, Aquilino Ribeiro (e quantos mais em Portugal?), não trai a sua missão de Escritor e defende, com o sangue, a sua dignidade de Homem de Letras.⁵⁰¹

O processo contra Aquilino Ribeiro foi arquivado 20 meses após a sua abertura, na sequência ele foi anistiado. Mas não esquecido. Quando faleceu, em 27 de maio de 1963, aos 77 anos de idade, a censura proibiu que os jornais portugueses fizessem ou noticiassem qualquer homenagem a ele.

O caso de Aquilino Ribeiro não foi o último nem o mais grave incidente envolvendo a intelectualidade portuguesa. Em 1965, por ordem do governo salazarista, foi fechada a Sociedade Portuguesa de Escritores. A entidade fora idealizada por um grupo de escritores, e

⁵⁰⁰ MONTEIRO, Adolfo Casais. “Quando os lobos uivam”. **Portugal Democrático**. São Paulo, Ano III, n. 24, maio/1959, p.3. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0196), Portugal.

⁵⁰¹ NEVES, João Alves das. “Aquilino Ribeiro e a Dignidade das Letras”. **Portugal Democrático**. São Paulo, Ano III, n. 24, maio/1959, p.3 e 6. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0196), Portugal.

teve o seu primeiro projeto pensado em 1954, por Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro, que, através de uma carta-convite enviada a diversos escritores, propunham uma reunião para a criação de uma sociedade de escritores. Embora fosse uma iniciativa privada, para o seu funcionamento precisou de autorização do governo, que, após muita insistência, foi alcançada em 4 de julho de 1956.⁵⁰²

Era atribuição da sociedade a promoção de diversos eventos, entre eles um concurso literário em que o autor vencedor recebia um prêmio, o Grande Prêmio de Novelística. No ano de 1965 o autor vencedor foi José Luandino Vieira – pseudônimo de José Vieira Mateus da Graça –, pela sua obra *Luuanda*. O escritor era português, tendo na infância migrado para Angola com seus pais. Quando adulto passou a apoiar a causa emancipacionista, engajando-se no MPLA. Foi preso, condenado a 14 anos de reclusão. Quando da premiação, encontrava-se no presídio do Tarrafal, em Cabo Verde.⁵⁰³ Essa premiação não levou só em conta o mérito do escritor, veladamente, tinha um caráter de protesto.

O governo português contestou a escolha, exigindo que o júri revogasse a premiação. Porém o júri, composto pelos escritores Alexandre Pinheiro Torres, Augusto Abelaira, Fernanda Botelho, João Gaspar Simões e Manuel da Fonseca, manteve firmemente a sua posição, o que levou a uma atitude severa por parte das autoridades. Naquele mesmo dia da premiação, 21 de maio de 1965, os membros do júri foram detidos pela PIDE para prestar esclarecimentos, e naquela mesma noite a sede da sociedade foi invadida e assaltada por elementos “desconhecidos”. Por fim, por determinação do governo, a Sociedade Portuguesa de Escritores foi fechada⁵⁰⁴ após nove anos de funcionamento.⁵⁰⁵

Contra o fechamento da sociedade, manifestações foram promovidas não só em Portugal, mas em várias partes da Europa, da América e no Brasil. Diversos intelectuais se posicionaram condenando a política arbitrária do governo português. Joaquim Barradas de Carvalho escreveu um artigo descrevendo a situação e as manifestações contra o governo.

⁵⁰² ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. II. Lisboa: Bertrand, 1996, p.941.

⁵⁰³ CONCEIÇÃO, Thaís Teixeira Dias da. **“O Obscurantismo Salazarista”**: exílio, periodismo e intelectualidade (Barradas de Carvalho/SP, 1964-1970). Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2016, p.84-85.

⁵⁰⁴ Em 1969, Jacinto do Prado Coelho, Joel Serrão e João José Cochofel, em audiência com Marcelo Caetano, então Presidente do Conselho de Ministros, e Veiga Simão, ministro da Educação, requereram a autorização para a reabertura da Sociedade. Após todo um longo processo burocrático, a Sociedade foi reaberta em 1973, porém não mais se denominando “sociedade”, mas Associação Portuguesa de Escritores, por uma imposição do governo. ROSAS, BRITO, op. cit., p.943.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p.942.

As últimas notícias que nos chegam de Portugal, após a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, mostram bem o pânico existente nas hostes salazaristas. Algumas centenas, não muitas, de escritores, “armados-até-aos-dentes-com-canetas-de-tinta-permanente”, fazem tremer o “sólido” edifício salazarista! Assim, parece não haver memória, na infelizmente já longa história do obscurantismo salazarista, de uma vaga de repressão como a que estão vivendo os corajosos intelectuais portugueses. [...] Por outro lado, o ministro da chamada Educação Nacional, Galvão Teles, ao ter conhecimento do abaixo-assinado de 180 intelectuais, protestando contra o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, parece ter tido como primeira reacção a idéia de mandá-los prender. Mas prender 180 intelectuais de uma assentada é demasiado forte para tão fraco ministro. Os intelectuais portugueses não estão sós, como dissemos em artigo anterior, a propósito da prisão de Manuel da Fonseca, Augusto Abelaria, Alexandre Pinheiro Torres. Os intelectuais portugueses têm com eles o povo português e os intelectuais livres de todo o Mundo. [...] Mas ao fim e ao cabo, sejamos otimistas. Nunca a força bruta, o obscurantismo, conseguiu prevalecer, sair vencedor. A melhor prova de que assim também será em Portugal está na coragem dos nossos intelectuais, na coragem da nossa juventude, com uma menção especial, neste momento, para os valentes estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra. E ao falarmos dos estudantes somos obrigados a não esquecer os jovens moços dos liceus de Portugal, amadurecidos precocemente pela força do escândalo que é o obscurantismo salazarista. Apesar de estarem sob a alçada de uma feroz repressão policial, os alunos de vários liceus do País têm-se manifestado publicamente pela reabertura da Sociedade de Escritores.⁵⁰⁶

A oposição denunciou também o desânimo e o pessimismo impregnados na fala e nas atitudes de muitos intelectuais, resultado da situação que viviam em Portugal. Alguns deixaram de produzir, de inovar, tendo todo o seu potencial podado por uma política cultural conservadora e repressora; outros, quando se atreviam a atitudes de “rebeldia”, eram punidos, e os seus trabalhos mutilados, desqualificados e, não raro, destruídos pela censura e por outros órgãos de repressão, salvo em alguns casos em que, burlando a vigilância, esses trabalhos eram enviados para fora do país.

Segundo a análise de alguns exilados, a política cultural salazarista, com todas as suas limitações, levou a um desinteresse e um desconhecimento do que se produzia em Portugal. Segundo uma crítica de Vitor Ramos, escrita para o *Portugal Democrático*, em janeiro de 1957, o que ficou da literatura portuguesa no cotidiano dos brasileiros, por exemplo, foram as obras de Camões, Eça de Queiroz e Fernando Pessoa. Ramos lastimava que o que se produzia naquele momento (anos 1950) não chegava, ou pouco chegava, aqui e

⁵⁰⁶ CARVALHO, Joaquim Barradas de. **O Obscurantismo Salazarista**. Lisboa: Seara Nova, 1974, p.65-67.

acreditava que era através da resistência dos intelectuais exilados que se poderia reverter essa situação.

Há verdades que já são truísmos e no entanto não perderam ainda a sua força de choque. Uma delas é aquela afirmação, tão repetida, de que a cultura portuguesa é hoje praticamente desconhecida deste lado do Atlântico.

[...]

O Brasil atingiu uma maioria intelectual que o coloca, perante a nossa cultura, numa posição de independência total, mitigada embora por um “parti-pris” de simpatia, que lhe permite acolher ainda favoravelmente tudo quanto possamos oferecer-lhe de autêntico e valioso. O extraordinário surto da poesia de Fernando Pessoa, nos últimos anos, aí está para provar o que se afirmou.

Colocando a questão num plano estético-literário tratar-se-ai pois apenas de um problema de conhecimento, de divulgação, de saber mostrar e valorizar o que temos de bom. Nunca é demais encarecer o que nesse sentido, tem sido feito por três franco-atiradores da nossa cultura que, cada um a sua especialidade, sem o mínimo apoio oficial português, contribuíram mais do que ninguém para manter vivo o facho: Jaime Cortesão, Fidelino de Figueiredo e Adolfo Casais Monteiro.

Pode parecer portanto que, na medida em que surjam continuadores da obra destes pioneiros, a cultura portuguesa retomará a posição que lhe é devida. Ora, a verdade é que o problema apresenta ainda outras facetas, que o tornam mais complexo e de mais difícil resolução. Integrada, como deve estar, num sistema de relações entre os dois países, a questão tem de levar em conta, além do lado puramente cultural, certos aspectos sociológicos que lhe andam anexos. As últimas gerações portuguesas, por razões políticas, com evidentes repercussões culturais, viram frustradas as suas melhores capacidades de realização. Não falamos já da trágica diáspora que espalhou pelas sete partidas do mundo alguns dos melhores valores portugueses. [...]

Mais importante contudo do que essa dispersão é ainda o desânimo que abate o intelectual português independente, a falta de perspectivas, de estímulo, a atmosfera de baixa cozinha, a imposição da mediocridade. Tudo isso é feito para prostrar os mais animosos. Há excepções, felizmente, que adquirem ainda maior valor à luz dos fatores negativos que apontamos: um movimento moço, de revisão histórica e crítica; alguns, poucos, valores isolados no romance, na poesia e no conto; um punhado de jovens pesquisadores que contra tudo e todos teimam em acreditar numa ciência portuguesa.

[...]

Concordemos, pois: a situação não é brilhante e, o que é pior, as perspectivas são pouco animadoras. Apesar de todos os esforços isolados (e sem eles a posição do Brasil perante as nossas coisas seria de total afastamento) o brasileiro só recomeçará a interessar-se pela cultura portuguesa no dia em que possamos oferecer-lhe os produtos de um ambiente cultural vivo, livre e aberto a todos os ventos do espírito.

[...]

A história cultural portuguesa tem ultrapassado outros períodos de depressão; tudo leva a crer que transporá o presente. Trinta anos, no

fim das contas, não chegam para abalar uma estrutura sólida no conjunto, bem articulada; não é em pouco mais de um quarto de século que se sufoca uma tradição cultural que já suportou períodos de asfixia bem mais longos. Mas, essa condição a que o sistema intelectual português foi relegado necessita de compreensão e amizade. É injusto falar de um país velho e esgotado. Fale-se antes de um povo que atravessa uma crise de apatia, momentânea e superável, que desaparecerá quando se esvaírem as condições que a provocaram. Ainda é cedo, portanto, para encomendar as velas: a avozinha caduca pode rejuvenescer se a deixarem respirar outro ar. O melhor auxílio que, nos dias que vão correndo, um intelectual brasileiro pode prestar ao nosso país, é tentar entender o que nos levou ao estado presente. A cultura portuguesa necessita hoje mais de discernimento amigável do que simpatia bonacheirona.⁵⁰⁷

Nos mesmos termos, Fernando Lemos, em um texto também publicado no *Portugal Democrático*, em dezembro de 1958, voltava a falar da falta de perspectiva que dominava muitos portugueses, ressaltando que sua geração – muitas foram as gerações que viveram sob o salazarismo –, que nasceu pouco antes da implantação do Estado Novo (Lemos nasceu em 1926), não teve a experiência de outro governo em Portugal. A falta de um referencial os deixou perdidos em relação ao futuro. Entretanto, Fernando Lemos e alguns outros tiveram a chance de viver, como exilados, em outros países e experimentar experiências diversas, mas isso, como se sabe, não foi possível a muitos portugueses que viveram em Portugal durante todo o período autoritário. E a esses Lemos dedicava o seu artigo.

[...]

Medo? Sim, mas também um evidente desalento. Mais desinteresse que revolta. Mais demissionário que raivoso. Não me assusta tanto o saber que certos livros foram proibidos e impedidos de circular, como o saber e sentir que outros não chegaram sequer a ser escritos (e conheço muitos) por terem os seus autores chegado à prematura conclusão de que *não valia a pena* e de que se os tivessem escrito, só lhe podia isso trazer mais oportunidades para amaldiçoar as próprias vidas. E não penso só em livros – penso em quadros, penso em idéias e penso até em atitudes que afinal morreram bem antes de serem idéias. Sou um pessimista! Mas será muito pessimismo reconhecer que o povo português vive adiando e adiando-se há mais de trinta anos, já para não falar noutros adiamentos que de mais longe vem. Que se pode otimisticamente concluir de um estado de espírito criado na base desses vários adiamentos? Por que havemos de pensar insistentemente que o povo se acomodou por medo? O medo não é até o que quase sempre faz as pessoas revoltar-se?

[...]

⁵⁰⁷ RAMOS, Vitor. “A avozinha caduca”. *Portugal Democrático*. São Paulo, jan. 1957. Apud: PINTO, Armando. **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962, p.19-22.

Ponho-me a pensar no DEPOIS DE SALAZAR. E, de repente, não sei nem o que se PODE nem o que se DEVE fazer. Sei que a minha geração ficou tantos anos a pensar nisso como em mais uma aula do curso de homem, que não poderá deixar de ficar um tanto assustada num momento destes.

[...]

[...] E pergunto para o mais fundo de mim: E DEPOIS DE SALAZAR? Sei que perguntar isso equivale a registrarmos a trágica verdade de ter havido um ANTES que não foi nosso nem conhecemos e, pior ainda, que DURANTE foi a nossa existência com todos os roubos desumanos que nos foram feitos e que nenhuma alegria FUTURA jamais nos conseguirá fazer esquecer.⁵⁰⁸

Vitor Ramos concluiu o seu artigo fazendo referência ao baixo interesse dos imigrantes lusitanos residentes aqui pelo consumo de livros portugueses. Eles pouco atentavam para o que era produzido em Portugal, revelando “um nível cultural medíocre”⁵⁰⁹, interessando-se somente pela cultura tradicional incentivada e promovida pelos centros de cultura da colônia, muitas vezes atrelados a determinações salazaristas. Deve-se ponderar, entretanto, que esse baixo interesse pela literatura portuguesa se devia também ao analfabetismo ou baixa escolarização de parte da colônia portuguesa. Contudo, de qualquer maneira, ela foi motivo de crítica dos exilados antissalazaristas.

4.4 COLÔNIA PORTUGUESA EM SÃO PAULO: TENSÕES

Os exilados antissalazarista não eram bem aceitos por parte da colônia portuguesa. Farpas eram trocadas de ambos os lados: os membros da colônia, influenciados pela propaganda salazarista, acusavam os exilados de “antipatriotas”; os exilados, por sua vez, os descreviam como “alienados”. As críticas feitas pelos exilados recaíam normalmente sobre as lideranças da colônia, uma elite endinheirada, os “comendadores”, muitos dos quais gozavam das benesses do salazarismo.

Esses comendadores procuravam reunir grande quantidade de imigrantes e patrocinar atividades em apoio ao governo português, grupos e associações foram criados com esse objetivo. Como no caso do Movimento dos Portugueses de São Paulo, que tinha entre seus membros os empresários Abílio Brenha da Fontoura e José Ermírio de Moraes, esse último, presidente da Beneficência Portuguesa de São Paulo entre 1951 e 1963, brasileiro, era genro

⁵⁰⁸ LEMOS, Fernando. “Uma geração frustrada”. *Portugal Democrático*. São Paulo, dez. 1958. Apud: PINTO, Armando. **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962, p.31 e 33-34.

⁵⁰⁹ RAMOS, Vitor. “A avozinha caduca”. *Portugal Democrático*. São Paulo, jan. 1957. Apud: *Ibidem*, p.21.

do industrial português Antonio Pereira Inácio. O Movimento teve como principal objetivo apoiar as guerras coloniais e, conseqüentemente, a política imperialista portuguesa.

“Bons portugueses de todo o mundo: ‘nós nunca nos renderemos!’”

Proclamação:

Movimento dos Portugueses de São Paulo

A comunidade portuguesa tem sido, em qualquer parte do mundo, um elemento essencialmente ordeiro e laborioso.

O seu pendor familiar congrega-lhe os indivíduos, em organismos associativos, onde parece delinear-se ainda, a lareira doméstica. Beneficências, Gabinetes de Leitura, Casas de Portugal, Centros Regionais, Clubes, tem sido no Rio ou Buenos Aires, São Paulo ou Nova Iorque, verdadeiros recessos pacíficos, dedicados a uma finalidade específica, onde se cultua a Pátria, a Crença, o Benfazer, sem alardes inadequados ao espírito nacional.

Ultimamente porém, a Nação Portuguesa, vem sendo alvo dos ataques, promovidos por forças internacionais, que a supuseram uma presa fácil. Nasceu daí uma reação, serena mas firme; chama-se: “Movimento dos Portugueses”.

Assim, abandonando certa quietude habitual, os compatriotas isolados, os amigos e os grupos associativos, não poderiam acocorar-se num comodismo inerte. Com efeito, espicaçados em seus bríos e em sua honra, decidiram levantar-se para reagir, de acordo com as circunstâncias. Enquanto os nossos soldados se batem em África, contra as hordas adventícias (reconhecidamente, doutrinadas, treinadas e municadas além-fronteiras), os portugueses espalhados pelos cinco continentes, sentem-se no dever indeclinável de dar o seu apoio incondicional, à Mãe-Pátria, com a réplica das suas razões históricas.

O “Movimento dos Portugueses de São Paulo”, não é, pois, uma associação a mais. É o agrupamento específico que estava faltando, nesta conjuntura histórica.

Por isso, estamos conclamando todos (seja qual for a sua posição social, sejam quais forem as suas convicções), a que se unam em um bloco gigantesco, trazendo-nos a sua adesão pessoal.

A Pátria está em perigo!

Que ninguém falte ao chamado! Que todos nos congreguemos numa União Sagrada, dentro do Movimento, despertando em nós, a labareda das virtudes ancestrais!

Portugueses do Estado de São Paulo: O “Movimento dos Portugueses”, espera-vos em suas fileiras! Vinde dar-nos o vosso nome, vinde juntar-vos a nós, vinde honrar publicamente a vossa condição de Portugueses!

“Movimento dos Portugueses de São Paulo”

Pelo Conselho da Comunidade Portuguesa do Est. De SP – presidente – Affonso Alberto Salgado.

Pela Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência – presidente – Dr. José Ermírio de Moraes.

Pelo Clube Português – presidente – Izidro Pedro dos Santos Costa.

Pela Associação Portuguesa de Desportos – presidente – Luiz Portes Monteiro.

Pelo Centro Trasmontano – presidente – Francisco Barreiro.

Pela Casa da Ilha da Madeira – presidente – Agostinho Vicente de Gouveia.

Pelo Centro Beirão de SP – presidente – José Inácio Alpendre.

Pelo Centro Douro e Beira Litoral – presidente – Artur Costa.

Pela Sociedade Portuguesa e Beneficente Vasco da Gama – presidente – Alexandre Queiroz Lugó.

Pelo Elos Clube – presidente – Aristides de Arruda Camargo.

Pela Campanha Padre Manuel da Nóbrega – presidente – Abílio Brenha da Fontoura.

Pela Câmara Portuguesa de Comércio – Gabriel Pinho Cruz (pelo presidente)

Adesões e inscrições no MPSP – Rua 7 de Abril, 235 – 4º andar – conj. 404 – São Paulo.

Venha dar o seu nome ao Movimento!⁵¹⁰

O proclama, de dezembro de 1961, não foi a primeira manifestação do Movimento. Em novembro, por iniciativa do Movimento dos Portugueses de São Paulo, organizou-se um grande festival de música, no Ginásio do Ibirapuera, em benefício da Cruz Vermelha Portuguesa – “Portugal canta, chorando os mortos de Angola”. Estiveram presentes, além do governador Carvalho Pinto e do cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmello de Vasconcellos Mota, outras autoridades e o diretor dos *Diários Associados* Edmundo Monteiro, jornal pró-salazarista.⁵¹¹

Outro momento de polarização entre adeptos e contrários ao salazarismo foi a visita ao Brasil do presidente de Portugal, Francisco Higinio Craveiro Lopes, em 1957. Craveiro Lopes visitou vários lugares em São Paulo, tendo sido homenageado pelos representantes oficiais da colônia – com um almoço na Casa de Portugal –, assim como por autoridades do governo, inclusive recebeu da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP o título de Doutor Honoris Causa.

A oposição, tanto a portuguesa como a brasileira, não deixou de criticar a colônia e o governo brasileiro pelo bom tratamento dispensado ao presidente português, em artigos no *Portugal Democrático* denunciou tal situação.

[...] Por iniciativa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi sugerido ao Conselho Universitário que se concedesse ao títtere de Salazar o título de doutor honoris causa pela Universidade de São Paulo. Isso é absolutamente incompreensível. Se a idéia tivesse partido de uma dessas escolinhas que andam por aí, não nos surpreenderíamos. Mas da Faculdade de Filosofia que deve ser a alma mesma da Universidade, é incrível. Ignoram os autores dessa infeliz

⁵¹⁰ Movimento dos Portugueses de São Paulo, dez. 1961 - Documento 50-E-29-41. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

⁵¹¹ Movimento dos Portugueses de São Paulo, nov. 1961 - Documento 50-E-29-56. Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS-SP.

proposta o significado que o fascismo de Craveiro Lopes representa? Ignoram o que é a luta contra a verdadeira cultura e a liberdade de pensamento a que sistematicamente se entregam os fascistas? Ignoram as humilhações a que são submetidos os intelectuais em Portugal, as arbitrariedades, os crimes? Nenhuma ditadura foi mais impiedosa com os intelectuais e os homens de cultura que a portuguesa. No entanto, são os professores da Faculdade de Filosofia de São Paulo que se lembram de oferecer, ao delegado dessa ditadura, o título de doutor honoris causa pela Universidade! Terá o amolecimento das consciências, entre nós, atingido também a melhor das nossas escolas superiores?⁵¹²

As manifestações contra Craveiro Lopes não partiram somente dos brasileiros e dos exilados, alguns portugueses que aqui viviam muito antes do advento do salazarismo também se manifestaram contrários, mostrando que havia portugueses que não concordavam com as lideranças da colônia portuguesa em São Paulo. Durante a estada do presidente português, o imigrante Antonio Manoel Ribeiro, há muitos anos residente no Brasil, foi detido, em 15 de junho de 1957, no bairro da Mooca em São Paulo, por estar distribuindo panfletos contra Craveiro Lopes e o salazarismo. Ao ser abordado por policiais do DEOPS, negou saber sobre os dizeres dos panfletos, alegando estar apenas fazendo um favor ao distribuí-los, tentando como isso esquivar-se de qualquer responsabilidade. Antonio Ribeiro já tinha passagem pela polícia política, antigo militante do PCB, nos anos de 1930, fora detido diversas vezes por atividades subversivas. O que leva a crer que a sua atitude naquele momento era consciente. Os panfletos apreendidos pela polícia tinham o seguinte teor:

Craveiro Lopes, agente do tirano fascista Salazar, que mantém o povo português, há 31 anos, num regime de fome e de campos de concentração, não representa o povo de Portugal.

Sua chegada ao Brasil visa explorar demagogicamente, os fraternais sentimentos que unem nossos povos, em benefício da atual política imperialista e guerreira norte-americana, tanto no Brasil com em Portugal, no momento em que aumenta a miséria e a espoliação dos povos brasileiro e português pelos trustes e monopólios ianques e que instalam bases de foguetes e de radar em nossos territórios, para a guerra de agressão contra os povos do campo socialista e os que lutam por sua liberdade.

Os trabalhadores e o povo de S. Paulo de gloriosas tradições de amor à liberdade e à paz entre os povos, devem manifestar seu protesto, por todas as formas, contra a visita de Craveiro Lopes a Juscelino Kubitschek, prestando solidariedade ao bravo povo português que luta contra o regime fascista de Salazar.

⁵¹² PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “À faculdade de filosofia”. São Paulo, Ano I, n. 11, maio/1957, p.8. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0101), Portugal.

Exijamos a liberdade de Álvaro Cunhal e de todos os presos e perseguidos políticos e a liquidação dos campos de concentração e de tortura em Portugal!

Viva a luta comum do povo português e brasileiro pela liberdade e contra os planos belicistas dos imperialistas norte-americanos!⁵¹³

A preocupação com os “portugueses do Brasil” – como se referiam os exilados aos seus patrícios que moravam aqui – era uma das questões discutidas pela oposição, seja através de artigos, palestras, discursos ou das memórias escritas. As críticas à posição da colônia foram algo recorrente, não objetivavam somente atacar a presença salazarista no seio dela, mas, dentro do plano da oposição, esclarecer a opinião pública em geral e, em particular, os “portugueses do Brasil”, buscando apoio à causa democrática contra o autoritarismo em Portugal. Foi um luta constante e desigual, perante as lideranças da colônia, com muito mais recursos, porém, mesmo diante das dificuldades, percebe-se que os exilados não esmoreceram na resistência contra a propaganda salazarista.

As abordagens feitas pelos exilados se diferenciavam de um para outro, alguns procuravam ser mais cautelosos, evitando ofender, já que o objetivo era trazê-los para o seu lado; outros, mais indignados, diante da cegueira de certos elementos da colônia, foram mais incisivos em suas críticas. O que se procurava normalmente era valorizar a trajetória desses imigrantes, não raro se fazia referência aos sacrifícios vividos, às dificuldades enfrentadas por esses indivíduos que, deixando suas terras de origem, trabalharam com afinho honestamente, tendo alguns prosperado, sendo considerados um exemplo para Portugal.

Compatriotas, em geral condecorados, vivendo há longos anos no Brasil, possivelmente até excelentes pessoas, honestos angariadores de fortunas e frementes de amor à pátria-mãe, adoptam, porém, raciocínio primitivo em política, confundindo patriotismo com salazarismo. O tempo passa e repassa, e trespassa a história com os eflúvios mutatórios – mas os nossos condecorados quedam firmes como quartzo, sem vislumbrarem o que, além-Atlântico, o país inteiro já viu, e Camões, se ressuscitasse, assim descreveria no seu português de quinhentos: “Cada vez em pior te vais mudando”.

Em consequência da estagnação mento-intelectual de trinta anos, seu magma cerebral faz-lhes parir, ao cristalizar, apenas duas possibilidades: ou o nazismo português, ou a desordem pseudo-democrática de 1926.⁵¹⁴

⁵¹³ Panfleto “Fora Craveiro Lopes!”, 1957. Prontuário nº 77 - Antonio Manoel Ribeiro. Arquivo Público do Estado de São Paulo- Fundo DEOPS-SP.

⁵¹⁴ Da série de oito artigos que Humberto Delgado publicou no *Diário de Notícias*. DELGADO, Humberto. “Gênese e aviltamento da Revolta de 1926”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ago. 1959. Apud: DELGADO, Humberto. **A tirania portuguesa**. Prefácio, compilação e notas de Iva Delgado e Carlos Pacheco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p.53.

Pessoas prósperas que enriqueceram graças à Liberdade, passaram a imaginar que o patriotismo consiste em negar essa Liberdade ao povo de que provieram, e candidamente se converteram em ditadores por procuração – mandam orar missas suntuosas, subvencionam telegramas enfáticos e opulentos, pedem notícias pelo amor de Deus; tudo fazem – até a mobilização de Nossa Senhora de Fátima como vivandeira das suas hostes – no empenho de comprar e dar a ilusão de que o povo português do Brasil, o próprio Brasil, acendem 70 velinhas de devoção para que as assopre um ditador de boas contas.⁵¹⁵

É claro que àqueles dos nossos patrícios apatacados, idos de passeio à terra, e que só reparam nas pousadas luxuosas, nos monumentos restaurados, nas estradas de asfalto, não sobra tempo para atentarem na miséria do povo faminto, roto e descalço, e por isso mesmo é que regressam ao Brasil encantados com o Salazar e... com a paisagem, onde o seu semelhante não figura nem tem a mínima importância para se avaliar a obra do “grande estadista”.⁵¹⁶

4.5 ANTISSALAZARISMO E OS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS DA ÁFRICA E DA ÁSIA: POSIÇÕES

Portugal foi a primeira nação a formar um império ultramarino, iniciado com a conquista de Ceuta, em 1415. Esse império, que possuía territórios em quase todos os continentes (Europa, África, Ásia e América), atingiu seu auge no século XIX, e a partir daí entrou num processo de decadência – em 1822, perdia o Brasil, na época, a sua mais importante colônia. A expansão da política imperialista e o aumento das disputas de algumas nações europeias pela divisão das terras da África e da Ásia fizeram com que Portugal, preocupado em manter intactos os seus domínios, reorganizasse alianças, fizesse acordos e, principalmente, buscasse reestruturar a sua administração colonial.

A partir do século XX, e sobretudo com o advento da República e da Primeira Guerra Mundial, duas ideias em especial passaram a ser discutidas: uma defendia a descentralização da administração colonial, dando mais autonomia aos governadores e ao desenvolvimento dos interesses locais; outra, baseando-se nos problemas financeiros que

⁵¹⁵ COLAÇO, Thomaz Ribeiro. “Perfil de um ditador com setenta anos”. Última Hora. Rio de Janeiro, ago. 1959. Apud: PINTO, Armando. **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962, p.57.

⁵¹⁶ PIMENTEL, João Sarmento. “Opiniões insuspeitas”. **Portugal Democrático**. São Paulo, fev. 1959. Apud: *Ibidem*, p.46.

atingiam a colônia de Angola, defendia uma maior centralização, com ênfase nos interesses da metrópole e no saneamento das finanças.⁵¹⁷

O lado conservador acabou por prevalecer no governo militar. Projetado por Salazar, Armindo Monteiro (futuro ministro das colônias) e Quirino de Jesus, foi criado o Acto Colonial, aprovado por decreto em 8 de julho de 1930. O Acto, que sofreu alguns ajustes com o passar dos anos, determinava uma série de medidas que deveriam reger as questões coloniais, desde as atuações políticas dos governadores, que deveriam se enquadrar nas regras impostas pelo Estado Novo, até como deveriam ser tratados os nativos das colônias, determinando seus “direitos e deveres”. Tudo isso envolto num discurso nacionalista, que invocava a “missão civilizadora” que marcara a história de Portugal, uma projeção do passado no futuro.⁵¹⁸ Missão essa que foi inculcada em grande parte da população, difundindo a ideia de que o império era um prolongamento do próprio Portugal continental, e defender esse império seria um ato de patriotismo.

[...] a missão imperial aparece como a expressão de um “ideal coletivo”, radicado “pelos séculos na alma da Nação” e correspondendo por isso mesmo a um imperativo histórico e político cuja negação poria em causa a própria independência do país. Esta temática adequava-se na perfeição à concepção que o salazarismo tinha do Estado, como poder forte, portador de valores a que se conferia um caráter nacionalista, acima dos interesses particulares.⁵¹⁹

O pós-guerra levaria a transformações no panorama geopolítico, com o aumento dos movimentos que reivindicavam o fim do imperialismo e a emancipação dos territórios sob controle das nações europeias. A Índia, em 1947, seria a primeira nação a se libertar do controle externo. Portugal – Salazar – procurou evitar ao máximo enfrentar tal problema, que não se resumia somente às questões entre metrópole e colônias, mas, a partir dos anos 1950, passou a sofrer pressões de outras nações.

Tentando maquiagem o cenário, e com isso evitar as cobranças sobre a sua política colonial, na reforma constitucional de 1951, o governo salazarista, além de extinguir o Acto Colonial, alterou a condição das colônias, que passaram a ser denominadas “Províncias Ultramarinas”⁵²⁰, igualando-as, em termos, às províncias de Portugal continental e das ilhas.

⁵¹⁷ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. I. Lisboa: Bertrand, 1996, p.20.

⁵¹⁸ SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2004, p.41.

⁵¹⁹ ROSAS, BRITO, op. cit., p.432.

⁵²⁰ “O termo ‘colônia’ tinha longa trajetória em Portugal. Era usado desde o século XVI, quiçá antes. Em 1663, passou-se a usar também o termo ‘províncias do ultramar’, termo que conviveu com a palavra ‘colônia’ até 1926,

Ao mesmo tempo, apropriava-se da ideia do luso-tropicalismo, de Gilberto Freyre, para justificar a importância da colonização portuguesa, com já foi aqui tratado.

Nada disso evitou que Portugal entrasse em conflito com as colônias. A última guerra de que os portugueses participaram foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e, mesmo tendo lutado do lado dos vencedores, os resultados para o país foram custosos e desgastantes. Para as Forças Armadas, que estavam mal aparelhadas e preparadas, foi motivo de humilhação, inclusive essa situação pode ser apontada como um dos pivôs da queda da Primeira República, em 1926.

Nos anos de 1950-1960 a situação das Forças Armadas portuguesas não era muito diferente. Quando as revoltas e as guerras propriamente ditas se iniciaram, em 1961, em Angola primeiramente – embora tenham sido os domínios indianos, após uma longa discussão e a posterior invasão das tropas da União Indiana, os primeiros a se libertar, em 1962⁵²¹ –, as Forças Armadas mostraram a sua fragilidade, a isso se acrescia uma atitude autoritária e intransigente do governo português, que não abria brechas a negociações com os líderes locais. Tudo isso levou a uma guerra longa (1961-1974), com muitas perdas de ambos os lados, e à mudança de mentalidade de alguns segmentos militares, acarretando a queda do salazarismo, o fim da guerra e a conquista das independências.

Enquanto esses problemas se desenrolavam na Europa e nas colônias, aqui no Brasil a opinião pública brasileira e os portugueses, de maneira geral, adeptos e contrários a Salazar, também se posicionavam. No governo brasileiro havia quem defendesse a posição do governo português pela manutenção da política colonial, mesmo vindo de um país que, mais de 100 anos antes, tinha requerido e conseguido a sua emancipação de Portugal.

Os exilados, através do *Portugal Democrático* e de outros jornais, passaram a noticiar diversos incidentes que ocorriam nas colônias, ainda nos anos de 1950, mostrando que o descontentamento das populações estava aumentando, assim como as discussões sobre a emancipação colonial.

Hoje em Portugal, quem denominar “colônias”, as possessões portuguesas em África, na Ásia e Oceania, arrisca-se a ser incomodado pela polícia política do Estado Novo. Porque, na sua

quando os territórios de além-mar passaram a ser chamados apenas de ‘colônias’. A partir de 1951, Salazar passou a empregar, oficialmente, a designação de ‘províncias do ultramar’ ante as críticas que sofria fora do país. Assim, podia defender-se com a ideia de que as antigas colônias eram parte integrante de Portugal.” SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2004, p.61.

⁵²¹ ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. I. Lisboa: Bertrand, 1996, p.457-460.

costumeira demagogia, o actual governo português exige que a essas possessões seja dado o nome de “províncias ultramarinas”, tentando assim encobrir a mais desenfreada exploração colonial a que estão sujeitas as populações nativas.

Guiné é uma pequena possessão, situada no Golfo da Guiné, próximo ao Equador. Pouco se sabe em Portugal a respeito das condições de vida da população negra e europeia. Mas, infelizmente para o governo salazarista, existe um organismo internacional denominado UNESCO que em seu boletim anual de 1955, denunciou para esse pequeno território, a maior porcentagem de analfabetismo de todo o globo: 99%...

Tanto bastaria para desmascarar o paternalismo oficial para com os povos nativos das aí temos, dá-nos bem a medida da exploração que são submetidos os negros. Tradicional é o salário baixo a que o trabalhador negro se submete. Imaginem agora os nossos leitores que míseros tostões, dizemos tostões e não escudos, deveriam perceber os descarregadores da Casa Gouveia, filial da CUF, para que se decidissem à greve que durou vários dias.

As autoridades, como não podia deixar de ser, largaram-se à mais brutal repressão, provocando algumas escaramuças, em que foram feridos diversos negros. Mas, finalmente, os descarregadores alcançaram o salário por eles exigido.

Esta e a situação das “províncias ultramarinas” portuguesas.⁵²²

Ainda na mesma direção dessa conduta, o jornal *Portugal Democrático* cedeu espaço à publicação de artigos e outros textos de autoria de alguns dos líderes dos movimentos de independência, entre eles Agostinho Neto⁵²³ e Amílcar Cabral⁵²⁴. Esse último, utilizando o pseudônimo Abel Djassi, teve vários de seus artigos publicados no jornal. Algumas dessas lideranças tiveram contato com membros da oposição.

Minha mãe
(todas as mães negras cujos filhos partiram)
Tu me ensinaste a esperar
Como esperaste nas horas difíceis

Mas a vida
Matou em mim essa mística esperança

Eu já não espero
Sou aquele por quem se espera

⁵²² PORTUGAL DEMOCRÁTICO. “Uma pequena notícia da Guiné”. São Paulo, Ano I, n. 3, set./1956, p.2. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0023), Portugal.

⁵²³ Antonio Agostinho Neto (1922-1979), angolano, foi um dos fundadores do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Após a independência de Angola (11/11/1975), foi seu primeiro presidente. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol. II. Lisboa: Bertrand, 1996, p.664.

⁵²⁴ Amílcar Cabral (1924-1973), guineense, foi um dos fundadores do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e depois do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), ao qual ficou ligado até o seu assassinato. Ibidem, v. I, p.106-108.

Sou eu minha mãe
 A esperança somos nós
 Os teus filhos
 Que partiram com uma fé que alimenta a Vida

Hoje
 Somos as crianças nuas das senzalas do mato
 Os garotos sem-escola a jogar a bola de trapos
 Nos areais ao meio-dia
 Somos nos mesmos
 Os contratados a queimar vida nos cafezais
 Os homens negros ignorantes
 Que devem respeitar o homem branco
 A temer o rico
 Somos os teus filhos
 Dos bairros de pretos
 Além aonde não chega a luz eléctrica
 Os homens bêbados de cair
 Abandonados ao ritmo dum batuque de morte
 Teus filhos
 Com fome
 Com sede
 Com vergonha de te chamarmos mãe
 Com medo de atravessar as ruas
 Com medo dos homens
 Nós mesmos!

Amanhã
 Entoaremos hinos à liberdade
 Quando comemoraremos
 A data da abolição da escravatura

Nós vamos em busca de luz
 Os teus filhos mãe
 (todas as mães negras cujos filhos partiram)
 Vão em busca da vida

Agostinho Neto
 (jovem poeta angolano atualmente encarcerado na metrópole)⁵²⁵

Onze milhões de africanos sofrem sob a dominação colonial portuguesa. As colónias portuguesas cobrem uma área de cerca de dois milhões de quilómetros quadrados (cerca de 5% do continente e maior que as áreas juntas da Espanha, França, Alemanha, Itália e Inglaterra). A população africana destas colónias tem sido escravizada por um pequeno país, o mais atrasado da Europa. Estes dois milhões de quilómetros quadrados são dotados de riquezas naturais. A terra permite agricultura e alimento para o gado. O subsolo contém ferro, carvão, manganês, petróleo, bauxita, diamantes, ouro, metais raros, etc. A variedade e beleza da natureza oferece boas possibilidades para o turismo.

⁵²⁵ AGOSTINHO NETO. “Adeus à hora da largada”. **Portugal Democrático**. São Paulo, Ano I, n. 1, jul./1956, p.6. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0012), Portugal.

Ao lado destas riquezas naturais, algumas exploradas pelos colonialistas, os africanos vivem a um nível sub-humano como servos no seu próprio país.

[...]

As reivindicações dos africanos e o trabalho das suas organizações de resistência, que são forçadas a manter-se clandestinas, resultaram em severa repressão. Tudo isso foi e continua a ser realizado em nome da “Civilização e Cristandade” pelo mais retrógrado sistema colonial.

Tanto as reservas humanas como as naturais destas colônias são exploradas e negociadas pelo mais baixo valor possível. Os colonialistas renegam a prática dos princípios cristãos na sua falta de respeito pelo ser humano, e fazem tudo o que podem para esconder os efeitos da sua “influência civilizadora”.

Enquanto a Humanidade procura a sua unidade e a comunidade de interesses baseada na paz e no reconhecimento dos Direitos do Homem, a liberdade e igualdade entre todos os povos, os colonialistas portugueses preparam-se para lançar novas guerras colônias.⁵²⁶

A partir de 1961, com o início das guerras coloniais, o *Portugal Democrático* passou a noticiar com mais frequência e em mais quantidade informações sobre os acontecimentos nas colônias portuguesas. As primeiras páginas passaram a estampar fotos do cotidiano das guerras.

A oposição em São Paulo, que não era um grupo homogêneo, como é sabido, dividia-se nas discussões sobre o andamento dos movimentos de emancipação. A grande maioria defendia a autodeterminação dos povos coloniais, uma minoria, entretanto, afirmava que esses povos (principalmente os africanos) não possuíam estrutura para viver ainda sem a tutela dos portugueses.

Entre os que se opunham a uma emancipação em curto prazo, destacavam-se o capitão Henrique Galvão e o general Humberto Delgado. O primeiro, militar que fizera carreira durante o salazarismo, exercera durante um longo tempo funções ligadas à administração colonial, antes de se desentender com o governo. Anticomunista ferrenho, apesar de um opositor do salazarismo e de se definir como um democrata, era um homem conservador que ainda mantinha uma visão racista e eurocêntrica em relação aos povos coloniais.

Considerando o facto flagrante, que só a mentira de propagandas parciais pode negar, da imaturidade política, econômica e social dos territórios da África portuguesa, para o exercício imediato do direito de autodeterminação em condições humanas e progressivas – direito que, no entanto, se deve e tem que reconhecer como direito sagrado de todos os povos e que será, quando capacitados para exercer, o de se

⁵²⁶ DJASSI, Abel. “As realidades nas colônias portuguesas da África”. **Portugal Democrático**. São Paulo, Ano IV, n. 43, dez./1960, p.4. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0357), Portugal.

decidirem pela sua independência absoluta se for esse o destino que demonstrada e livremente escolherem.

[...]

Considerando que, além da imaturidade política e obscurantismo de mais de 90% da população, os territórios de Angola e Moçambique, hipopovoados e ainda com uma maioria de débeis, não poderia de modo algum cumprir quaisquer planos de desenvolvimento sem o concurso repovoador de elementos de outras raças – e que são os portugueses aí enraizados há séculos e emigrantes por excesso de povoação em Portugal, os que melhor têm correspondido, não só em África como em todo o mundo, como elemento de convivência e fusão com outras raças.⁵²⁷

O segundo, também um militar que galgara postos durante o salazarismo, a princípio, logo quando se opusera a Salazar, mantivera uma posição em defesa da política colonial, porém, a partir do asilo no Brasil em 1959, e principalmente depois que partiu, em 1963, em busca de alianças entre os grupos de resistência na Europa e no norte da África, aliou-se aos comunistas e passou a apoiar os movimentos de emancipação (essas duas questões levaram a brigas com Galvão, e ao afastamento de ambos), pensando em fortalecer a luta para derrubar o governo de Portugal.

Os que defendiam a independência das colônias podiam ser divididos em dois grupos. Um deles desejava que logo após a independência e a redemocratização de Portugal se formasse uma “Comunidade de Povos Lusófonos”⁵²⁸, sendo Portugal a sede dessa comunidade. Entre os defensores estavam João Sarmento Pimentel e Jorge de Sena. Nessas ideias havia um resquício do colonialismo, ainda impregnado na mente de alguns portugueses. Uma visão idílica e romântica, pois acreditavam que a língua e a cultura difundida pelos portugueses poderiam ser adaptadas, mas não abandonadas pelas novas nações, e seriam esses elementos que manteriam unidos todos esses povos.

O outro grupo acreditava que a independência só seria realmente possível com um corte radical entre a ex-metrópole e as ex-colônias; se houvesse interesse dos governos das novas nações, no futuro, far-se-iam acordos e aproximações entre eles. Essa posição foi defendida por Miguel Urbano Rodrigues e outros, assim como por aqueles que haviam vivido ou nascido nas colônias, como Maria Archer, Fernando de Castro Soromenho, Froilano de

⁵²⁷ GALVÃO, Henrique. **Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal**. São Paulo: FAPLE, 1965, p.162 e 164.

⁵²⁸ Jorge de Sena, em artigo publicado no *Portugal Democrático*, intitulado “Comunidade dos Estados Portugueses”, propõe a criação de uma comunidade na qual agregaria Portugal e as futuras ex-colônias (de África e Ásia), e formula uma série de regras que iriam gerir a administração dessa comunidade. Tal artigo foi criticado pelos que se opunham a essa ideia. SENA, Jorge de. “Comunidade dos Estados Portugueses”. **Portugal Democrático**. São Paulo, Ano IV, n. 39, ago./1960, p.5. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0325), Portugal.

Mello. Estes, por terem vivido nas colônias, tinham a experiência e conhecimento do que era a política colonial portuguesa, enquanto outros só sabiam de passagem ou na teoria.

Havia quem acreditasse que era necessário que aqueles de lutavam contra o salazarismo, pela derrubada do autoritarismo e implantação de uma democracia em Portugal deveriam se unir aos que nas colônias lutavam contra esse mesmo governo pela sua emancipação. Eram lutas que se desenvolviam em paralelo, que tinham o mesmo foco, mas não se cruzavam.

[...] afigura-se-me que o DRIL não corresponde mais às necessidades do momento porque a aliança com os espanhóis deixou de ser útil. E isso por uma razão muito simples: é em África e na aliança com os movimentos nacionalistas libertadores que está a nossa grande chance. [...] A independência em série de numerosos estados africanos oferece-nos uma oportunidade de dar uma feição prática a nossa luta. Aliados ao MPLA e a outros movimentos lavaríamos os crimes da ditadura e poderíamos obter os milhões de dólares necessários à constituição de um *exército luso-africano de libertação*. [...] E isso é possível se contarmos com a colaboração dos líderes angolanos e moçambicanos.⁵²⁹

Dentro de vasto campo da luta contra o regime que abrange afinal todos os setores da atividade do povo português, tem vindo a afirmar-se uma nova frente: a luta dos povos das colônias portuguesas [...] pela libertação da insólita opressão a que estão sujeitos.

É mais uma força a lutar contra o regime. Força que não se pode desprezar, pois é evidente que virá a contar com apoio cada vez maior tanto interno como externo.

É desejável que a Oposição portuguesa saiba encontrar as modalidades apropriadas à integração dessa força na luta comum. Por parte dos movimentos de emancipação dos povos das colônias portuguesas temos assistido às afirmações continuadas de que a sua luta se não dirige contra o povo português, mas sim contra o seu governo, contra o anacrônico sistema que lhes é imposto, contra a exploração pelos mesmos grupos financeiros que asfixiam a nação inteira.⁵³⁰

Ambas as lutas tinham origens e reivindicações diferentes: enquanto os antissalazaristas lutavam, havia cerca de 30 anos, pelo retorno das liberdades democráticas em Portugal, contra o salazarismo, as populações colonizadas, oprimidas e exploradas por séculos, desejavam tornar seus países independentes de Portugal, com ou sem o salazarismo. Tratativas foram feitas entre membros da oposição e lideranças dos movimentos de

⁵²⁹ RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. I tomo: Procurando um caminho. Porto: Campo das Letras, 2002, p.201.

⁵³⁰ DÓRES, Manuel. “A oposição, as colônias portuguesas e a unidade”. **Portugal Democrático**. São Paulo, Ano IV, n. 42, nov./1960, p.7. Arquivo da Torre do Tombo (PT/TT/JPD-0001_m0350), Portugal.

emancipação. Representantes de ambos os lados se encontraram em eventos realizados tanto na Europa como na África para discutir sobre a questão colonial.

Em julho de 1961, Humberto Delgado recebeu, no Rio de Janeiro, a visita de Pundalik Gaitonde, médico goense, presidente do Congresso Nacional de Goa e secretário-geral da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). Em dezembro do mesmo ano, Manuel Sertório foi convidado por Gaitonde a participar como observador, representando a oposição antissalazarista, do segundo encontro da CONCP⁵³¹, que se realizou em Nova Deli.⁵³²

Nessa mesma época, Miguel Urbano Rodrigues foi à África se encontrar em Conacri, capital da Guiné (antiga Guiné Francesa), com alguns membros do MPLA. A visita à África lhe proporcionou uma nova visão, uma perspectiva que nem ele nem outros da oposição tinham. A realidade africana era algo muito distante da vivência daqueles portugueses exilados.

[...] Nascera num país que mantinha relações íntimas com a África há cinco séculos, e dava-me conta da profundidade da minha ignorância sobre a história da África subsaariana e sobretudo do meu desconhecimento dos crimes antigos e actuais do colonialismo.⁵³³

Proporcionou-lhe ainda o contato com algumas lideranças coloniais.

A reunião com os camaradas do MPLA deixou-me eufórico. Estavam presentes Mário de Andrade, presidente interino pelo impedimento de Agostinho Neto, Viriato Cruz, então secretário-geral, Eduardo Santos, também membro da direcção e médico, Hugo de Menezes e outros quadros.⁵³⁴

Ao contrário do que afirmava Henrique Galvão – a respeito da dificuldade de se fazer a independência das colônias portuguesas pela ausência de pessoas preparadas para governar, pelo atraso cultural das populações “nativas” –, as lideranças que travaram discussões com os exilados portugueses eram bem diferentes. Na sua maioria eram indivíduos oriundos das classes médias, tiveram acesso a educação, formados em cursos universitários na

⁵³¹ O primeiro encontro, onde houve a criação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, ocorreu em Casablanca, em abril de 1961. Nesse evento estavam presentes Mário Pinto de Andrade, do MPLA, eleito presidente da Conferência; Pundalik Gaitonde, escolhido secretário-geral; além de outras lideranças dos movimentos de emancipação. DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, Antonio de (Coords.). **Memórias de Humberto Delgado**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p.225.

⁵³² Ibidem, p.226-227.

⁵³³ RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. I Tomo: Procurando um caminho. Porto: Campo das Letras, 2002, p.228.

⁵³⁴ Ibidem, p.226.

Europa e nos Estados Unidos, e com isso assimilaram conhecimentos novos, que difundiram ao retornar aos seus locais de origem. Porém, essa condição adquirida não lhes garantiu uma posição privilegiada na sociedade colonial.⁵³⁵ Essas lideranças coloniais colocaram em dúvida a validade do apoio da oposição antissalazarista, vista como relutante, mal organizada, dividida. E, o que mais preocupava, que garantias havia de que, vencido o salazarismo, as independências seriam feitas?

Essas preocupações foram expressas por Pundalik Gaitonde, registradas em seu livro *The Liberation of Goa*, no qual, em determinado trecho, fala do encontro que teve com Humberto Delgado, conforme transcrito nas memórias de Delgado:

[...] encontrei-me com o general Delgado, que me pareceu um homem bom e um herói natural, mas destituído de senso político, e continuamente vacilante na formulação de uma política sobre as colônias. Ele não tinha a certeza se o povo de Portugal ainda o seguiria. De qualquer forma, o nosso encontro foi cordial e ele aceitou p princípio de que Goa, Damão e Diu eram parte integrante da Índia e que está questão poderia ser resolvida por negociações entre a Índia e Portugal. Ele não estava, no entanto, pronto a declarar isto em público. No que se refere às outras colônias, ele concordava que o princípio da independência tinha sido reconhecido, mas também não estava pronto a declará-lo. Depois do encontro pessoal, aceitei um convite para falar na Associação Humberto Delgado. Na reunião sublinhei um ponto: que o povo de Angola e das outras colônias atingiriam a sua independência, quaisquer que fossem as intenções do regime ou da oposição portuguesa.⁵³⁶

Mais tarde, em suas memórias, Miguel Urbano, analisando a própria postura na época sobre o seu idealismo e a sua atuação no combate ao salazarismo e ao colonialismo, admitiria as suas limitações – que ele chamou de “infantilismo revolucionário”⁵³⁷. Ao rememorar esses fatos, ele deixa transparecer que a oposição exilada, de maneira geral, também não estava preparada para tratar da questão colonial.

Por fim, o que se pode constatar é que a oposição, por questões culturais, sociais, de ideias e até mesmo pessoais, divergia sobre o destino das colônias: caso a independência ocorresse, perguntavam como deveria ser as relações com Portugal. O que estava na fala de

⁵³⁵ Amílcar Cabral, engenheiro; Agostinho Neto, médico; Samora Machel, enfermeiro; Eduardo Mondlane, doutor em sociologia. SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2004, p.80-81. MAXWELL, Kenneth. Portugal e África: o último império. In: Idem. **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.278.

⁵³⁶ DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, Antonio de (Coords.). **Memórias de Humberto Delgado**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p.226.

⁵³⁷ RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. I tomo: Procurando um caminho. Porto: Campo das Letras, 2002, p.201.

alguns exilados era certo sentimento de que a presença de Portugal nas colônias foi, em termos, importante, principalmente antes do salazarismo, e essa “presença” não deveria ser descartada totalmente. Talvez não fosse uma noção consciente, mas fruto de uma educação que valorizava a cultura europeia – particularmente a portuguesa –, e da qual era difícil se desvencilhar.

O ato de “resistir” contra o salazarismo não foi visto da mesma maneira pelos exilados em São Paulo: houve quem defendesse a luta armada contra o governo português; houve, pelo contrário, quem acreditasse que o objetivo da oposição no exílio era somente promover a discussão sobre as questões relacionadas ao salazarismo e chamar a atenção da opinião pública. Alguns defendiam a independência dos povos coloniais e o corte total dos laços com Portugal; outros, nem tanto; e havia ainda aqueles que afirmavam que nas colônias a população não estaria “madura” para se autogovernar.

Embora o grupo divergisse em diversos momentos, o que se conclui é que o plano principal, que era buscar o apoio da opinião pública, foi atingido. A difusão do jornal *Portugal Democrático* por diversos lugares e as respostas aos seus apelos, os eventos organizados pela oposição, que atraíram um número considerável de interessados, e o incômodo que tudo isso causou aos salazaristas são exemplos do êxito do movimento antissalazarista em São Paulo. Foram, portanto, uma parte importante no processo que pôs fim ao salazarismo e na construção de um governo democrático em Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se propôs a estudar os exilados portugueses antissalazaristas em São Paulo, abordando outro viés da imigração e presença portuguesa no Brasil. A pesquisa teve seu início, em 2008, quando da produção da dissertação de mestrado “Nem todos eram mansos: o imigrante português nas lutas operárias em São Paulo (1930-1940)”, na qual se estudou sobre a participação dos portugueses nos movimentos anarquista e comunista e os processos de expulsão desses indivíduos.

Vários investigadores no Brasil e no exterior se debruçaram sobre a temática do salazarismo e das resistências ao regime, discutindo-a sob diferentes perspectivas. Nesta investigação a proposta foi conhecer os portugueses antissalazaristas radicados em São Paulo, suas propostas e ações, bem como verificar como se organizou esse grupo de exilados, de que maneiras eles criaram meios para resistir e combater o salazarismo, e como isso se deu entre 1945 e 1974.

Para tanto, a pesquisa buscou pistas e “escritos” deixados por esses exilados, priorizando os artigos publicados no jornal *Portugal Democrático*, criado por esses portugueses em São Paulo, como veículo de difusão das suas ideias e denúncias contra o salazarismo, além de memórias escritas por eles, ou reunidas por terceiros. A investigação valeu-se também dos documentos produzidos ou reunidos pela polícia política de São Paulo, o DEOPS-SP, nos quais se pôde ter acesso a uma parte da visão oficial sobre os exilados e perceber como foram tratados. Ainda se fez o levantamento das “Fichas de Estrangeiro”, produzidas pelas Delegacias de Estrangeiros (criadas em 1938 para se ter um controle dos estrangeiros com permanência temporária ou definitiva no território nacional), nas quais constam dados dos exilados, como data e local de partida, data de chegada, local de nascimento, profissão, residência e trabalho no Brasil etc.

Numa interlocução entre a documentação e a bibliografia produzida no Brasil e em Portugal sobre as questões do salazarismo, a tese se iniciou fazendo uma análise dos antecedentes do surgimento do salazarismo, desde a decadência da Monarquia, ainda no final do século XIX, até a sua derrocada, em 1910, com a implantação da República. Passou-se então a analisar a Primeira República (1910-1926), que possibilitou um ambiente frutífero para posturas mais conservadoras.

Foi com o golpe militar, que em 1926 pôs fim à Primeira República, que surgiu a “semente” do salazarismo: dois anos depois Salazar seria escolhido Ministro das Finanças, e em 1932, através de várias estratégias, alcançaria o posto de Presidente do Conselho de

Ministros, dando início ao seu governo, com a instituição do Estado Novo. Idealizado e comandado por Antonio de Oliveira Salazar, o Estado Novo caracterizou-se como um governo autoritário, antidemocrático e antiliberal de longa duração (1932-1974). Com uma postura conservadora e tradicionalista, valorizava a vida simples, o ruralismo, as glórias do passado da Expansão Marítima e das conquistas imperiais – o aumento ao apego às colônias se encaixando num discurso de “missão civilizadora” de Portugal.

Contra as propostas e os excessos do governo, vozes se levantaram. Nesta tese procurou-se analisar a oposição ao regime, abordando algumas manifestações que se organizaram logo de início – antes mesmo da chegada de Salazar ao poder –, tentativas de revolta e lutas armadas para derrubar o regime. A oposição que se constituiu a partir do final dos anos 1920, apesar da convergência de objetivos, não era unívoca, em muitos momentos não abriu mão de certas posições e de interesses, dificultando o diálogo entre os membros do grupo.

Parte da oposição, não podendo ou não querendo viver sob as regras impostas pelo salazarismo, decidiu exilar-se. Tornar-se um exilado foi um processo que marcou a vida desses portugueses, deixar seu país era algo deprimente, humilhante, sentimentos que foram registrados por muitos deles. A mudança para outro país nem sempre era garantia de segurança, diversos exilados foram obrigados a se mudar diversas vezes fugindo de perseguições. Nem o exílio no Brasil – foco principal desta tese – assegurava certa liberdade ou local seguro, e daqui alguns partiram para um novo exílio.

Os exilados estudados neste trabalho faziam parte da intelectualidade, de setores da cultura e da arte portuguesa, além da área de jornalismo. Contudo, esses eram uma minoria, outra grande parte era oriunda de outros segmentos de difícil identificação nos documentos. Por isso se privilegiou essa rede de intelectuais e artistas antissalazaristas, que produziram registros (ou foram rastreados) sobre suas próprias atuações.

A saída não prejudicou só os exilados, que deixaram para trás seus familiares, amigos, trabalho, mas também o país, Portugal, com a diminuição das atividades acadêmicas e pesquisas científicas. Entre os obstáculos enfrentados pelo salazarismo, talvez um dos mais significativos tenha sido esse êxodo de conhecimento, tecnologia e produção cultural, com reflexos no desenvolvimento econômico e na sociedade. Muitas das atividades desses antissalazaristas foram proibidas ou suspensas pelo governo, que as julgava fora dos parâmetros impostos pelo regime. Alguns desses trabalhos foram retomados nos locais de destino desses exilados (Brasil, Argentina, Venezuela, Estados Unidos), onde essas mentes pensantes puderam produzir.

[...] quando pensamos na atuação de tantos intelectuais portugueses no Brasil [...] vem logo a ideia de que eles constituíram ao longo dos anos um grupo virtual de grande importância, que pesou mais do que se pensa em muitos setores: Jornalismo; Artes Plásticas; Política; Ensino universitário de Letras, História, Filosofia, Matemática. Se concebermos essa ampla atividade como emanada de um conjunto não sistemático nem cronologicamente concentrado de pessoas, veremos que ela abrangeu boa parte do país e contribuiu para o adensamento de nossa cultura.⁵³⁸

Vivendo no exílio, esses portugueses se depararam com diversas questões que passaram a fazer parte do seu cotidiano. Entre elas destacam-se as dificuldades de interação entre os exilados portugueses antissalazaristas e a colônia portuguesa já estabelecida no Brasil, na qual a penetração do salazarismo era forte. Por mais que os exilados tentassem se aproximar e esclarecer os portugueses aqui residentes sobre o salazarismo e o que ocorria em Portugal, a propaganda patrocinada por Salazar foi eficiente e contou com a colaboração de lideranças da colônia.

Outra questão foi a preocupação em denunciar a falta de liberdade e a censura vigente, buscando atingir não só os que viviam aqui, mas também os compatriotas que se exilaram em outros locais e aqueles que ficaram em Portugal, procurando manter atualizados os que permaneceram, tanto os que se enquadraram no sistema como os que foram vítimas de perseguição, prisão e tortura. Os exilados denunciaram essas situações e conseguiram o apoio de figuras notórias da sociedade brasileira, o que se revelou ajuda importante no processo de resistência ao salazarismo.

Por fim, cabe mencionar a questão polêmica das movimentações em torno da emancipação das colônias portuguesas, que se iniciaram quando muitos dos exilados já se encontravam no Brasil. Foram feitas denúncias apontando os abusos da colonização, porém, a partir do início das guerras coloniais, os exilados intensificaram as críticas e os grupos se polarizaram. O que se verificou no estudo foi que, mesmo entre os que defendiam as independências, havia quem lastimasse uma separação total entre Portugal e as suas futuras ex-colônias, reivindicando uma espécie de “Confederação de Estados Lusófonos”, fruto, talvez, como foi dito, de uma mentalidade, há muitas gerações incutida, que valorizava os benefícios da cultura portuguesa para os povos colonizados.

⁵³⁸ SOUZA, Antonio Cândido de Melo e. Prefácio. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A missão portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003, p.15.

Entre outros canais, tais discussões foram promovidas no jornal *Portugal Democrático* e em diversos eventos que os exilados realizaram em São Paulo, com a participação da população em geral. Deve-se ressaltar que essas atividades, apesar das críticas dos salazaristas e de autoridades brasileiras, não foram impedidas de ocorrer, a liberdade de expressão foi garantida, mesmo após 1964. Somente após a Revolução dos Cravos, em 1974, foi que se percebeu certo enrijecimento da vigilância, motivado pelo receio de que o exemplo português influenciasse a oposição brasileira.

Eram objetivos da oposição antissalazarista em São Paulo, mesmo não sendo um grupo homogêneo, discutir e organizar mecanismos para combater o salazarismo, denunciando as práticas do governo português, elucidando e conquistando o apoio da opinião pública, tanto a nacional como a estrangeira (sobretudo a portuguesa). A principal ponte entre os exilados e a opinião pública foi o *Portugal Democrático*, e analisando o jornal se percebe que havia uma resposta dos leitores, já que não raro o periódico publicava textos enviados com seus depoimentos, suas opiniões, críticas e sugestões, sendo que alguns não deixavam de ressaltar a relevância do jornal como veículo de esclarecimento e de luta. A difusão do *Portugal Democrático* além das fronteiras brasileiras e a sua longevidade (1956-1975) podem ser vistas como resultados de sua ação constante de luta.

O interesse desta tese era conhecer e trazer a público as trajetórias desses exilados portugueses antissalazaristas, saber quem eram e o que pensavam, tema ainda pouco pesquisado. A documentação levantada, principalmente as edições do jornal *Portugal Democrático*, assim como as correspondências e a produção literária dos exilados possibilitam novas pesquisas e abordagens num tema que tem muito a ser explorado.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo). In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: notas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru, SP: Edusc, 2003.

_____. Barradas de Carvalho nas lentes da PIDE. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Deslocamentos e História: os portugueses**. Bauru, SP: Edusc, 2008.

AUGUSTO, Cláudio de Farias. **A Revolução Portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

AVELINO, Yvone Dias. Imigração, cultura e representação: intelectuais portugueses em São Paulo e o jornal Portugal Livre. **População e Sociedade**. Porto, v. 25, p.80-86, 2016.

BARREIROS, José António. Criminalização política e defesa do Estado. **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII (3º, 4º, 5º), n. 72, 73, 74, p. 813-828, 1982.

BARROS, Victor. **Campos de concentração em Cabo Verde: as ilhas como espaço de deportação e prisão no Estado Novo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

BASTOS, Cristiana. O ensino da medicina na Índia colonial portuguesa: fundação e primeiras décadas da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 11 (suplemento 1), p.11-39, 2004.

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolsen. A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947 a 1951. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p.151-167, jan./jun. 2014.

BATISTA, Elizabeth. **Entre a Literatura e a Imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil**. Tese (Doutorado em Letras), Faculdade de Letras da USP, São Paulo, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vols. 1 e 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; RODRIGUES, Viviane Mozine. Os refugiados e as políticas de proteção e acolhimento no Brasil: História e Perspectivas. **Dimensões**. Espírito Santo, v. 27, p.101-114, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRAGA, Rubem. Chega de Salazar. In: PINTO, Armando (et al.). **Salazar visto do Brasil: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses**. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962.

BURKE, Peter. **Perdas e Ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas (1500-2000)**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CARELLI, Mário. **Carcamanos e Comendadores: os italianos de São Paulo, da realidade à ficção (1919-1930)**. São Paulo: Ática, 1985.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Política, cultura e arte na trajetória de Maria de Lourdes Prestes Maia. **XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH**. Natal - RN, 2003.

CASTELO, Cláudia. Prefácio à presente edição. In: FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. São Paulo: Realizações, 2010.

CARVALHO, Gabriel. Relatório da Censura sobre o “Quando os lobos uivam”. **Quando os lobos uivam**. 28 maio 2013. Disponível em: <<https://quandooslobosuivam.blogs.sapo.pt/34818.html>>.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. **O Obscurantismo Salazarista**. Lisboa: Seara Nova, 1974.

COLAÇO, Thomaz Ribeiro. Perfil de um ditador com setenta anos. In: PINTO, Armando (et al.). **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962.

CONCEIÇÃO, Thaís Teixeira Dias da. **“O Obscurantismo Salazarista”**: exílio, periodismo e intelectualidade (Barradas de Carvalho/SP, 1964-1970). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa. **Penélope**. Lisboa, n. 17, p.71-94, 1997.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: Educ, Fapesp, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2000.

CRUZ, Manuel Braga da. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII, n. 70 (1º), p.137-182, 1982.

_____. Notas para uma caracterização política do salazarismo. **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII (3º, 4º, 5º), n. 72, 73, 74, p.773-794, 1982.

_____. As elites católicas nos primórdios do salazarismo. **Análise Social**. Lisboa, v. XXVII (2º, 3º), n. 116-117, p. 547-574, 1992.

CUNHA, Adelino Filipe Saraiva da. **Os comunistas portugueses no exílio** (1960-1974). Tese (Doutorado em História), Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, 2015.

D’ASSAC, J. Poncard. **Salazar**: a vida e a obra. Lisboa: Editorial Verbo, 1989.

DELGADO, Alexandre Miranda. Centenário de um grande português: Manuel Rodrigues Lapa. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 158, n. 396, p.875-886, jul./set. 1997.

DELGADO, Humberto. **A Tirania Portuguesa**. Organização, compilação e introdução de Iva Delgado e Carlos Pacheco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, Antonio de (Coord.). **Memórias de Humberto Delgado**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

DUARTE, Paulo. A palavra do Brasil (discurso). In: PINTO, Armando (et al.). **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962.

ESPAÇO MIGUEL TORGA. Disponível em: <www.espacomigueltorga.pt>. Acesso em: 02/08/2018.

FARINHA, Luís. **O Revirvalho**: revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

FERREIRA, Nuno Estevão. O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945). In: MARTINHO, Francisco Carlos Polomanes; PINTO, António Costa (Orgs.). **O Corporativismo em Português**: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FITAS, Manuel Joaquim Rodrigues. **Seara Nova** – Tempo de mudança... e de perseverança (1940-1958). Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 2010.

FREITAS, Sônia Maria de. **Presença portuguesa em São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Um brasileiro em terras portuguesas**. São Paulo: Realizações, 2010.

FUNDAÇÃO ÁRPÁD SZENES-VIEIRA DA SILVA. Disponível em: <fasvs.pt>. Acesso em: 27/07/2018.

GALVÃO, Henrique. **Da minha luta contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal**. São Paulo: FAPLE, 1965.

GALVÃO, Walnice Nogueira. O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: Edusc, 2003.

GOA (Índia). Disponível em: <www.goacom.com>. Acesso em: 10/08/2018.

GOMEZ, Hipólito de La Torre. **Na encruzilhada da Grande Guerra: Portugal-Espanha (1913-1919)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Paulo César. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de *colono*, *imigrante* e *emigrante*. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (Orgs.). **Deslocamentos: desafios, territórios e tensões (passado e presente nas Tecituras das Cidades)**. São Paulo: e-Manuscrito/ PIPEq, 2018.

GONÇALVES, Williams. Brasil e Portugal nos anos 50: interesses e fraternidade. **Revista da Cátedra Jaime Cortesão**. São Paulo, v. 1, n. 1, p.26-34, jul. 1997.

_____. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. In: SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Coord.). **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: Fronteira do Caos, Cepese, 2010.

GRÁCIAS, Fátima da Silva. **Health and Hygiene in Colonial Goa (1516-1961)**. New Delhi: Concept Publishing Company, 1994.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Relações culturais luso-brasileiras: encontros e desencontros. **Anais do XII Encontro Regional de História** - ANPUH-RJ. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Lucia%20Maria%20Paschoal%20Guimaraes.pdf>. Acesso em: 16/08/2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.

HECKER, Frederico Alexandre de Moraes. Políticas e polícias autoritárias, tanto lá como cá. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Deslocamentos e Histórias: os portugueses**. Bauru, SP: Edusc, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios** (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Editorial Atlas, 1962.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 2000.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEITÃO, Alfredo Moreno; SILVA, Débora Cristina Santos da. Um histórico do fundo DEOPS-SP. **Quadrilátero**. Brasília, v. 1, n. 1, p.59-70, mar./ago. 1998.

_____. **Nem todos eram mansos: o imigrante português nas lutas operárias em São Paulo (1930-1940)**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Portugueses de ideias, estrangeiros perigosos. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **De Colonos a Imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013.

_____. Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 2000.

LEMONS, Fernando. Uma geração frustrada. In: PINTO, Armando (et al.). **Salazar visto do Brasil: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses**. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962.

LEONZO, Nancy. Jaime Cortesão: um condestável em terras brasileiras. **Revista da Cátedra Jaime Cortesão**. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados - USP, v. 1, n. 1, p.35-43, jul. 1997.

LINS, Álvaro. **Missão em Portugal**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOPES, Norberto. **Sarmento Pimentel ou uma geração traída: diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”**. Lisboa: Editorial Aster, 1977.

LUCENA, Manuel de. Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica – I. **Análise Social**. Lisboa, v. XX, n. 83 (4º), p.423-451, 1984.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A ordenação do trabalho e a nostalgia do Império: o Estado Novo português e as razões do consentimento (1933-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUANDRT, Samanta Viz. **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARTINS, Susana Maria Santos. **Exilados portugueses em Argel**. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

MATOS, Luís Salgado de. A Primeira República portuguesa entre a instituição Estado e a *ordem* povo. **História Constitucional**. Lisboa, n. 13, 2012. Disponível em: <<http://www.historiaconstitucional.com>>.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

_____. Portugueses e experiências políticas: a luta e o pão. São Paulo, 1870-1945. **História**. São Paulo, v. 28, n. 1, p.415-443, 2009.

_____. Maria Prestes Maia: trajetória, política e cultura. In: SOUSA, Fernando de (et al). **Passaporte para a Terra Prometida**. Porto: Cepese / Fronteira do Caos, 2011.

_____. Maria Prestes Maia, a “Primeira Operária” de São Paulo: trajetória política e cultural. **Cordis**. São Paulo, n. 12, p.107-139, jan./jun. 2014.

_____. Vozes femininas na luta antissalazarista: envolvimento de portuguesas e brasileiras (São Paulo, 1950-1970). **História**. São Paulo, v. 36, n. 110, 2017.

_____. Na luta por um Portugal Democrático: Maria Archer e Barradas de Carvalho (São Paulo/BR, 1950-1970). In: Idem; AVELINO, Yvone Dias (Orgs.). **Deslocamentos: desafios, territórios e tensões (passado e presente nas Tecituras das Cidades)**. São Paulo: e-Manuscrito/PIPEq, 2018.]

_____. Exílio e resistência antissalazarista em São Paulo/Brasil. O jornal *Portugal Democrático*: questões e debates (1958-1977). In: PAULO, Heloisa (Org.). **Oposições e exílios**. Coimbra: Universidade de Coimbra. No prelo.

MAXWELL, Kenneth. Portugal e África: o último império. In: Idem. **Chocolate, piratas e outros malandros**: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MEDINA, João. A democracia frágil: a Primeira República portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (Org.). **História da Portugal**. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2000.

_____. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. **Revista USP**. São Paulo, n. 45, p.48-61, mar./mai. 2000.

_____. As guerras coloniais na África (1961-1974) e a literatura portuguesa atual. **Revista da Cátedra Jaime Cortesão**. São Paulo, n. 1, p.101-125, 1º semestre de 2006.

MENDES, José Sachetta Ramos. **Laços de sangue**: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Lei e etnicidade no Brasil: entre a lusofobia e o favorecimento jurídico dos portugueses. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 61, n. 2, 2009.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

_____. Os processos de expulsão como fontes para a história da imigração portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930). In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando de (Orgs.). **Portugueses no Brasil**: migrantes em dois atos. Niterói: Muiraquitã, 2006.

_____; MATOS, Maria Izilda Santos de. **Portugueses**: ações e lutas políticas. Rio de Janeiro - São Paulo. São Paulo: Verona, 2015.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTA, Carlos Guilherme. Joaquim Barradas de Carvalho. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1994.

O PORTAL DA HISTÓRIA. Biografias. **Maria Helena Vieira da Silva**. s/d. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/biografias/vieira_silva.html>. Acesso em: 27/07/2018.

OLIVEIRA, Daise Aparecida; BARROS, Liliane S. L.; YOSHIMOTO, Celina. Jaime Cortesão e o IV Centenário da Cidade de São Paulo. **Anais da IV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)**. São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Fábio Ruela de. Portugueses no Brasil: as trajetórias de Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vitor Ramos (1954-1974). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, jul./2011.

_____. As contribuições de Vitor Ramos para o colapso do salazarismo (1955-1974). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**. Irati - SC, v. 5, n. 2, p.95-105, mai./ago. 2014.

PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. Imigração em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950. In: SAKURAI, Célia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; PAIVA, Odair da Cruz (Orgs.). **Migrações: pós-Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: D'Livros, Memorial do Imigrante, 2009.

PASCHKES, Maria Luísa de Almeida. **A Ditadura Salazarista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PASCOAL, Maria Aparecida Macedo. **Portugueses em São Paulo: a face feminina da imigração**. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.

PAULO, Heloisa. Os “Insubmissos da Colônia”: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-1945). **Penélope**. Oeiras, n. 16, p.9-24, 1995.

_____. **Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo**. Coimbra: Quarteto, 2000.

_____. O exílio português no Brasil: os “Budás” e a oposição antissalazarista. **Portuguese Studies Review**. Peterborough, v. 14, n. 2, p.125-142, 2006/7.

_____. O assalto do Santa Maria e o desmoronar do regime salazarista em Portugal. **História Revista**. Goiânia, v. 16, n. 1, p.53-80, jan./jun. 2011.

_____. Exilados portugueses na América do Sul: republicanos e revolucionários (1926-1964). **Jornadas de Trabajo: Exilios Políticos del Cono Sur em siglo XX**. La Plata, 2012.

_____. Exílio: uma história em três dimensões. **História**. São Paulo, v. 3, n. 1, p.50-65, jan./jun. 2014.

PAYNE, Stanley G. Salazarism: “fascism” or “bureaucratic authoritarianism”? In: **Estudos de História de Portugal**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru, SP: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2002.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Os arquivos do DEOPS-SP: notas preliminares. **História**. São Paulo, n. 132, p.149-154, 1995.

PIMENTEL, João Sarmiento. Opiniões insuspeitas. In: PINTO, Armando (et al.). **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962.

_____. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Inova, 1974.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINTO, Alberto Oliveira. Henrique Galvão *Em Terra de Pretos* e outros conflitos com os brancos da Agência Geral das Colônias. **Rascunhos Culturais**. Coxim - MS, v. 1, n. 1, p.123-144, jan./jun. 2010.

PINTO, António Costa. A formação do integralismo lusitano (1907-1917). **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII (3º, 4º, 5º), n. 72, 73, 74, p.1409-1419, 1982.

_____. O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas? **Análise Social**. Lisboa, v. XXV (4º, 5º), n. 108-109, p.695-713, 1990.

_____. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Polomanes; PINTO, António Costa (Orgs.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PINTO, Armando (et al.). **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962.

QUEIROZ, Rachel de. Nós, os portugueses. In: PINTO, Armando (et al.). **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962.

RTP. Programas de TV. **Vieira da Silva – vida e obra**. Documentário. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/programa/tv/p13857>>. Acesso em: 27/07/2018.

RABY, David L. O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958. **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII (3º, 4º, 5º), n. 72, 73, 74, p.869-883, 1982.

RAMOS, Ubirajara Bernini. **“Portugal Democrático”** – Um jornal de resistência ao Salazarismo publicado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

RAMOS, Vitor. A avozinha caduca. In: PINTO, Armando (et al.). **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962.

RAMPINELLI, Waldir José. Fátima, o salazarismo e o colonialismo. **Lutas Sociais**. São Paulo, n. 25/26, p.58-71, 2º sem. 2010/ 1º sem. 2011.

REZENDE, Jorge. Ruy Luís Gomes, cientista e revolucionário. **O Militante**. Lisboa, n. 279, nov./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.pcp.pt/publica/militant/index.html>>.

REZENDES, Sérgio. **A Grande Guerra nos Açores: memória histórica e patrimônio militar**. Tese (Mestrado em História), Universidade dos Açores, Açores, 2008.

REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. In: MARTINHO, Francisco Carlos P.; PINTO, Antonio Costa (Orgs.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RICHARD, Lionel. **A República de Weimar - 1919-1933**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RODRIGUES, Miguel Urbano. **O tempo e o espaço em que vivi**. I Tomo – Procurando um caminho. Porto: Campo das Letras, 2002.

_____. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (Orgs.). **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru, SP: Edusc, 2003.

ROLLEMBERG, Denise; QUANDRT, Samanta Viz. **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSAS, Fernando. **O Estado Novo nos anos trinta**. Elementos para o estudo da natureza econômica e social do salazarismo (1928-1938). Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

_____. (Coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. Vol. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Vols. 1 e 2. Lisboa: Bertrand, 1996.

SALLES, Luciana. Jorge de Sena. **Convergência Lusíada**. Rio de Janeiro, n. 27, jan./jun. 2012.

SCHIAVON, Carmen Gessilda Burgert. **Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. A ação dos ditos insubmissos portugueses durante o Estado Novo no Brasil. **Anais do X Encontro Estadual de História**. Santa Maria - RS, 2010.

SCOTT, Ana Sílvia. **Os Portugueses**. São Paulo: Contexto, 2018.

SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2004.

_____. Trinta anos da Revolução dos Cravos. **Revista Edusp**. São Paulo, out./2004.

SILVA, Douglas Mansur da. **A Ética da Resistência: os exilados antissalazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

_____. Exílio, ciência e política: o Movimento Matemático português e os sentidos do trabalho intelectual. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 10, n. 2, p.335-348, jul./dez. 2010.

_____. Intelectuais portugueses e exílio: sociogênese e migração de idéias. **Anais do 28º Encontro Anual da ANPOCS**. Seminário Temático Migrações Internacionais, Estado-Nação e Cidadania. Caxambu - MG, out./2014. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/encontros-anteriores>>.

SILVA, Franco Santos Alves da. **O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da oposição ao salazarismo no exílio brasileiro (1958-1961)**. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2012.

SIMÕES, Nuno. **Portugueses no mundo**. Lisboa: Grandes Oficinas Gráficas Minerva, 1940.

SIMÕES JÚNIOR, Antonio. O Sr. Gilberto Freyre e a Verdade sobre Portugal. In: FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. São Paulo: Realizações, 2010.

SOUSA, Franco de (Coord.). **Tarrafal** – testemunhos. Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

SOUZA, Antônio Cândido de Melo e. Prefácio. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira. **A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru, SP: Edusc, 2003.

SOUZA, Marcelo Cintra de. **A imprensa imigrante: trajetória de imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo**. São Paulo: Memorial do Imigrante, Imprensa Oficial, 2010.

SWENSSON JÚNIOR, Walter Cruz. Estrangeiros, política institucional e movimentos sociais: as famílias 10 e 20 da série Dossiês do Acervo DEOPS-SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de (et al.). **A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. **Análise Social**. Lisboa, v. XXVIII (4º), n. 98, p.687-719, 1987.

TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Fascismo, salazarismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2000.

WHEELER, Douglas L. A Primeira República portuguesa e a história. **Análise Social**. Lisboa, v. XVI (4º), n. 56, p. 865-872, 1978.

Arquivos

- Fundo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) – Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, Brasil.

- Fundo Jornal *Portugal Democrático* – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Disponível em: <digitarq.arquivos.pt>.

- Cartões de Imigração, 1900-1965 – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <www.familysearch.org>.

- Ficha de Estrangeiro. Delegacia Especializada de Estrangeiros – Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em: <www.familysearch.org>.

Leis

BRASIL. Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. Regulamenta o decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. **Portal do Senado Federal**. Brasília - DF, Seção Legislativa. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/ligislacao/ListaPublicacoes.action?id=101078>>. Acesso em: 01/08/ 2010.

BRASIL. Senado Federal. Decreto Legislativo n. 59, de 1954. Aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado entre os governos do Brasil e de Portugal. Rio de Janeiro, 16 nov. 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-59-25-outubro-1954-351002-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

PORTUGAL. Decreto-Lei n. 26.539. Cria a Colónia Penal de Cabo Verde. **Diário do Governo** - Presidência do Conselho. Lisboa, 23 abr. 1936. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa>>. Acesso em: 18/08/2018.

PORTUGAL. Decreto-Lei n. 40.675. **Diário do Governo** - Ministério da Justiça. Lisboa, 7 jul. 1956. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa>> Acesso em: 18/08/2018.